Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia

Trabalhadores da Juta na Amazônia:

trajetórias de luta, suor e sofrimento

Denison Silvan

Bolsista Capes

Manaus – Amazonas

2018

DENISON SILVAN

Trabalhadores da Juta na Amazônia:

trajetórias de luta, suor e sofrimento

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob orientação da Professora Doutora Iraildes Caldas Torres.

Aprovada em: 19 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Iraildes Caldas Torres (Presidente)

Professora Doutora Violeta Refkalefsky Loureiro (Membro)

Professor Doutor Walmir Albuquerque Barbosa (Membro)

Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas (Membro)

Professor Doutor Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho (Membro)

Professor Doutor Wilson de Souza Nogueira (Suplente)

Professor Doutor Nelson Matos de Noronha (Suplente)

Manaus – Amazonas

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silvan, Denison
S586t Trabalhadores da Juta na Amazônia: Trajetórias de luta, suor e sofrimento / Denison Silvan. 2018
245 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Iraildes Caldas Torres
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. juta. 3. Sociedade e cultura na Amazônia. 4. superexploração predatória do trabalho rural. 5. trabalhadores. I. Torres, Iraildes Caldas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Agradecimentos:

À professora doutora Iraildes Caldas Torres, pela oportunidade de ter acesso a ensinamentos inolvidáveis;

à centenária Universidade Federal do Amazonas, símbolo máximo do saber no maior estado da União;

ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, sem o qual eu não poderia alcançar este grande objetivo da minha vida;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo suporte financeiro indispensável à consecução do meu objetivo;

aos professores doutores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto e Walmir Albuquerque Barbosa, pela valiosa contribuição dada a esta pesquisa por ocasião do exame de qualificação e pela profícua interlocução ao longo do processo de elaboração deste estudo;

ao professor doutor Edgard de Assis Carvalho, pelo oportuno direcionamento dado em relação à questão da interdisciplinaridade e à escrita desta tese;

a todos os professores doutores do programa Sociedade e Cultura na Amazônia,pela substancial contribuição à minha formação acadêmica;

aos colegas doutorandos da turma de 2014, pelo companheirismo desfrutado ao longo de quatro anos de estudos;

e, especialmente, aos juteiros Adamor Ferreira, Arino de Carvalho, Espiridião Pessoa, Manoel Cardoso, Paulo Miranda, Orlando Nepomuceno da Costa e Zeferino Braga, por intermédio de quem registro o meu preito de gratidão a todos os trabalhadores da cadeia produtiva da juta que contribuíram para esta pesquisa.

A todos, agradeço penhoradamente.

RESUMO

Esta tese pesquisa o tema dos trabalhadores da juta na Amazônia, buscando averiguar as estratégias adotadas por eles para a superação das precárias condições de trabalho nas várzeas amazônicas. A ideia central que presidiu esta investigação consistiu em saber como, apesar do trabalho e das condições de trabalho degradantes, os trabalhadores da juta conseguiram atingir elevados níveis de produtividade que, ao longo de 50 anos ininterruptos, deram sustentação à economia dos estados do Amazonas e Pará com a cadeia produtiva da juta. A metodologia deste estudo privilegiou as orientações das abordagens qualitativas com a inclusão dos aspectos quantitativos. O trabalho de campo foi realizado na Vila Amazônia, em Parintins, no Amazonas, junto aos antigos juteiros e outros agentes e atores sociais. Passamos a entender que a lógica de produção do trabalhador da juta está pautada, principalmente, por ações pontuais coercitivas, opressivas mesmo, executadas e gerenciadas no âmbito do sistema financeiro de aviamento sob o direcionamento da elite patronal regional. A questão que presidiu este estudo resultou no reconhecimento de que a superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia esteve presente na atividade econômica da juta à custa de sangue, suor e sofrimento dos trabalhadores, muitos dos quais até hoje convivem com doenças e sequelas causadas pelas condições penosas, insalubres e perigosas desse tipo de trabalho. À guisa de conclusão, pode-se dizer que este estudo traz significativas contribuições à Academia, podendo constituir-se num documento para fundamentar estratégias de ação dos remanescentes dos trabalhadores da juta ou de seus descendentes junto aos poderes públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; juta; sociedade e cultura na Amazônia; superexploração predatória do trabalho rural; trabalhadores.

ABSTRACT

This thesis investigates jute workers in the Brazilian Amazon, seeking to understand the strategies adopted by them to overcome the precarious working conditions in the Amazonian floodplains. The central idea behind this research was as despite degrading working conditions and the work itself, the jute workers managed to achieve high levels of productivity that over the course of 50 uninterrupted years, sustained the economy of the states of Amazonas and Pará with the jute productive chain. The guidelines of the qualitative approaches were favored by the methodology who inserts the quantitative aspects. Fieldwork was carried out at Vila Amazônia, in the city of Parintins, state of Amazonas, along with the veteran jute workers and other representatives of the community. We realized that jute workers production logic is based mainly on coercive and oppressive punctual actions, executed and managed within the profit financial system under direction of the regional elite. The question that commanded this study resulted in the recognition that the predatory overexploitation of rural labor in the Amazon was present in the economic activity of the jute with sweat and blood of the workers suffered. Many of the workers until now coexist with diseases and sequels caused by the painful, unhealthy and dangerous conditions of this type of work. It can be said by way of conclusion, that this study brings significant contributions to the Academy, and may constitute a document to substantiate strategies of action of the remnants of jute workers or their descendants with the public authorities.

KEY WORDS: Brazilian Amazon; culture and society in Brazilian Amazon; jute; predatory overexploitation of rural labor; workers.

LISTAS DE SIGLAS

Associação Comercial do Amazonas (ACA)

Associação Comercial do Pará (ACP)

Banco da Amazônia (Basa)

Banco do Estado do Amazonas (BEA)

Banco Mundial (BIRD)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Câmara Municipal de Parintins (CMP)

Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de São Paulo (SEREST-SP)

Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codeama)

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal)

Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem (Cata)

Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S.A. (Brasiljuta)

Companhia de Petróleo da Amazônia S.A. (Copam)

Companhia Fabril de Juta Parintins (Fabriljuta)

Companhia Industrial Amazonense S.A. (CIA)

Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. (Nantaku)

Companhia Têxtil de Castanhal (CTC)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Cooperativa Mista dos Juticultores de Parintins Limitada (Coopjuta)

Fiação e Tecelagem de Juta da Amazônia S.A. (Fitejuta)

Instituto Agronômico do Norte (IAN)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram)

Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad)

Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

Noyau de Formation e Experimentation Agricole (Nutexa)

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi)

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Polo Industrial de Manaus (PIM)

Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan)

Superintendência da Borracha (Sudhevea)

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

Teoria Marxista da Dependência (TMD)

Universidade de São Paulo (USP)

Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG)

Zona Franca de Manaus (ZFM)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do município de Parintins, Amazonas, Brasil. Fonte: Tese de Nilciana Dinely de Souza*: O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM)*. Manaus: Ufam, 2013.

Figura 2: Mapa do distrito de Vila Amazônia, localizado no município de Parintins, Amazonas, Brasil. Fonte: Sistema Google Earth 2015, com pesquisa e arte de Denison Silvan.

TRABALHADORES DA JUTA NA AMAZÔNIA:

TRAJETÓRIAS DE LUTA, SUOR E SOFRIMENTO

INTRODUÇÃO.....10

SEÇÃO I – APRESENTANDO O CAMPO DA PESQUISA

1.1 - O protagonismo nipônico no Amazonas.....16

1.2 – A Vila Amazônia dos juteiros de Parintins.....32

1.3 – A cadeia produtiva da juta na Amazônia.....45

SEÇÃO II – A PENOSIDADE DAS CONDIÇÕES DO TRABALHO DA JUTA

2.1 – Os trabalhadores da juta na Amazônia.....64

2.2 – A história vista desde a perspectiva dos juteiros..... 85

2.3 – As agruras das condições de trabalho da juta.....98

SEÇÃO III - TRABALHADORES DE FIBRA E DE FÉ

3.1 - Trajetórias de luta, suor e sofrimento.....113

3.2 – Os fundamentos econômicos da produção de juta.....133

3.3 – A superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia.....152

SEÇÃO IV – O AVIAMENTO E A MITOPOÉTICA DOS JUTEIROS

4.1 – O vilipendioso sistema financeiro de aviamento.....175

4.2 – Aspectos psicológicos do sistema de aviamento.....192

4.3 – Os trabalhadores da juta e os seres encantados.....206

NOTAS CONCLUSIVAS.....220

REFERÊNCIAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Esta tese debate o tema dos trabalhadores da juta que atuaram na Vila Amazônia, localizada no município amazonense de Parintins, tendo como referência conceitual as disciplinas sociologia, antropologia, história e economia numa abordagem interdisciplinar que não se restringe a essas quatro vertentes do conhecimento acadêmico nem tampouco exclui o conhecimento tradicional amazônico. Baseados neste quadro epistemológico foi possível discutirmos essa temática em seus múltiplos aspectos, especialmente aqueles que dizem respeito às experiências laborais e particulares, cotidianas e metafísicas, vividas pelos trabalhadores rurais inseridos no processo de cultivo da juta.

O interesse inicial consistiu em verificar como os trabalhadores da cadeia produtiva da juta na Amazônia vivenciaram o trabalho e as condições de trabalho degradantes no âmbito de suas atividades rurais, tendo como foco o sofrimento físico que os afligiam e ressaltando a ausência de proteção e segurança no trabalho que atingiu frontalmente a saúde de todos eles. A ideia central que preside esta investigação consistiu em saber como, apesar do trabalho e das condições de trabalho degradantes, os trabalhadores da juta conseguiram atingir elevados níveis de produtividade que, ao longo de 50 anos ininterruptos, de 1937 a 1987, deram sustentação à economia dos estados do Amazonas e Pará com a cadeia produtiva da juta.

Ao longo desta pesquisa nos deparamos com uma série de instrumentos de aliciamento, coerção e cerceamento em ação tendo como objetivo a extração de mais-valia absoluta do esforço laboral dos trabalhadores da juta, num quadro econômico e social que passamos a identificar como sendo de **"superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia"**. Este quadro envolveu as atividades laborais e familiares dos juteiros e esteve presente na forma de organização do processo de trabalho de cultivo e beneficiamento da fibra. Identificamos que este quadro econômico e social adverso aos interesses dos juteiros, marcado pela periculosidade, insalubridade e penosidade, contava com o apoio e a parceria das instituições estatais que poderiam ou deveriam zelar pelo bem estar físico desses trabalhadores rurais.

Passamos a entender que a lógica de produção do trabalhador da juta está pautada, principalmente, por ações pontuais coercitivas, opressivas mesmo, executadas e gerenciadas no âmbito do sistema financeiro de aviamento sob o direcionamento da

elite patronal regional. Também, aprofundamos a questão do Estado como mediador das relações de trabalho impostas aos juteiros pelo capital usurário mercantil a serviço do capital industrial, o que resultou na estagnação ou mesmo no retrocesso das forças produtivas regionais, os verdadeiros operadores das transformações da sociedade.

Assim, cerceou-se ou conteve-se por muitos anos o processo de desenvolvimento regional, pois, segundo Marx (1988; 1996), sabemos que a sociedade avança a partir da elevação da qualidade de vida de seus membros e não pela intensificação da opressão e da barbárie promovida em escala planetária pelo sistema capitalista de produção de bens e serviços. Com a implantação da cadeia produtiva da juta na Amazônia, região considerada periferia da periferia capitalista, deu-se continuidade ao processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1967), iniciado com a cadeia produtiva da borracha por volta de 1870.

Como inferido inicialmente, a questão que presidiu este estudo resultou no reconhecimento de que a superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia esteve presente na atividade econômica da juta à custa de sangue, suor e sofrimento dos trabalhadores, muitos dos quais até hoje convivem com doenças e sequelas causadas pelas condições penosas, insalubres e perigosas desse tipo de trabalho. Muito além de mensuração confiável, constatamos que alguns juteiros tombaram durante a lida nos jutais devido à letalidade das condições de trabalho e muitos outros tiveram suas vidas encurtadas pelo mesmo motivo. Em entrevista concedida ainda na década de 1980, um juteiro ressaltou os aspectos negativos da juta de forma contundente: “Foi a pior coisa que trouxeram para esse Amazonas (juta)” (PINTO, 1982, p.137).

O recorte temporal da tese vai de 1937 a 1987, meio século caracterizado por transformações profundas na dinâmica econômica e social regional. O ano de 1937 marca o início da cadeia produtiva da juta, quando foi enviada para uma fábrica em Belém a primeira remessa dessa fibra, sendo que no início da década de 1980 a economia da juta começou a entrar em colapso, fato que nos ensejou fixar arbitrariamente o ano de 1987 como sendo seu ponto final.

Escolhemos a Vila Amazônia de Parintins como *lócus* da pesquisa de campo, pois nessa localidade rural a cadeia produtiva da juta teve início com a introdução dessa espécie exógena em 1934, no contexto de implantação da empresa japonesa Companhia Industrial Amazonense S.A. (CIA). Na década de 1940, a Vila Amazônia tornou-se o

epicentro das transformações econômicas e sociais creditadas à cadeia produtiva da juta havidas nas mesorregiões Centro Amazonense (Amazonas) e Baixo Amazonas (Pará).

Em parte, essas transformações se devem ao fato de que, ainda na década de 1920, o governo imperial japonês decidiu criar uma empresa capitalista para explorar os recursos naturais da Amazônia, com previsão de assentar 150 mil imigrantes japoneses no Amazonas. Um dos locais escolhido foi a Vila Batista, posteriormente denominada Vila Amazônia, localizada próxima à sede municipal de Parintins, num terreno de várzea e terra firme propício à agricultura. Sob o controle da Companhia Industrial Amazonense, a Vila Amazônia passou a receber infraestrutura compatível com os objetivos de uma empresa capitalista próspera e produtiva.

A escolha deste objeto de estudo, centrado no trabalho e nas condições de trabalho que ocorreram no âmbito da cadeia produtiva da juta, deve-se, principalmente, ao fato de termos atuado como professor substituto na Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins, no período de 2011 a 2013. As constantes visitas à Vila Amazônia e a própria vivência em Parintins permitiram visualizar, por intermédio de conversas informais com os antigos juteiros, a dinâmica da cadeia produtiva da juta, empreendimento amazônico estruturado pelo Estado em estreita parceria com o capital industrial do Sudeste brasileiro e com o patronato amazônico.

A pesquisa sobre os trabalhadores da juta recebeu os aportes teóricos e metodológicos das abordagens qualitativas, aos quais adicionamos dados quantitativos, devido, principalmente, ao nosso interesse pela temática trabalhadores, que está relacionada a uma profunda preocupação que temos com a realidade amazônica. A Amazônia é uma região marcada por precárias condições de acesso a bens e serviços sociais por parte da população, o que ficou patente em nossos estudos e considerações em sala de aula, durante a primeira fase do processo de doutoramento.

Identificamos que essas condições constrangedoras foram geradas, em parte, pela cadeia produtiva da juta, da década de 1930 à década de 1980, e pelos Grandes Projetos Amazônicos, a partir da década de 1960, que alteraram e alteram negativamente o meio ambiente, a economia e o modo de vida das comunidades amazônicas. Para Silva (2004, p.277): “As desigualdades estruturais têm uma racionalidade nova combinada às desigualdades antigas, originárias, criadas e reelaboradas pelo Estado nacional”.

Desde o mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, concluído em 2008, temos como referencial teórico as considerações de Thompson (1981; 1987) para nossas análises sobre as categorias trabalho, condições de trabalho e trabalhadores. Passamos a ver a classe trabalhadora e as transformações no mundo do trabalho com um olhar mais aguçado, sendo a concepção de classe social como fenômeno histórico a matriz orientadora de suas análises. Nossa chave de leitura concentrou-se no desenvolvimento regional sob as insígnias da expansão do capital na região, com atenção especial ao trabalho e às condições de trabalho que se dão nesse contexto.

A Amazônia é palco histórico de experiências de cunho econômico capitalista que não a levam ao desenvolvimento e, sim, à dependência e à subordinação explícita e reiterada aos países de economia avançada (BENAION, 2006). Esta subalternidade explícita marca a inteira história regional, pois, para Barbosa (2004, p.178), "as articulações internas da Amazônia sempre se deram diretamente com o mundo nos seus diversos momentos de globalização e vigência do capitalismo".

Além da cadeia produtiva da juta, a compreensão da realidade atual da Amazônia passa, necessariamente, pela análise dos grandes projetos empresariais e de infraestrutura implantados na região Norte a partir de 1964. Desde o final do século XIX, a expansão do capital na Amazônia se deu à revelia dos interesses regionais. Exemplo neste sentido foi dado pela brevíssima atuação da empresa capitalista japonesa Companhia Industrial Amazonense, introdutora da juta no Amazonas, que apresentava pretensões hegemônicas em relação à economia local.

O trabalho e as condições de trabalho da cadeia produtiva da juta no período de 1937 a 1987 se deram em dois estratos laborais distintos: o primeiro está relacionado diretamente à produção da fibra nas várzeas amazônicas, ao qual damos especial atenção neste estudo, e o segundo relacionado ao ambiente urbano, fabril, controlado diretamente pelas indústrias de fiação e tecelagem de juta. Com trabalho e condições de trabalho específicos, os estratos laborais agrícola e industrial constituíram-se em meio às articulações políticas e empresariais para dotar a região da infraestrutura necessária para a implantação da cadeia produtiva da juta.

Além de proporcionar o sustento físico do trabalhador e de sua família, o trabalho constrói redes de relacionamentos que são eixos estruturantes da própria vida do ser social. No trabalho, o ser social realiza suas aspirações de crescimento

profissional e concretiza seu desejo de contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade, exercendo sua cidadania e exercitando sua solidariedade. Envolve, também, a construção da própria identidade, uma vez que o sujeito passa a ser reconhecido perante os demais como sendo aquele que exerce essa ou aquela profissão.

Este estudo assume a perspectiva da história vista de baixo proposta por Thompson (1987; 2001), que busca dar relevo às histórias de vida, aos sofrimentos e às subjetividades, suprindo uma lacuna deixada pelos historiadores que, até o século XIX, davam atenção especial à dimensão política do fazer historiográfico. O autor coloca em evidência sua determinação em privilegiar o registro da história de vida dos atores que estão "debaixo" da sociedade como fonte de conhecimento.

Durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais da atual rotina vivida pelos antigos trabalhadores da juta de Parintins, ocasião em que ficamos conhecendo suas trajetórias de vida, angústias, sentimentos, tenacidade e subjetividade. A história vista de baixo permitiu utilizar a entrevista profunda (BOURDIEU, 2004; 2008) como técnica de apreensão de falas, em que a voz do sujeito da ação coletiva se faz presente, em detrimento do discurso oficial, cuja retórica acoberta os fatos e dá por respondidas as interrogações que estão no ar.

Procuramos ouvir os trabalhadores rurais, pois consideramos que eles são os protagonistas dos acontecimentos e fiéis repositórios da história comunal de Parintins. Nesta pesquisa, consideramos que cerca de 50 mil trabalhadores rurais estiveram empregados na cadeia produtiva da juta, todos radicados nas várzeas das mesorregiões Centro Amazonense e Baixo Amazonas. Entrevistamos dez trabalhadores que estiveram empregados, em algum momento entre 1940 a 1987, na produção de fibra de juta, sob a técnica da entrevista profunda, orientada pelas considerações de Pierre Bourdieu.

Ao longo desta tese, registramos as impressões de representantes do poder público, da indústria de fiação e tecelagem de juta e de imigrantes japoneses vinculados à Companhia Industrial Amazonense, além de ouvir um intelectual com expertise no tema. Buscamos saber qual é a visão deles sobre os processos produtivos da juta e sobre uma possível contribuição para o desenvolvimento regional. Todos esses sujeitos, de alguma forma, vivenciaram o processo de cultivo e industrialização da fibra da juta na Amazônia ou fizeram do tema objeto de suas pesquisas.

O trabalho está dividido em quatro seções:

Na primeira seção apresentamos o campo da pesquisa, com destaque inicial para o protagonismo nipônico no Amazonas, responsável pela estruturação da Companhia Industrial Amazonense, e seus desdobramentos na cadeia produtiva da juta. Nesta seção, ambientamos o cotidiano dos trabalhadores da juta na antiga Vila Amazônia, como forma de contextualização do campo da pesquisa. Destacamos as relações de poder assimétricas das quais lançou mão o patronato amazônico durante o processo de expropriação da mais-valia absoluta advinda da força de trabalho do juteiro.

Na segunda seção empreendemos uma análise sobre os trabalhadores da juta na Amazônia na qual registramos suas memórias inolvidáveis, cheias de exemplos de tenacidade, superação de seus próprios limites e dedicação ao trabalho. Pontuamos as agruras das condições de trabalho da Vila Amazônia durante o período de vigência da juta, marcadas por inúmeros acidentes de trabalho, alguns levando a óbito, destacando a exposição dos trabalhadores e seus familiares a um ambiente laboral inóspito que deixou marcas indeléveis em muitos deles.

Na terceira seção analisamos os fundamentos econômicos da produção de juta na Amazônia, marcados por uma conjuntura política, social e econômica na qual a região se subordinava aos direcionamentos do Estado nacional e estava atrelada aos interesses econômicos da região Sudeste. Com relatos orais pungentes dos trabalhadores da juta, registramos as situações de luta, suor e sofrimento vividas por três juteiros da Vila Amazônia. Identificamos no sistema financeiro de aviamento na Amazônia uma das principais razões de o juteiro se submeter aos desígnios do capital numa atividade que colocava em risco sua própria vida. O cultivo da juta está inserido num cenário que passamos a identificar como sendo de **superexploração predatória do trabalho rural.**

Na quarta seção empreendemos uma análise sobre o sistema mercantil de aviamento, com seus atrativos e seus percalços. Também analisamos o que poderia ser, em essência, os relatos orais de inúmeros trabalhadores da juta sobre os seres encantados que povoam o universo simbólico das pessoas que vivem na Amazônia.

Acreditamos que este estudo possa trazer contribuições à Academia, podendo constituir-se num documento para fundamentar estratégias de ação dos trabalhadores da juta remanescentes ou de seus descendentes junto aos poderes públicos.

SEÇÃO I – APRESENTANDO O CAMPO DA PESQUISA

1.1 - Protagonismo nipônico no Amazonas

A introdução da cultura da juta na Amazônia deve-se, em parte, ao projeto do Império do Japão de fazer florescer no Amazonas uma grande empresa capitalista nos moldes de um zaibatsu, o modelo de megaconglomerado industrial e financeiro que possibilitou o país a se inserir no seleto grupo das nações mais ricas do planeta (NAKAMURA, 1985; MORIKAWA, 1992). Engendrado sob o direcionamento do general primeiro-ministro Giichi Tanaka (1864-1929) a partir de 1926 (LEÃO NETO, 1989, p.45), o projeto teve seu epicentro na antiga Vila Batista. Localizada nas proximidades da sede do município de Parintins, essa propriedade rural foi comprada pelos prepostos do governo imperial japonês ao coronel da Guarda Nacional Francisco Barreto Batista em 1929.

Denominada de Vila Amazônia por seus novos proprietários, essa antiga propriedade rural poderia ter se tornado um "pedacinho do Japão encravado no Brasil", com reais possibilidades de se espraiar por toda a região Norte do País. Expressão do agrado de muitos amazonenses, esse epíteto é revelador da saudade deixada em Parintins pelos empresários e militares do País do Sol Nascente, especialmente entre aqueles que deles descendem e que, à maneira xintoísta, continuam a honrar suas memórias. A história da Vila Amazônia referenciada no contexto da introdução da juta no Amazonas passa, inexoravelmente, pelo protagonismo empresarial da Companhia Industrial Amazonense S.A. (CIA), tornando-o essencial para o entendimento crítico do inteiro processo de ocupação dessa pequena ponta de terra pelos adventícios e seus desdobramentos no cenário amazônico. Em japonês, o nome da CIA era Amazon Sangyo Kabushiki Kaisha.

Em outubro de 1930 foi lançada a pedra fundamental na antiga Vila Batista, que desde então passou a ser chamada de Vila Amazônia. É necessário deixar claro que o terreno da Vila Amazônia, de 1.250 hectares (APANB, 2001, p. 58), que correspondem aproximadamente aos atuais dois quilômetros quadrados do perímetro urbano dessa localidade, foi comprado em 1929 pelo deputado Tsukasa Uyetsuka (1890-1975), que era um preposto do governo imperial japonês. "Adquiriram um terreno na Vila Batista,

a jusante, e decidiram estabelecer nele a sede da organização, denominando-a Vila Amazônia" (APANB, 2001, p. 58). Esse terreno de Parintins não fazia parte do imenso complexo territorial, de um milhão de hectares, pretendido pelos japoneses para instalar no Amazonas aquela que seria sua segunda maior colônia depois da também riquíssima região denominada Manchúria, na China, dotada de recursos minerais vitais para o projeto expansionista militar do Império do Japão.

No início, as condições de moradia na Vila Amazônia eram precárias, mas, com os altos investimentos da CIA, logo a pequena localidade amazônica se tornou uma *company town*, um espaço praticamente exclusivo para os funcionários japoneses, com as necessárias exceções para trabalhadores e visitantes brasileiros. Como sede da CIA, a Vila Amazônia estava destinada a ser o centro nevrálgico de um conglomerado agroindustrial de capital japonês que deveria abranger todo o estado do Amazonas:

> E' de justiça reconhecermos que esta perspectiva alviçareira [a expansão da cultura da juta] devemol-a [sic] aos colonos [leia-se: empresários] japonezes que trabalham em Parintins para a Companhia Industrial Amazonense, S.A., e especialmente ao illustre e esforçado presidente dessa companhia, o dr. Tsukasa Uyetsuka, que não tem poupado o sacrifício de milhares de contos de reis para desenvolver a agricultura e a industria no Amazonas, afim de obter algum lucro para seus capitaes invertidos, concorrendo deste modo para o progresso e o engrandecimento da região, pelo desbravamento e utilização productiva de grandes áreas de terras incultas (LIMA, 1938, pp. 3,4).

A inversão de capital japonês em terras amazonenses logo se fez sentir na pequena vila parintinense, envolta numa azáfama laboral que em pouco tempo a transformou em um espaço urbano adequado à gestão das atividades agroindustriais a que se propunham os capitalistas nipônicos. A principal construção da CIA na Vila Amazônia foi o Hakko Ichiu Kaikan, um grande salão erigido em estilo arquitetônico japonês. Foi inaugurado em outubro de 1940, quando o mundo já estava em plena Segunda Guerra Mundial, com as tropas japonesas invadindo praticamente todo o Extremo Oriente em cumprimento ao plano militar estratégico Hakko Ichiu. Segundo Willensky (2005, p.69), a frase Hakko Ichiu significa "The Eight Corners of the World Under One Roof", os oito cantos do mundo sob um único teto.

Assim como os manauaras têm o Teatro Amazonas, os habitantes desse "pedacinho do Japão" em terras amazonenses teriam como referência histórica, simbólica e cultural o Hakko Ichiu Kaikan, estrutura de madeira que servia como salão

de reunião e casa de oração, além de ser o símbolo máximo do poderio expansionista nipônico na Amazônia.

Longe de ser um paraíso tropical em fase de implantação por laboriosos imigrantes de um distante país de clima temperado, a Vila Amazônia era, antes de tudo e de mais nada, sede de uma empresa privada capitalista ciosa de seu principal objetivo, o lucro a qualquer custo. Mas, os relatos de nossos interlocutores apontam para a existência de algo mais na Vila Amazônia do que apenas atividades empresariais supostamente legítimas desde o ponto de vista institucional brasileiro. Havia, de fato, animosidade entre brasileiros e japoneses em Parintins.

Essa animosidade foi relatada pelo trabalhador da juta Espiridião Batista Pessoa, nascido em Parintins, em dezembro de 1928, filho de Militão Batista de Oliveira e de Vitorina Assis de Oliveira, também nascidos em Parintins. Espiridião Pessoa plantou juta da idade de 15 anos até os 32 anos, na Costa do Itaboraí, no terreno da família, onde chegou a plantar três hectares por ano. Em 1961, casou-se com Maria Célia Fernandes Pessoa, com quem teve sete filhos e quatro filhas. Para esse trabalhador da juta:

> Os japoneses são uma gente muito experiente, não só experiente como de muita maldade. Eles eram falsos, não se podia ter uma amizade, uma confiança com eles. Havia muita gente, muito brasileiro trabalhando na Vila Amazônia, na CIA, pois, os japoneses demonstravam ser como amigos (Entrevista, 2016).

À narrativa de Espiridião Pessoa, o também juteiro Zeferino Braga acrescenta:

> Eles [atualmente] só dão o lado bom [da história], mas os japoneses tinham cadeia na Vila Amazônia e davam palmatorada nos empregados brasileiros. Tinha empregado brasileiro que falava japonês. Os brasileiros trabalhavam como cozinheiras e caseiros. Era lei dura. Quando os japoneses falavam que não podia sair da Vila Amazônia, os brasileiros não saíam. Pagavam o serviço com roupa, calçado... Na guerra, os marinheiros brasileiros atacaram os japoneses da Vila Amazônia à noite e levaram os japoneses muito brabos nos porão de seis corvetas (Entrevista, 2016).

O tenente japonês Sakae Oti cuidava da "ordem pública", sendo responsável pela "saia-preta", a prisão localizada na Colônia Modelo de Andirá, uma das propriedades da CIA. "A saia-preta estava sempre povoada de caboclos [..., detenção causada, entre outros motivos, pela] chamada 'esperteza de japonês' contra trabalhadores nativos – o que causava entreveros de trabalhadores" (RODRIGUES; *et alli*, 2015, p.8).

Logo após o término do conflito mundial, em 1945, as terras da Vila Amazônia de posse da CIA foram confiscadas e levadas a leilão pelo governo brasileiro, sendo arrematadas em 1946 pela empresa J. G. Araújo & Cia. Ltda., que passou a promover a produção da juta em larga escala. Melancolicamente, terminou "como ilusão o sonho do koutakusei vinculado à Companhia Industrial Amazonense S.A." (IKEGAMI, 2009, p. 101). Dos 347 empresários, funcionários e trabalhadores rurais da CIA, foram registrados, em 1956, no município de Parintins, um restante de 118 súditos japoneses e seus descendentes brasileiros, sendo 62 homens e 56 mulheres (IBGE, 1957, p.225). No entanto, a CIA deixou um legado, a cultura da juta indiana, que por cerca de três décadas seguidas (1950-1970) serviu como um dos itens de sustentação da economia amazonense, ao lado da malva endógena, da castanha-da-amazônia, dos couros silvestres, do óleo de pau-rosa e, de maneira residual, da própria borracha.

A experiência empresarial vivida pela Companhia Industrial Amazonense não pode ser relegada a um segundo plano no contexto acadêmico que aborda o tema trabalhadores da juta na Amazônia, nem tampouco pelos pesquisadores que se dedicam ao tema desenvolvimento regional. Seu exemplo como empresa capitalista inserida num ambiente francamente promissor do ponto de vista econômico, multiétnico e culturalmente polifônico, deve ser levado em consideração por pesquisadores acadêmicos que queiram compreender o cenário amazônico.

Parte significativa da história da Vila Amazônia recai sobre o período de 1930 a 1942, sendo estes 12 anos considerados neste estudo como a Idade de Ouro da presença imperial nipônica no Amazonas. Oficialmente, o objetivo da Vila Amazônia era servir como ponto de apoio logístico à imigração em larga escala planejada pelo governo japonês (LEÃO NETO, 1989), que previa a entrada de 150 mil trabalhadores rurais imigrantes em um prazo de dez anos (APANB, 2001, p. 54). Havia a possibilidade de se instalar esses imigrantes em um milhão de hectares de terras amazonenses repassadas pelo Governo do Estado do Amazonas aos prepostos do governo imperial japonês. Concomitantemente, o Governo do Estado do Pará, também, repassou um milhão de hectares para os prepostos do governo imperial japonês.

Mas, em agosto de 1937, o Senado Federal declarou a inconstitucionalidade do repasse desses dois milhões de hectares de terras amazonenses e paraenses para os prepostos do governo imperial japonês, que, na ocasião, já tinham constituído as

empresas Companhia Industrial Amazonense e Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. (Nantaku), esta instalada no Pará. O ato do Senado Federal, na prática, não impediu que a CIA continuasse a exercer suas atividades capitalistas monopolistas em relação à incipiente cadeia produtiva da juta no Amazonas, inclusive com a ampliação de suas instalações agroindustriais e expansão da infraestrutura urbana da Vila Amazônia. De 1937, quando foi realizado o primeiro carregamento de juta para uma fábrica de Belém, até 1942, a CIA exerceu o mais completo controle em relação à juta, desde a produção de semente, passando pelo incipiente processo de aviamento, até a comercialização e exportação do produto, tendo inclusive, o respaldo dos agentes governamentais para a realização dessa tarefa de caráter monopolista.

Atualmente, a vila poderia abrigar a sede da maior empresa capitalista da região Norte, a Companhia Industrial Amazonense, com milhares de trabalhadores brasileiros e japoneses engajados em seus processos produtivos e com milhões de pessoas envolvidas em seu projeto civilizacional. Apesar de interrompido no turbulento ano de 1942, o projeto empresarial capitalista teve um início muito promissor, capaz tanto de animar os militares e investidores no Japão (OTI, 1947, p.2) quanto de criar expectativas positivas em milhares de trabalhadores amazonenses e paraenses (GONÇALVES, 2012, p. 64, 65). Desde uma perspectiva empresarial, a Vila Amazônia da Companhia Industrial Amazonense, como propriedade privada apresentando infraestrutura urbana, em plena expansão em 1941, deve ser considerada uma das primeiras *companies towns* da região, e não um simples assentamento agrícola destinado a receber empobrecidos trabalhadores rurais japoneses em busca de um pedaço de terra para plantar.

O projeto de *company town* posto em execução pela Companhia Industrial Amazonense era complexo e de altíssimo nível, envolvendo, inclusive, a elite empresarial, científica e política do Japão (OTI, 1947, pp. 1, 2) do início da Era Showa (1926-1989), período emblemático da história daquele país insular. Esse período tem como referência angular a figura do imperador Hiroíto (Hirohito), sustentáculo divino do "tenno fashizumu", o fascismo expansionista centrado na pessoa do imperador (FREI, 1998, p. 115; MORITA *et alli*, 1986, pp. 36, 37).

O conceito de *company town* extrapola os limites da simples vila operária destinada a abrigar trabalhadores para alcançar ares de marco civilizacional capitalista inserido em um ambiente espacial próprio, pasteurizado e livre de influências externas,

operando sob o mais rígido controle da cúpula administrativa. “Este tipo de espaço urbano é caracterizado pelo fato de ser uma propriedade privada e estar direcionado a alguma atividade empresarial, geralmente ligada à extração de minérios ou a projetos agropecuários em locais distantes dos centros urbanos” (SILVAN, 2014, p. 60).

A Companhia Industrial Amazonense é, também, o mais ambicioso projeto empresarial capitalista elaborado na Amazônia durante o século XX, superando em muitos aspectos projetos igualmente ambiciosos destinados à região. Mesmo as bem-sucedidas empreitadas capitalistas desenvolvidas no século XX, no contexto dos Grandes Projetos Amazônicos, como Porto Trombetas; Vila Pitinga; e Urucu (Petrobras), às quais podemos acrescentar Fordlândia, Jari e Serra do Navio, não se comparam em amplitude com as potencialidades vislumbradas deputado imperial Tsukasa Uyetsuka em relação ao seu nascente zaibatsu, a CIA (CIA, 1941, pp. 21, 22).

A característica marcante desses sete empreendimentos amazônicos é que todas essas iniciativas capitalistas operavam ou operam no ambiente hermético do modelo *company town*. Diferentemente dos Grandes Projetos Amazônicos, que se restringiam e ainda se restringem à área econômica, a CIA tinha claramente pretensões civilizacionais, expansionistas, fundamentadas em um projeto pensado globalmente, o Hakko Ichiu, capaz de alienar a soberania brasileira sobre a região. Com empenho e determinação, Uyetsuka se tornou o principal lugar-tenente do governo japonês em relação ao Projeto Hakko Ichiu na Amazônia.

À revelia da literatura acadêmica disponível, é pertinente salientar que, no período de 1930 a 1942, a presença imperial nipônica na Vila Amazônia deve ser analisada como sendo uma sociedade autônoma e autárquica do ponto de vista geopolítico, sociológico e antropológico, e não como uma simples comunidade de “pobres colonos” vicejando festivamente em terras alheias. Embora em “simbiose” com alguns dirigentes do Governo do Estado do Amazonas (PINTO, 1982, p.48), os empresários da CIA não estavam em posição de submissão às leis, tradições e costumes brasileiros, tendo adquirido, certamente por meios escusos, o direito de foro privilegiado para suas questões jurídicas de qualquer natureza. Esta prerrogativa jurídica daria margem para que as futuras pretensões territoriais da sociedade japonesa amazônica fossem julgadas no âmbito do direito internacional em detrimento da jurisprudência brasileira (LEÃO NETO, 1989).

A iniciativa ousada de Tanaka posta em curso por Uyetsuka resultou na CIA tornar-se parte intrínseca da história da indústria de fiação e tecelagem de fibras vegetais na Amazônia. A introdução da cultura da juta, que logo se expandiu no Amazonas e Pará, aconteceu no contexto da gênese e estruturação da CIA, antes mesmo da formalização dessa empresa, que se deu em fevereiro de 1936. Pouco antes, em 1934, o Instituto Amazônia (IA), que pode e deve ser considerado como predecessor institucional da CIA, conseguiu, após um processo francamente amadorístico, introduzir a juta em solo amazonense. Em carta datada de 11 de março de 1938, dirigida a seu funcionário Vivaldo Lima (1938, p.4), Uyetsuka revela que o objetivo de introduzir a juta de origem indiana no Amazonas vinha sendo perseguido desde 1930, para o qual haviam sido destinados vultosos investimentos que precisavam dar retorno imediato.

Visionário, persistente e muito bem articulado, com uma ampla rede de contatos na cúpula militar, empresarial e política japonesa, Uyetsuka pode ser considerado um empreendedor do porte de Isaac Benayon Sabbá (Copam) atuando segundo as regras do jogo capitalista de Estado em que pontificaram Octavio Lacombe (Paranapanema) e Eliezer Batista (Vale), dois prepostos da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). No planejamento estratégico nipônico, os trabalhadores rurais amazonenses e paraenses seriam a força-tarefa do processo de exploração territorial a ser consumado sem qualquer interferência do Estado nacional brasileiro. Como empregados ou contratados da empresa, eles mesmos seriam os "objetos" passíveis de exploração pela locomotiva agroindustrial japonesa, possivelmente detentora dos meios financeiros e da tecnologia necessários para a implantação total do megaprojeto japonês para a região.

Veiculada em um opúsculo da CIA (1941), a propaganda institucional da empresa japonesa revela a abrangência de suas pretensões no território nacional e sinaliza para a existência de uma ampla gama de atividades agroindustriais e comerciais exercidas ou pretendidas pelos empresários nipônicos. Em 1941, a empresa japonesa contava com o controle exclusivo e absoluto da produção, classificação e comercialização da juta, além de gerir castanhais; seringais; fazendas de gado; supermercado Casa do Sol Nascente; ambulatório (erroneamente classificado como hospital); serraria; olaria e usina de beneficiamento de arroz, além de ser importadora e exportadora de produtos nacionais e estrangeiros (CIA, 1941, p. 22).

Como na Amazônia que tudo teve e tudo se perdeu, com a vila que leva o nome da região não foi diferente, pois naquela localidade até um moderno centro de pesquisa científica e tecnológica se fez presente, o Instituto Amazônia, com direito, inclusive, a uma estação meteorológica completa (APANB, 2001, p. 58). Tinha o nome de Instituto de Pesquisas Agronômicas da Amazônia, com perspectivas promissoras de desenvolvimento científico e tecnológico em diversas áreas do conhecimento. Muto (2010, pp. 132, 133) chama a atenção para o fato de que:

> Na Vila Amazônia Uyetsuka iniciava imediatamente a criação do Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia, conhecido como "Instituto Amazônia", e Awasu era nomeado seu superintendente. O Instituto era dotado de quatro departamentos: Departamento Agrícola, Departamento de Medições Meteorológicas, Centro Ambulatorial e Centro de Treinamento Prático, cujos responsáveis iniciavam a construção da infra-estrutura necessária, como estradas, alojamento para os funcionários, lojas de venda, áreas para produção experimental, hospital [leia-se ambulatório] e porto.

A localização privilegiada da Vila Amazônia, às margens do Rio Amazonas, praticamente equidistante entre Manaus e Belém, dava acesso garantido ao Oceano Atlântico durante o ano inteiro. Navios transoceânicos de todos os calados poderiam facilmente encontrar um porto seguro nas reentrâncias de suas bordas fluviais, fato que, certamente, deixava transparecer aos acionistas nipônicos um futuro seguro e brilhante para a pequena localidade amazônica.

Aparentemente, Manaus fora preterida como sede em razão de sua localização e, também, pela natureza mesma do projeto elaborado pelos súditos de sua majestade imperial, pois a vila parintinense poderia ou fora projetada para se tornar um marco civilizacional nipônico no contexto amazônico, com possibilidades reais de vir a ser a capital de um futuro País do Sol Poente (LEÃO NETO, 1989). Outros fatores devem ter sido levados em conta, como o fato de, na década de 1920, mesmo já em franco declínio, havia a predominância do empresariado inglês, que dominava o sistema bancário, parte do comércio e a prestação de serviços urbanos em Manaus. Nos planos de Uyetsuka, a Vila Amazônia era apresentada como sendo a sede de "uma **colônia** [grifo nosso] próspera do Japão em território amazônico" (IKEGAMI, 2009, p. 56).

O fator social também estava contemplado no projeto capitalista, pois a ideia original de Uyetsuka, em relação ao megaprojeto capitaneado pela Companhia Industrial Amazonense, era "[...] construir uma nova sociedade comunitária na

Amazônia inexplorada, diferente do padrão usual da sociedade com finalidades lucrativas" (APANB, 2001, p. 54). Ao que tudo indica, esse objetivo cheio de boas intenções era mais um "engodo capitalista" (SILVAN, 2014, p. 181), engendrado e promovido pela elite fascista do Dai Nihon (Grande Japão).

Para dar suporte gerencial às atividades a serem desenvolvidas no âmbito do megaprojeto, Uyetsuka fundou em Tóquio, em 1930, a Kokushikan Koutou Takushoku Gakko (APANB, 2001, p. 53; SÁ, 2011, p. 292), expressão que pode ser traduzida, seguindo o direcionamento do dicionário japonês-inglês da Éditions eBooks France (2017), como Escola Superior de Colonização Patriotismo. Traduzido como patriotismo, *kokushikan* une as palavras *kokoku* (terra natal, pátria) e *shikan* (serviço prestado ao governo). O termo antigo usado no Japão para fazer referência ao próprio país era *teikoku* (império), com seu derivativo *teikokushugi*, significando imperialismo, mas seu uso foi obliterado no âmbito das relações internacionais por explicitar as pretensões expansionistas nipônicas. "In its place, the name Kokoku, the Land of the Tenno, was chosen: it signified Japan as the one and only practitioner of the Way of the Tenno as the essence of the East Asian tradition of Wang Tao 'upon which a league of East Asian nations must be built'" (FREI, 1998, p.116).

Como quase tudo no Japão antes da derrocada perante os norte-americanos, a escola de "colonização" tinha claramente feições militares, com oficiais graduados do Exército em seu corpo docente e farda característica das Forças Armadas, praticamente a mesma que vestia os carrascos japoneses em Nanquim, na China, durante o massacre promovido por Hiroíto em dezembro de 1937. No Estado japonês todo súdito era considerado um soldado em potencial, sendo a população masculina intimada a vestir uniforme militar desde a mais tenra idade. Frei (1998, p.113) afirma que: "In the 1930s, Japan's organizing principle was one of hierarchy under a strong central government. In this central government, the military occupied the strongest position". O resultado da escalada militar japonesa foi o massacre de cerca de 300 mil pessoas na então capital chinesa, Nanquim (DREA, 2006), relembrado com consternação e reverência pelo governo chinês em dezembro de 2017, cerimônia que marcou 80 anos de lembranças amargas para os sobreviventes da chacina e para todo o país.

O nome da escola de Uyetsuka foi abreviado para Koutaku, expressão da qual deriva a palavra koutakussei, que numa tradução livre fica: pessoa (sei, em japonês) da

Koutaku, ou, para melhor entendimento, aluno ou cadete da Escola Koutaku. A palavra tem a variante koutakusei, com apenas um S, mas preferimos a forma parcialmente aportuguesada, com a letra S dobrada (koutakussei), indicativa da pronúncia aproximada em japonês.

Observando-se a metodologia de acolhimento de palavras estrangeiras em nosso idioma, torna-se pertinente salientar que a palavra koutakussei, salvo melhor juízo, é um adjetivo relacional e deve ser flexionada em número, ficando koutakusseis, mas nunca em gênero nem em grau. Muto (2010, p. 29 e 121) utiliza essa grafia parcialmente aportuguesada, embora não a unifique, usando a expressão koutakussei sem a devida flexão quanto ao número quando necessário. Ferreira (2016, pp. 59, 160) usa a grafia koutakusseis tanto para o singular quanto para o plural. Sá (2011, pp. 291 a 303) unifica a grafia koutakussei e a flexiona sempre que necessário.

Os koutakusseis eram provenientes de famílias de classes média e alta de perfil urbano, aparentemente sem tradição agrícola, e estavam se capacitando para liderar todas as atividades da Companhia Industrial Amazonense, inclusive aquelas de acolhimento e assentamento de milhares de famílias de agricultores nipônicos desafortunados previstas no megaprojeto japonês. Em relação a este contexto histórico, nos apoiamos nas informações repassadas por Kenji Ikegami aos seus descendentes, registradas por Antão Shinobu Ikegami (2009).

Falecido em 1996, Ikegami fez parte do grupo composto por 243 cadetes de alto nível educacional, egressos da escola militar nacionalista Kokushikan, que ministrava o curso para capacitar os futuros gestores dos interesses nipônicos na Amazônia. O objetivo eufêmico era: "[...] formar elementos humanos dotados de patriotismo que pretendam expandir-se na América do Sul" (IKEGAMI, 2009, p. 200). "Por meio dessa escola, sete turmas foram enviadas para esse município [Parintins], num total de 244 estudantes; [...] trabalhando [...] com disciplina militar" (FERREIRA, 2016, pp. 157, 158). Para efeito estatístico, neste estudo consideramos somente 243 cadetes da escola militar de nível superior Kokushikan, conforme Antão Shinobu Ikegami (2009, p.199).

Entre esses 243 jovens militares que se dirigiram ao Amazonas, havia, inclusive, "[...] filho de barão e até filho de almirante comandante supremo da esquadra japonesa" (IKEGAMI, 2009, p. 60), evidenciando o elevado nível social dos participantes do projeto ultramarino do governo imperial japonês. Consultando a lista de koutakusseis,

encontramos dois elementos com o sobrenome Yamamoto, fato que daria margem para a suposição de que um deles ou os dois fossem filhos de Isoroku Yamamoto. Comandante-chefe da Esquadra Combinada da Marinha Imperial durante a Segunda Guerra Mundial, Yamamoto foi o mentor intelectual do ataque surpresa à base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941(CLAUSEWITZ, 2005, pp.781, 782). Quanto ao barão e seu filho "amazonense", nada se sabe.

Com a Segunda Guerra Mundial veio o cerceamento das atividades e o desmantelamento legal da promissora empresa instalada na Vila Amazônia. "Terminou como ilusão o sonho do koutakusei vinculado à Companhia Industrial Amazonense" (IKEGAMI, 2009, p. 101). Fundada em fevereiro de 1936, a empresa agroindustrial desde sua gênese, por volta de 1930, até seu ocaso em 1942, esteve sob a supervisão de gestores japoneses. A extinta CIA deixou um legado prejudicial à saúde do trabalhador da juta, a cultura da juta indiana, que, ao lado da malva amazônica, por três décadas seguidas (1950-1970) contribuiu para a estabilização das contas públicas amazonense e paraense. Atualmente, fica claro que a introdução da juta em Parintins foi prejudicial para os interesses sociais amazônicos e comprometeu o desenvolvimento regional. Mesmo na década de 1980, a percepção dessa realidade não passou despercebida ao olhar de um trabalhador da juta de Manacapuru, relato registrado por Pinto (1982, p.137) em seu estudo: "Foi a pior coisa que trouxeram para esse Amazonas (juta)".

Analisada em retrospectiva, a introdução da juta foi desnecessária do ponto de vista econômico tendo-se em vista a existência de um sucedâneo local de alta produtividade, a malva (*Urena lobata*), naquela época conhecida na Amazônia como uaicima, pertencente à família botânica das malváceas. Tal tropeço no afã de submeter a região aos seus ditames evidencia a falta de conhecimento técnico da elite empresarial nipônica sobre a região. Por assim dizer, deixaram de fazer o dever de casa ao desconsiderarem o estado da arte do tema "fibras úteis" em escala mundial. O conhecimento sobre a utilidade da malvácea uaicima, uaicina ou guaxima poderia ser adquirido em publicações da época, ou nas volumosas enciclopédias, que pretendiam englobar a totalidade do conhecimento existente, como o Lello Universal, publicado por volta de 1920. Nele, a planta brasileira é apresentada como: "Guaxima, s. f. (tupi aguaixima). Género de arbusto malváceo, de casca têxtil. *Bras.* O mesmo que malvaísco" (GRAVE; COELHO NETTO, c. 1920, p. 1211).

Tal conhecimento estava disponível, também, no âmbito da campanha de divulgação das potencialidades econômicas empreendida pelo barão de Santa-Anna Nery no final do século XIX e início do século XX, que teve na obra *Le Pays des Amazones* (1979) sua principal ferramenta. Nela, o autor cita inúmeros vegetais que já faziam parte do conjunto de itens de valor econômico do Amazonas, entre elas a "[...] uaicina (*Urena lobata*), [...] e uma quantidade de outras plantas abundantes na Amazônia, e sobre as quais o Dr. Von Martius [c.1820], Alfred Wallace e Barbosa Rodrigues, entre outros, escreveram monografias detalhadas" (NERY, 1979, p.83).

Alguns pesquisadores a consideram como sendo uma planta cosmopolita, que viceja em áreas tropicais de clima quente e úmido, como de fato acontece atualmente. No entanto, Von Martius, que esteve na Amazônia por oito meses nos anos de 1819 e 1820, determinou que a origem geográfica da *Urena lobata* é a província do Grão Pará, o que a torna uma planta endógena por excelência, conforme informação disponibilizada em meio eletrônico pelo Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria) em 2005. Sem mencionar especificamente a uacima, num documento oficial enviado a El-Rei D. João V, em 1734, os povos do Maranhão e Grão-Pará se referem a umas tantas espécies vegetais aproveitáveis comercialmente, entre elas as produtoras de "fibras para amarras [cordas] de navios" (TOCANTINS, 1982, p.47). Em todo caso, a uaicima não precisou ser "aclimatada" à região por "técnicos de altíssimo nível", pois era considerada como praga em diversas lavouras existentes no Pará.

Segundo o Cria, a obra monumental *Flora brasiliensis* foi editada "entre 1840 e 1906 pelos editores Carl Friedrich Philipp von Martius [1794-1868], August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. Contém tratamentos taxonômicos de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras" (MARTIUS, 2005, Introdução). Nessa obra, a *Urena lobata* está classificada na Família Malvaceae, Tribo Ureneae e Gênero Urena e apresenta as variedades americana, reticulata e trilobata, estando inserida na lista de espécies da flora brasileira (Volume 12, Parte 3, páginas 469-472). A expressão original, em latim, usada por Von Martius para determinar a área de ocorrência da *Urena lobata* foi: "Habitat in Brasiliae prov. Grâo Pará: Burchell, n. 9693 [...]" (2005, p.472).

Caso não tivessem acesso aos textos nas línguas ocidentais, os empresários e técnicos japoneses poderiam recorrer à linguagem universal da natureza, que se exprime

de maneira inequívoca na própria área da Vila Amazônia, onde se pode encontrar a uaicima (malva) vicejando naturalmente, sem nenhuma interferência humana. Em junho de 2016, em diversos pontos da estrada que corta o distrito Vila Amazônia, constatamos a existência de formações de malva vegetando sem nenhuma utilidade aparente.

Na década de 1960, a uaicima foi referenciada por Reis (1967, p. 38) como importante produto econômico da zona bragantina, no Pará, ao lado do cacau (Santarém e Parintins), pimenta-do-reino (Tomé-açu) e guaraná (Maués). Além de malva, atualmente, a uaicima (BENCHIMOL, 2009, p.28; REIS, 1967, p.38) é referenciada por outros nomes: uaicina; uaixima; guaxuma; malvaísco; etc. O que demonstra a inutilidade do trabalho realizado pela empresa japonesa é o fato que, em 1986, no Amazonas e Pará, foram produzidas 32.484 toneladas de fibra seca de malva contra somente 27.857 toneladas de fibras de juta, sendo que, em 1988, o estado do Pará destinou 27.185 hectares para a plantação de malva e apenas 4.970 para a juta (BENCHIMOL, 1989, pp.25, 30). Desde o início do século XXI, mais de 90% das sementes plantadas no Amazonas são de malva, e não de juta, como poderíamos supor.

A malva apresenta qualidades e aspectos muitíssimos parecidos com a juta e já vicejava na mesorregião Nordeste Paraense, localizada no estado do Pará, desde muito antes de 1937, quando houve a primeira safra comercial de juta na Amazônia. No entanto, a malva é superior em produtividade, pois a espécie apresenta um processo produtivo que requer menos tratos culturais. A juta requer três ou quatro capinas quando está crescendo, enquanto que a malva sufoca as ervas daninhas imediatamente. Além da *Corchorus capsularis*, a empresa japonesa também introduziu na Amazônia a espécie de juta *Corchorus olyotorius*, mas a história da cadeia produtiva da juta na região começa mesmo, paradoxalmente, com a atividade extrativista da uaicima, que ficou mais conhecida por malva, um derivativo do nome de sua família botânica.

O extrativismo da malva endógena para suprir a demanda industrial começou em 1935, quando foram colhidas 270 toneladas dessa fibra, que crescia de forma espontânea na mesorregião Nordeste Paraense, e continuou ao longo dos anos praticamente confinada no Pará e Maranhão. Com a introdução da malva nas várzeas do estado do Amazonas, na década de 1970, por suas evidentes vantagens econômicas, paulatinamente passou a substituir o plantio da juta. Desde 2010, a produção de fibras na Amazônia gira em torno de 95% de malva e apenas um resíduo de 5% de juta.

Em relação à “aclimatação” da juta no Amazonas, desde uma perspectiva historiográfica fica clara a ignorância dos empresários e técnicos japoneses em relação à Amazônia. É provável que os técnicos agrícolas japoneses desconhecessem totalmente a uaicima como planta produtora de fibra de qualidade, com a qual já se fabricava praticamente toda a cordoaria produzida na Amazônia (TOCANTINS, 1982, p.47), sendo, em alguns aspectos, superior mesmo à juta indiana. Caso conhecessem, por razões não esclarecidas ou mesmo implícitas na narrativa ufanista da CIA, que ressalta a “persistência” dos “altamente capacitados técnicos agrícolas” japoneses em “aclimatar” a juta indiana, a planta amazônica foi solemente ignorada.

Na realidade, tal “persistência” na “aclimatação” da juta deve ser vista apenas como retórica em uma historieta feita sob medida para massagear o ego já extremamente inflado de um povo que se achava “divino”, não havendo outra motivação aparente ao se dar destaque para a palavra “persistência” senão a da mais pura pavulagem. Mais do que colocar em evidência o despreparo dos técnicos japoneses em relação à agricultura tropical, fica claro que a introdução da juta foi uma ação totalmente desnecessária.

Preferimos o termo “introdução” como noção operacional, usado por autores da disciplina Botânica, em detrimento ao termo “aclimatação”, que também é uma noção operacional da botânica. Delariva e Agostinho (1999, p. 255), no artigo *Introdução de espécies: uma síntese comentada*, afirmam que: “[...] independentemente da origem geográfica [...] a introdução é entendida como a inserção de um elemento totalmente novo em uma dada região”. A diferenciação de natureza semântica entre os dois termos é necessária tendo-se em vista uma adequação a duas situações distintas que não podem ser unificadas sob pena de se desvirtuar o entendimento que se tem sobre tais termos.

Tendo como epicentro a Vila Amazônia, a cultura da juta se espalhou, a partir de 1938, por uma extensa região de várzea do Rio Amazonas e de seus tributários. Com clima quente e úmido e várzeas de aluvião fertilizadas pelo ciclo hidrológico anual, a calha do Rio Amazonas apresenta condições ambientais e climáticas muito semelhantes àquelas encontrada nos rios Ganges e Brahmaputra, na Índia. Foi exatamente do ambiente de várzea desses rios indianos que se originaram as sementes da juta aqui plantadas pela companhia japonesa.

Qualquer técnico agrícola experiente na cultura de juta poderia confirmar nossa suspeita de que, *a priori*, sementes de boa qualidade, pois aqui vale ressaltar a questão da qualidade e do "prazo de validade" da semente, produzidas na Índia ou Paquistão germinarão na Amazônia sem mais delongas, produzindo tanta fibra quanto aquelas provenientes da própria região. Invertendo o sentido geográfico, é pertinente supor que as sementes produzidas na Amazônia semeadas em solo fértil na Índia terão os mesmos bons resultados daquelas semeadas nas várzeas de Manacapuru.

Assim, é lógico afirmar que não houve necessidade de aclimatação ou adaptação da planta ao solo amazônico, pois as duas espécies de juta trazidas pela Companhia Industrial Amazonense, a *Corchorus capsularis* e a *Corchorus olyotorius*, têm essas condições climáticas e de solo como ideais para seu desenvolvimento. A afirmação de que não houve nenhuma necessidade de aclimatação ou adaptação da juta contraria o entendimento da maioria dos autores do meio acadêmico que abordam a temática.

Internalizando o discurso enigmático oriundo da cúpula administrativa japonesa, ainda na segunda década do século XXI muitos autores acreditam que houve, sim, um processo de aclimatação, adaptação, mutação ou mesmo de aprimoramento genético promovido pela empresa japonesa. Mesmo juteiros experientes se reportam aos lendários esforços dos funcionários da CIA para "aclimatar" ou mesmo "adaptar" a juta em solo amazonense. Sem mencionar os contadores de causos e "especialistas" em temas relacionados à Amazônia, que "ouviram falar" da "aclimatação" e das dificuldades que supostamente foram superadas com inteligência, criatividade, determinação, persistência, coragem, etc., etc., etc.

Mesmo atualmente, a historieta da introdução da juta pela CIA ainda continua sendo amplamente disseminada na mídia que, de vez em quando, ressalta o "sucesso" (AKA, 2011; IKEGAMI, 2009, p. 85) alcançado pela empresa japonesa, mas coloca o foco das reportagens sobre um único funcionário, como se ele tivesse sido o protagonista de uma saga do tipo "O último homem branco em seu desterro na Amazônia". A inteira organização empresarial japonesa no Amazonas fica em segundo plano, como se propositalmente a intenção fosse ocultá-la, ou pelo menos disfarçar sua existência e proximidade com o poder político central fascista do Império do Japão.

Na encenação dessa saga de enredo eurocêntrico, os "pobres nativos" são requeridos como meros coadjuvantes, colocados discretamente à margem dos rios e do

processo histórico, “sujeitos” insignificantes e propensos ao anonimato. São classificados socialmente como “caboclos” pelos adventícios que aqui aportam, como certo pesquisador que em 1938 realizou uma excursão à noviça zona de produção de juta de Parintins. Após citar os “doutores” japoneses da juta por nome e sobrenome, fazendo justiça ao “mérito” dos orientais, o autor afirma: “Sem esquecer, também, o contingente do **caboclo anônimo** [grifo nosso] que entrou com o braço, desviando-o da indústria extrativa para a lavoura” (THURY, 1948, p.8).

Com o tempo, o “way of the tenno, the emperor of Japan”, ideologia que em bom português podemos chamar de nipocentrismo, deu vazão a uma atitude pretensiosa que se tornou a marca registrada dos imigrantes japoneses na Amazônia. Esta atitude arrogante se intensificou após a decisão dos Estados Unidos de fazer do arrasado Japão um país industrializado, capaz de servir como contrapeso à influência que a União Soviética exercia na Ásia durante a Guerra Fria (1945-1991).

Se não fosse tal conjuntura geopolítica, talvez a decisão dos líderes norte-americanos tivesse sido transformar o país num imenso jutal, aproveitando as áreas dos arrozais “em todos os charcos, terras preparadas para o cultivo [... onde imperava o mau] cheiro de esterco humano, o único fertilizante usado no Japão [...]” (CLAVELL, 1993, p.23). Não transformariam o país no industrializado e ingrato Big Japan, que na década de 1980 foi capaz de peitar e dizer “não” aos seus próprios benfeitores (MORITA; *et alli*, 1986, p.46).

A adaptação da juta ao clima temperado do Japão ficaria sob a responsabilidade dos “experientes” técnicos japoneses da Companhia Industrial Amazonense. Talvez no Japão o jutal viesse a ser um lugar aprazível para os laboriosos trabalhadores japoneses, cenário diametralmente oposto àquele encontrado na várzea amazônica, onde cerca de 50 mil trabalhadores rurais amargaram condições de trabalho extremamente deletérias e perigosas. Para que a contextualização da introdução da juta no Amazonas seja completa, tecemos um breve relato sobre a Vila Amazônia, apresentando essa localidade parintinense de forma o mais abrangente possível e dando destaque para as trajetórias de vida dos trabalhadores da juta que nela laboraram intensamente.

1.2 – A Vila Amazônia dos juteiros de Parintins

Ao elaborarmos uma descrição detalhada do modo de vida, trabalho e condições de trabalho, estrutura social, costumes e crenças dos antigos trabalhadores da juta da Vila Amazônia, objetivamos apresentar uma ampla contextualização de como a cultura da juta foi introduzida, estabeleceu-se e operou na região. As considerações sobre aspectos essenciais relacionados ao trabalho e às condições de trabalho dos juteiros de Parintins estariam incompletas sem uma descrição da Vila Amazônia, de caráter interdisciplinar, para facilitar a compreensão das interpretações e análises da dinâmica social e da organização econômica vivenciadas por esses trabalhadores rurais.

Portanto, as considerações sobre a vida dos juteiros da Vila Amazônia incluem generalidades, particulares e peculiaridades de caráter antropológico, sociológico, historiográfico, geográfico, ambiental, urbanístico e arquitetônico. Assim, talvez seja possível apresentar ao longo deste estudo sobre a vida e o trabalho dos antigos trabalhadores da juta um quadro analítico abrangente e coerente da inteira cadeia produtiva dessa fibra na Amazônia durante o período de 1937 a 1987. Este lapso de tempo de meio século é essencial para a compreensão da dinâmica do trabalho agrícola extenuante e potencialmente perigoso exercido pelos juteiros nas várzeas amazônicas.

Como grupo social relativamente homogêneo, os juteiros e suas famílias são o foco central dessas considerações. Um deles é José Zeferino Braga, nascido na cidade de Parintins em 1946, um senhor sisudo, mas extremamente solícito, que detém em sua memória privilegiada a história comunal do lugar onde cresceu, trabalhou e vive até hoje. Guiados por seu conhecimento, solicitude e paciência, pudemos compreender e conhecer aspectos marcantes da historiografia arquitetônica e urbanística da Vila Amazônia e parte importante da sociogênese da categoria profissional dos trabalhadores da juta de Parintins.

Embora tenhamos avaliado em mais 50 mil pessoas (PINTO, 1966) o conjunto de trabalhadores rurais que labutaram no cultivo da juta durante o período de 1937 a 1987, acreditamos ser pertinente a representatividade que os dez juteiros entrevistados apresentam em relação à categoria profissional a que pertenciam num passado relativamente recente. Consideramos os dez juteiros entrevistados e muitos outros com os quais dialogamos informalmente como fazendo parte dos remanescentes dessa categoria profissional que atuaram até a década de 1980**.**

Assim como a própria Amazônia, a Vila Amazônia de Parintins passou por profundas transformações desde a década de 1930, década em que a monocultura da juta foi introduzida na região pela Companhia Industrial Amazonense. Na década de 1980, o local foi destinado pelo Governo Federal a ser a parte urbana de um assentamento agrícola sem maiores pretensões, acolhendo agricultores da própria região Norte, especialmente dos municípios amazonenses e paraenses adjacentes, e, também, da região Nordeste.

Segundo Pachêco e Saito (2016, p.118), o Projeto de Assentamento Vila Amazônia foi criado em outubro de 1988, por intermédio da portaria número 1.404/1988, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), tendo como instituição executora o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Está circunscrito tecnicamente à modalidade Projeto de Assentamento (PA). Analisando o ambiente fluvial das microbacias hidrográficas (Mbh) do Zé Açu e Tracajá, inseridas no espaço geográfico da Vila Amazônia, os autores descrevem os limites desse projeto de assentamento:

> Essas Mbh modelam o território do Projeto de Assentamento Vila Amazônia de noroeste-norte – com a microbacia Zé Açu: nordeste – nascente da calha principal e terras do estado do Pará; sudeste-sul – limite areais da rede hidrográfica do rio Mamuru e terras do Pará; sudoeste – a calha principal deságua 4.251km, antes da foz do rio Mamuru. [...] Limita-se geograficamente da seguinte maneira: Norte-nordeste – Porto e Núcleo urbano da Vila Amazônia; estrada de Vila Amazônia; comunidade do Açaí; e estrada do Quebra; Oeste – o paraná do Ramos banha a foz da Mbh Zé Açu; Leste-noroeste – configura-se a rede hidrográfica do Zé Açu de montante a jusante, cuja desembocadura principal se dirige ao paraná do Ramos; Leste-oeste – limite entre as duas microbacias hidrográficas (Zé Açu e Tracajá), assim como, o Lago do Zé Mirim (PACHÊCO; SAITO, 2016, p. 118).

Figura 1 - Mapa da sede municipal de Parintins, estado do Amazonas:

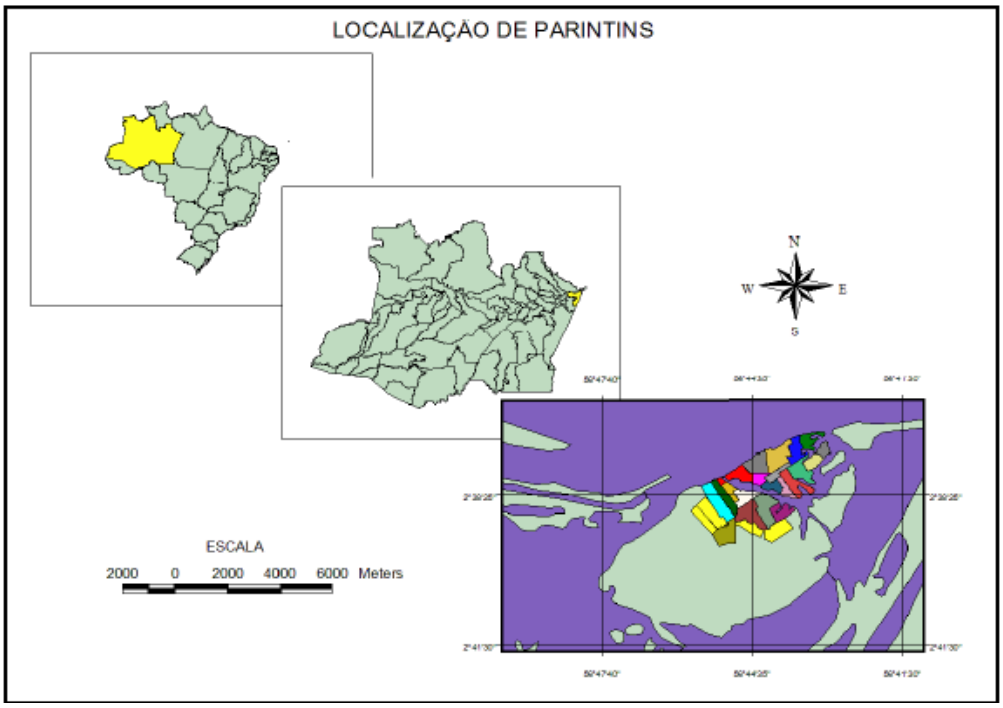

Figura 2 – Mapa da sede do distrito de Vila Amazônia, Parintins, Amazonas:

Figura 1: Mapa do município de Parintins, Amazonas, Brasil. Fonte: Tese de Nilciana Dinely de Souza: *O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM).* Manaus: Ufam, 2013.

Figura 2: Mapa do distrito de Vila Amazônia, localizado no município de Parintins, Amazonas, Brasil. Fonte: Sistema Google Earth 2015, com pesquisa e arte de Denison Silvan.

A razão de elegermos a Vila Amazônia como *locus* preferencial da pesquisa sobre a cadeia produtiva da juta foi o fato de que um grupo composto por militares e capitalistas japoneses sediados em Tóquio, ainda na década de 1920, escolheu, na América do Sul, a Amazônia como alvo de suas pretensões expansionistas (IKEGAMI, 2009, pp. 17, 25). Na sequência, o grupo comprou um pedaço de terra de 1.250 hectares (APANB, 2001, p. 58) para sediar o megaprojeto Companhia Industrial Amazonense e nele instalar as bases estruturais para a conquista econômica definitiva da região. Talvez desconhecendo a existência da malva, os dirigentes da empresa optaram pela introdução da cultura de uma fibra similar, a juta de origem indiana. Ao longo do tempo, a juta indiana mostrou-se francamente inferior à malva amazônica, sendo praticamente substituída pelo material genético endógeno a partir da década de 1970.

Com a declaração de guerra feita pelo Brasil às potências fascistas Japão, Alemanha e Itália, em 1942, a empresa capitalista nipônica foi legalmente dissolvida, com seus bens encampados pelo governo brasileiro como espólio de guerra. Seus funcionários japoneses que permaneceram na região foram dispersos para outras localidades, abandonando aos poucos e definitivamente suas instalações gerenciais, comerciais e agroindustriais. Comprada posteriormente pela empresa J. G. Araújo & Cia. Limitada em 1946, que nela fez vultosos investimentos, a Vila Amazônia passou a ser referência regional na comercialização dos fardos de juta, posição de destaque logo assumida pela própria cidade de Parintins, onde se instalaram inúmeras prensas e usinas de beneficiamento da fibra.

Concomitantemente à expansão da juta pelas várzeas paraenses e amazonenses, houve, também, o surgimento dos trabalhadores da juta como uma nova categoria de trabalhadores rurais amazônicos, dos quais alguns remanescentes ainda vivem na Vila Amazônia propriamente dita ou em seus arredores. Ainda que atualmente rarefeitos, esses antigos trabalhadores rurais da Vila Amazônia são o foco de nosso interesse, portadores de uma cultura laboral singular, particularíssima, datada e localizada, envolvida completamente pela cultura da inteira região amazônica. Eles fizeram parte de uma geração de agricultores que cultivou a juta nas várzeas da Vila Amazônia, atividade econômica iniciada em 1934 pelos funcionários japoneses da CIA, cultura agrícola que praticamente deixou de existir naquele local na década de 1990.

Embora a cultura da juta na Amazônia não tenha se extinguido por completo na década de 1980, a partir da primeira década do século XXI houve o ressurgimento da cadeia produtiva de fibras no Amazonas. As condições objetivas de produção de fibras naturais, atividade à qual se incorporou a malva como espécie majoritária, continuam praticamente as mesmas daquelas praticadas pelos antigos juteiros de Parintins.

Da década de 1930 à de 1950, a Vila Amazônia esteve sob profícua administração empresarial, inicialmente da Companhia Industrial Amazonense e, logo em seguida, da empresa J. G. Araújo & Cia. Ltda. Desde então ela exerce uma atração especial sobre aqueles que conhecem sua historiografia, repleta de acontecimentos únicos, romanescos e insólitos. Em novembro de 2014, entrevistamos pela primeira vez o juteiro Zeferino Braga, o homem que conhece como a palma da mão a vila onde mora. Detentor da história comunal da Vila Amazônia, ele se encaixa no perfil de griô, o ancião ou homem mais velho da comunidade que toma pra si o privilégio de preservar a história de sua gente, sua cultura e vicissitudes. Braga conta que:

> Quando eu era novo, muitos jovens juteiros eram seus próprios patrões, pois, para quem tinha um ou dois hectares plantados com juta, o comércio fornecia dinheiro e rancho. Trabalhei na juta de 14 até 46 anos. O juteiro não parava de trabalhar, pois era tipo escravo. À noite, começava a estender a juta e ia até a madrugada. O governo deu uma parada na produção da juta porque a saúde do povo ficava afetada, com crises de doenças. As mais comuns eram resfriado, pneumonia e reumatismo. O juteiro tinha que trabalhar com febre na água, para dar conta do serviço, pois a [subida da] água não esperava, não. Às vezes, a gente perdia roçados inteiros de juta com a enchente. As duas piores foram as de 1953 e a 1972. A minha preocupação é apresentar a história certa, verídica mesmo (Entrevista, 2016).

Atualmente, a Vila Amazônia é um distrito do município de Parintins, localizado às margens do Rio Amazonas, delimitado ao sul com o rio Mamuru, a leste com o estado do Pará e a oeste com o paraná do Ramos. O distrito inteiro é formado por 54 comunidades rurais, com 2.500 famílias. É, também, a denominação de um assentamento agrícola implantado em 1980 pelo Incra, destinado a acolher migrantes de outros locais da Amazônia e do Nordeste.

A Vila Amazônia é uma pequena ponta de terra de pouco mais de dois quilômetros quadrados localizada na margem direita do Rio Amazonas, exatamente na confluência onde este recebe as águas do Paraná do Ramos. O traçado de suas ruas

segue o padrão tabuleiro urbanístico clássico, com a maioria das 39 vias dispostas em sentido noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste.

Sem contar com nenhuma avenida, é possível considerar também como principais as duas vias que começam na rua da antiga mansão J. G. Araújo e seguem paralelamente no sentido noroeste-sudeste por 950 metros até o igarapé que delimita a vila. Da vila sai uma estrada parcialmente asfaltada, com cerca de 20 quilômetros, em direção à divisa com o do Pará, ocupada em toda a sua extensão por lotes do projeto de assentamento agrícola do Incra. Com mais da metade das ruas asfaltadas, a vila é caracterizada por quadras simetricamente dispostas, quase todas perfeitamente quadradas ou retangulares, em cujos núcleos florescem os pomares de árvores frutíferas regionais e exóticas que dão alimento e sombra para moradores e visitantes.

O local apresenta três espaços geográficos distintos, sobrepostos, mas com a mesma denominação: o Projeto de Assentamento (PA) do Incra, sob administração federal; o distrito municipal; e a vila propriamente dita, representada pelo seu espaço urbano, de aproximadamente dois quilômetros quadrados, informalmente considerado um bairro da cidade de Parintins. O assentamento agrícola foi implantado em 1980 pelo Incra, destinado a acolher migrantes de outros locais da Amazônia e do Nordeste. A distância entre o porto da Vila Amazônia e o porto Caçapava, na cidade de Parintins é de pouco mais de cinco quilômetros, trajeto regularmente efetuado por balsa em menos de 20 minutos.

A principal referência arquitetônica da Vila Amazônia é o casarão de linhas sóbrias construído na década de 1950 pelo empresário amazonense Agesilau de Araújo, filho do comendador Joaquim Gonçalves de Araújo (1860-1940), o principal empresário do período econômico da borracha. Zeferino Braga nasceu em agosto de 1946, em Parintins, no mesmo ano em que a firma J. G. Araújo comprou a Vila Amazônia do Governo Federal, que a tinha como espólio de guerra, confiscada dos empresários japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. O juteiro estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, saindo da escola para trabalhar em uma prensa de juta em Parintins. O pai, Manoel Simões de Souza, e a mãe, Clarice Braga de Souza, nasceram na própria Vila Amazônia e ainda pegaram o tempo do coronel da Guarda Nacional Francisco Barreto Batista, o antigo proprietário do local. Braga conta que:

> Além de juteiro, já fui caçador e pescador. Naquele tempo, eu arpoava peixe-boi, chegava a matar três animais por dia, vendia metade e dava a outra metade pros vizinhos. Aprendi muita coisa com meu pai, como, por exemplo, marreca voando de noite é um anúncio de que a água do Rio Amazonas vai baixar. Durante a estiagem, o uruá, um tipo de caracol, escolhe uma determinada altura do tronco da árvore e só desova daquele nível pra cima, pois aquele será o nível da próxima cheia do rio. Atirar em casa de caba-tapiú, bichinho valente, tira panema de espingarda. Se um cachorro de caça pega panema, só quer tá deitado, o dono deve tirar um pedaço da casa da formiga chamada tapiú, da mesma marca da caba. Mas, tem que ter cuidado, porque a bicha é provocadeira. Deve sacudir bem em cima do cachorro, duas ou três vezes. Acaba com a panemice do cachorro na hora. Pra quem não acredita nessas coisas da nossa cultura, digo assim: nunca se deve duvidar de ninguém (Entrevista, 2016).

O início do mês de novembro é caracterizado por chuvas esparsas no município de Parintins, com sol equatorial forte em seus dias predominantemente ensolarados, quase nenhuma nebulosidade, mas com os ventos alísios perdendo o vigor dos meses anteriores. Com pouca ventilação e umidade relativa do ar muito alta, a sensação térmica de 40º Celsius durante a canícula é anúncio seguro de que a próxima temporada de chuvas está a caminho.

A casa de Zeferino Braga está localizada na esquina das ruas Raul Barbosa e a Euler Vieira, em frente à igreja católica São Francisco Xavier e ao lado do sobrado das freiras que comandam as atividades religiosas institucionais da vila. A casa do juteiro é uma estrutura de cerca de dez metros de comprimento por seis de largura, com cobertura de telhas de amianto e cerca baixa de madeira. Na frente, a família do juteiro construiu uma puxadinha coberta, com balcão externo, para a venda de tacacá e guloseimas. Ao lado esquerdo e aos fundos, a casa abriga vistosas fruteiras.

A Vila Amazônia está localizada em uma elevação de terra firme, com uma cimeira relativamente plana que vai declinando ora suave ora abruptamente para as bordas, ao encontro das águas barrentas do Rio Amazonas. Apesar das dificuldades inerentes ao modo de vida interiorano amazônico, as habitações da vila são relativamente confortáveis, espaçosas e bem cuidadas. No entanto, são precárias desde uma perspectiva arquitetônica, pois são construídas geralmente de tábuas de madeira de baixa qualidade, com cobertura de telhas de fibrocimento, inadequadas para o clima quente da região, e sem o conforto e segurança de poder contar com a interligação a um sistema de águas servidas. Algumas, presumivelmente mais antigas, ainda apresentam a tradicional cobertura de palha de buçu, mais adequada ao clima quente da região.

Quase todas as residências da vila apresentam amplas áreas externas, onde acontece boa parte das atividades familiares, como, por exemplo, a produção de farinha de mandioca, processo que requer uma estrutura exclusiva e devidamente aparelhada. Coberta de palha de buçu, a casa de farinha encontrada na vila apresentava o típico forno circular de barro encimado por um tacho de aço e, ao lado, um tronco de árvore escavado para servir como depósito da mandioca, cena que se repete ao infinito na Amazônia profunda. Por mais que as casas da Vila Amazônia estejam inseridas em um planejamento urbanístico, com ruas padronizadas, retilíneas e uniformes, sobressai nelas a perfeita inserção no meio ambiente, talvez pelo efeito produzido pela vegetação abundante que circunda tais construções.

Singela e harmonicamente inserida em meio à vegetação, tendo como pano de fundo balouçantes açaizeiros, uma residência da vila chama a atenção. É uma casa de madeira coberta com telhas de fibrocimento formando a cobertura com uma única água. Pintada predominantemente de laranja e com detalhes verde-claro, a pequena vivenda exibe um entrelaçamento de cores agradável de se ver. Construída em um terreno plano, sem muro ou mesmo cerca de madeira, a Casa Laranja denuncia a inserção dos seus moradores no modo vida tradicional por exibir uma rede azul despretensiosamente quarando no varal. E, também, a inserção no sistema de crenças amazônico com sua indefectível touceira de espada-de-são-jorge, vicejando na entrada do terreno, e o protetor pinhão-roxo, estrategicamente plantado no canto direito da casa.

A Casa Laranja tem cerca de cinco metros de frente por sete de fundos, com pé direito padrão, de três metros, mas apresentando um declive acentuado do telhado em direção aos fundos, onde foi adicionado o tradicional puxadinho, certamente com direito a jirau para lavar louças. A base da construção é de alvenaria rebocada, pintada de verde-claro, com calculadamente meio metro de altura, sobre a qual se assenta a estrutura de tábuas de madeira, arrematadas por ripas estreitas. As ripas foram pintadas com verde-claro e as tábuas, mais largas, dando identidade à casa, de cor laranja, demonstra o capricho de seus proprietários.

O cemitério da Vila Amazônia reserva um espaço exclusivo para os empregados japoneses da Companhia Industrial Amazonense, cujos túmulos estão cobertos pela vegetação rasteira que caracteriza o abandono a que o local foi relegado. A parte reservada fica nos fundos do campo santo, separado por uma cerca de madeira de um

metro de altura, tendo como entrada uma estrutura semelhante aos pórticos orientais, em boas condições de conservação, sob a qual está uma peça retangular de granito preto, cujas inscrições foram arrancadas. A parte do cemitério reservada aos empregados japoneses e seus familiares é um retângulo de 20 metros de largura por dez de comprimento, tendo como fundo um muro azul de dois metros de altura.

Oriundos de clima temperado, os funcionários militares da empresa japonesa, quase todos muito jovens e saudáveis quando aportaram em Parintins, morreram principalmente de malária, febre amarela e outras doenças ditas tropicais. Alguns sucumbiram por causa da tuberculose, adquirida e mantida na lida dos jutais, depois do fatídico ano de 1942, quando eles já não contavam com a proteção integral e as benesses da CIA. Constatamos que praticamente todos os túmulos haviam sido danificados e, provavelmente, revolvidos. Zeferino Braga explicou que havia uma crença generalizada entre os moradores de Parintins de que os adventícios, muito ricos para os padrões locais, filhos de importantes famílias japonesas, enterravam suas fortunas consigo.

Zeferino Braga informou que o início da exploração econômica da área foi feita pelo coronel Francisco Barreto Batista, que requereu as terras da União para trabalhar em agricultura. Batista era coronel da Guarda Nacional, uma instituição militar criada em 1831, durante o Império, e incorporada ao Exército Brasileiro em 1922. Do período do coronel Batista não se tem notícia de nenhuma construção digna de referência, apenas quatro ou cinco barracos cobertos de palha que foram desaparecendo ao longo do tempo.

Zeferino Braga esclareceu que seu pai, Manoel Simões de Souza, foi a principal fonte de informação sobre como era a vida durante o período em que a CIA ditava as ordens, época em que sua mãe, Clarice Braga de Souza, foi lavadeira dos funcionários japoneses. **A** implantação do projeto empresarial denota a determinação dos adventícios em se estabelecer na nova terra. Muito embora fosse um local habitado desde há muito tempo, muito próximo à sede municipal de Parintins, foi necessário derrubar árvores, limpar o terreno, queimar os restos vegetais, sendo parte dessas atividades filmada pela equipe propagandística dos empresários japoneses.

A fundação estrutural do Hakko Ichiu Kaikan, mais conhecido como Hakko Kaikan, ainda existe na vila, uma base de cimento portland com pouco mais de dez centímetros de altura, na qual foi utilizada uma pedra regional conhecida como pedra

jacaré. A fundação ainda existente indica as dimensões do Hakko Ichiu Kaikan, uma estrutura retangular medindo 200 metros quadrados, com dez metros de largura por 20 de comprimento. A prosperidade econômica alcançada pela Vila Amazônia na década de 1930 é vividamente lembrada por Zeferino Braga por meio de uma maquete do Hakko Ichiu Kaikan, que ele próprio confeccionou com papelão:

> O pagode tinha uma sigla [as letras I e A sobrepostas, indicativas da expressão Instituto Amazônia] que era da firma dos japoneses. O povo brasileiro chamava de pagode. Era festa, era dança, alegria. O japonês tinha [o Hakko Ichiu Kaikan] como casa de oração e de reunião. Entrei muitas vezes nele. [Depois da saída dos japoneses] ele serviu de escola para a comunidade por muito tempo. Antigamente, era um salão só [posteriormente foram construídas subdivisões], com soalho de madeira com dois tipos de tábuas, uma branca e uma preta, que era tratada com cera (Entrevista, 2016).

Zeferino Braga apresentou, também, uma maquete do Centro Ambulatorial (MUTO, 2010, p.133) da Vila Amazônia e explicou como funcionava a rotina desse centro de saúde, construído de taipa, com assoalho de madeira e dois pavimentos:

> O [Yoshio] Toda cuidava do hospital [ambulatório], onde se acumulavam os doentes vindos de todo lugar, de Barreirinha a Santarém. A sala de cirurgia ficava no segundo andar do hospital. Ele fazia operação perigosa, como tirar arpão que entrou no pescoço de um homem. Esse homem morreu, não resistiu. Não havia anestesia no hospital. Era o médico que se "anestesiava", pois o Toda tomava uma dose bem forte de cachaça [antes de fazer alguma operação]. Não havia [operação] cesariana. Quando o parto complicava, era igual a tirar um bodó do buraco. O Toda perguntava pro marido: quer salvar a mãe ou o filho? (Entrevista, 2016).

O comércio da Vila Amazônia era movimentado, destacando-se a Casa Sol Nascente, um supermercado onde se comprava de tudo. A sede administrativa da CIA também foi construída no início da implantação do megaprojeto japonês. Era uma estrutura de madeira, de dois pisos, com uma cobertura de quatro águas, para a qual foram utilizadas as telhas tradicionais da arquitetura amazonense, do tipo caixeta, e não as telhas onduladas japonesas, como poderíamos supor em uma edificação empreendida por construtores orientais.

Ao lado da sede administrativa, a CIA ergueu o Instituto Amazônia, dedicado à pesquisa tecnológica, com quatro setores: agricultura, meteorologia, saúde e pesquisa sobre os vegetais utilizados na prática agrícola. O Instituto Amazônia era dirigido pelo deputado Tsukasa Uyetsuka, sendo sua logomarca um círculo apresentando uma estrela com as letras A e I conjugadas em um único ícone.

Em setembro de 1942, a CIA foi efetivamente dissolvida e, em abril de 1946, seu patrimônio, incluindo as terras da Vila Amazônia, foi leiloado. Num período de quatro anos não houve praticamente nenhuma alteração do quadro anteriormente exposto, a não ser pela ausência dos empresários e funcionários japoneses. Teve início, então, "o tempo do J. G.", que, para efeito deste estudo, vai de 1946 até 1970, quando a vila passou para a gestão do Incra. Para Zeferino Braga, o tempo do J. G. foi o melhor período vivido pela Vila Amazônia, considerado, também, o melhor de sua longa vida.

Sob a gestão do comendador Agesilau de Araújo (1900-1980), filho do comendador J. G. Araújo, a pequena povoação passou a se denominar Santa Maria de Vila Amazônia. O título de comendador foi conferido pela República de Portugal tanto ao pai português quanto ao filho brasileiro por relevantes serviços prestados à comunidade luso-brasileira radicada no Amazonas. Por atavismo, Agesilau de Araújo era, também, conhecido por J. G. O juteiro Zeferino Braga contou que Agesilau de Araújo chegou à vila em 26 de agosto de 1946, reuniu as pessoas e apresentou a imagem de Santa Maria, a padroeira da J. G. Araújo & Cia. Ltda., empresa fundada por seu pai em 1925 e que perdurou até 1989. Agesilau de Araújo anunciou que ergueria uma capela e uma escola com o nome de Santa Maria de Vila Amazônia, além de um time de futebol, o Santa Maria Esporte Clube. Cumprindo suas promessas e melhorando as condições sociais e econômicas da vila, não demorou muito para que aquele senhor de meia idade se tornar, de fato, o líder da comunidade que reunia cerca de 700 famílias naquela época.

Em 1950, o empresário construiu a capela dedicada à Santa Maria de frente para o Rio Amazonas. É uma sólida construção de dez metros de largura por 20 metros de comprimento, com bancos de madeira com capacidade para acomodar aproximadamente 70 fiéis sentados. Nela foi utilizado o milenar pozolana, cimento de alta qualidade de origem vulcânica que confere durabilidade e robustez à construção, o que evitou o emprego de vergalhões de ferro na parte estrutural.

Outra iniciativa de Agesilau de Araújo foi a construção de um galpão, localizado às margens do rio, ainda existente no local. A estrutura com 20 metros de largura por 60 metros de comprimento, com paredes de tijolos maciços, ainda abriga o que restou do antigo maquinário empregado nas atividades produtivas da Vila Amazônia. Nessa época, a vila contava com serraria, usina de beneficiamento de pau-rosa, olaria, fábrica

de ladrilho e mosaico, usina de beneficiamento de arroz, fábrica de farinha totalmente mecanizada e alambique de aguardente de cana.

Oficialmente Mansão Casal São Joaquim, o casarão é, na atualidade, o mais proeminente marco arquitetônico da Vila Amazônia. Foi mandada erigir por Agesilau de Araújo sob a proteção de Santa Maria, cuja imagem em azulejo está estrategicamente voltada para o pátio de entrada da mansão. A localização do casarão é privilegiada, com sua face noroeste voltada para o Rio Amazonas. A casa de dois andares tem cerca de 30 metros de comprimento por 20 metros de largura. No piso superior, a mansão conta com quatro suítes e uma ampla sala de jantar decorada com azulejos representando a Ceia do Senhor. No térreo, encontra-se uma sala de exibição de filmes, denunciando a paixão do proprietário pelo cinema, herdada do pai J. G. e compartilhada com o amigo cineasta Silvino Santos, um dos pioneiros do cinema brasileiro.

A área externa é ampla, com bancos decorados com azulejos coloridos e uma piscina medindo dez metros de comprimento por cinco de largura, atualmente em desuso. Com todos os confortos da vida moderna, a mansão da Vila Amazônia se tornou o Petit Trianon da família Araújo, sua aldeia idílica, onde eles recebiam seus ilustres convidados, entre eles Leopoldo III, rei da Bélgica, que, na década de 1960, ali desfrutou da hospitalidade amazonense. Embora na década de 1950 sua atenção estivesse voltada para a estruturação e expansão da cadeia produtiva da juta, Agesilau de Araújo não poupou despesas para ver realizado seu sonho burguês de ter uma casa no campo, com tudo do bom e do melhor providenciado a tempo e a hora.

Com o desinteresse da empresa J. G. Araújo pelo local, o Governo Federal implantou ali o Projeto de Assentamento Vila Amazônia, que desde 1970 é gerido pelo Incra. Como em boa parte da Amazônia, o latossolo vermelho-amarelo do assentamento apresenta excelente estrutura física, porém é deficiente em elementos químicos nutrientes, apresentando muita acidez e requerendo elevado investimento financeiro e manejo técnico apropriado à agricultura tropical comercial.

Apesar dos fatores adversos, a agricultura familiar de subsistência complementa, junto com a pecuária extensiva, a formação econômica do setor primário do assentamento. Porém, com os problemas técnicos e financeiros relacionados à utilização do solo em uma região periférica à centralidade capitalista, a atividade agrícola com alta rentabilidade torna-se simplesmente inviável no local, sendo substituída tão somente

pela agricultura familiar de subsistência, empregadora de um considerável contingente de lavradores depauperados e desesperançados. Atualmente, parte desses agricultores é descendente dos antigos juteiros de Parintins que foram espoliados e superexplorados pela cadeia produtiva de juta na Amazônia, tema da próxima subseção.

1.3 - A cadeia produtiva da juta na Amazônia

Ao que tudo indica, a cultura da juta teve os aspectos técnicos de seu processo produtivo assentados por volta da década de 1830, quando os empresários capitalistas ingleses passaram a se interessar pela industrialização dessa fibra, utilizada de forma artesanal desde há muito tempo na Índia. O ano de 1837 marcou o início formal da cadeia produtiva de juta na Índia e, exatos 100 anos depois, o Brasil iniciou sua longa jornada nesse anacrônico "pau de arara" da agroindústria tropical.

Em 1937, a CIA vendeu o primeiro carregamento comercial (GEA, 1937, p. 160) de juta para uma indústria de Belém, a Fábrica Perseverança, que na época já industrializava a malva endógena produzida na microrregião Bragantina. Com dois anos de antecedência em relação à produção de 12 toneladas da juta amazonense em 1937, historicamente foi o Pará que deu início à cadeia produtiva de fibras na Amazônia, tendo a produção da malva endógena alcançado 270 toneladas em 1935, aumentado para 350 em 1936 e atingido 720 toneladas em 1937 (PINTO, 1982, p.60).

Meio século depois, a então claudicante cadeia produtiva da juta na Amazônia sucumbiu definitivamente diante da modernidade tecnológica representada pelo saco plástico de polipropileno, muito mais em conta que o da juta, que começou a ser produzido no Brasil a partir de 1974 (MAURY, 1978, p.196). Como uma touceira de mata-pasto que rebrota depois de cortada, já na primeira década do século XXI essa senhora senil, acostumada a fazer companhia íntima a empresários capitalistas de todos os naipes, reapareceu maquiada, travestida de cadeia produtiva de fibras da Amazônia, mais moderna e assanhadinha, "ambientalmente correta", exibindo até mesmo um apelo fashion.

Em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG), Pinto (1982) reproduz a fala de um "velho trabalhador" sobre o "serviço da juta". Certamente não por falta de sensibilidade, mas talvez por injunção da metodologia de sua pesquisa, o autor omite o nome e sobrenome do "velho trabalhador" rural de Manacapuru nesse relato que, coletado no calor da batalha do cultivo da juta, é, primeiramente, verdadeiro, antes mesmo de ser contundente, trágico e dramático:

> **"Foi a pior coisa que trouxeram para esse Amazonas (juta)** [grifo nosso]. Jogue um homem forte, na força da idade nesse serviço (juta) que é com 4, [ou] 5 anos ele não é mais o mesmo. De trabalhar dentro

> d'água igualmente um bicho, ele vai perdendo aquela força, aquela vontade, aí amolece e com pouco [tempo] já não presta pra nada" (PINTO, 1982, p. 137).

No segundo ato da tragédia bufa, que se estende até aos dias atuais, a cultura da juta propriamente dita praticamente deixou de existir. Foi substituída quase integralmente pela cultura da malva endógena, mais competitiva do ponto de vista econômico, porém com processo produtivo agrícola igualmente perverso, nefasto em relação à saúde e ao bem-estar do trabalhador rural. Na segunda década do século XXI, não há nada de novo debaixo do sol equatorial que castiga diuturnamente os trabalhadores rurais, a não ser um novo personagem, o malveiro, o afogado da malva que, por fim, substituiu e "afogou" definitivamente o juteiro, o afogado da juta.

Não foi só a juta que a malva de maneira figurada afogou e praticamente obliterou. Pai do simpático mamirauá, o airuvê é "[...] um mamífero aquático que os indígenas da Amazônia designam [também] por uarauá" (BITTENCOURT, 1966, p.35) ou airuê, conforme o vocabulário da língua ticuna de Pereira (2000, p. 237), cujo nome foi totalmente substituído pelo vocábulo latino peixe-boi. Assim como o airuvê e seu filhote mamirauá, a uacima teve seu nome indígena definitivamente afogado e execrado da cultura regional. Com o tempo, fixou-se no léxico corrente o termo malva, de origem europeia, supomos.

De 1937 a 1987, cerca de 30 mil trabalhadores rurais paraenses e 20 mil amazonenses (PINTO, 1966, p. 12; NODA, 1985, p.3) participaram de um esforço sem precedentes na Amazônia, o cultivo de juta para a produção em escala industrial de sacaria tendo como objetivo primordial o abastecimento do mercado brasileiro. Ao analisarmos a cadeia produtiva de juta na Amazônia, torna-se necessário, de imediato, definir a juticultura ou como indústria extrativa ou agricultura propriamente dita e, logo em seguida, inseri-la no âmbito da agricultura familiar.

Neste estudo, especificamente no tocante à juticultura, consideramos válidos os dois conceitos, o de indústria extrativa e o de agricultura, pois, analisando o processo produtivo rural da juta, observamos tanto as características da agricultura propriamente dita como as do extrativismo vegetal. Considerando o produto malva, que, efetivamente, deu início à cadeia produtiva de fibras na Amazônia, fica mais fácil compreendermos a noção operacional ou conceito de extrativismo vegetal, pois esta espécie vegetava

espontaneamente na mesorregião Nordeste Paraense, de onde se extraíram os primeiros fardos de fibra para a industrialização, ainda em 1935.

Didaticamente, Loureiro (2015, p.27) nos ajuda a desfazer essa aparente contradição da juta ser tanto um produto da agricultura como do extrativismo vegetal:

> Há autores que entendem que, se um extrator plantar árvores para enriquecer a mata, então já não está mais fazendo extrativismo e sim desenvolvendo uma cultura [agrícola]. No meu modo de ver, pensar desta forma é ter uma visão limitada da questão; é pensar que as coisas do mundo são imutáveis.

Além dos trabalhadores rurais e seus familiares, o esforço para implantar e desenvolver a cadeia produtiva da juta envolveu, também, trabalhadores fabris, num processo de expansão de uma monocultura regional que em muito superou o da cultura do cacau, que se deu nos séculos XVIII e XIX, também localizada nas várzeas do Rio Amazonas. Entre tais trabalhadores fabris encontravam-se muitas mulheres, que atuavam nas fábricas em diversas funções, principalmente como costureiras das sacas de juta, muitas das quais tiveram como "prêmio" complicações respiratórias de toda ordem, especialmente o enfizema pulmonar.

A tenacidade, o labor incansável e o desprendimento dos trabalhadores amazônicos dos segmentos rural e fabril foram decisivos para a consolidação do cultivo e industrialização da fibra de juta indiana na Amazônia, fato que não lhes trouxe melhoria da qualidade de vida e, sim, uma exploração brutal da sua força de trabalho. A superexploração dos juteiros por parte dos agentes do capital usurário comercial estava supostamente ancorada numa afirmação: caso deixassem de produzir juta, sua sobrevivência física não estaria garantida. Em outras palavras: "Plante juta ou morra!" Engendrada, promovida e defendida por formadores de opinião acadêmicos e não-acadêmicos vinculados aos agentes do capital, esta falácia percorre e infecta subliminarmente toda a análise histórica do período econômico da juta:

> A produção de fibras, enquanto matéria prima de origem agrícola para a indústria, espelha a situação em que formas de capital [industrial e comercial] exploram de maneira selvagem os produtores diretos [juteiros]. Estes apesar de não terem sido expropriados de seus meios de produção, dentre os quais o fundamental que é a terra [que a rigor não lhes pertence, pois as áreas de várzea são inalienáveis], vivenciam uma situação de extrema pobreza e dependência para com terceiros [os agentes do capital usurário comercial] como **garantia de sua sobrevivência** [grifo nosso]. [...] de um lado o capital industrial é beneficiado pela política oficial de preços para os produtos agrícolas

> que necessita e de outro pela compensação conseguida pelo capital comercial que diante dessa desvantagem passa a explorar os produtores de juta e malva (NODA, 1985, p.83).

Neste contexto histórico extremamente adverso para os juteiros, Parintins se tornou o epicentro das transformações econômicas, sociais e culturais que ocorreram na mesorregião Centro Amazonense e na mesorregião paraense Baixo Amazonas durante aquele período, tendo na fibra da juta o fator primordial dessas transformações. Acrescente-se a esse fato a existência da malva endógena, que paulatinamente, a partir do início da década de 1970, concorreu positivamente para a expansão da cadeia produtiva de fibras na Amazônia, tornando-se, por fim, a espécie majoritária.

Aqui cabe um esclarecimento e o registro de uma ressalva a este trabalho acadêmico: a cadeia produtiva de fibras na Amazônia começou efetivamente com a exploração comercial da malva endógena no Pará, em 1935 (PINTO, 1982, p.60; VALVERDE, 1967, p.244), dois anos antes da primeira safra comercial de juta indiana produzida no Amazonas pela CIA, em 1937.

Neste estudo, fixamos o ano de 1970 como sendo referência para a análise da inteira cadeia produtiva de fibras na Amazônia, ocasião em que o estado do Amazonas contava com 44 municípios, que abrigavam uma população de 961 mil habitantes, sendo que a de Manaus era de 279 mil habitantes, conforme o censo realizado pelo IBGE em 1970. Assim, a principal referência para os dados econômicos, sociais e geográficos apresentados nesta tese são os estudos publicados por esta instituição oficial do Governo Federal. "Uma das principais fontes de divisa do Estado [do Amazonas] é a juta, cuja produção cresce de ano para ano" (IBGE, 1970, p. 28).

Dos 44 municípios amazonenses daquela época (atualmente são 62 municípios), exatamente a metade era de produtores de fibra de juta, agronegócio que aparece em destaque no Almanaque Municipal Brasileiro do IBGE (1970). Os outros 22 municípios, por suas peculiaridades históricas, geográficas e ambientais, não se tornaram produtores de juta, ensejando formas diversas de produção agrícola e extrativista. Em relação especificamente ao município de Manacapuru, que na época contava com uma prensa de juta, "a agricultura, graças exclusivamente à juticultura, é a maior **fonte de receita** [grifo nosso] do município, e a sua principal atividade econômica. Os demais produtos são mandioca, fumo, feijão, cana-de-açúcar, cacau, banana, batata-doce e laranja" (IBGE, 1970, p. 143). Vale ressaltar que a referência

econômica do IBGE, como instituição oficial responsável pelos dados estatísticos, é a tributação fiscal sobre os produtos comercializados no mercado capitalista, praticamente excluindo dessa contabilidade as atividades econômicas geradoras dos meios de subsistência da população, como a produção de farinha e a pesca artesanal.

Em 1971, os municípios produtores de fibra de juta e de malva, com mais de mil juteiros eram: Manacapuru (com 3.629 juteiros); Itacoatiara (2.317); Parintins (2.096); Urucurituba (1.485); Careiro (1.433); Anori (1.378); e Coari (1.192). Abaixo de mil juteiros: Codajás; Ambrósio Aires (atual município de Autazes); Urucará; Maués; Nova Olinda do Norte; Manicoré; Barreirinha; Itapiranga; Borba; Novo Aripuanã; Nhamundá; Tefé; Silves; Manaus; e Fonte Boa. Naquele ano, o estado do Amazonas apresentava 19.500 juteiros, produzindo fibra de juta e de malva (JUNQUEIRA, 1972).

Em relação ao Estado do Pará, os municípios produtores de juta e malva, por volta de 1970, eram: Santarém; Alenquer; Oriximiná; Juruti; Faro; Monte Alegre; Terra Santa; Óbidos; Prainha e Almeirim, envolvendo cerca de 30.000 juteiros. Especificamente em relação à malva endógena, a produção envolveu os municípios de "[...] Capitão Poço, Irituia, Ourém, Vizeu, Capanema, Bragança, Curuçá e Santarém. No estado do Maranhão, a malva é cultivada, em pequena escala, nos municípios ao longo da Rodovia BR-316, que liga o Pará àquele Estado" (SILVA, 1992, p.1). De 1974 a 1980, o Maranhão produziu cerca de 20 mil toneladas de malva (PINTO, 1982, p.62). Em escala reduzida, na década de 1950, o Amapá também produziu fibras vegetais.

As considerações sobre a cadeia produtiva da juta, especialmente sobre as indústrias de fiação e tecelagem, tem o intuito de colaborar com as análises e discussões sobre a industrialização e o desenvolvimento regional, em sentido lato, abrangente, envolvendo, inclusive e principalmente, a parte mais fragilizada do processo, os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos fabris. Objetiva, sobretudo, colocar em evidência os fundamentos e as estratégias presentes em cada ação empresarial; econômica; social; política; e geopolítica em um período econômico relativamente recente, o da juta, aqui referenciado como sendo de 1937 a 1987. Nessa conjuntura histórica, o Estado brasileiro estava interessado em reter as divisas da compra da juta indiana, situação em que a balança comercial entre os dois países ficava sujeita às injunções e disjunções estruturais do sistema capitalista em suas frequentes oscilações em âmbito mundial.

Ao longo dos 50 anos do período econômico da juta, o Estado brasileiro, como gestor territorial, tinha na Amazônia, oficialmente, uma de suas prioridades para o cumprimento de sua política de desenvolvimento regional, vinculada a um programa de expansão das atividades capitalistas, especialmente após o ano de 1953.

Com seus processos internos e suas intersecções nacionais e internacionais, a dinâmica empresarial amazônica desse período de cinco décadas resultou na propagação da cultura da juta e malva e na consolidação de um robusto parque industrial capitalista voltado para a fiação e tecelagem dessas duas fibras na Amazônia. O processo de expansão capitalista envolvendo um segmento agrícola rural e outro industrial urbano que se desenrolou a partir de 1937 permite caracterizar esse conjunto de atividades como sendo a primeira cadeia produtiva agroindustrial amazônica. Essa observação coincide com o entendimento de Benchimol (2009, p. 468) sobre o assunto, pois o autor afirma que essa cadeia produtiva se tornou o "[...] primeiro sistema integrado de agrobusiness" da região quando as fábricas de fiação e tecelagem de juta foram criadas na Amazônia, a partir da década de 1950.

O reconhecimento da abrangência e importância fiscal do período econômico da juta (PINTO, 1966) é crucial não somente para o entendimento do inteiro processo de "desarrollo del subdesarrollo" (FRANK, 1967) regional na segunda metade do século XX, mas, também, de seus aspectos sociais e culturais, pois esses aspectos estão relacionados umbilicalmente ao processo histórico macro. Em outras palavras, objetivando o recolhimento de impostos das fábricas de fiação e tecelagem de juta, os governos dos estados do Amazonas e Pará alegremente sujeitaram parcela significativa de seus cidadãos trabalhadores aos ditames do capital usurário, garantindo assim, por longos anos, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, para se usar o oportuno oximoro criado por Frank (1967).

Em relação aos aspectos conjunturais, é necessário registrar que o processo de implantação do agronegócio da juta foi marcado, sobretudo, por relações de poder assimétricas entre a região e o Estado-nação, em praticamente todos os níveis, e estava sujeito às injunções e disjunções estruturais do sistema capitalista mundial. Com trabalho e condições de trabalho específicos, os estratos laborais agrícola e industrial da cadeia produtiva da juta constituíram-se em meio às articulações políticas e empresariais necessárias para dotar a região da infraestrutura agroindustrial compatível

com a produção de sacaria de juta em escala industrial. Estas características nos permitem afirmar que a cadeia produtiva da juta, com um segmento agrícola rural e outro urbano industrial, foi a primeira atividade econômica regional considerada como agronegócio, envolvendo desde a produção de sementes, passando pelo cultivo e beneficiamento da fibra, até a comercialização da sacaria industrializada em fábricas amazonenses e paraenses.

Em relação à economia dos estados do Amazonas e Pará referente ao período de 1937 a 1987, ressaltamos a importância da cadeia produtiva da juta como sendo uma das principais atividades econômicas do sistema capitalista regional daquela época. A economia do Amazonas e Pará na década de 1950 apresentava um quadro de relativa estabilidade, com a substituição da borracha, ainda na década de 1920, por produtos extrativistas e agrícolas, tendo a castanha-da-amazônia como carro-chefe das exportações regionais (TOCANTINS, 1982, p.142).

Embora as atividades relacionadas ao extrativismo da borracha estivessem em franco declínio na década de 1950 (após o refluxo extrativista residual havido na década de 1940, promovido no âmbito dos Acordos de Washington, de 1942), o agronegócio da juta estava em plena expansão. Concomitantemente, seguiam seu curso as atividades ditas tradicionais, como o extrativismo animal (couro de animais silvestres) e vegetal (borracha, castanha-da-amazônia e essência de pau-rosa), e uma infinidade de pequenos negócios de subsistência, sobretudo aqueles ligados ao comércio e ao regateio. Este quadro embasa a afirmação de que a cadeia produtiva da juta foi a primeira atividade econômica regional a ser considerada como agronegócio, pioneirismo que a distancia do quadro geral de atividades extrativistas apresentado pela região.

No contexto da expansão do agronegócio da juta, nove municípios amazônicos são peças-chave para a contextualização do quadro econômico regional: Manaus, Belém, Parintins, Santarém, Juruti, Óbidos, Nhamundá, Barreirinha e Manacapuru. Os dois primeiros como capitais estaduais e como cidades concentradoras das atividades burocráticas, comércio e industrialização da fibra. Os sete seguintes como municípios produtores da fibra da juta em suas áreas rurais. Em relação especificamente a Parintins: "A agricultura, em face ao progressivo fomento ao cultivo da juta, constitui a maior fonte de receita e a principal atividade econômica do município" (IBGE, 1957, p.225).

Com dados da década de 1960, Penteado (1969) traça um perfil social da Amazônia, quando a região apresentava uma população em torno de três milhões de habitantes, com 584.032 trabalhadores rurais, sendo que destes 231.687 se dedicavam à agricultura. A respeito desses trabalhadores rurais, o autor afirma:

> São pessoas que possuem, geralmente, um nível de vida muito baixo; dedicando-se a atividades agrícolas rudimentares, praticam uma agricultura de subsistência do *tipo itinerante*. Sem grandes rendimentos, pouco consomem; o poder aquisitivo é baixo e o analfabetismo constitui um dos grandes problemas regionais, pois em 1964, [mesmo] nas áreas urbanas da Amazônia, freqüentavam escolas 196.020 habs., e *não frequentavam* 110.517 habs. do que se achavam entre 7 e 14 anos de idade. A vida dessa população nas zonas rurais é bastante difícil, pelo isolamento em que se acha; muito embora procurem se localizar sempre às margens de um rio, as habitações se dispersam de tal forma que se torna impossível prestar uma assistência efetiva aos habitantes da região (PENTEADO, 1969, p.38).

A cadeia produtiva da juta envolvia, além dos juteiros acantonados nos beiradões dos rios e igarapés amazônicos, milhares de operários fabris que atuavam nas fábricas de fiação e tecelagem de juta em Parintins, Manaus, Belém, Santarém e Castanhal. A parte que interessa descrever e analisar neste contexto empresarial é a da industrialização da fibra, sem muito aprofundamento, no entanto, pois o foco deste estudo é o trabalhador rural em seu contexto laboral varzeano. Após o corte (colheita) na várzea, a fibra era enviada para uma prensa, local onde era pesada, classificada e enfardada para então ser enviada para as indústrias de fiação e tecelagem localizadas em Parintins e Manaus, no Amazonas, e Santarém, Castanhal e Belém, no Pará. Parte importante da produção de fibra de juta era enviada para as fábricas existentes nas regiões Nordeste e Sudeste (GONÇALVES, 2012).

O processo industrial pode ser dividido em duas etapas, a primeira envolvendo a prensagem da juta em fardos, para o transporte, e segunda etapa envolvendo a industrialização propriamente dita, processo que envolve a fiação (produção de fios), a tecelagem de telas (tecidos) e a confecção de sacos pelas costureiras. Neste contexto, temos as principais funções desempenhadas pelo operário da juta: preparador (da fibra); fiandeiro (confecção dos fios da juta); tecelão (responsável pela operacionalização das máquinas de produção dos tecidos); costureira (confecção da sacaria de juta); e operário de acabamento e embalagem, além de assistente de controle administrativo.

Também faziam parte dessa cadeia produtiva as casas aviadoras, regatões (aviadores), agentes bancários e burocratas das instituições governamentais, além das elites empresariais do Amazonas e do Pará. Na outra ponta dessa extensa rede mundial, repleta de conexões e interfaces, temos os cidadãos londrinos, parisienses e nova-iorquinos consumidores de uma bebida produzida em larga escala pelo Brasil, o café, que tinha e ainda tem na saca de juta a embalagem ideal para seu transporte em longas distâncias.

O período econômico da juta (1937-1987) está ligado à história da indústria brasileira do café, espécie vegetal introduzida na Amazônia por volta de 1724, por Francisco Xavier Botero, oficial das comissões de demarcação portuguesas em Caiena, Guiana Francesa, chefiadas por Francisco de Melo Palheta (TOCANTINS, 1982, pp.52, 53). Um dos mais importantes itens da pauta de exportação do País no período de 1850 a 1930, o café foi responsável pelo surgimento de boa parte do parque fabril brasileiro a partir da segunda metade do século XIX. Ao lado do cacau e da borracha, por volta de 1880 o café se tornou um dos principais produtos da pauta de exportação do Brasil. Dependente de sacaria forte e barata para o transporte dos grãos, a indústria do café logo cedo teve no saco produzido com fios de juta um dos seus principais insumos. Na esteira da expansão econômica da indústria do café, a juta proveniente da Índia foi inicialmente introduzida em São Paulo, em 1920, mas, talvez devido a condições climáticas adversas, a cultura não prosperou.

Como a demanda pela fibra continuava em expansão, numa segunda tentativa, já em solo amazonense, a introdução da cultura da juta (*Corchorus capsularis*) efetivou-se no contexto da implantação do projeto Companhia Industrial Amazonense, empresa cuja origem deve ser creditada ao general japonês Giichi Tanaka, em 1928 (LEÃO NETO, 1989, p.45). Embora sob a supervisão de um engenheiro agrônomo japonês, a CIA realizou diversas tentativas amadorísticas e atabalhoadas de introduzir a juta no ambiente das várzeas do Rio Amazonas, mas sem atingir tal objetivo.

Com plantas raquíticas que não atingiam os quatro metros regulamentares, o repetido fracasso em "aclimatar" a juta se tornou para os funcionários da CIA um enigma a ser decifrado a todo custo. Caso não obtivessem êxito, eles seriam "devorados" pela "esfinge amazônica", que já havia reduzido a pó as pretensões invasivas de muitos aventureiros alienígenas que antecederam os empresários japoneses.

Em 1934, com uma "solução" fortuita do misterioso "enigma", os funcionários da CIA finalmente atingiram o objetivo de introduzir a juta no Amazonas.

Tendo-se o ano de 1934 como sendo aquele em que oficialmente se deu a introdução da cultura da juta no Amazonas, passamos a analisar os principais eventos que levaram ao surgimento da cadeia produtiva das fibras têxteis na Amazônia. Neste contexto pretérito, destacamos o labor duro, enfadonho e perigoso desenvolvido pelos trabalhadores rurais amazônicos, que surtiu ótimos resultados, pois, em 1953, o Brasil atingiu a autossuficiência na produção de fibras de juta e malva destinadas à produção de sacaria (SOARES; LIBONATI, 1966, p.1).

No auge da produção na década de 1970, as plantações de juta e malva se espraiavam pelos estados do Maranhão, Pará e Amazonas, envolvendo uma cadeia produtiva agroindustrial que gerava resquícios de renda para cerca de 50 mil agricultores nos dois Estados amazônicos e mais algumas centenas no Maranhão. No Amazonas (IBGE, 1980), as plantações, saindo de Parintins, alcançaram Humaitá, no rio Madeira; Maraã, no rio Japurá; Tapauá, no rio Purus; Tefé, no rio Solimões, com relatos de jutais em Alvarães, Uarini e Fonte Boa; além Itapiranga, Nova Olinda do Norte e Silves.

Embasado em dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Marão (1967, p. 12) registra que em 1967 havia na Amazônia "20 prensas e 10 fábricas (fiações)". Das 50 mil toneladas de juta produzidas por volta daquele ano, 35 mil toneladas eram oriundas do estado do Amazonas e o restante, 15 mil toneladas, do estado do Pará. Em 1967 o preço do quilo da juta era de NCr$ 0,60 (ou 600 cruzeiros ditos velhos), mas tinha atingido a marca de NCr$ 1,00 em anos anteriores. Na década de 1960, a movimentação financeira advinda da juta no Amazonas atingia cerca de NCr$ 20 milhões por ano. Quase toda a produção de juta amazônica era consumida no Brasil mesmo, por fábricas de Manaus, Belém e, principalmente, São Paulo (MARÃO, 1967, p.12).

Na década de 1970, pontificavam na Amazônia pequenas, médias e grandes fábricas de fiação e tecelagem de juta, para onde convergiam os fardos da fibra, resultado dos esforços despendidos por milhares de juteiros nas várzeas da região. As informações disponibilizadas a seguir são o resultado de pesquisa bibliográfica

referenciadas em duas teses (JUNQUEIRA, 1972; MAURY, 1978), três dissertações (PINTO, 1982; GENTIL, 1983; NODA, 1985) e uma monografia (ALMEIDA, 1974).

As quatro grandes fábricas são: Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S.A. (Brasiljuta); Fiação e Tecelagem de Juta da Amazônia S.A. (Fitejuta), ambas localizadas em Manaus; Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem (Cata), localizada em Belém; e Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), localizada no município de Castanhal, no Pará. Das quatro grandes, a CTC é a única em atividade atualmente, pois a Brasiljuta deixou oficialmente de existir, embora seus antigos proprietários estejam atualmente envolvidos com a direção da Brasjuta, indústria instalada no Polo Industrial de Manaus que se dedica a um segmento fashion da cadeia produtiva da juta. Localizada no ponto mais alto da colina do bairro dos Educandos, a Fitejuta, anteriormente denominada de Fitejul ou Fiteju, fechou suas portas na década de 1990, sendo suas instalações alugadas para um supermercado de Manaus.

Neste estudo listamos as prensas (também chamadas de juteiras ou usinas) e depósitos de juta e indústria de fiação e tecelagem que operavam no período de 1937 a 1987 em Parintins. Prensas: Sobral Santos S.A. Comércio e Indústria; Exportadora de Juta Parintins Limitada; Companhia de Aniagem Caçapava (ou Brasmentol Caçapava S.A.), de capital japonês; Cooperativa Mista dos Juticultores de Parintins Limitada (Coopjuta); Prensa Martins Melo S.A. (filial); Companhia Têxtil de Castanhal (CTC); Prensa Saraújo - Sebastião Araújo; e Prensa Cardoso. Indústria de fiação e tecelagem de juta: Companhia Fabril de Juta Parintins (Fabriljuta).

No contexto do segmento empresarial da cadeia produtiva da juta na Amazônia, é necessário salientar a participação da Brasiljuta na expansão desse agronegócio. Mário Expedito Neves Guerreiro foi o empresário amazonense que, a partir da fundação da Brasiljuta em 1951, liderou a estruturação e consolidação da agroindústria de fibras vegetais no Amazonas durante mais de 30 anos, de 1960 até o início da década de 1990. A Brasiljuta foi fundada oficialmente em 14 de abril de 1951 pelo empresário Adalberto Ferreira do Vale, mas somente entrou em funcionamento em 1954. Vale era um dos proprietários da Prudência Capitalização, empresa sediada em São Paulo.

Na década de 1970, Guerreiro despontou como o principal articulador do planejamento estratégico e da reestruturação da inteira cadeia produtiva da juta na Amazônia. Em 1974, liderou um grupo, envolvendo 27 empresas brasileiras ligadas à

cadeia produtiva da juta, especialmente aquelas localizadas nos estados do Amazonas e do Pará, que resultou na criação, em outubro daquele ano, do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram). No início da década de 1970, já havia uma clara sinalização de que a sacaria de juta seria, aos poucos, substituída pela sacaria de polipropileno, matéria-prima derivada do petróleo. Mas, como a crise mundial do petróleo, instalada em 1973, tinha perspectivas de se prolongar indefinidamente, os comerciantes e industriais da juta previram uma retomada e, até mesmo, uma expansão de seus negócios, daí a necessidade de uma instituição patronal que congregasse os esforços neste sentido.

Presidente do Ifibram no período de 1976 a 1978, Mário Guerreiro liderou uma ação empresarial no sentido de dotar o agronegócio da juta de competitividade diante da ameaça representada pela sacaria de polipropileno. Tal ação envolvia, principalmente, o fornecimento seguro e contínuo de sementes aos produtores rurais dos dois estados amazônicos. No auge da cultura da juta na Amazônia, em 1981, foram produzidas 95 mil toneladas de fibra, das quais 20 mil foram destinadas ao mercado externo (IFIBRAM, 1977). Nas décadas de 1960 e 1970, embora fosse uma das principais fontes de renda para o Governo do Estado do Amazonas (PINTO, 1966), a juta não era a única atividade econômica, tendo destaque, também o guaraná, a borracha e a castanha-da-amazônia, seguidos da sorva, da essência de pau-rosa, do óleo de copaíba, das madeiras, do pirarucu seco, das penas, das peles e dos couros de animais silvestres.

Durante seus 40 anos de existência, a Brasiljuta atuou como distribuidora de sementes para o produtor, financiando e depois adquirindo a juta. Naquela época, muitos produtos agrícolas brasileiros, especialmente café, cacau e batata, eram transportados em sacaria de juta, o que fez da fibra vegetal um dos insumos industriais de maior importância econômica para o Amazonas. Com o aparecimento das sacarias de polipropileno, a juta foi perdendo o posto, o que levou à paralisação da Brasiljuta em 1991.

Apesar do relativo bom desempenho econômico e financeiro alcançado e da extensa infraestrutura agroindustrial construída nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a cadeia produtiva baseada na cultura da juta na Amazônia começou a estagnar no início da década de 1980, diante da concorrência desproporcional promovida pela sacaria de

polipropileno, muito mais em conta do que a de fibra natural. Emitido em 1967, um vaticínio sobre a cadeia produtiva da juta se tornou realidade com o passar do tempo:

> "Acredito que a juta, muito importante para o Estado do Amazonas, terá mais uns dez anos de vida, como atividade econômicamente rentável. Mesmo assim, apenas por causa de sua importância especial para o Estado". Quem diz isso é o economista Olegário Pereira Reis, diretor do Departamento de Planejamento Econômico da Sudam. Considera que a juta tende a ser substituída por produtos sintéticos, que serão de produção mais barata, ocuparão maior mão de obra e **oferecerão melhor nível de vida aos trabalhadores** [grifo nosso]. A juta de cultivo tornar-se-á, em pouco tempo, antieconômica e, atualmente, já não pode entrar em planos de desenvolvimento econômico. Houve discussões, no Congresso Federal, quando se falou em substituir os sacos de juta em que é exportado o café, por sacos de papel. Os deputados da região amazônica e outros, ligados às fiações, foram contra. Mas a substituição será, segundo os economistas, inevitável (MARÃO, 1967, p.12).

Da década de 1980 em diante, o cultivo e industrialização da fibra entraram em declínio, resultando no fechamento de inúmeras prensas e fábricas de fiação e tecelagem que haviam se estabelecido ao longo da calha do Rio Amazonas e seus afluentes, de Santarém, no Pará, a Tefé, no Amazonas. As economias do Amazonas e da parte oeste do estado do Pará só não entraram em colapso porque a Zona Franca de Manaus (ZFM), implantada em março de 1967, estava se consolidando como um fator decisivo de expansão econômica, absorvendo parte do excedente de mão de obra existente na região Norte.

A agroindústria da juta é parte indissociável do processo de expansão do capitalismo na Amazônia. Sua inserção na região ocorreu num contexto de desarticulação da economia da borracha em que os investidores capitalistas locais se viram privados de uma de suas principais fontes de renda, o financiamento de produtos de consumo para os trabalhadores rurais, com altíssima lucratividade, por intermédio do sistema mercantil do aviamento. A economia extrativista da borracha começou a entrar em declínio a partir de 1914, fato que coincidiu com o início da Primeira Guerra Mundial, e, devido ao capital acumulado durante a fase próspera, teve uma sobrevida até por volta de 1920 (WEINSTEIN, 1993), quando começou a fase de estagnação econômica regional. A Amazônia, então, passou a depender novamente dos produtos extrativistas e agrícolas: "O organismo sócio-ecológico amazônico foi buscar, de novo, no arsenal da floresta, a base de sua vida econômica" (TOCANTINS, 1982, p. 142).

Em um cenário tempestuoso, em que a classe dominante regional, composta por náufragos e degradados do período econômico da borracha (1870-1920), sobrevivia a duras penas, qualquer bote salva-vidas, prancha ou mesmo um simples galho de embaúba estendido em sua direção era uma tábua de salvação que não podia ser desprezada. Neste clima de estagnação, incerteza e desespero econômico, a introdução do cultivo da juta nas várzeas de Parintins, a partir de 1937, foi recebida com muita ovação pelo já depauperado patronato amazonense, classe incapaz de desempenhar seu próprio papel social. É sob a ótica desse contexto econômico e social extremamente adverso para a classe dominante amazônica que Benchimol (2009, p.473) assevera, erroneamente, que a juta foi uma "importante cultura, cujo ciclo trouxe vida e prosperidade, durante mais de trinta anos, para o povo ribeirinho".

A "prosperidade" colocada em termos absolutos por Benchimol deve ser relativizada, posta em perspectiva, pois o sistema capitalista de produção de bens e serviços do qual a economia da juta fez parte é extremamente cioso de seus "direitos adquiridos", objetivando sempre o lucro dos patrões em detrimento de milhões de trabalhadores urbanos e rurais que labutam nas bases do processo produtivo. Relativizando a expressão usada por Benchimol, podemos conjecturar ou mesmo afirmar que a prosperidade alcançada pelo "povo ribeirinho" com a produção de juta seja, na verdade, uma situação econômica que facultava ao trabalhador rural tão somente um singelo aditivo monetário ou creditício ao orçamento familiar, quando muito.

Pragmaticamente, o aditivo monetário ou creditício estava direcionado exclusivamente para a sobrevida do juteiro durante as atividades produtivas, dispondo o trabalhador rural de pouca ou nenhuma vantagem real que pudesse ser comparada ao extenuante esforço físico despendido durante a lida no jutal:

> A juta só dava pra comprar algumas coisinhas pra comer, como bem um açúcar, uma farinha, um café. No final [de uma boa safra], a gente pegava um dinheirinho, a gente comprava uma roupinha, uma redinha, essas coisinhas. A gente só via dinheiro se vendesse pra outro marreteiro que comprava juta. Mas, o próprio financiador que financiava [a produção de juta], não dava [não pagava em dinheiro]. Só se eu tirasse saldo, pagasse toda a conta, aí ele me repassava uma parte [em dinheiro]. O resto do pagamento da juta era tudo em despesa [mercadorias de primeira necessidade] (Manoel Cardoso, entrevista 2016).

Portanto, é necessário deixar claro que a prosperidade resultante da cultura da juta é infundada em determinados aspectos, entre eles o econômico, pois sequer foi o único sustentáculo da economia amazônica. Entre outros produtos industrializados de pequeno valor, o dinheiro da juta permitiu, por exemplo, a compra de uma lanterna grande de duas ou três pilhas, que substituiu sua lanterna pequena, esta adquirida no barco do regatão em troca de três ou cinco peças de couro de jaguatirica devidamente curtido e sem nenhum furo de chumbo de espingarda.

A partir do advento da Zona Franca de Manaus, em 1967, o juteiro passou a ter acesso a alguns parcos itens de consumo, como, por exemplo, perfume Lancaster, sabonete Lux importado e aparelho de rádio de pilha transistorizado de marca japonesa ou norte-americana. Com a aquisição do rádio, o juteiro saiu do isolamento em que se encontrava, pois este meio de Comunicação facultava o trânsito de informações em uma via de mão dupla. Para isso, utilizava os programas de utilidade pública que ficaram conhecidos como "avisos para o interior", com recados de pessoas da cidade para os moradores do interior e vice-versa.

Sempre com muita estática e chiadeira, às vezes completamente inaudível, o rádio também alargou os horizontes do juteiro com informações sobre a existência de outras maneiras de viver, diferentes daquela em que estava inserido, ensejando a possibilidade de alcançar uma vida livre da opressão exercida pelas condições de trabalho execráveis encontradas ali nos jutais. Sintonizado nas emissoras de rádio de Belém, Santarém, Manaus e Parintins, além de usufruir de entretenimento a um custo relativamente baixo, representado pelo valor das pilhas do aparelho, os trabalhadores rurais enfronhados no trabalho árduo nas várzeas puderam perceber que havia uma vida relativamente melhor a ser vivida.

Como fonte de informação, além do rádio, havia a literatura de cordel, de feições nordestinas, difundida nas comunidades rurais por intermédio do regatão, com suas histórias e lições de vida, casos de sucesso e ilustrações rústicas impressas com a antiga técnica da xilogravura (BARBOSA, 1996). As informações sobre o mundo exterior ao mundinho da várzea também eram disponibilizadas pelos jornais, livros e revistas, com seus insinuantes apelos visuais. Essas informações literárias, visuais e sonoras, às quais o juteiro tinha acesso, a par de suas idas periódicas à sede municipal para os festejos religiosos e vendas e compras ocasionais, ensejavam a ele a possibilidade de se inteirar

sobre outros tipos de vida que eram diametralmente opostos à vida anfíbia e sacrificante implantada pela cadeia produtiva da juta.

Em 1956, Araújo (2003) descreveu áspera e cruamente a situação de penúria que encontrou em todo o interior do estado do Amazonas no decorrer de sua longa trajetória profissional, que começou na primeira metade do século XX. No período econômico da juta, a carência material continuou como antes:

> Fora das cidades e vilas, a habitação do caboclo é feita sempre nas margens dos rios, muitas vezes até nos alagadiços, em busca da fertilidade do terreno e da proximidade da água. [...]. Raramente encontramos habitações nos morros ou nos pontos mais altos das terras firmes. Quase todas as casas na Amazônia são úmidas no inverno, quentes no verão, e, nessa estação [nesse período], elas são sempre frias pelas madrugadas. São pouco arejadas, têm pouca luz. As divisões são mal feitas. Móveis não existem. Os quartos são desagradáveis. Caiação interna, nas casas de taipa, não se faz, e, muitas vezes, não se alisa o barro da parede. Os enfeites são os cromos de folhinhas [calendários], onde se vislumbram as efígies dos santos; algumas figuras de revistas, e cestinhas penduradas em candeeiros. [...] Nos oitões [paredes] das casas, as janelas baixas e largas deixam iluminar e arejar o ambiente interno desses mocambos, dessas choças, dessas choupanas, desses tejupares, desses casebres, desses cortiços escuros, desses tugúrios pobres (ARAÚJO, 2003, pp.322, 323).

O quadro de penúria fica completo com uma descrição da figura do juteiro:

> É um tipo característico das várzeas inundáveis. Este homem bravo que luta contra as pragas é muitas vezes atacado impunemente pelas águas que, assolando as terras baixas, arrancam a esperança de saldar seus débitos. Não desanima, ano após ano com prejuízos ou saldos, o juteiro continua a desfiar o seu rosário. Com uma estrutura agrícola defeituosa, o desafio continua mesmo com processos rudimentares, o juteiro está sempre a tentar uma boa safra. Trajando camisa mangas compridas, calça comprida, chapéu de palha na cabeça, seus companheiros inseparáveis são: terçado, machado, máquina de plantar juta (tico-tico) (SOUZA, 1989, p.150).

Batista não se deixou levar pelo entusiasmo que tomou conta de Benchimol quando trata das questões relativas à qualidade de vida da comunidade do município de Codajás, localizado às margens do Rio Solimões. Ali, chefiando uma equipe médica, Batista realizou um estudo médico-social em 1958, quando a juta estava plenamente estabelecida em seus beiradões como um produto comercializável da economia local. No texto descritivo dos "males [doenças] da população", ele assevera que a castanha e a "borracha são produtos antigos e tradicionais na Amazônia e não deixaram nada de definitivo nem duradouro nos centros de colheita nem nas sedes municipais, todas

semelhantes a Codajás. [...]. Com a juta vem acontecendo o mesmo" (BATISTA; *et alli*, 1960, pp. 336 e 337).

O resultado do descaso com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores rurais da Amazônia foi a migração em massa ocorrida da área rural para as cidades, especialmente para as duas grandes capitais da região Norte, Manaus e Belém, a partir da década de 1960. Em 1950, segundo dados do IBGE de 1971 (BATISTA, 1980, p.33), a população rural somava 70% do total, número que decaiu para 65% em 1960 e para 50% no censo de 1970, e que continuou em ritmo decrescente pelas décadas seguintes.

Em relação especificamente à mesorregião Centro Amazonense e à mesorregião Baixo Amazonas, no Pará, áreas produtoras de fibra de juta em escala industrial, foi decisivo para a efetivação do êxodo rural o canto da sereia capitalista emitido pelas fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM), especialmente a partir da década de 1990:

> Nas capitais, que constituem afinal a grande meta [dos trabalhadores rurais], vêem-se cada vez mais famílias deslocadas da zona rural, ou das sedes municipais, sem terem trazido, para enfrentar as novas condições de vida, recursos materiais nem preparo intelectual: seus membros com frequência se marginalizam em Belém e Manaus. Procuram entretanto uma saída para seu destino sem horizonte; são seres isolados, pobres, famintos, muitas vezes doentes e frequentemente tristes. Alguns chegam a vencer a carga negativa que os acompanham; mas a maioria naufraga dolorosamente (BATISTA, 1980, p.33).

Como membro e representante da elite patronal amazônica, Benchimol viu a situação deletéria e anacrônica da cadeia produtiva da juta sob a perspectiva de prosperidade econômica do patronato, deixando entrever interesses conservadores de um *status quo* conquistado com luta e persistência. Sob o viés patronal, concordamos com sua assertiva, aqui reproduzida pela enésima vez: "[... a juta foi uma] importante cultura, cujo ciclo trouxe vida e prosperidade, durante mais de trinta anos, para o [patronato do] povo ribeirinho" (BENCHIMOL, 2009, p.473). Sob o viés patronal, era impossível ver outra realidade que não fosse a de aparência luminosa, alvissareira, pois, em sua essência cinzenta e obscura, o que se vê no âmago da cadeia produtiva da juta é "[...] **essa humanidade que apodrece no interior ou se transfere para as capitais e se estiola** [grifo nosso]" (BATISTA, 1980, pp.33, 34).

Nossas análises sobre os acontecimentos de múltiplas naturezas referentes ao período econômico da juta estão, também, embasadas em um dos segmentos da historiografia, a história empresarial proposta por Chandler (1998). Esse autor busca dar

relevo às mudanças que ocorrem ininterruptamente no contexto econômico e empresarial, às vezes de modo lento, imperceptível até, ou mesmo abruptamente, como o terremoto provocado pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que atingiu em cheio a indústria brasileira do café.

> O historiador, pela própria natureza de seu trabalho, deve interessar-se pela mudança. O que favoreceu a mudança? Por que ela se deu em tal momento e de tal maneira? Para quem estuda a história das empresas nos Estados Unidos, essas perguntas podem ser um pouco mais precisas. O que no passado americano deu aos empresários a oportunidade ou criou-lhes a necessidade de mudar o que estavam fazendo ou o modo de fazê-lo? (CHANDLER, 1998, p.19).

O foco de Chandler em suas análises são exatamente as mudanças que ocorrem ininterruptamente no contexto econômico, passíveis ou não de previsão, possíveis ou não de se adequarem ao planejamento estratégico empresarial. É pertinente supor que, no âmago de qualquer crise, conjuntural ou estrutural, exista sempre uma oportunidade, uma porta que se abre de maneira inesperada, uma solução que somente existe porque houve mudança de cenário, da qual depende a própria sobrevivência da empresa.

Deve-se ter em perspectiva que as mudanças conjunturais enfrentadas pela cadeia produtiva da juta na década de 1980, como a concorrência direta e sufocante promovida por avanço tecnológico, são capazes de solapar até mesmo conglomerados empresariais consolidados. Nestes casos, o direcionamento de Chandler é sempre adequar a estrutura da empresa ao seu planejamento estratégico. Nunca ao contrário, pois a ordem dos fatores altera substancialmente o resultado.

Provavelmente este foi o erro cometido pelo patronato da juta, que se estruturou muitíssimo bem sem ter, no entanto, um planejamento estratégico condizente com o cenário setorial potencialmente adverso que se avizinhava desde o início da década 1970. Muito mais que a própria geração de lucros provenientes da superexploração do trabalho dos juteiros, a principal razão do investimento em infraestrutura industrial foram os recursos disponibilizados pelo Governo Federal para a cadeia produtiva da juta, esta vinculada diretamente à cadeia produtiva do café do Sudeste brasileiro. Este também foi o caso da CIA, empresa que introduziu a juta na Amazônia, destroçada pela conjuntura política adversa provocada pelos militares japoneses, que culminou com a declaração brasileira de guerra ao Eixo do Mal, em 1942.

Outro fator a se considerar na análise sobre o declínio da economia da juta era sua dependência em relação à variação do preço e do volume das *commodities* café, milho e arroz, produtos agrícolas que utilizavam largamente sacaria de fibra. O setor industrial da cadeia produtiva da juta foi implantado na região com incentivos fiscais federais da Superintendência da Borracha (Sudhevea) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mas sem o necessário respaldo de tecnologia de produção avançada. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) até poderia ter dado incentivo fiscal à indústria de sacaria, mas não poderia alcançar o setor agrícola de produção e beneficiamento da fibra. Da mesma forma, a juta produzida na Amazônia não poderia suprir a indústria de tecidos paulista, que estava muito mais próxima das áreas produtoras das *commodities* agrícolas, visto que a preferência do mercado internacional não recaiu sobre a sacaria de polipropileno, que era e ainda é muito mais em conta que a sacaria de fibra natural.

No atual ambiente empresarial, marcado pela escalada tecnológica e pela rapidez com que as corporações são criadas e se desfazem, cada vez mais o cenário tende a sofrer mudanças estruturais e conjunturais que devem ser notadas e levadas em conta em qualquer planejamento estratégico de qualquer cadeia produtiva. Ao longo de meio século, a cadeia produtiva da juta foi marcada por uma série de características negativas, sendo as principais a penosidade, a insalubridade e a periculosidade de suas condições laborais impostas aos trabalhadores da juta, tema da próxima seção.

SEÇÃO II – PENOSIDADE DAS CONDIÇÕES DO TRABALHO DA JUTA

2.1 – Os trabalhadores da juta na Amazônia

A inserção do trabalhador rural da Amazônia no processo de cultivo da juta se deu nos anos 1930, quando a economia capitalista regional estava em marcha lenta, quase parando, e não havia sinais de melhoria no horizonte. Naquela década, a Amazônia generosamente abrigava, alimentava e nutria as esperanças de milhares de trabalhadores rurais que habitavam as várzeas de seus rios e lagos e, também, daqueles que viviam embrenhados em suas florestas, garantindo-lhes a produção dos meios de subsistência. Diferentemente do Nordeste brasileiro da década de 1880, castigado pela seca severa que acossou sua gente para o inferno verde dos seringais, na Amazônia o principal atrativo da cultura da juta foi o dinheiro "fácil" prometido pela propaganda boca a boca que se alastrou feito fogo em rastilho de pólvora entre os agricultores de Parintins e depois circulou por toda a Amazônia.

Nos dois casos, o apelo capitalista era claro e audível nos lagos mais distantes do Rio Amazonas ou no pé de serra mais remoto da caatinga. Registrada por Benchimol (2009, p. 207), a fala de um trabalhador rural nordestino é denunciadora da ilusão criada pelo fausto da borracha, que muito bem pode ser aplicada à suposta prosperidade da juta: "Dinheiro aqui [no seringal ou no jutal] se ajunta com ciscador". Ir para um seringal na floresta amazônica ou roçar um ou dois hectares de várzea para plantar juta era uma possibilidade sedutora de enriquecimento lícito, rápido e fácil para os trabalhadores rurais, que logo se viam enroscados na trama capitalista. Mas, "antes de qualquer lucro ilusório, o seringueiro [ou o trabalhador da juta] já está devendo ao patrão, que o aprisiona, por isso, anos a fio, na malha gosmenta da dívida insolúvel, cujos pés estão fincados no chão úmido das matas [ou das várzeas] misteriosas e silentes" (SILVAN, 1979, p.25).

Depois de algum tempo na lida da seringa, com mais de dez cruzes de malária nas costas, ou da juta, com o corpo todo remoído pelo reumatismo, a psicodinâmica do trabalho passava a ser: "Eu aguento firme até enricar", conforme o relato oral de trabalhadores extratores de borracha registrado por Benchimol (2009, p. 208). Como grupos sociais, os trabalhadores da juta e os seringueiros não se locupletaram, nem um

nem o outro, pois no âmbito das relações de trabalho do sistema capitalista, seja no seringal, jutal, cafezal, cacaual ou no canavial: "A mão-de-obra engajada na produção, como trabalhadores livres, apenas pode sobreviver e procriar, reproduzindo seus modestos modos de existência" (RIBEIRO, 2006, p. 229).

Colocado em curso pelos empresários capitalistas japoneses da Companhia Industrial Amazonense, o processo de aliciamento dos trabalhadores rurais amazonenses e paraenses para o cultivo da juta começou tão logo houve sementes de juta suficientes para a expansão dessa cultura exógena, por volta de 1938. O processo de captura dos modos de vida do trabalhador rural amazônico para sua inserção na cadeia produtiva da juta continuou com mais intensidade após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

> Com o correr dos anos e desfeito o entrosamento inicial com a equipe japonesa [da Companhia Industrial Amazonense], sendo o maior motivo a deflagração da II Grande Guerra Mundial [de fato iniciada pelos militares fascistas japoneses em 1937], pouco a pouco foi-se transferindo para o homem regional [comerciantes e financiadores] a missão de difundir a referida cultura [entre os trabalhadores rurais] e vez por outra, grupos isolados do setor privado, com aquiescência do poder público, vêm-se reunindo a fim de melhor proveito tirar da produção da juta [advinda do trabalho extenuante, rústico e sistemático do juteiro] (PINTO, 1966, p.8).

A vida dura, mas relativamente estável, desses trabalhadores rurais provavelmente seguiria seu curso normal sem a introdução do cultivo da juta, pois naquela época contavam com a renda, embora limitadíssima, advinda das atividades econômicas extrativistas, como piaçaba, borracha e couros silvestres, entre muitíssimos outros recursos naturais aproveitados economicamente. Tecnicamente inseridos no termo produção mercantil simples ou "produção simples de mercadoria" (PINTO, 2010, p.149), tais produtos extrativistas eram destinados ao mercado, cuja renda supria algumas necessidades básicas dos trabalhadores rurais e suas famílias.

> Na produção mercantil "simples", o produtor agrícola ou artesão, proprietário dos meios de produção, produz parcial ou totalmente os bens, já não para cobrir diretamente as suas próprias necessidades, mas para vender, num mercado onde os produtos são trocados através do equivalente intermediário monetário, especializando-se os produtores em função de uma divisão social do trabalho (SURET-CANALE, 1999, p. 26).

O termo aqui empregado refere-se especificamente à produção mercantil simples, sem muita elaboração ou beneficiamento, de produtos de origem extrativista ou agrícola destinados à comercialização no mercado das praças de Manaus, Belém,

Santarém, Parintins, Maués e outras cidades amazônicas, que atuavam como entrepostos para o mercado externo.

Com a cadeia produtiva da juta, intensificou-se na região a ação do moinho de gastar gente, que a rigor não era e não é uma exclusividade da Amazônia. É preciso reiterar que essa não era uma situação peculiar, específica da região, estendendo-se por praticamente todo o Brasil rural e gerando conflitos sociais de toda ordem, como a Revolta de Canudos, na Bahia, a Guerra do Contestado, em Santa Catarina, e as ações insurrecionais promovidas pelas Ligas Camponesas em vários estados. O moinho amazônico não acionava sua mó para a satisfação das necessidades básicas e essenciais dos habitantes da região, mas moía, espoliava e superexplorava de maneira predatória seus próprios trabalhadores para dar conta das demandas e necessidades da Europa e dos Estados Unidos, além da própria região Sudeste do País, especialmente do estado de São Paulo:

> A Amazônia, depois de sua dependência externa (ciclo das drogas do sertão e ciclo da borracha) passou a subordinar-se ao que se poderia chamar de neocolonialismo interno. Sobretudo de São Paulo. É a regra quase sempre infalível na geopolítica, de que os organismos dinamizados ao auge pela ação humana tendem a expandir-se por outras áreas que se mostrem indolentes em seu processo social e econômico, exibindo, além de tudo, espaço físico vazio (TOCANTINS, 1982, p. 150).

Como praticamente todos os demais períodos econômicos da história regional, o do agronegócio da juta foi marcado pela existência de um mercado externo à região como destino de suas mercadorias primárias, de pouco valor inicial nas áreas produtoras, mas passíveis de transformação, agregação de valor econômico e geração de lucro no Sudeste brasileiro e nos países de capitalismo avançado:

> É preciso não esquecer, ademais, que a produção primária, da Amazônia se fêz em função dos mercados externos, sejam estrangeiros, sejam nacionais, êstes mais ou menos recentes, disso resultando que as relações de troca são constantes e indicativas de que a economia amazônica se caracteriza, portanto, pelo aspecto mercantil. Belém e Manaus, comandando a operação mercantil, são, por isso mesmo, duas cidades que se consolidaram como tal pelo papel que exerceram e exercem no intercâmbio: recebem mercadorias do interior e do exterior e as redistribuem para o interior e o exterior. Valem como entrepostos (REIS, 1967, p.38).

Com produtos como castanha, balata, sorva, piaçaba, juta, etc., a produção mercantil simples na Amazônia é caracterizada pela divisão social do trabalho, mas,

geralmente, o produtor não conta com a propriedade privada legalmente registrada, embora ele retenha o direito jurídico sobre seus parcos meios de produção e sobre aquilo que vende ao mercado. Na maioria dos casos, a quase impossibilidade de regularização fundiária (SURGIK, 2005) tornou-se uma limitação crucial no que tange à validação da inserção do trabalhador da juta na categoria produtor rural, perfil classificatório eminentemente administrativo.

Pelo fato de não ter a posse permanente e definitiva da terra na qual trabalha, o juteiro não pôde satisfazer as exigências burocráticas para obtenção dos créditos agrícolas disponibilizados pelos governos estadual e federal por intermédio de instituições financeiras estatais, como o Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Brasil. Como "produtor rural informal", o juteiro está livre das amarras contratuais impostas por um patrão, sem ter a obrigação de bater o cartão de ponto ou mesmo cumprir uma jornada de trabalho predeterminada.

Em contrapartida, passa ao largo dos benefícios sociais advindos da legislação trabalhista brasileira referendada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instrumento jurídico que instituiu a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Essa conquista da classe trabalhadora brasileira se deu no Governo Vargas, em 1943, quando foi instituído o Decreto-Lei número 5.452, dispositivo legal que se aplica à totalidade dos trabalhadores assalariados, sejam eles rurais ou não, dos quais se exige que estejam registrados em carteira.

No contexto da máxima expansão da economia da juta na Amazônia, que se deu na década de 1970, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) publicou um livro (CONTAG, 1975) sobre as questões agrárias no qual deu publicidade às leis que faziam parte do instrumental legal aplicável ao trabalho rural e que, em sua essência, ainda está em vigor na segunda década do século XXI. Com base na Lei número 5.889, de 1973, o documento expõe a obrigatoriedade do registro na Carteira de Trabalho para o exercício de qualquer emprego funcional, este entendido como obrigação contratual, formal, inclusive os de natureza rural.

O perfil do juteiro como trabalhador rural está subtendido neste dispositivo jurídico, pois ele, na maioria das vezes, não se enquadra como proprietário rural, detentor da posse legal e definitiva da propriedade rural. O Artigo 13, referente à obrigatoriedade do registro na Carteira de Trabalho, aplica-se igualmente ao

“proprietário rural ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração” (CONTAG, 1975, p. 8).

O que determinava a permanência do trabalhador rural da Amazônia, seja ele juteiro, castanheiro ou seringueiro, neste ou naquele segmento produtivo era o patronato regional a serviço da mão invisível do capital:

> Os trabalhadores podiam ser proprietários da terra em que trabalhavam, podiam ser donos dos meios de produção, mas, em grande medida, o que eles deviam produzir e na quantidade em que deveriam produzir, se encontrava sobredeterminado pelo setor do capital com o qual se relacionavam, seja o comerciante, seja a cooperativa, o banco e, às vezes, diretamente, a própria indústria (PINTO, 2010, p.149).

Por sua evidente limitação produtiva, o juteiro é comumente referenciado na literatura econômica e administrativa como “pequeno produtor rural”, pois sua atividade agrícola geralmente não ultrapassa a feitura de dois ou três hectares de área plantada com juta. Detentor de parcos meios de produção agrícola (terçados, enxadas, machados, foices e, eventualmente, uma rudimentar máquina semeadora tico-tico), em sua “propriedade” o juteiro cultiva e beneficia a fibra e, posteriormente, vende “livremente” sua produção de juta no mercado.

A venda da juta se dá em um contexto mercadológico atípico, em que há muitos produtores e pouquíssimos compradores, denominado tecnicamente na área econômica como “mercado oligopsônico” (PINTO, 2010, p. 176). Em alguns municípios produtores de juta, em que há apenas um comprador, o mercado oligopsônico dá lugar ao mercado monopsônico, características que, em ambos os casos, apontam para uma falha de mercado denominada de competição imperfeita, desigualdade estrutural na qual o comprador leva evidente vantagem sobre os produtores.

Mas, o que o trabalhador da juta realmente vende para os empresários da cadeia produtiva de fibras é a sua força de trabalho, ela própria uma “mercadoria” embutida e disfarçada no produto juta. A máxima capacidade produtiva do juteiro, alcançada por férrea disciplina pessoal e comprometimento de toda a sua família, é demonstrada quando ele apresenta seu produto ao mercado, sempre pelo menor preço, devido em parte ao fenômeno da concorrência imperfeita, e livre de despesas adicionais relativas

ao sistema de proteção ao trabalhador regulado pela CLT. Essa perversa dinâmica mercadológica escamoteia uma estratégia do sistema capitalista desenvolvida para mascarar uma relação de trabalho que poderia ser legítima, como, por exemplo, de assalariamento com carteira assinada perante uma empresa devidamente estabelecida, disposta a cumprir os direcionamentos legais estabelecidos na CLT.

Outra opção válida seria a constituição de uma cooperativa agrícola por parte dos juteiros, como de fato houve em Parintins, a Cooperativa Mista dos Juticultores de Parintins Limitada (Coopjuta), fundada em 1954, mas que, até junho de 1973, por motivos políticos diversos, ainda não tinha atuado efetivamente na cadeia produtiva da juta. Segundo seu presidente, o trabalhador rural José Medeiros da Gama, morador da Vila Amazônia, a Coopjuta poderia atuar como agenciadora de crédito estatal e armazenadora da produção de fibra de seus associados 1.331 cooperativados. Mas, Gama, em correspondência para a Noyau de formation e experimentation agricole (Nutexa), lamentou-se: "[...] os sócios, nunca tiveram relações operacionais com a cooperativa a não ser o espírito de amizade e esperança para poder trabalhar com o método cooperativista" (MAURY, 1978, p.225).

No âmbito da associação cooperativista seria de se esperar uma efetiva elevação da qualidade de vida do juteiro e de sua família, pois, de posse de parte significativa da mais-valia absoluta ou mesmo relativa oriunda de seu próprio trabalho, ele teria como articular o acesso à educação de qualidade e aos benefícios advindos de um sistema de saúde que atendesse integralmente suas necessidades. Esse possível resultado encontra-se na premissa de que a cultura da cooperação seja:

> [...] uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos. Neste contexto, o cooperativismo tem como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva, pois a economia capitalista apresenta aos pequenos empreendimentos desafios que podem ser enfrentados com maiores chances de êxito se seus dirigentes estiverem mobilizados em cooperativas e associações (SILVAN, 2010, p. 123).

Em todo caso, ficaria em aberto a questão da insalubridade laboral decorrente de inúmeras situações adversas às quais o trabalhador rural das várzeas amazônicas estava submetido. Neste estudo, também questionamos as condições laborais em que o juteiro corria risco de morte por ataque de animais agressivos, afogamento e outras fatalidades que rondavam os jutais, situação tecnicamente inserida no escopo da periculosidade

laboral. Atualmente, ambas as questões são temas, respectivamente, das Normas Reguladoras números 15 (insalubridade laboral) e 16 (periculosidade laboral), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), e dos artigos 189 a 196 da CLT, dispositivos legais que, em princípio, constavam na Constituição Federal de 1988 e que ganharam regulamentação ordinária a partir da década de 1990.

Mesmo na atualidade, a caracterização das condições de insalubridade e periculosidade laborais é, no mínimo, complicada, pois, além da necessidade dessas condições adversas estarem devidamente inseridas na relação oficial elaborada pelo MTPS, depende de laudo comprobatório emitido por profissional competente, sendo todo o processo sujeito à pressão que é naturalmente exercida pelo patronato. Em relação às condições de trabalho insalubres a que o juteiro estava exposto, a legislação atual é clara, inclusive apresentando essa ressalva burocrática na Norma Regulamentadora número 15:

> As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho (MTPS, 2016).

Durante o período econômico da juta (1937-1987), a penosidade, insalubridade e periculosidade características das condições de trabalho do juteiro não foram sequer colocadas em pauta por quem defendia, promovia e se beneficiava dessa anacrônica cadeia produtiva. No máximo, a insalubridade e a periculosidade têm sido descritas e até mesmo criticadas, mas nunca mencionadas por estes termos técnicos atuais da área jurídica trabalhista e muito menos colocadas como sendo a questão central da cadeia produtiva da juta, a ser esmiuçada devido ao seu caráter extremamente deletério e potencialmente perigoso.

A questão da penosidade simplesmente é ignorada como tal, mas sua essência aparece em outros termos e em perspectiva nos textos de autores de perfil humanista, sem, no entanto, nenhum aprofundamento sério, consistente e comprometido com sua superação. Posta neste estudo de maneira incisiva e radical, a solução da questão que diz respeito à saúde, à integridade física e ao bem-estar dos juteiros, intrínseca à questão do desenvolvimento regional, é apresentada como condição *sine qua non* para a continuação da inteira cadeia produtiva de fibras no século XXI.

Na cadeia produtiva da juta, os regatões e empresários das prensas aparecem formalmente como os compradores de uma mercadoria posta no mercado, mas o que vemos na situação específica do juteiro é a sua força de trabalho, caracterizada pela utilização intensa de energia física, sendo transformada em fardos de juta para satisfazer somente parte de suas necessidades básicas e de seus familiares. Sem a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, que eram, na realidade, as suas duas principais atividades produtivas em termos absolutos, o juteiro da Amazônia sequer poderia se alimentar.

No melhor dos casos, a renda proveniente da juta é, e sempre foi, um valor adicional na economia doméstica, nunca a atividade principal e única, da qual o juteiro dependesse inteiramente para sobreviver e criar seus filhos. Instituição vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan), a extinta Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codeama) calculou em cerca de dois salários mínimos anuais (1975, p.5) a renda resultante de uma safra de juta satisfatória, para a qual era direcionado o esforço físico de toda a família. Tendo-se como referência o salário mínimo de 2016 (R$ 880,00), teríamos o valor de R$ 1.760,00 pago ao juteiro e sua família pelo trabalho de praticamente um ano. Caso houvesse quebra de produção, nem mesmo esse valor seria usufruído por eles na próxima safra, pois a dívida já contraída rolaria para o ano seguinte.

Devido ao sistema de aviamento de mercadorias, o poder de compra desse valor "simbólico" era praticamente reduzido pela metade, pois o preço das mercadorias aviadas era sempre muito superior ao praticado no mercado das cidades amazônicas. Como agravante, o juteiro sequer via a cor do dinheiro, sendo os produtos aviados registrados no livro contábil do regatão e quitados somente se houvesse saldo.

Na ambiência laboral pretérita da várzea, o trabalho de cultivo da juta pode ou deve ser classificado como uma atividade alternativa, de complementação ao orçamento doméstico. Dito de outra forma, o juteiro é, na realidade, um agricultor e pescador que ficou mais conhecido por exercer uma atividade econômica que, embora lhe ocupasse muito tempo e para a qual direcionasse extraordinária energia física, não era o seu principal ganha-pão.

A juticultura pode ou deve ser considerada, no máximo, como sendo a maquininha de fazer tostão de quando em quando, nunca de fazer milhão, como muitos autores citados nesta tese insinuam, apregoam e propalam de modo insidioso e

irresponsável, entre eles Benchimol (2009), Ferreira Filho (1961), Ikegami (2009), Lima (1938) e Pinto (1966). Além destes cinco, o estado da arte diligentemente estudado, analisado e revisado aponta para dezenas de outros autores que, por falta de pertinência de suas opiniões e juízos de valor francamente objetáveis, não foram sequer citados nesta tese.

Desde a perspectiva de um observador urbano da atualidade, fica implícito que o juteiro vivia e sobrevivia exclusivamente de seu trabalho no jutal, criando seus filhos com o dinheiro advindo da venda dos fardos de juta. Tal situação de dependência econômica exclusiva sempre esteve muito longe da realidade dos jutais. Por intermédio de propaganda insidiosa e reportagens acríticas, a dependência econômica do juteiro em relação à juticultura foi incutida de maneira sub-reptícia na mente de praticamente todos aqueles que, na atualidade, tomaram conhecimento da antiga cadeia produtiva da juta e de seu "sucesso" econômico. Tal situação de desinformação generalizada atinge, inclusive, historiadores, formadores de opinião e intelectuais progressistas que, de boa vontade, se mostram propensos a admitir ou mesmo a defender a existência de supostas vantagens econômicas usufruídas pelos juteiros advindas de seu trabalho na juticultura.

A diferenciação existente entre a realidade pretérita e a propaganda institucional enganosa promovida pela cadeia produtiva da juta deve ser levada em conta em qualquer análise séria e comprometida com a realidade dos fatos, para daí se emitir um juízo de valor consistente e resistente às críticas. Este aspecto é crucial no que tange à compreensão exata do prejuízo causado pelo cultivo da juta aos agricultores amazônicos que, aliciados a contrair dívidas, colocavam em risco a própria saúde e a de seus familiares para dar conta do trabalho danoso imposto de maneira insidiosa pelos agentes da cadeia produtiva da juta.

Assim como os seringueiros, os juteiros viviam praticamente imobilizados pela "malha gosmenta da dívida insolúvel" (SILVAN, 1979, p.25), que, no entanto, era apresentada pela propagando enganosa com sendo "a solução de seus problemas". Outro fator que certamente influi na análise acadêmica é que, atualmente, há uma clara tendência à "banalização da injustiça social" (DEJOURS, 2001) e à naturalização da "miséria do mundo" (BOURDIEU, 2008), percalços que atingem as classes trabalhadoras de todo o planeta. A indiferença à miséria e à injustiça social que em geral permeia a sociedade, da qual os analistas acadêmicos não estão isentos, dificulta

sobremaneira a compreensão do mundo em que vivemos, de realidades paralelas que jamais são colocadas em sua crueza diante da opinião pública mundial.

Na literatura engajada, conotativa por excelência, às vezes encontramos a chave para a compreensão de muitas das situações vividas pela classe trabalhadora em âmbito mundial, quase sempre de forma inusitada e criativa. Em alguns romances que relatam dramas sociais, como *Vidas Secas* (RAMOS, 1966), nem mesmo os animais de estimação escapam da morte trágica, paradoxalmente devido a condições de existência subumanas. Em um "monólogo introspectivo" paradigmático, a personagem Baleia, já ferida de morte, revela sua aspiração existencial, que é seu desejo de viver em um paraíso celestial com fartura de alimentos que nem ela nem seus donos tiveram oportunidade de usufruir durante suas vidas secas:

> A tremura subia, deixava a barriga e chegava ao peito de Baleia. Do peito para trás era tudo insensibilidade e esquecimento. Mas o resto do corpo se arrepiava, espinhos de mandacaru penetravam na carne meio comida pela doença. Baleia encostava a cabecinha fatigada na pedra. A pedra estava fria, certamente Sinhá Vitória tinha deixado o fogo apagar-se muito cedo. Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamberia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordos, enormes (RAMOS, 1966, p.59).

Em relação às situações críticas vividas pela classe trabalhadora, a tendência dos meios midiáticos, em conluio com os meios propagandísticos, é colocar a realidade adversa para debaixo do tapete, situação acrítica que contamina e reverbera na própria academia. Ninguém quer lembrar o quanto o juteiro sofreu para produzir juta, às vezes nem mesmo ele próprio. Mas, como sugerido por Burker (2000, p.73), a função do historiador na sociedade é exatamente não deixar que as pessoas esqueçam as questões espinhosas, muitas vezes dramáticas, que elas mesmas querem esquecer. Assim como as fibras da juta, "as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como [é necessário compreender] os limites dessa maleabilidade" (BURKER, 2000, p.73).

Na extorsiva cadeia produtiva de fibras, viabilizada pelo sistema creditício de aviamento, o juteiro fica com o ônus, representado pela penosidade e insalubridade laboral e pelo passivo social, e o empresário com o bônus, um produto inicialmente de pouco valor mercantil que depois de industrializado valerá inúmeras vezes mais no mercado, gerando a mais-valia necessária que mantém todo o sistema capitalista de pé.

Ao juteiro também cabe arcar com os riscos do processo produtivo, como a eventual quebra das safras devido a alterações climáticas, por exemplo, beneficiando desse modo os sistemas financeiro e industrial capitalistas, que se livram desses percalços.

Atualmente, o agronegócio brasileiro sob o direcionamento estratégico dos grandes conglomerados industriais sediados nos países centrais, temática de alguns de nossos estudos, continua refém das mesmas circunstâncias injustas:

> No contexto dessa relação assimétrica, é imperioso considerar que, ao delegar tarefas aos micro e pequenos empreendimentos rurais, tais como a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas, as corporações transnacionais estão lhes transferindo, também, "riscos e perdas, compromisso de administrar tensões sociais nas relações de trabalho", (IANNI, 1999, p.42), inclusive a dialética sociedade e natureza (SILVAN, 2012, p. 64).

De Norte a Sul do País, em caso de quebra da safra quem arca com os prejuízos é sempre aquele que produz, o agricultor, manobra capitalista nada sutil de transferência de riscos e perdas referenciada por Ianni (1999, p.42). Um exemplo prático da utilização dessa manobra desleal, corriqueira, ficou bem evidente durante a enchente recorde de 1953, situação atípica, mas sempre esperada, que afetou toda a produção de fibras da calha do Rio Amazonas e de seus afluentes, com reflexos negativos entre os juteiros dos estados do Pará e do Amazonas.

Fleumático, o agricultor das várzeas amazônicas sofre calado, sem praticamente nada de concreto a fazer para se livrar dessa situação de fragilidade e penúria secular, atávica, a não ser migrar para as cidades amazônicas, repositórios de gente coisificada sem reais perspectivas de elevação da qualidade de vida e de problemas urbanos crônicos praticamente insolúveis. "A impassibilidade conformista dos ribeirinhos, ante a devastação do cataclismo, é um drama gravado numa página solta das odisséias anônimas, quando sabemos que, perdem eles, não raro, no decurso de uma noite, o cansado labor de muitos anos" (CASTRO, 1994, p.79).

Desde uma perspectiva interdisciplinar, a categoria produtor rural apresenta carência de pressupostos teóricos e empíricos para descrever e dar respaldo acadêmico à singularidade das estratégias milenares de sobrevivência postas em curso pelo trabalhador da juta e das relações de produção, trabalhistas e sociais envolvidas no cultivo e beneficiamento da juta nas várzeas amazônicas. Em relação ao modo de vida do juteiro:

> É preciso considerar que o desenvolvimento da vida humana comporta relações que não estão circunscritas apenas à esfera da reprodução física, incluem também outras determinações e condicionamentos históricos que se imiscuem e assumem igual relevância quanto à materialidade orgânica (TORRES, 2005, p.148).

No entanto, em sua "propriedade" rural, o juteiro e sua família se desdobram em inúmeros afazeres, desde a pesca artesanal, passando pela agricultura de subsistência; pecuária extensiva; criação de animais de pequeno e médio portes; regateio no comércio varejista; até o extrativismo de origem animal e vegetal. Por suas atividades produtivas, ele poderia ser referenciado profissionalmente como pescador, agricultor, fazendeiro, comerciante, caçador e coletor extrativista, mas, quem trabalhou nos tempos áureos da economia da juta prefere, entre as opções existentes, ser identificado como juteiro, o trabalhador da juta da Amazônia. Para Almeida (2008, p.74), o que realmente importa é como os indivíduos desses grupos sociais "[...] se auto definem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros os designam. Não importa mais como o Estado, os grandes empreendimentos econômicos ou os eruditos os classificam ou querem classificar".

Por exclusão, o perfil do juteiro como categoria profissional não se enquadra em duas das três classes fundamentais da sociedade capitalista, a de proprietários fundiários e a de empresários, restando-lhe única e tão somente enquadrá-lo na classe dos trabalhadores. Devido à expansão capitalista em praticamente todos os quadrantes do setor primário, tendo como consequência a proletarização do produtor rural, acreditamos que o perfil do juteiro também não se enquadra no conceito de campesinato. "No Brasil, ainda que ocorram relações de produção propriamente camponesas, não se pode aplicar livre e imprecisamente a categoria campesinato à população rural como um todo" (CARVALHO, 1979, p.166).

A opção por classificar o juteiro como uma categoria profissional singular, histórica e transitória, datada e localizada, inserida em uma categoria mais expandida, a dos trabalhadores rurais amazônicos, está embasada em contextos epistemológicos da sociologia referenciados em realidades empiricamente observadas em todo o País. Tal opção encontra referência basilar nos estudos de sociologia rural levados a cabo por Ianni (1961; 1999), que identifica em vários contextos a dissimulação dos salários pagos aos trabalhadores rurais como se fosse compra de produtos agrícolas. Ao classificarmos o juteiro como uma categoria profissional, é importante distinguir, no contexto rural da cadeia produtiva da juta, uma de suas funções, a de cortador de juta, que poderia ser

exercida por um trabalhador temporário, residente fora do jutal (a unidade produtiva familiar), muitas vezes um trabalhador urbano contratado especialmente para a colheita e para o beneficiamento do produto.

Ao lado da categoria profissional juteiro, temos uma variedade de expressões de uso corrente relativas ao contexto laboral em que ele, como trabalhador rural, está inserido. Esses termos estão referendados na literatura antropológica, sociológica, histórica, econômica e administrativa. Além de produtor rural, juticultor e posseiro, as expressões mais usuais relacionadas ao trabalhador da juta são: agricultor; agricultor familiar; cultivador de juta; pequeno proprietário; camponês; e camponês varzeano. No contexto das relações sociais e de mercado temos: comunidade; grupo social; grupo social rural; sociedade rural; produção mercantil; mercado de trabalho capitalista; campesinato; economia familiar; e agricultura familiar.

Como categoria analítica, constantemente ressignificada pela sociologia do trabalho, trabalhador é uma abstração intelectual que leva em conta, principalmente, as relações de trabalho que se dão no âmbito industrial; comercial; urbano; capitalista; formal ou mesmo informal, relegando-se quase sempre a um segundo plano as realidades empiricamente observadas no contexto rural. “É fácil constatar que a Sociologia do Trabalho escolheu como seu campo de pesquisa favorito o trabalho remunerado, ou, de uma maneira mais restritiva, o trabalho assalariado em tempo integral, particularmente na grande indústria” (SORJ, 2000, p. 27).

Observou-se ao longo da pesquisa bibliográfica sobre os trabalhadores da juta que a literatura disponibilizada pela disciplina sociologia, especialmente nas suas vertentes sociologia do trabalho e sociologia rural, apresenta tendência a excluir, de modo velado, a dinâmica das estratégias de sobrevivência impostas por modos de vida em ambientes caracterizados por condições de trabalho precário e informal. Essa dinâmica é essencial em nossa análise sobre o trabalho na Amazônia, pois nos detivemos especificamente nos aspectos rurais da produção da fibra de juta, um trabalho executado em condições subumanas e em meio às dificuldades inerentes ao ambiente amazônico que, via de regra, não se enquadra em uma das principais características do sistema capitalista, o assalariamento.

Independentemente do fato de se estar ou não inserido na dinâmica do modo de produção capitalista:

> É importante reconhecer que cada sociedade, em fases particulares de seu desenvolvimento, produz seus processos de trabalho, de transformação da natureza e de apropriação dos recursos naturais para sua reprodução social e cultural. O trabalho é esse conjunto de manifestações dos humanos face à natureza, de atividades materiais e simbólicas. Enfim, nossa hipótese é a de que a noção de trabalho, nas formas mais diretas de sua execução, como aquele presente em certo campesinato da Amazônia, faz parte de um sistema mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, bem como das relações de parentesco, políticas e mesmo religiosas (CASTRO, 1999, pp. 35, 36).

Em artigo intitulado *Noções de trabalho e trabalhadores na Amazônia*, Torres (2000) compreende a realidade do trabalho na Amazônia como "mundos do trabalho", no plural, assim como o título de um dos livros publicado por Hobsbawm (2000), pois, de fato, a região é marcada por uma multiplicidade de formas de organização do trabalho. "A dificuldade teórica que se coloca à compreensão do trabalho na Amazônia deve-se à vinculação deste à concepção do trabalho assalariado formulada por uma determinada tendência da Sociologia do Trabalho [...]" (TORRES, 2000, p.60), que situa o trabalho no âmbito empresarial, preponderantemente urbano, e no campo monetário e mercantil.

Apresentando ampla diversidade de formas de organização do trabalho em boa parte dos seus mundos do trabalho, a Amazônia passa, de certo modo, ao largo das pesquisas acadêmicas de caráter sociológico destinadas a entender as relações de trabalho que se dão em ambiente rural, informal e precário, que ainda subsistem praticamente à margem da dinâmica imposta pela economia de mercado. No mais das vezes, a categoria analítica trabalhador vem amoldando seu perfil e seu significado a determinados ambientes laborais que surgiram no contexto da modernidade, como as fábricas, oficinas e os diversos serviços executados no ambiente urbano, onde acontecem relações sociais de produção tipicamente capitalistas, baseadas exclusivamente no assalariamento. Em relação especificamente ao emprego da mão de obra, o capitalismo é um modo de produção de bens e serviços tipificado pela posse privada dos meios de produção que utiliza a força de trabalho de empregados contratados visando a obtenção de lucro, de valorização do capital inicialmente empregado na empresa, seja ela individual, sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada.

Na Amazônia, a caracterização uniforme e consensual da categoria trabalhador rural talvez esteja limitada pela multiplicidade de situações em que são exercidas as atividades laborais geradoras dos meios de subsistência e, principalmente, pela sociodiversidade e biodiversidade características da região. No cenário rural singular da região, também marcado por lutas, confrontos e antagonismos de toda ordem, possivelmente seja mais apropriado o termo trabalhador rural estar vinculado aos "[...] grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista econômico" (ALMEIDA, 2014, p. 29). Ou, simplificando, grupos sociais heterogêneos do ponto de vista econômico.

Assim, temos um coletivo de grupos sociais heterogêneos composto por grupos sociais relativamente homogêneos do ponto de vista estritamente econômico. Seja ele juteiro, castanheiro ou seringueiro, cada trabalhador desse coletivo tem como denominador comum o isolamento físico determinado por sua dispersão e pulverização geográfica, a renda mínima, direcionada tão somente para sua sobrevivência e a de sua família, auferida por suas atividades laborais geralmente adversas e deletérias, além de sua forçosa inserção no patamar mais baixo da pirâmide social capitalista.

Referendada na antropologia social, a expressão grupo social homogêneo do ponto de vista econômico poderia ser aplicada retroativamente aos antigos juteiros de Parintins, embora a maioria deles já esteja aposentada, longe da lida nos jutais e nas roças, mas ainda carente de políticas públicas adequadas a pessoas da terceira idade que, em seus dias de pleno vigor físico, labutaram intensamente nas atividades rurais. É neste sentido que este estudo pode se constituir num importante documento e ferramenta para a fundamentação de políticas públicas em favor dos remanescentes e dos atuais trabalhadores da cadeia produtiva da juta na Amazônia.

Ao imbricarmos considerações antropológicas e sociológicas, teríamos que considerar a categoria juteiro em seu aspecto epistemológico como se referindo a um agente ou membro de um grupo social relativamente homogêneo e, concomitantemente, a uma categoria profissional, esta inserida na ampla categoria trabalhador rural. A noção operacional referenciada no coletivo "grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista econômico" procura respaldar a inserção do trabalhador rural amazônico como protagonista no ambiente social e laboral. Traz, também, uma proposta de ressignificação das existências e identidades de seus componentes como agentes e

atores sociais em um ambiente caracterizado por lutas travadas na arena política objetivando melhores condições de vida e de trabalho.

Em relação a esses grupos sociais, nos quais podemos incluir os juteiros ao lado dos seringueiros, castanheiros, piaçabeiros, peconheiros e artesãos, é bom observar que:

> Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais povos, comunidades e grupos tem se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na Amazônia, mas em todo o país. Nestas unidades o valor da força de trabalho não constitui sua base racional e declarada, mas, a despeito disto, verifica-se um **elevado grau de coesão em suas práticas** [grifo nosso], tornando-as formas ágeis e eficazes de organização política (ALMEIDA, 2014, p. 29).

Tal elevado grau de coesão em suas atividades de resistência e de promoção de seus próprios direitos sociais nos permite visualizar o coletivo de grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista econômico como sendo composto, basicamente, por grupos homogêneos, como os juteiros, cujos componentes guardam relativa homogeneidade entre si. Em cenários de carências estruturais crônicas e de relativa ausência da ação do Estado, característicos das áreas onde foram implantados os jutais na Amazônia: "As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumadoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que existem fora do mundo rural" (MARTINS, 2001, p.35).

Transversalmente, a epistemologia da categoria analítica juteiro sob os vieses da antropologia social e das sociologias rural e do trabalho leva em consideração, também, a temática desenvolvimento regional envolvendo peculiaridades econômicas, políticas e jurídicas. Estas peculiaridades são reveladoras da existência de uma multiplicidade de situações que impactam direta e negativamente na vida dos trabalhadores rurais da Amazônia, marcada de modo contundente pelas disparidades e desigualdades inter-regionais e, principalmente, pelo crônico subdesenvolvimento econômico e social.

Desde a década de 1990, os trabalhadores rurais da Amazônia estão à mercê de uma nova fase do sistema capitalista de produção de bens e serviços, caracterizada pela expansão contínua e acelerada do capital financeiro em todos os quadrantes do planeta:

> A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais

> socioculturais, **em seus significados políticos** [grifo nosso]. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global (IANNI, 1999, p. 42).

Remanescentes de um passado agrário regional recente, os antigos juteiros de Parintins fazem parte de uma geração que subjugou as forças da natureza amazônica em nome do capital e por ele foi espoliado (fisicamente) e explorado (economicamente) por causa de sua eterna busca da mais-valia, seja ela absoluta ou relativa. A subjugação dos juteiros como grupo social homogêneo do ponto de vista econômico tornou-se um dever moral para todos os membros do patronato da cadeia produtiva da juta, uma questão *sine qua non* de sobrevivência para o capital, o que, de fato, determinou sua implantação e consolidação. Com sua força de trabalho, essa geração de juteiros contribuiu com uma milésima parte para a nutrição das entranhas e a lubrificação das engrenagens de uma máquina destruidora colossal, capaz de decretar a própria "morte do campesinato" (HOBSBAWM, 1995, p. 284) e promover a ascensão irresistível da globalização do mundo do trabalho em todo o planeta.

Inserido no mais baixo patamar da pirâmide social capitalista, o juteiro amazônico é tradicionalmente representado como tendo braço forte, tez acobreada, expressão sisuda, terçado em punho e o indefectível "chapéu de tucum quebrado na testa" (SOUZA, 1989, p. 181), usado para lhe dar um pouco de proteção contra o inclemente sol equatorial. Sua vestimenta usual se resume em uma surrada calça comprida de brim, sempre folgada, e uma camisa de um tecido mais leve, igualmente surrada, além de um par de sandálias de borracha, compondo uma indumentária simples, franciscana, sem nenhum adereço a não ser o chapéu de palha protetor.

Por suas características intrínsecas, o trabalho agrícola exercido pelo juteiro era, e continua sendo, uma atividade predominantemente masculina, que dele se ocuparam milhares de homens adultos e adolescentes nas várzeas dos rios do Amazonas e do Pará durante um período de tempo que, em nossos estudos, delimitamos arbitrariamente entre 1937 a 1987. O ano de 1937 foi marcado pela primeira safra comercial dessa cultura agrícola introduzida no Amazonas pela Companhia Industrial Amazonense, empresa capitalista agroindustrial fundada em 1936, no contexto da incipiente expansão imperialista japonesa na Amazônia.

Os 50 anos ininterruptos (1937-1987) devem ser denominados de período econômico da juta na Amazônia, cuja dinâmica pretérita é essencial para a compreensão do contexto econômico, social e cultural da região na atualidade. Um período de tempo de meio século em que o trabalhador rural foi exposto de maneira cruel aos caprichos de um sistema de produção de bens e serviços que não leva em conta a condição humana nem a aspiração das pessoas à felicidade e à elevação da qualidade de vida.

Assim como o seringueiro, o juteiro foi o braço sustentador de uma extensa cadeia produtiva implantada na Amazônia pelo sistema capitalista de produção de bens e serviços. A produção da fibra da juta nas várzeas dos rios amazônicos se destinava a suprir com matéria-prima as indústrias de fiação e tecelagem implantadas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste e, também, nas cidades de Manaus e Parintins, no estado do Amazonas, e Belém, Castanhal e Santarém, no Pará. Por sua vez, as indústrias de fiação e tecelagem do Amazonas e do Pará tinham como principais compradores de seu produto, a sacaria de juta, as companhias exportadoras de café da região Sudeste.

Em seu ápice na década de 1970, a cultura da juta nas várzeas dos rios amazônicos, especialmente de Monte Alegre, no Pará, a Fonte Boa, no Amazonas, chegou a empregar em torno de 50 mil trabalhadores rurais, em sua maioria homens jovens e robustos, fisicamente aptos ao serviço braçal extenuante e extremamente perigoso que a atividade requeria. Representativos desse universo de trabalhadores são os três juteiros de Parintins que passamos a apresentar e que serão, preferencialmente, o fio condutor desse estudo que versa, sobretudo, sobre as agruras vividas por tal categoria profissional. Todos três agricultores, aqui referenciados como trabalhadores da juta ou juteiros, fazem parte da geração pioneira no cultivo da juta na Amazônia, iniciando suas atividades agrícolas nas várzeas de Parintins ainda na década de 1940.

De compleição franzina e gestos comedidos, Paulo dos Santos Miranda nasceu em março de 1937 na Vila Amazônia, localizada no município de Parintins, em um sítio perto das Lajes do Rio Amazonas, um pedral localizado a poucos metros da margem. Nesse sítio, ele vive com sua esposa Leonilda Vieira Miranda, nascida em julho de 1947 na Costa do Itaboraí, com quem tem nove filhos. Paulo Miranda é filho dos parintinenses Raimundo Ismael Miranda e Eloisa dos Santos Miranda. Seu avô materno era Manoel Ventura dos Santos, um “africano, morenão mesmo”, que veio do rio Madeira, e sua avó era Resolia, “branca, linda, de olhos meio azuis”. Seu avô paterno

era Ismael Maximino de Miranda, que se casou com uma moça do Paraná do Espírito Santo, que passou a se chamar Ana Pereira Miranda.

Orlando Nepomuceno da Costa nasceu no município de Juruti, no Pará, em novembro de 1933, sendo filho de Olintho André da Costa e Arminda Nepomuceno Aranha. É pai de duas mulheres e quatro homens, filhos de Astrogilda Nepomuceno Costa, falecida em maio de 2014. Com satisfação, diz que sua crença é católica desde muito tempo, mas já experimentou ser evangélico e até frequentou o espiritismo. Desde pequeno foi acostumado a fazer a prece da manhã, recitando o Pai Nosso e a Ave Maria, orações católicas para a proteção contra todo o mal, costume vindo do tempo dos antigos que ele está passando para seus descendentes.

Arino Silva de Carvalho nasceu em fevereiro de 1932, na localidade Paraná de Parintins, município de Parintins, sendo considerado especialista na medição do tamanho da Cobra Grande, técnica ancestral referenciada no estudo do rastro deixado pela mesma. É filho de Antônio José de Carvalho, de Óbidos, Pará, e Maria de Nazaré Silva de Carvalho, da comunidade de Zé Açu, município de Parintins. Na década de 1970, como presidente da Comunidade do Paraná de Parintins, foi membro do Conselho Deliberativo da Noyau de formation e experimentation agricole (Nutexa) (MAURY, 1978, p.233), instituição educacional fundada em fevereiro de 1975 com sede em Parintins. Na década de 1950, Carvalho participou como sócio-fundador da Cooperativa Mista de Juticultores de Parintins Limitada (Coopjuta).

Somados todos os anos vividos pelos três juteiros de Parintins, são mais de dois séculos de experiência na lida e na luta diária pela vida nas várzeas dos rios, florestas e igapós amazônicos. Este vasto conhecimento, original e exclusivo, está estreitamente relacionado aos milhares de anos em que a espécie humana vive na região, caudatários que são esses juteiros das complexas estratégias de sobrevivência adotadas pelos antigos povos que habitaram a região.

Tal tipologia de conhecimento, particularíssimo, datado e localizado, foi intensamente explorado pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993) no livro *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2001). Esse fato ressalta a importância do protagonismo dos trabalhadores de "baixo status social" na elaboração da historiografia dos movimentos sociais que deram origem às classes trabalhadoras. Seguindo o exemplo thompsoniano, torna-se necessário reconhecer a centralidade da

interlocução com esses três senhores, Miranda, Costa e Carvalho, para a inteira consecução dessa interpretação crítica sobre a vida e o trabalho dessa categoria profissional.

Consideramos nesta subseção a dinâmica econômica e social regional que resultou no aparecimento da cadeia produtiva de juta na Amazônia em meio a uma cultura singular, rica e extremamente diversificada, que em 2016 completou 400 anos de existência desde a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará. As atividades laborais no contexto dessa cadeia produtiva, tanto as agrícolas quanto as industriais, foram marcadas por condições de extrema penosidade, insalubridade e periculosidade, características adversas detentoras de um terrível potencial para afetar negativamente a saúde dos trabalhadores.

De um modo geral, o contexto laboral da inteira cadeia produtiva da juta foi marcado por luta diuturna pela sobrevivência e por muito suor e sofrimento. Assim, é necessário colocar em pauta as condições de penosidade, insalubridade e periculosidade que resultaram em muito padecimento e amargura e sob as quais arduamente labutaram os juteiros de Parintins. Devido ao sofrimento do juteiro, tanto físico quanto moral e psicológico, é necessário direcionar nossos esforços analíticos para uma realidade pretérita extremamente desfavorável para a saúde do trabalhador rural amazônico, pois a cadeia produtiva de fibras continua presente na segunda década do século XXI. Travada ao longo de meio século, a luta laboral diuturna, incansável, empreendida pelos juteiros e suas famílias nas várzeas amazônicas, para a produção de volumes cada vez maiores da fibra, não deve jamais ser esquecida pelos brasileiros.

Para os intelectuais acadêmicos de perfil humanista, a luta pela sobrevivência nas várzeas amazônica enseja outro tipo de luta, esta pela conformação preferencial de uma sociedade política plural e democrática, em que o protagonismo dos agentes e atores, sejam eles políticos profissionais ou não, esteja a serviço do bem estar social e da elevação da qualidade de vida de seus membros, estejam eles aposentados ou não da luta laboral. “Cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa sua ‘origem’ e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta” (ALMEIDA, 2014, p.23). Ao ser registrada, a memória dos trabalhadores e trabalhadoras da juta na Amazônia deve ser vista como exemplo de resistência frente às forças espoliadoras de um sistema

econômico que teima em estender suas garras às mais recônditas regiões do planeta, para daí tirar o lucro abjeto que nutre suas entranhas e o reconforta espiritualmente.

Considerados de baixo status social, os trabalhadores rurais que atuam na Amazônia não têm o devido reconhecimento como categoria ou mesmo segmento profissional. Assim, os trabalhadores da juta podem ser caracterizados como pertencendo às categorias de baixo status social reportadas por Thompson (1998; 2001). É exatamente pela via da história vista de baixo proposta por este autor que podemos perceber as agruras impostas pelas condições de trabalho aflitivas registradas nos jutais. Os trabalhadores da juta não podem ser fadados ao esquecimento, posto que ainda prevalece nas pesquisas em Ciências Sociais a tendência de estudo da sociedade a partir do ponto de vista das elites. O pensador inglês tornou-se referência para o pesquisador de tendência humanista que busca colocar em evidência as categorias de baixo status social, "[...] centrando-se na qualidade de vida, no sofrimento e satisfações daqueles que vivem e morrem num tempo não redimido" (THOMPSON, 1998, p. 72).

O fato dos trabalhadores da juta atuarem numa região marcada pelo subdesenvolvimento econômico e social, de certa forma acentua a desvalorização de seu trabalho. A inferência de Benchimol de que a juta foi uma "importante cultura, cujo ciclo trouxe vida e prosperidade, durante mais de trinta anos, para o povo ribeirinho" (2009, p.473), deve ser vista com cautela, pois, como membros de comunidades tradicionais da Amazônia, os juteiros não tiveram, efetivamente, prosperidade econômica com a juta. Ao contrário, tornaram-se mais empobrecidos e com sérios problemas de saúde, o que foi, talvez, o real resultado obtido. Na próxima subseção, com criatividade imaginativa baseada em fatos reais, vamos analisar criticamente o cenário adverso vivenciado pelos juteiros, tendo como referência, na medida do possível, o ponto de vista deles próprios.

2.2 – A história vista desde a perspectiva dos juteiros

Atualmente, a disciplina história apresenta inúmeros segmentos, fato que faculta ao pesquisador a utilização de uma ampla gama de perspectivas, metodologias e diretrizes em seus estudos acadêmicos. São muitas as possibilidades de intersecção entre as várias modalidades historiográficas. Por sua pertinência em relação a este estudo sobre as agruras laborais vividas pelos trabalhadores da juta de Parintins, optamos pela perspectiva da história vista de baixo sugerida por Thompson (1987; 2001). Ao optarmos pela thompsoniana história vista de baixo, fica patente que, embora exerça múltiplas atividades, seja como extrator de recursos florestais, comerciante ou criador de gado, o trabalhador rural de Parintins não pode ser seccionado, marcado com esta ou aquela tarjeta de identificação, pois as diversas facetas de sua vida fazem parte de seu constructo intelectual e de sua identidade social.

Além dessas atividades costumeiras entre os trabalhadores rurais da Amazônia, muitos juteiros foram, também, operários nas prensas e nas fábricas de fiação e tecelagem de juta. Essa particularidade de algumas trajetórias de vida deve ser levada em consideração, pois este estudo, assentado epistemologicamente na história vista de baixo, procura exatamente entender como se dá o fato histórico a partir do ponto de vista daquelas pessoas que são consideradas de "baixo status social".

Ao elaborar a história dos trabalhadores ingleses do século XVIII, Thompson se baseou largamente em dados da cultura, especialmente em tradições, hábitos e costumes seculares, para contextualizar as lutas e reivindicações que desafiavam o poder estabelecido pela burguesia. Percebe-se claramente que a narrativa sobre a história de vida daqueles trabalhadores ingleses considerados de baixo status social foi elaborada desde uma perspectiva ou viés eminentemente cultural. Seguindo este exemplo, a intenção ao longo deste estudo é destacar os aspectos culturais e simbólicos da trajetória laboral dos trabalhadores da juta, com suas histórias de vida repletas de sofrimento, tenacidade e estoicismo.

Na segunda metade da década de 2010, o trem da metáfora thompsoniana ainda está trafegando no túnel sombrio que é o atual período de trevas capitalistas, quando apenas um punhado de "superexecutivos" (PIKETTY, 2014, p. 307) dos 500 maiores conglomerados industriais e financeiros mundiais influencia, pauta ou direciona, à revelia, aspectos essenciais da existência de bilhões de pessoas. Neste thompsoniano

tempo não redimido do capital em que vivemos, o que alenta aqueles que arduamente perseguem a justiça social como direito inalienável da pessoa humana é a perspectiva de que um dia o trem da humanidade chegue ao fim do longo túnel e seus passageiros possam, finalmente, usufruir o sol da liberdade que ilumina a planície verdejante.

Para a historiografia dita tradicional, marcadamente aquela de antes do advento do movimento da Escola dos Annales, colocado em curso a partir de 1929, o poder político central, sintetizado na imagem e na liturgia da corte imperial, é o epicentro das transformações econômicas e sociais. Ao inverter essa perspectiva, a história vista de baixo thompsoniana coloca os de baixa condição social, especialmente, a trabalhadora e o trabalhador, no centro das atenções.

Nesta subseção, recorremos ao trabalhador da juta Adamor Ferreira como fonte de informação sobre o inteiro período econômico da juta no município de Parintins. A intenção de colocar em destaque a trajetória laboral de Ferreira é iluminar meio século de história social referente ao período econômico da juta na Amazônia tendo-se como fio condutor da narrativa um personagem que vivenciou seus momentos mais marcantes e decisivos. Ferreira participou tanto do contexto rural, como agricultor, quanto do contexto urbano, fabril, como operário da Companhia Fabril de Juta Parintins (Fabriljuta).

Cercado por seus familiares, foi como a um amigo fraterno que Adamor Ferreira nos recebeu em sua casa no bairro Vitória Régia (Sham) em diversas ocasiões desde março de 2012, visitas nas quais pudemos obter seu relato oral sobre sua atuação como juteiro nas várzeas do município de Nhamundá e como operário fabril, com destaque para sua participação na administração da dinâmica laboral da Fabriljuta. As idas e vindas à casa de Ferreira resultaram em um roteiro de entrevista customizado, delineado a partir de um conhecimento prévio, amplo, sobre a experiência laboral desse operário aposentado.

Nascido em 1948, em Faro, pequena cidade localizada às margens do rio Nhamundá, no extremo oeste do estado do Pará, desde pequeno Adamor Costa Ferreira ouvia falar de juta. Seu pai, o comerciante Manuel Pessoa Ferreira, proprietário do comércio Bela Vista, estabelecido em Faro, aviava (financiava) a cultura dessa fibra vegetal na década de 1960 na calha do rio Nhamundá. Quando jovem, Ferreira trabalhou no cultivo, comércio e no aviamento (financiamento) de juta.

Em 1971, Adamor Ferreira foi morar em Parintins, onde passou a trabalhar como empregado na Fabriljuta a partir de 1972, exercendo a função de balanceiro, o operário que faz a pesagem de juta. De 1975 a 1977, trabalhou como administrador da fábrica, reportando-se diretamente ao diretor industrial. Contextualizando o período em que a juta era um dos esteios econômicos do Amazonas e Pará, Ferreira recorda que:

> Nas décadas de 1960 e 1970, toda a região de Parintins plantava juta, com poucas exceções para a pecuária. O esteio da nossa economia [de Parintins] era a juta, mas havia produção, também, de couros de animais silvestres e pirarucu seco. A crise da juta começou na década de 1980. Até então, a juta sustentava o comerciante e o juteiro, pois este também tirava saldo, não ficava devendo ao comerciante. Com certeza, o juteiro também ganhou dinheiro. Houve uma época em que o agricultor chegou até a levar gente da cidade de Parintins para trabalhar no interior, pois faltava mão de obra para cortar a juta quando as águas estavam subindo. A cultura da juta era um negócio mágico, pois o comerciante triplicava o preço do produto que vendia, mas, mesmo assim, os juticultores ainda tinham condições de saldar suas dívidas com a venda da juta (Entrevista, 2016).

Fundada em 22 de abril de 1964, a Fabriljuta tinha como objetivo "[...] o beneficiamento, prensagem e comercialização da juta, no mercado nacional e no mercado argentino" (BASA, 1971, p. 206), mas, segundo Ferreira, somente entrou em operação em 1967. Em abril de 1965, os vereadores parintinenses foram convidados pelo diretor comercial da empresa a participar de uma reunião destinada: "[...] ao esclarecimento dos planos de implantação e funcionamento da indústria de tecelagem em nosso município" (CMP, 2012, p. 42). Além do Basa, contava com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Sudam; e Banco do Estado do Amazonas (BEA). O registro fotográfico do processo de construção da planta industrial realmente impressiona pela modernidade das técnicas construtivas e dimensão das instalações, um galpão com cerca de cinco mil metros quadrados de área construída, superando em tamanho qualquer construção daquela época em Parintins.

As perspectivas de expansão da produção por volta de 1970, quando a Fabriljuta chegou a ter mais de 1.100 funcionários, eram as melhores possíveis segundo os técnicos do Basa, que consideravam a demanda dos mercados brasileiro e argentino como sendo "insatisfeita", sendo previsto o processamento de quatro mil toneladas de fibra para uma produção anual de oito milhões de sacos de juta (BASA, 1971, pp. 206, 207). Registrava-se então um clima de euforia generalizada entre o patronato e a classe política local, que contaminava, também, a população de um modo geral. Na azáfama

urbana, praticamente ninguém se importava com as agruras vividas pelos juteiros "lá longe", nos jutais, e tampouco com os incômodos causados pelo entupimento das ruas da cidade de Parintins com inúmeros varais de juta a secar durante o período da safra.

A louvação à Fabriljuta foi intensa por parte dos edis de Parintins, que a saudaram como a: "[...] grande Fábrica, a mais moderna do interlândio Amazônico, com capacidade de mudar o panorama sócio econômico do interior amazonense" (CMP, 2012, p. 201). O jornalista e ex-prefeito Benedito Azedo, que ocupou o Palácio Cordovil de 1973 a 1977, não poupou elogios ao empreendimento fabril num registro oficial de um relato oral que, por suas informações sobre o processo produtivo, merece ser transcrito praticamente na íntegra:

> Foi à [sic] coisa mais importante em termos de atividade econômica, porque a FABRILJUTA, uma vez instalada em Parintins, funcionava em três turnos: 6h às 14h, 14h às 22, até as 6 da manhã de novo. A produção de juta em Parintins, no período 60/70, era da ordem de 6 milhões de quilos de juta por ano, pegava ali um pouco de Barreirinha, de Urucará, seis milhões de quilos. O plantador de juta tinha certo o comprador que comprava aí na hora em que ela chegava, ela era transformada em fio e sacaria também, fio e saca (...). Então, o que acontece, muita gente de Parintins, passou a ganhar dinheiro porque a Fabril dava um lanche. Eles te serviam um pão, dentro do pão um pedaço de queijo, salame, ou pão e ovo, ou ovo cozido [...]. O padeiro de Parintins passou a fazer mais pão, que a Fabril comprava (CMP, 2012, pp. 343, 344).

A "exuberância" da economia lubrificada pelo suor do juteiro descrita por Ferreira e Azedo deve ser vista com cautela e colocada sob um determinado prisma, o do bom senso. Ganhar dinheiro para uns pode significar apenas o fato de receber alguns trocados por prestar determinado serviço, que talvez seja muito mais valioso em termos absolutos para quem contrata do que para quem o executa. Para quem raramente vê a cor da moeda nacional, alguns trocados podem significar "ganhar dinheiro", mesmo que para tanto seja necessário colocar em risco a própria saúde e segurança física.

O próprio fato de se ter um emprego formal, com carteira de trabalho assinada, em um município predominantemente rural, marcado pela informalidade das relações trabalhistas, como era Parintins nas décadas de 1960 e 1970, já é algo valioso o suficiente para a pessoa se orgulhar, não importa que a remuneração fosse a mais mínima possível. Certamente por falta de exemplo mais convincente para sua argumentação, um simples pão com queijo ou um ovo cozido pode ser algo muito valioso, digno de ser mencionado pelo prefeito jornalista em sua fala para a posteridade.

Para não fugir da verdade, Ferreira e Azedo não entram na seara da pavulagem gratuita, relatando algo inverídico, mas somente o que vivenciaram. Não contam, por exemplo, nenhum caso de um juteiro ou padeiro que ficou milionário por causa da juta. Se houvesse, seriam os primeiros a relatar o fato, pois ambos foram testemunhas oculares privilegiadas da história e ativos partícipes da convivência social durante o período econômico em foco. Peremptoriamente, podemos afirmar com sobriedade que a juta apenas facultou ao padeiro e ao juteiro "ganhar um dinheirinho", quando muito.

O certo é que, em toda a literatura consultada para a elaboração deste estudo acadêmico, por razões óbvias, não existe nenhum relato a respeito do enriquecimento de nenhum juteiro ou sobre suas posses adquiridas com o trabalho executado exclusivamente nos jutais, nem mesmo a aquisição de uma simples junta de bois. Nem tampouco registramos relatos orais que dessem conta de algum juteiro, por obra e graça exclusivamente do cultivo da juta, ter se locupletado. O juteiro Arino de Carvalho reforça nossa argumentação:

> Dou testemunho disso, que você não vê um plantador de juta, um juteiro, que tenha um patrimônio ganho com o trabalho da juta. Eu duvido que tenha um cara que tenha trabalhado na [plantação de] juta que converse com você e diga assim: Eu me dei bem na juta... Eu tenho esse patrimônio, eu tenho essa terra, esse gado, eu tenho esse motor [por causa do trabalho na juta]... Duvido. Você pode andar por todos os setores de varja [e não vai encontrar nenhum juteiro que diga isso]. Só tem algum patrimônio quem comprava a juta [neste caso, o regatão] (Entrevista, 2016).

Mesmo em 2011, quando a Câmara Municipal de Parintins se dispôs a fazer o levantamento histórico de suas ações institucionais, materializado em uma obra de três volumes referentes aos períodos legislativos de 1947 a 1988, o juteiro é praticamente ignorado, relegado a um segundo ou terceiro plano, identificado burocraticamente como juticultor, plantador ou cultivador de juta. Em nenhum dos três volumes existe a menção de um único juteiro com nome e sobrenome. Já as "autoridades" são plenamente identificadas por nome, sobrenome e título honorífico. Quando mencionado, ordinariamente representando sua categoria profissional e não a sua própria individualidade, o juteiro é quase sempre o "beneficiário" de alguma iniciativa empresarial benevolente por parte da Fabriljuta ou da ação institucional dos poderes constituídos, em ambos os casos ficando implicitamente na obrigação de agradecer penhoradamente pela "dádiva" recebida.

Noutras vezes, o juteiro é apresentado como o coitadinho que teve seus direitos usurpados, pois são: "[...] explorados pelos exportadores, que fazem manobras para pagarem pelo quilo da fibra um preço abaixo do valor real [...]" (CMP, 2012, p. 249). Digno de pena por sua condição miserável, vítima passiva do *laissez-faire* segundo a ortodoxia fabiana (THOMPSON, 2001), dependente da "ajuda" dos poderes constituídos, o juteiro sequer aparece como coadjuvante, quanto mais como protagonista ou mesmo principal responsável por esse surto ilusório de prosperidade econômica nos anais da Câmara Municipal de Parintins.

Na ribalta, os vereadores estavam sempre prontos a intervir e solicitar aos poderes constituídos do Estado: "'[...] providências para evitar mais essa sangria às bolsas já minguadas de nossos agricultores juteiros'" (CMP, 2012, p.249). Por sua condição econômica e social vexatória, o juteiro tornou-se praticamente indigno de receber qualquer homenagem ou mesmo uma simples menção textual honrosa e dignificante por parte da Câmara Municipal de Parintins em sua obra de resgate histórico chapa-branca, perfeitamente inserida na categoria "história oficial" (DALLA COSTA, 2004, p. 9). Sinteticamente, os três volumes apresentados ao público em 2011 e 2012 são uma "história vista de cima", registrada desde a perspectiva das classes dominantes, típico produto da historiografia dita tradicional, uma versão tupinambarana da "História Inglesa Oficialmente Correta" ironizada por Thompson (2001, p.200).

Nas fábricas de fiação e tecelagem, a juta deu oportunidade para que os trabalhadores amazonenses e paraenses se inserissem em um processo produtivo capitalista moderno, de escala industrial, baseado na transformação da fibra em um produto amplamente consumido pela indústria cafeeira do Sudeste brasileiro, a sacaria de juta. De certa forma, a inserção na dinâmica laboral industrial foi capaz de capacitar os homens e as mulheres dessa geração a fazer a transição entre um modo de vida agrário, tradicional, anacrônico do ponto de vista tecnológico, e a alta tecnologia empregada nos processos produtivos do Polo Industrial de Manaus, implantado a partir de 1967.

Apesar de reconhecidamente ter sido um fator econômico expressivo, que deixou um legado relativamente positivo para o patronato amazônico, o agronegócio da juta, como toda atividade econômica do sistema capitalista de produção de bens e serviços, cobrou dos trabalhadores amazônicos sua cota de sangue, suor e lágrimas.

Temos estas três expressões como sendo adequadas para ilustrar as infelizes condições de trabalho enfrentadas por milhares de trabalhadores e trabalhadoras durante os 30 anos (1950-1970) nos quais o agronegócio da juta se mostrou praticamente hegemônico na Amazônia em termos de arrecadação fiscal.

Ao se engraçar pelo canto da sereia capitalista, cheio de promessas e falsidades, milhares de pessoas ao longo da calha do Rio Amazonas se submeteram voluntariamente a um modelo de servidão consentida, de certo modo desejada e até mesmo valorizada, que as levou a vivenciar condições de trabalho extremamente insalubres e perigosas, sujeitando-as de maneira cruel aos humores do clima e das condições naturais da região.

Adamor Ferreira concorda com o uso das expressões sangue, suor e lágrimas para fazer referência às extenuantes condições de trabalho vividas debaixo do escaldante sol equatorial por milhares de homens, mulheres e adolescentes vergados nas plantações de juta ao longo da calha do Rio Amazonas, desde Monte Alegre, no Pará, passando por Itacoatiara, Iranduba, Manacapuru até Fonte Boa, no Amazonas. Não somente concorda como as repete com certa ênfase, ao passo que maneia a cabeça em aprovação.

Para o operário fabril, estas expressões também fazem referência aos ambientes insalubres e abafados das prensas (usinas) e indústrias de fiação e tecelagem de juta, não somente em Parintins, mas, também, em Manaus, Manacapuru, Itacoatiara, Coari, Tefé, Belém, Santarém e Castanhal. Em tais ambientes fabris, os operários e as operárias, quase sempre homens e mulheres jovens, saudáveis, eram submetidos a condições de trabalho monótonas, desgastantes e insalubres, respirando um ar abafado, impregnado com as microfibras da juta, que punham à prova seus limites fisiológicos, mentais e emocionais. Mais do que nas fábricas de fiação e tecelagem de juta, sangue, suor e lágrimas foram vertidos em abundância nas várzeas onde se dava o cultivo da juta.

As condições de trabalho deletérias, prejudiciais à saúde do trabalhador, eram a regra, e não a exceção, situação que a todo o momento colocava em risco o bem estar, as esperanças e a própria vida do juteiro e de seus familiares, além de inelutavelmente marcar com a marca do subdesenvolvimento todas as perspectivas de futuro da Amazônia. Arino de Carvalho completa seu relato sobre as agruras que viveu ao

participar como juteiro da cadeia produtiva da juta na Amazônia, revelando, assim, parte da história vista desde a perspectiva dos juteiros:

> Quem planta [juta] só tem como recompensa, como herança, o reumatismo e algumas doenças que já levaram muitos a se acabar. O mais forte [fisicamente] dessa região [a Vila Amazônia] sou eu, que estou com 85 anos, mas a minha vista está com pouca visão devido eu trabalhar o dia inteiro [na juta] e de noite [precisar] pegar a poranga [lamparina] para fachear no rio [para pescar o almoço da família]. Quando eu notei que estava me desgastando [fisicamente] e que a minha família não merecia o trato que estava dando a ela, porque a juta não tinha condição [de proporcionar uma vida digna], aí eu resolvi sair do setor da juta. Eu deitava na rede e pensava nos meus problemas, no meu trabalho na juta. Muita gente dizia que eu ia morrer de fome na terra firme. Depois de três ou quatro anos na terra firme, a minha comunidade [da várzea] toda veio atrás de mim e até hoje está aqui comigo. Quando eu vim para a terra firme, eu estava consciente que iria encontrar algum recurso para sobreviver da melhor forma [melhor do que na lida da juta] e assim eu estou até hoje. Você está aqui junto de mim na minha casa [localizada perto da divisa com o estado do Pará], local em que eu me sinto no paraíso (Entrevista, 2016).

Na várzea, sobrevivendo em áreas isoladas ao lado da mulher e dos filhos, o trabalhador da juta se adaptou a um trabalho extremamente dificultoso, exaustivo, exercido em um ambiente laboral inóspito, pontuado por rios, igarapés, lagos, restingas e igapós. Como bem exposto por Carvalho, além das condições de trabalho adversas, o juteiro enfrentava com sua família a questão da habitabilidade nas várzeas dos rios amazônicos.

Em terra firme ou na várzea propriamente dita, a morada do juteiro é uma construção simples, modesta, mas adequada para servir de abrigo a uma família em um meio ambiente marcado por chuvas torrenciais e pela incidência de uma insolação forte e constante ao longo de praticamente todo o ano. De uma, duas ou quatro águas, a construção é ditada pelos materiais que a natureza amazônica oferece, como a madeira e a palha de diversas palmeiras. A madeira proveniente do tronco das árvores é um caso à parte, pois precisa de beneficiamento industrial para ser transformada em tábuas, ripas e caibros. Dois tipos de construção predominam, a palafita, regularmente apoiada em estacas fincadas na várzea inundável, e a de terra firme, também elevada sobre estacas de madeira, em ambos os casos resistentes à elevadíssima umidade da região.

O trabalho de cultivo da juta propriamente dito é sacrificante em todos os sentidos, especialmente nos quesitos esforço físico e saúde laboral, pois a predisposição

para lidar com o elemento água em seu estado líquido facultou ao juteiro se tornar um trabalhador anfíbio, alvo de um sem número de situações que atingiam diretamente sua estrutura física e emocional. Durante a safra da juta, por exemplo, o juteiro passava horas a fio lavando as hastes de juta com água pela cintura, e que, às vezes, durante as grandes enchentes, era obrigado a mergulhar para cortar o caule da planta rente ao chão submerso. O trabalho dedicado à juticultura era executado ao ar livre e em sua maior parte durante o período chuvoso, que na Amazônia vai de novembro a abril. A precipitação pluviométrica chega a 2.500 mm, com a umidade relativa do ar acima dos 90% e temperatura média em torno de 30º Celsius. Isto significa que o juteiro precisava suportar em sua labuta diária uma sensação térmica que beirava os 40º Celsius durante a canícula. Por trabalhar próximo à lâmina d'água, ele era alvo do reflexo da radiação solar, fato que lhe imputou severas restrições visuais ao longo de sua vida, como no caso de Arino de Carvalho, que teve como agravante a fumaça da poranga usada na pescaria noturna, que causava irritação em seus olhos.

Sujeito a adversidades de todo tipo impostas pelo império das águas, o juteiro era o alvo preferencial de arraias; poraquês; sanguessugas; jararacas; cascavéis; surucucus; jiboias e das temíveis sucuris-pretas, cobras constritoras habitantes das várzeas que podem atingir 11 metros de comprimento, também referenciadas pelo nome de anaconda, boiúna e sucuriju. Esse ofídio voraz tem na paciência sua principal estratégia de caça, podendo ficar horas a fio imóvel, imperceptível, por entre as touceiras de canarana que formam o matupá, balsedo ou ilhota flutuante característico dos rios e lagos da Amazônia, à espreita de uma embiara (presa).

Ícone da fauna ictiológica regional, a piranha praticamente não aparece como sendo uma real ameaça ao juteiro talvez devido ao fato de que este animal carnívoro prefere as águas pretas como sendo apropriadas para seu habitat, e não as barrentas, onde se localizam os jutais. A lista de animais que, em tese, poderiam causar algum dano à integridade física do trabalhador rural da Amazônia é extensa, com relatos de acidentes fatais de todos os tipos registrados em praticamente todos os quadrantes da região, não somente na área de várzea, mas, também, em terra firme. Até mesmo os vegetais endógenos se unem para infligir sua cota de sofrimento ao juteiro:

> Assinalo ainda alguns vegetais vulnerantes, frequentes no interior, começando pelos inúmeros que são portadores de espinhos e provocam ferimentos penetrantes, sobretudo nos membros inferiores,

> ao serem pisados; as folhas ulticantes [urticantes], que são numerosas e algumas Ciperáceas, como a tiririca, possuidoras de dentes finos nas bordas foliares; são todos infernizadores da vida do interlandino (BATISTA, 1980, p. 32).

O juteiro também sofria, e muito, com a sempre presente solidão humana, fator psicológico que não passa despercebido dos autores da literatura regional oriundos da Amazônia profunda. Foi do interior da alma solitária do homem amazônico que surgiu um angustiante cenário representacional, que, de certo modo, também é universal, no qual se desenvolvem os atos de um drama trágico regional em que se dá destaque para o terror advindo das manifestações das forças colossais da natureza e para a astúcia e a esperteza como elementos essenciais para a sobrevivência humana.

Teatralmente eivado de medo e apreensão, o drama trágico envolvendo ofídios anfíbios gigantescos é, no entanto, uma manifestação paradoxalmente lúdica do realismo fantástico que envolve e se espraia por todos os quadrantes da Amazônia, o reino encantado da Cobra Grande. Caso sobrevivesse ao ataque sorrateiro da Cobra Grande, o juteiro tinha de ficar esperto em relação a outros perigos que rondavam o jutal, entre eles a fome insidiosa, recorrente de quando em quando, que teima em rever seus desafetos quando estes estão prostrados em suas redes devido a doenças que afligem os trabalhadores rurais e suas famílias.

O xis da questão da fome insidiosa entre os trabalhadores rurais da Amazônia talvez seja realmente a disposição física e mental para se obter os ingredientes de uma alimentação completa, balanceada, que contemple todas as possibilidades que a várzea e a floresta oferecem. A indisposição e a fadiga do juteiro certamente envolvem "[...] o desgaste das doenças não prevenidas e sempre maltratadas e as dificuldades alimentares: dias de fartura, quando o peixe e a caça abundam, contrastando com outros em que pouco é conseguido da natureza ou da agricultura" (BATISTA, 1980, p. 32).

Estado de espírito alquebrado atribuído a entidades místicas, a panema às vezes assola a casa do juteiro junto com alguma doença que os acometem de maneira aguda, como a malária, dor de dente ou mesmo algum problema estomacal advindo do consumo de água sem tratamento adequado, deixando-os impossibilitados para a lida na várzea e na floresta. Encorujado na porta da casa, pensando na vida, com a mulher e os filhos doentes, sem perspectivas de melhorias, o juteiro é um sobrevivente, mas, antes de tudo, um forte à maneira euclidiana, estoico e resiliente.

Marupiara (esperto), o juteiro sabe como contornar o desânimo com sagacidade, bom senso e uma série de tratamentos da saúde física e mental centenários, de comprovado poder decisório para o recobramento da força física e da disposição para o trabalho. Caudatário das tradições dos antigos povos amazônicos, o juteiro de Parintins seguia e ainda segue o direcionamento atávico prescrito para a cura das doenças mais simples, com uma infinidade de remédios caseiros, como andiroba; mastruz (mastruço); mangarataia (gengibre); copaíba; crajiru; e diversos tipos de chás, como hortelã; lombrigueira; capim-santo; cidreira; erva-doce; etc. Acrescente-se a este lista, os unguentos, compressas e massagens, utilizando-se inclusive a banha da cobra sucuri, indicada para "fricções anti-reumáticas" (CASTRO, 1994, p. 99). Mas, o cultivo da juta era e ainda é sinônimo de enfermidades de todo tipo e a toda hora:

> As doenças são frequentes. Representam um dos itens mais elevados na coluna de despesas do orçamento da família juteira. "A febre" [malária] e a ameba são sempre mencionadas. [...] O fato de toda família cultivar estas plantas [medicinais], aponta para a extensão da "doença" no mundo dos juteiros. As condições de trabalho na juta contribuem também para a freqüência destes males, "doente de tanto trabalhar na água", como diria um juteiro de Tapará (ALMEIDA, 1974, pp. 27, 28).

Em se tratando de saúde da família do juteiro, não se deve esquecer as rezas, simpatias e pajelanças de comprovado poder psicológico em tratamentos relacionados aos aspectos emocionais. Esse é o campo de atuação das tradicionalíssimas benzedeiras, capazes de curar enfermidades do corpo e da alma "[...] que acometem parte da população parintinense que as procuram por acreditar na eficácia da benzição" (TRINDADE, 2013, p. 182).

Para os casos mais complicados, no entanto, resta sempre a graça divina evocada por intermédio, necessariamente, dos santos e santas do panteão católico, aos quais se fazem orações e súplicas e, também, promessas especiais, a serem cumpridas em caso de pronto restabelecimento do enfermo. Mas:

> Da mesma maneira que um caboclo freqüenta um novenário ou uma missa aos domingos, com a mesma fé, procura um curador quando desesperado, tenta livrar-se de um drama que lhe aflige o corpo e alma. Para o curador ele nunca está doente de um órgão qualquer provocado por micróbios, intoxicações ou outros motivos já conhecidos e tratados convenientemente pela medicina científica, mas por um "encosto"; uma "flechada-de-bicho"; um "castigo da mãe do mato", da "mãe do rio", da "mãe do peixe"; "feitiço de coisa feita", etc. (ANDRADE, 1988, p.80).

Caso não sobreviva ao encosto; ao castigo da mãe do mato; à febre terçã da malária; à doída picada da surucucu; ou à tuberculose catarrenta, o desterrado da sorte não se despede de vez da várzea, pois o túmulo do juteiro, porta de entrada para a sua morada celestial, fica sempre perto de um curso de água. Ali, na beira do rio ou do lago, os familiares do falecido cavam uma cova rasa, que não atinge os regulamentares sete palmos de fundura, pois senão brota água e inviabiliza o sepultamento.

Ao cemitério de poucas cruzes pertinho da beira, foi fácil chegar de canoa com o corpo do juteiro enrolado em sua própria rede, mortalha puída de defunto fresco morto de morte morrida. Fresco sim, pois se apagou na calada da noite chuvosa de abril sem que ninguém tivesse notado o passamento, mas que já está deixando no ar a catinga pestilenta de uma doença do peito há muito tempo incubada. Infelizmente, a pressa para enterrar o corpo do juteiro não se encaixou na agenda de trabalho do mestre carapina fazedor de caixão. De fato, o carpinteiro não pôde atender ao pedido da já resignada viúva que, chorando baixinho, aos soluços, se lamentava por sua má sorte na vida. Característica de quem é afeito ao sofrimento, a resignação é tanta que algumas viúvas arriscam um comentário nada amoroso: "Só assim essa praga deixa a cachaça de lado". Enterrado na beira do rio, o corpo inerte fica fácil de ser atingido por uma grande enchente, que até em sua última morada afogam os restos mortais do eterno afogado da juta.

As águas da enchente também derrubam a pequena cruz que lhe serve de indicação para o paraíso celestial da cristandade católica, espaço metafísico dadivoso reservado apenas aos fiéis, pois em vida o juteiro participou de todos os rituais e obrigações comunais da Igreja Romana, muito embora ao longo de sua existência tenha acreditado piamente nas "crendices" animistas de seus ancestrais indígenas. Mas, infelizmente, a tradição reza que a indicação do caminho para o céu da bem-aventurança é feita somente quando a cruz se encontra fincada bem na vertical sobre o montículo de terra que debilmente protege o corpo inerte e indefeso contra a gula dos tatus-pebas.

Caído na horizontal, o singelo artefato de duas talas de embaúba unidas em ângulos retos por uma tira de envira serve tão somente para indicar outras direções e outras possibilidades ao defunto juteiro. Talvez aquelas mesmas apontadas pela cosmogonia animista das comunidades indígenas mawé, em que o "[...] espírito do

defunto, em uma nova existência, [é levado] para lugares (mangú) não bem definidos onde fica vagando, sem consolo, a procura de algo" (UGGÉ, 1996, p. 18).

A passagem do juteiro pelo vale de lágrimas amazônico não foi televisionada pela TV Ajuricaba, emissora cuja existência se deveu, em parte, a ele, e tampouco registrada por qualquer outro veículo de Comunicação para a posteridade, nem uma simples menção ao fato na Rádio Alvorada. Sua morte não foi motivo de pauta para nenhum repórter do jornal *A Tribuna* elaborar seu necrológio. Ignorado com solenidade pela Câmara Municipal de Parintins, seu ordinário nome não foi e nunca será gravado em placa de alumínio em nenhuma praça pública, nem mesmo servirá para nomear um simples beco, quanto mais uma rua, uma avenida ou mesmo uma escola municipal. Por mais simples que seja, nenhum monumento foi ou será erguido em louvor de sua triste e insignificante figura, onde se possa saber seu nome, sobrenome e o ano de seu nascimento e de sua morte, nem mesmo na Vila Amazônia, onde labutou intensamente.

Nenhum nobre deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, circunspecto, pedirá desculpas formais em ato cívico no plenário da instituição pelo descaso real, não fictício, com que o juteiro foi tratado em vida. Nenhum percalço de sua jornada insana nos jutais será lembrado como fato histórico pelos profissionais da historiografia dita tradicional. Sua última morada na várzea prontamente terá sido levada de roldão na última grande enchente da região. Por fim, quando seu derradeiro filho também passar dessa vida para uma melhor, a lembrança da triste existência de um anônimo trabalhador rural de Parintins terá se extinguido para sempre.

A morte do trabalhador da juta, sem ter o mínimo de reconhecimento em vida, é um reflexo trágico da sua situação laboral adversa, caracterizada pela superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia, que resultou em agruras e sofrimentos de toda sorte e, também, na interferência negativa na sua saúde e na de sua família, cenário que será analisado na próxima subseção.

2.3 – As agruras das condições de trabalho da juta

Ao longo de 50 anos (1937-1987), o ponto vulnerável da rentabilíssima cadeia produtiva da juta foram as condições de trabalho extremamente adversas e comprometedoras da saúde e do bem-estar dos trabalhadores da juta. Devido particularmente a este fator deletério, afirmamos categoricamente que a cadeia produtiva da juta em nada contribuiu para o desenvolvimento regional, sendo, na realidade, o fator preponderante para a manutenção do subdesenvolvimento da Amazônia durante esse período.

Os relatos dos trabalhadores da juta de Parintins representam o âmago de nossa assertiva a respeito da ação deletéria da inteira cadeia produtiva da juta, pois, no auge do período econômico da juta, eles vivenciaram intenso sofrimento físico e, agora, descrevem suas aflições e ansiedades de maneira contundente. Em conjunto, eles apresentam um cenário fidedigno da situação econômica e social vivenciada nas várzeas amazônicas, oportunidade em que extravasam indignação em relação às péssimas condições de vida e de trabalho a que foram submetidos nas áreas rurais.

Sujeitos a intempéries e dificuldades inerentes ao processo produtivo da juticultura, durante meio século os juteiros das várzeas amazônicas sofreram na pele as agruras impostas pelo moinho de gastar gente que é o sistema capitalista de produção de bens e serviços. Essas condições de trabalho deletérias deixaram um passivo social de difícil equação, preponderantemente representado por patologias crônicas cujo nexo causal pode ser identificado na labuta insana do cultivo e beneficiamento da fibra de juta, como, por exemplo, o reumatismo.

Filho dos trabalhadores da juta Joaquim Nina dos Santos e Maria Cardoso dos Santos, o juteiro Manoel Cardoso dos Santos nasceu em dezembro de 1951, na Costa do Amazonas, área localizada na várzea do Mocambo, um dos nove distritos do município de Parintins, onde labutou intensamente no cultivo da fibra com seus pais. Por muitos anos conviveu com seus parentes e vizinhos debilitados pela lida nos jutais, principalmente prostrados por causa do reumatismo. “Hoje eu tenho problema de coluna. Foi de tanto afogar juta de dia e de noite. Já devo ter essa dor aqui na costa há 25 anos, mas me lembro que ainda é problema de juta. Todas as doenças que sinto agora são problemas de juta” (Entrevista, 2016).

Desde 2012, quando iniciamos a prospecção de informações para a elaboração de um projeto de tese sobre a vida dos juteiros, constatamos que o gosto amargo da lida nos jutais ainda está na boca de todos aqueles que dele provaram como se mel fosse. Atualmente, alguns têm consciência que foram ludibriados por uma ilusão passageira que deixou marcas profundas e tormentosas no corpo e na alma de duas gerações de trabalhadores rurais da Amazônia.

Avaliam de maneira tardia que a lida nos jutais não valeu a pena, pois o retorno financeiro pelo seu trabalho é considerado francamente inferior ao dispêndio de energia física, uma das característica da superexploração do trabalho rural na Amazônia, e ao substancial lucro proporcionado ao patronato da cadeia produtiva da juta. Some-se a esse quadro as doenças e acidentes advindos do trabalho canhestro de cultivo da juta, riscos laborais que fizeram muitas vítimas, algumas inclusive fatais. Calculando cada palavra, Manoel Cardoso analisa sua trajetória de mais de 20 anos dedicada à cultura dessa fibra, concluindo que: "Não valeu a pena o sacrifício. De maneira nenhuma eu teria começado a plantar juta se soubesse antes o que me esperava no jutal" (Entrevista, 2016).

O cerne da questão em relação à pretérita cadeia produtiva da juta seria a possibilidade de sua continuação em condições de trabalho humanizadas ou sua total extinção. Caso a opção recaísse sobre a extinção da inteira cadeia produtiva, teríamos a obliteração das condições de trabalho extenuantes extremamente prejudiciais à saúde do juteiro, sem nenhum prejuízo real para sua economia doméstica, pois o trabalhador rural da Amazônia é afeito a mudanças de cenário e capacitado a sobreviver em qualquer situação adversa.

Ao que tudo indica, tal decisão radical não afetaria a sobrevivência do juteiro no amplo complexo ambiental da região, com suas múltiplas possibilidades de produção dos meios de vida, como, de fato, assim se deu a partir da década de 1980, quando fatores externos à região praticamente determinaram a extinção da atividade. Nenhum juteiro ficou desesperado, cometeu suicídio ou desfaleceu de fome quando a cadeia produtiva da juta soçobrou à míngua, por volta de 1987. Como de fato nada trouxe, a juta também nada levou, mas deixou saudade, simplesmente porque "no tempo da juta" os velhos juteiros de hoje eram jovens, e a juventude é, sem sombra de dúvida, o melhor período da vida, inclusive para se recordar, não importa como tenha sido tal vivência.

O âmago da questão que levantamos em relação à juticultura está diretamente vinculado à própria questão do desenvolvimento da Amazônia, região que apresenta atualmente atividades econômicas que devem ser colocadas sob suspeição, muitas das quais francamente abjetas e objetáveis, algumas delas ainda se utilizando de recursos ilegais, como o trabalho análogo ao de escravo. O processo de desenvolvimento da Amazônia deve passar ao largo de iniciativas exógenas ou mesmo endógenas que condenem de maneira cruel o trabalhador rural amazônico a condições de trabalho arcaicas, degradantes, e ao eterno subdesenvolvimento.

Heterogêneos do ponto de vista econômico, os três grupos sociais mencionados anteriormente, compostos por juteiros, castanheiros e seringueiros, são a parte lesada da dinâmica de apropriação da mais-valia absoluta promovida pelos empresários capitalistas regionais a partir de 1870, quando se iniciou o período econômico da borracha. Ao lado de muitos outros grupos sociais compostos por trabalhadores rurais na Amazônia, os juteiros foram igualmente expropriados, espoliados e superexplorados pelos agentes sistêmicos a serviço do patronato regional, a mão visível do capital financeiro internacional sediado nos países centrais. As trajetórias de vida dos membros desses três grupos sociais e de muitos outros, ao serem capturadas pelos agentes do capital, foram marcadas por luta, suor e sofrimento de toda ordem, gestos magnânimos de desprendimento em favor do trabalho em ambientes laborais inóspitos e derrotas fragorosas diante dos agentes capitalistas, ao reivindicarem seus direitos constitucionais e benefícios sociais.

Consideramos as condições de trabalho apresentadas pela cadeia produtiva da juta como um obstáculo incontornável na trajetória laboral de milhares de pessoas cujas vidas foram capturadas por tal processo produtivo. Exaustivamente documentado por inúmeros pesquisadores regionais que vivenciaram o período da juta, esse fato deixou um passivo social e econômico de difícil equação que ainda reverbera nas periferias das cidades amazônicas no século XXI.

Durante 50 anos, a adversidade crônica trabalhista foi relegada ao segundo plano pelos promotores e observadores dessa cadeia produtiva, cuja tendência foi empurrar para debaixo do tapete as mazelas sociais advindas do cultivo da juta nas várzeas amazônicas. O descaso do patronato da juta foi extensivo às operárias e operários fabris que atuavam em instalações extremamente quentes, insalubres e barulhentas das

fábricas de fiações e tecelagem da fibra, no mais das vezes sem nenhum equipamento de proteção individual, como um simples protetor auricular.

Desde a década de 1930, com sorriso largo estampado no rosto, muitíssimos incautos e desavisados trabalhadores rurais paraenses e amazonenses abraçaram com sofreguidão a possibilidade de ver a cor do dinheiro, pois o canto da sereia capitalista incluía em sua doce melodia o tilintar de moedas caindo com volúpia e prodigalidade em seus cofrinhos. Pior ainda, a insinuante sereia capitalista lhe facultava crédito e, como bem sabemos: "O caboclo compra tudo que o comerciante lhe queira vender, com a condição de ser fiado" (BATISTA, 1974, p.69).

Para além do possível desenvolvimento tecnológico relacionado ao correto aproveitamento das várzeas amazônicas, ficam em aberto outras preocupações, estas centradas nos aspectos climáticos de uma área castigada por inúmeras endemias, especialmente durante a vazante dos rios, e sujeita a um sempre oscilante nível máximo e mínimo das águas em seu ciclo hidrológico anual, causador de inúmeros transtornos. O perfil climatológico da Amazônia é um fator a ser esmiuçado em qualquer planejamento estratégico empresarial voltado para a produção em larga escala de *commodities* agrícolas em que o braço humano seja preponderante:

> Aceitemos portanto a realidade: o regime térmico da Amazônia é equatorial, [...], não podemos fugir à verdade de que as temperaturas elevadas e constantes, sem as variações tonificadoras das estações dos clima temperados, acompanhadas de alta umidade relativa [do ar], ensolejamento impiedoso, às vezes baixa da pressão atmosférica e ventos de pouca velocidade, levam o organismo à fadiga precoce, especialmente ao exercer um trabalho sob o sol [como o da juta], ensejando a perda de litros de suor, com que se eliminam também grandes cotas de cloreto de sódio, que é o estimulante químico das glândulas supra-renais (BATISTA, 2003, p.139).

Inseridas num processo de cultivo agrícola arcaico, que não apresentou nenhum avanço tecnológico nos últimos 80 anos, as condições de trabalho nos jutais representam a principal fonte de agruras para os juteiros. O processo de produção da juta na Amazônia é marcado pela sazonalidade, sendo seu calendário dependente da posição geográfica do município produtor em relação ao desnível apresentado pelo Rio Amazonas em sua trajetória rumo ao Oceano Atlântico.

Em Parintins, por exemplo, o processo geralmente começa no finalzinho de julho ou no início do mês de agosto, logo após as águas dos rios baixarem o suficiente

para aparecer o leito fertilizado pelo húmus, ocasião em que se realiza a adequação do terreno para a lavoura e o plantio da semente na lama ou na terra ainda úmida e fértil da várzea. Da semeadura ao corte da haste, a cultura da juta leva aproximadamente 120 dias, quando a planta atinge a altura padrão de quatro metros.

O processo tem seu ponto alto no corte e no desfibramento das hastes, quando a água dos rios começa a subir, por volta de janeiro, finalizando com a secagem das fibras (realizada ainda no período das chuvas), enfardamento e despacho dos fardos de juta pelo motor (transporte fluvial) do regatão (comerciante), por volta do mês de janeiro ou fevereiro. Dependendo da área onde está localizado o jutal, o processo todo leva de cinco a sete meses, com dispêndio de energia física mais acentuada nos períodos de corte e lavagem da fibra, envolvendo cada uma dessas duas fases de 20 a 30 dias.

Com cerca de sete meses a cada ano, o processo de cultivo e beneficiamento da fibra da juta na várzea amazônica inclui dez fases, aqui descritas em ordem cronológica:

1 - Limpeza e adequação do terreno varzeano;

2 - Plantio da semente, com máquina tico-tico ou a lanço;

3 - Tratos culturais, como a retirada de plantas invasoras;

4 - Corte das hastes rés ao chão, com o nível das águas do rio abaixo ou mesmo acima do ponto de corte;

5 - Afogamento dos feixes com 20 a 30 hastes de juta, sobre os quais se coloca peso para que se possa mantê-los submersos, ocasião em que ocorre a maceração ou apodrecimento parcial da casca, da qual emana um odor fétido, característico de vegetais em decomposição. Processo físico-químico natural realizado por bactérias anaeróbicas presentes na água durante aproximadamente dez dias, a maceração objetiva o amolecimento das hastes para se efetuar com certa facilidade o desfibramento;

6 - Desfibramento, separação manual entre a fibra e a casca da planta;

7 - Lavagem manual das fibras, para retirada de resíduos de casca e impurezas;

8 - Secagem das fibras em varais expostos ao sol;

9 - Seleção e enfardamento das fibras;

10 - Despacho dos fardos para os comerciantes.

Talvez com exceção do plantio da semente, feito geralmente a lanço em agosto ou setembro, às vezes com lama pela cintura, todas essas fases são caracterizadas por intenso dispêndio de energia física, sendo que algumas delas apresentam trabalho executado sob pressão psicológica devido à urgência ditada pela subida do nível das águas. Há, também, durante os meses de dezembro a fevereiro, após a colheita, o risco de apodrecimento das fibras em processo de maceração.

Some-se a esses fatores a sempre presente pressão exercida pelo patrão, o financiador da produção, que de vez em quando aparece no jutal, com cisma de ver tudo pronto para assim poder reivindicar seu lucro junto ao seu próprio patrão capitalista. As três fases mais danosas, extenuantes e insalubres são o corte das hastes, quando estas atingem em torno de quatro metros de altura, afogamento dos feixes e o desfibramento, processo manual que exige força física, flexibilidade do corpo e habilidade, no qual se dá a separação da fibra propriamente dita da casca da juta, tarefa "facilitada" pela ação de bactérias anaeróbicas presentes na água.

Para o juteiro Manoel Cardoso, não tinha tempo ruim, não, apesar das chuvas torrenciais e do sol de lascar, enfrentando o trabalho com determinação e estoicismo:

> A gente trabalhava noite e dia, no sufoco. Não tinha domingo, não tinha sábado e nem dia santo. A gente quase não dormia, não tinha um conforto bom para se agasalhar e dormir. O cara tinha que cortar a juta, tinha que afogar, tinha que lavar juta, tinha que carregar, tinha que estender a juta no varal, tinha que enxugar, tinha que enfardar... No dia que o patrão dizia que ia buscar a juta, a juta já tinha que estar pronta e se não estivesse o patrão ainda ralhava com a gente: Pô, tu garantiu tanto e agora só tem esse pouco. Aí a gente tinha que trabalhar noite e dia, né? Eu dizia que a gente ficava até subordinado ao patrão, como escravo mesmo (Entrevista, 2016).

De um modo geral, tanto no Amazonas quanto no Pará, a cultura da juta se dá em uma única safra, que vai geralmente de agosto a dezembro, englobando todas as dez fases do processo produtivo. Em Parintins, a safra da fibra era referenciada pelos juteiros como sendo "juta da lama", que ia desde a semeadura em agosto, colheita em novembro, até a secagem e o enfardamento da juta em dezembro, podendo estender-se até meados de janeiro. Durante parte deste período, o juteiro trabalha sob intensa insolação, umidade relativa do ar em torno de 50% e chuvas torrenciais ocasionais.

Em agosto as águas da enchente começam a baixar, deixando aflorada uma terra fertilizada pelos sedimentos, propícia para a cultura da juta e dos demais cultivos varzeanos, principalmente a roça de mandioca, cujo cronograma praticamente acompanha o da juta. O calendário do cultivo da juta está sujeito às variações anuais do ciclo das enchentes e vazantes, sendo muito flexível para cada município e localidade e para cada ano especificamente. Pontualmente em cada jutal, este calendário podia ainda ser flexibilizado devido ao nível do terreno, determinante do nível das águas, permitindo ou não a atividade agrícola. O calendário agrícola da juta da Vila Amazônia engloba uma safra anual que, no total, abrangem cerca de cinco ou seis meses, geralmente de agosto a dezembro, podendo se estender até meados de janeiro.

O juteiro não extrapola os limites do cronograma agrícola, pois depende do ciclo anual das águas, sempre irregular e imprevisível. A penalidade pelo atraso na semeadura é o trabalho extra na várzea, com a capinação do terreno que antes, coberto apenas por uma camada úmida e fofa de sedimentos argilosos fertilíssimos, podia receber a semente diretamente, a lanço, sem nenhum "esforço adicional" para o juteiro, a não ser se movimentar com lama pelo tornozelo ou pelo joelho e cuidar para que a arraia não lhe enfie o agulhão no pé.

As fases de afogamento das hastes, desfibramento e lavagem da juta são caracterizadas pela imersão do corpo do juteiro nas águas barrentas dos rios, geralmente até a altura do tornozelo ou da cintura, sendo por vezes até a altura do peito, durante muitas horas e acarretam consequências danosas à saúde, como, por exemplo, o reumatismo e a tuberculose, além de frequentes gripes e resfriados. Em agosto, após a baixada das águas, com os pés descalços imersos na lama argilosa para semear a semente da fibra, o juteiro sofre com o rói-rói, um tipo de micose que ataca as reentrâncias dos dedos dos pés. "O rói-rói causado pelo cauixi, penetrava agora na carne viva de entre os dedos, provocando dores insuportáveis" (SOUZA, 1989, p.181).

Nas fases finais do processo produtivo, de secagem, enfardamento da juta e despacho dos fardos para os comerciantes, os problemas mais graves de saúde dão uma trégua, mas o esforço físico extenuante continua praticamente o mesmo como em quase todas as dez fases. A lista nosológica é acrescida de ancilostomíase, beribéri e a hemoglobinúria e, sobretudo, a terrível e incapacitante malária, cujo vetor são os insetos anofelíneos. De fato, por volta de 1963:

> Uma série de doenças de massa, umas endêmicas, como a malária e as desinterias; outras epidêmicas, como a varíola [extinta atualmente], a febre amarela e ultimamente a hepatite infecciosa; outras crônicas, de longo ciclo, como a lepra; e ainda outras carenciais, como o beribéri, têm constituído realmente um sério entrave à adaptação do homem ao meio amazônico. [...] De todas elas, porém, a malária tem sido a mais grave (BATISTA, 2003, p.126).

Durante as fases de afogamento das hastes, desfibramento e lavagem da juta, os olhos do juteiro sofrem uma agressão violenta por causa da exposição prolongada à luz solar refletida na água dos rios, o que acarretada sérios problemas de visão. Entre os problemas comuns aos trabalhadores rurais da Amazônia que passam várias horas por dia expostos à radiação solar refletida no espelho d'água dos rios e lagos estão a catarata, caracterizada pelo endurecimento e opacidade do cristalino, e o pterígio, caracterizado pelo crescimento excessivo de uma membrana que protege o globo ocular, conhecida popularmente como carne crescida.

Em relação às endemias ou doenças ditas tropicais a que os juteiros estavam sujeitos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) situa sua área de ocorrência, preferencialmente, no trópico, região do globo que compreende uma extensa faixa circular que vai do trópico de Câncer, no Hemisfério Norte, ao de Capricórnio, no Hemisfério Sul. O principal fator condicionante negativo das regiões tropicais seria o clima excessivamente quente e úmido, que para muitos autores seria insuportável e letal, um "inferno verde", aparentemente propício à propagação das "doenças tropicais":

> O problema das doenças é outro capítulo à parte, que os geógrafos infelizmente só misturam com o do clima, quando tratam de regiões tropicais. Em primeiro lugar, a própria denominação "doenças tropicais" não é apropriada; há milênios a malária tem causado graves devastações em vidas, no Mediterrâneo. [...] Elas são, isto sim, moléstias de subdesenvolvimento, e não "moléstias tropicais"; e é preciso ter em mente, ainda, que elas são muito mais conseqüências, em vez de causas do subdesenvolvimento. É curioso notar, a propósito, que jamais nenhum geógrafo ou médico se lembrou de considerar o câncer, a diabete, a poliomielite, a sífilis, a gangrena branca, como causas do atraso relativo de qualquer país temperado ou frio (VALVERDE, 1967, p. 13).

A autocrítica disciplinar de Valverde é corroborada por Erney Plessmann Camargo (2008), professor de parasitologia da Universidade de São Paulo (USP), para quem, na prática, a designação se refere a doenças infecciosas que proliferam em condições climáticas quentes e úmidas, o que exclui regiões tropicais cuja altitude se eleva acima dos mil metros. A causa dessas endemias são os protozoários, que

provocam a febre amarela; malária (impaludismo ou paludismo); leishmaniose; e doença de Chagas, cujo hospedeiro é um inseto chamado barbeiro. Outras são causadas por vermes, como as várias formas de esquistossomose, a oncocercose e as filaríases linfáticas.

As chamadas doenças tropicais são transmitidas ao homem de maneiras variadas, mas quase sempre por um vetor que geralmente é um inseto hematófago do gênero *Anopheles.* Nas áreas de várzea, onde estão localizados os jutais, tais condições propícias às endemias são a regra, e não a exceção.

As esquistossomoses não têm vetores, mas têm hospedeiros intermediários, os caramujos, que, na água, liberam por intermédio de suas fezes as formas infectantes para o homem. "Nas doenças tropicais, há certamente um forte componente de subdesenvolvimento, conseqüência tardia do colonialismo, mas há também certa fatalidade tropical, conseqüência da heterogeneidade das evoluções geológica e biológica" (CAMARGO, 2008, p. 96).

Entre todas as moléstias que afligiam o juteiro, o destaque vai para a malária, não exatamente por sua letalidade, como pontua Batista (2003, p.127), mas por sua frequência e capacidade de reduzir a nada as forças de um trabalhador rural devido ao depauperamento e à anemia que a doença ocasiona. Salvo melhor juízo, o segundo lugar do ranking nosológico do juteiro vai para a tuberculose, doença que, a partir da década de 1940, passou a matar menos devido ao uso da droga estreptomicina, então recém-introduzida na Amazônia. O coeficiente de mortalidade da tuberculose, que apresentava 400 casos por 100 mil habitantes em Belém e 200 casos em Manaus, seguiu uma curva descendente a partir de 1940. Fato semelhante ocorreu com o coeficiente da malária, que teve sua ação restringida pela disseminação do uso do pesticida diclorodifeniltricloroetano (DDT) naquela mesma década, ambos os fatos registrados por Camargo (2008, pp.129, 130) em artigo sobre doenças tropicais.

Para completar o quadro nosológico, temos:

> As doenças diarréicas e disentéricas, rotuladas de gastrenterites, intoxicações alimentares, infecções intestinais, disenterias, etc., estão relacionadas em parte, com educação sanitária e condições econômicas da população, e de outra parte, com as condições de saneamento da localidade e do ambiente doméstico. Sempre foram uma terrível causa de morte, tanto nas capitais como no interior. [...] tanto em Manaus como em Belém, [as diarréias e disenterias

> continuam] com coeficientes altos, entre 200 e 300 por 100.000 habitantes, com dois grandes picos nas curvas [acima de 500 casos], o de 1953, em Manaus (ano da grande enchente) e o de 1955 em Belém (invasão da cidade por ondas de moscas) (CAMARGO, 2008, pp.128, 129).

Além das doenças citadas, o inteiro processo de cultivo e beneficiamento da fibra de juta envolve uma série de riscos à integridade física do trabalhador rural, entre eles os mais temidos são o ataque de serpentes, como a surucucu-pico-de-jaca, a víbora mais letal da Amazônia; de insetos peçonhentos, como escorpião, aranha-caranguejeira, piolho-de-cobra e lacraia; de insetos carnívoros, como a formiga-taoca; de insetos perturbadores, como a temível formiga-tucandeira, formiga-carieiro, formiga-taxi (formiga-de-fogo), nas variedades preta, vermelha e amarela, formiga-tapiú, caba-tapiú, meruim (maruim), mutuca e pium; de insetos transmissores de doenças, como o barbeiro (causador da doença de Chagas), e o carapanã (muriçoca); de poraquê, peixe emissor de descargas elétricas de 300 volts capazes de matar uma pessoa em poucos minutos; de arraia, com seu perigoso agulhão; em certas ocasiões, até mesmo de cardume de piranhas, de sanguessuga e de animais de grande porte, como as cobras constritoras sucuri e jiboia e os jacarés tinga e açu.

Ainda que importantes para a contextualização e aprimoramento das análises sobre as condições de trabalho adversas que impactam diretamente na saúde e no bem-estar dos trabalhadores rurais, os dados sobre saúde ocupacional relativos à juticultura no período de 1937 a 1987 são inexistentes nos sistemas administrados pelos governos federal, estaduais e municipais. A tentativa de obtê-los diretamente nos hospitais Jofre Cohen e Padre Colombo, de Parintins, tornou-se inviável do ponto de vista técnico, pois os registros de consultas médicas, tratamentos e obituários durante o período citado, quando existem, simplesmente não estão formalmente relacionados à juticultura ou mesmo a qualquer outra atividade agrícola.

As informações sobre atividades médicas e hospitalares que poderiam ser úteis à nossa pesquisa são passíveis de múltiplas interpretações no campo da sociologia do trabalho, daí a decisão de não apresentarmos um quadro estatístico de adoecimento e morbidade baseado em dados oficiais tendo como referência o município de Parintins durante o período estudado. Até mesmo pesquisadores da área de saúde ligados a instituições como o Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM) e o Instituto Evandro Chagas ressentem-se com a falta de dados:

> Embora se reconheça a gravidade e a extensão dos problemas de saúde da Amazônia, pouco se conhece sobre a maioria das patologias regionais. Os dados atualmente disponíveis [por volta de 1990] sobre seu quadro nosológico são escassos e fragmentados. Os mecanismos biológicos, epidemiológicos, fisiopatológicos, clínicos e terapêuticos de grande parte de suas patologias permanecem ainda obscuros na maioria de seus aspectos mais relevantes. Os programas de saúde elaborados para a região carecem de grande número de informações fundamentais, que possam orientá-los no sentido de torná-los mais eficazes (MOURA; ROSA, 1990, p.161).

Outra questão que impacta diretamente na saúde e no bem-estar do trabalhador da juta está relacionada à alimentação. Concomitantemente ao cultivo e beneficiamento da fibra da juta, o juteiro e sua família dedicam ao longo do ano mais ou menos tempo ao extrativismo vegetal, caça, pesca e agricultura de subsistência e pecuária extensiva, atividades sem as quais seria simplesmente inviável o desenvolvimento e a consolidação da cadeia produtiva da juta na Amazônia. Diferentemente do trabalhador industrial, urbano, em sua relação trabalhista com seu empregador, o juteiro nunca dependeu exclusivamente da renda advinda da juticultura para atender às suas necessidades alimentares, educacionais, recreativas, de saúde e moradia, daí a urgente necessidade do empresário capitalista "prendê-lo" por meio do sistema creditício do aviamento.

De certo modo, a renda advinda da juta deve ser considerada essencialmente complementar na dinâmica econômica doméstica do juteiro. Além de alguns itens de primeira necessidade, como óleo comestível, sal, arroz, açúcar e café, parte dos valores monetários ou creditícios são destinados à aquisição de produtos que poderiam ser classificados como praticamente "supérfluos" ao modo de vida dos trabalhadores rurais da Amazônia, como bijuterias, perfumes e sabonetes.

Os dois principais itens de sua alimentação, a farinha e o peixe, no entanto, são de inteira responsabilidade da família do juteiro, sendo cada membro do grupo familiar, homem ou mulher, iniciado desde cedo na lida da farinhada e na pesca artesanal. Paradoxalmente, o esforço deletério despendido nos jutais auxiliava o juteiro principalmente em questões de saúde: "O patrão [...] atende o juteiro em circunstâncias de doença, fornecendo-lhe os remédios que geralmente possuem em seu comércio (coristina, melhoral, biotônico, anador, padrax são alguns remédios sempre vistos no comércio dos patrões)" (ALMEIDA, 1974, p.13).

No contexto do processo produtivo da juta no período de 1950 a 1970, podemos considerar que a proteína de origem animal era obtida, via de regra, por intermédio da

pesca artesanal nos mais variados ecossistemas aquáticos que a Amazônia apresenta. Para muitos trabalhadores da juta, a pesca era uma atividade lúdica que renovava as energias despendidas na atividade laboral rude e enfadonha nos jutais. A caça esporádica de anta, capivara, veado, paca, tatu, bichos de casco, pato selvagem, etc., complementava suas necessidades diárias de proteína de origem animal, assim como o consumo de pequenos animais, como galinha, porco e pato doméstico, criados em sua propriedade.

De fato, em seu estudo sobre as condições de vida no município de Codajás, realizado no âmbito da agenda de trabalho do Inpa em 1958 e publicado pelo IBGE em 1960, Batista (2003, p.140) constata que: "Tomando amostras de sangue da população de Codajás, Lira verificou ainda que apenas em 6,5% havia baixa das proteínas de soro, o que estava de acordo com a observação clínica, que não assinalou casos de carências protéicas manifestas".

O carboidrato era obtido, principalmente, a partir do cultivo da mandioca, transformada em farinha de todos os tipos, granulações e gostos, ingrediente indispensável na mesa do trabalhador rural da Amazônia. As vitaminas necessárias ao sustento do corpo e revigoramento da alma eram oriundas de uma extensa gama de frutas, verduras e legumes cultivados no próprio local ou extraídos da floresta existente nas cercanias de sua moradia. Geralmente essas frutas, verduras e legumes apresentam, também, alta concentração de elementos químicos vitais ao bom funcionamento do corpo, como o ferro, presente em abundância no suco e vinho de açaí, o cálcio, presente na couve, e o selênio, presente na castanha-da-amazônia, saboreada crua ou transformada em deliciosos biscoitos.

Apesar do cenário favorável, a dinâmica produtiva num jutal restringia as atividades relacionadas à obtenção dos alimentos, situação cujas consequências negativas foram observadas em Codajás, município produtor de fibras caracterizado pelo baixo poder aquisitivo de sua população:

> Não havendo consumo, senão esporádico, de carne e ovos, o ingesta de ferro é diminuto, explicando, pela associação com as verminoses espoliadoras, a baixa do teor de hemoglobina sangüínea a que já nos referimos. Carência em cálcio talvez exista, também não deve ser grande, entretanto, se considerarmos que o sol, ativando o ergosterol da pele, que é a pró-vitamina D, promove o aproveitamento das quantidades ingeridas, por mínimas que sejam. As cáries dentárias,

> largamente espalhadas, talvez traduzam uma pobreza em flúor das águas da região (BATISTA, 2003, p.140).

No mais das vezes, nos parece certo e correto afirmar que o juteiro obtinha a quantidade suficiente de alimentos para a completa satisfação de seu apetite regular, resultado de seus esforços relativos à pesca, à agricultura e ao extrativismo da fauna e flora regionais, o que, em tese, evitaria problemas relativos à carência nutricional parcial ou mesmo crônica. Zeferino Braga recorda que: "Além de juteiro, já fui caçador e pescador. Naquele tempo, eu arpoava peixe-boi, chegava a matar três animais por dia, vendia metade e dava a outra metade pros vizinhos" (Entrevista, 2016).

Em relação especificamente à alimentação, por seus próprios esforços e sagacidade, podemos afirmar que o juteiro era um privilegiado, tendo à sua disposição inúmeras opções em seu cardápio, que quase sempre lhe supria os elementos necessários de uma alimentação condizente com sua jornada laboral extenuante. Em relação às condições de trabalho enfrentadas pelo juteiro, estas são, de fato, uma das mais extremadas e deletérias encontradas numa região caracterizada por condições de trabalho deletérias e extremadas, como, por exemplo, a lida dos caucheiros de Santarém, dos piaçabeiros de Barcelos e dos extratores de pau-rosa de Nhamundá, Faro e Maués, todas elas tendo como denominador comum o vilipendioso sistema de aviamento.

Da relativamente ampla bibliografia existente sobre a rentabilíssima cadeia produtiva da juta, salientamos que pouquíssimos autores tiveram sensibilidade para identificar em um quadro exposto de maneira explícita o potencial de agravo à saúde e de prejuízo inequívoco ao bem-estar dos trabalhadores rurais:

> **A prosperidade trazida pela cultura e indústria da juta é, em grande parte, ilusória, pois na realidade beneficia muito poucos** [grifo nosso]. O corte, a maceração e o desfibramento da juta obrigam o agricultor a permanecer mergulhado nágua, de sol a sol, durante cerca de dois meses. Após 4 a 5 anos de atividade, o juticultor é geralmente vítima de polinevrite [ou polineurite, inflamação dos nervos englobada no termo reumatismo], que o atormenta ou o deixa paralítico. Nas fábricas de tecidos de juta, tècnicamente dirigidas, o ambiente poeirento, causa, em prazo curto, lesões pulmonares nos operários: tuberculose, enfisema pulmonar... (VALVERDE, 1967, p. 9).

Em um estudo dedicado primordialmente a expandir a cultura da juta na Amazônia, Soares e Libonati (1966), do Instituto Agronômico do Norte (IAN), expuseram a situação adversa vivida pelo juteiro sem nenhum prurido, paradoxalmente

como se essa situação não fosse, também, resultado do próprio trabalho de estímulo contínuo à canhestra atividade da juticultura. No entanto, sobressai no relato dos dois pesquisadores o impressionante distanciamento deles em relação a essa "particularidade" do objeto de suas pesquisas (o juteiro), a rigidez acadêmica asséptica de uns para com os outros e o desvio do olhar burocrático institucional em relação a seres humanos distanciados por sua situação econômica e social adversa:

> Mesmo nos encontrando em uma região sub-desenvolvida, até o momento apenas teòricamente se elaborou planos para se atender as necessidades de nossa população. Com isto, o produtor de fibras vive isoladamente, em condições precárias, quase sempre sem a mínima assistência médico-hospitalar, educacional, e acima de tudo se dedicando a um **tipo de empreendimento árduo que reduz em grande parte sua vida útil** [grifo nosso]. A juticultura, nas condições em que se pratica em nossa região, se ainda apresenta um pequeno lucro, é devido a sua forma de exploração que é feita através da fôrça de trabalho familiar; assim podemos constatar a presença da mulher, filhos quase sempre menores, dando sua parcela de contribuição na produção da juta. O analfabetismo é predominante nesta área, por falta de escolas, professôres e quando essas existem (precàriamente) a população em idade escolar se encontra participando diretamente da produção das fibras, sem tempo suficiente para se dedicarem ao ensino [à aprendizagem] (SOARES; LIBONATI, 1966, p.5).

Em relação à questão do desenvolvimento regional, é necessário pontuar que a juta, castanha e borracha "não deixaram nada de definitivo nem duradouro nos centros de colheita nem nas sedes municipais" (BATISTA; *et alli*, 1960, p. 336 e 337). As três atividades econômicas citadas definitivamente não promoveram o desenvolvimento regional e tampouco contribuíram para a elevação da qualidade de vida de juteiros, castanheiros e seringueiros. O fato é que os membros desses e de outros grupos de trabalhadores foram explorados de forma intensa em variados e engenhosos esquemas de relações de poder assimétricas, impositivas, muito embora essas atividades econômicas tenham sido fatores-chave para a expansão do sistema capitalista na Amazônia e responsáveis por significativa arrecadação fiscal.

Devemos atentar, também, para a magnitude do problema social resultante do cultivo da juta nas várzeas do município de Manacapuru. Comentando seu trabalho acadêmico de 1982, Pinto (2010, p.144) assevera que:

> Entretanto, as contradições que marcavam essa atividade naquela época não desapareceram, ou seja, apesar de se constituir importante fonte de renda para mais de 15 mil famílias no estado do Amazonas [por volta de 2010], a cultura da juta e da malva, tal qual na década de 1980, **não propicia efetiva melhoria da vida** [grifo nosso] desses

> trabalhadores rurais “juteiros” e “malveiros”. Boa parte da população desses municípios que trabalha com a juta e a malva apresenta condições de vida desfavoráveis, tendo o fruto de seu trabalho expropriado safra após safra pelos agentes sistêmicos que desde o início [da cultura da juta introduzida pelos empresários japoneses] capturaram seu modo de vida.

A figura mitológica de Sísifo (CAMUS, 1989), condenado a rolar eternamente sua enorme pedra morro acima, vem à mente quando analisamos criticamente a situação de ano após ano o trabalhador rural da Amazônia precisar reconstruir tudo de novo. No apogeu da juta, atentamos para a predisposição do trabalhador rural amazônico em sofrer calado, resignado diante de seu destino sisifídico. Reconhecemos que a trajetória laboral de milhares de trabalhadores rurais da Amazônia foi marcada pela dor, sofrimento e pelo não reconhecimento de seu trabalho, sendo sua labuta nas várzeas amazônicas um eterno recomeçar, pois diuturnamente estava sujeita aos caprichos da natureza indomada do ciclo das águas.

Devido às múltiplas trajetórias de vidas marcadas por luta, suor e sofrimento registradas ao longo da pesquisa, na próxima seção aprofundaremos a análise crítica sobre os fundamentos da cadeia produtiva da juta e seus percalços, com destaque para o quadro de superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia.

SEÇÃO III- TRABALHADORES DE FIBRA E DE FÉ

3.1 – Trajetórias de luta, suor e sofrimento

A partir de 1937, o cultivo da juta indiana se espalhou pelas várzeas amazônicas, encontrando nesse ambiente natural predominantemente líquido, úmido e fértil as condições ideais para seu desenvolvimento. Na Amazônia, a então recém-introduzida cultura da juta também encontrou outro tipo de condição ideal, os milhares de trabalhadores urbanos e rurais dispostos a contribuir com vigor físico e tenacidade para que o produto se tornasse viável do ponto de vista econômico. Com seu trabalho árduo, metódico e disciplinado, possibilitado por uma alimentação relativamente farta e nutritiva, os trabalhadores amazônicos contribuíram decisivamente para a diminuição dos custos da exportação do café brasileiro e para a manutenção do equilíbrio das contas públicas do País, do final da década de 1950 ao início da década de 1980.

Em relação ao cenário agroindustrial brasileiro do início da década de 1920, a análise estritamente econômica da relação de causa e consequência indica a necessidade de embalagem segura e barata para o transporte do café produzido no Sudeste brasileiro como sendo o fator primordial da implantação da cadeia produtiva da juta na Amazônia. Após o desmantelamento da economia da borracha, havia na região certa "oferta de mão de obra barata" e, efetivamente, ampla oferta de terras de várzeas propícias à cultura agrícola, entre elas, possivelmente, a da juta, o que levou o governo brasileiro a incentivar a procura de novas formas de exploração econômica para a Amazônia.

No momento de expansão da cadeia produtiva da juta na década de 1940, temos o processo de aliciamento dos trabalhadores rurais amazônicos para darem início aos seus próprios cultivos da juta, estimulados, sobretudo, pelo aviamento financeiro da produção. Ou seja, o adiantamento de algum dinheiro, gêneros alimentícios e sementes para a produção da fibra. Segundo alguns cálculos, havia cerca de 100 mil trabalhadores rurais amazônicos aptos a trabalhar no cultivo da juta, mas, metade, ou seja, cerca de 50 mil se livraram de tal percalço evitando receber o financiamento da produção.

Os trabalhadores rurais restantes, já endividados, passaram a sofrer a pressão da coerção psicológica patronal e da coerção extraeconômica (uso explícito da força física) apontada por Teixeira (2009) em relação aos seringueiros. Mas, o endividamento

gosmento explica somente em parte a subjugação dos juteiros aos mandos e desmandos dos detentores do capital comercial regional. A partir da década de 1940, o imperativo categórico da sobrevivência física dos trabalhadores rurais nas várzeas amazônicas passou a ser: "Plante juta ou morra!".

No segundo momento, o patronato regional promoveu ampla, envolvente e constante propaganda institucional louvando "a preciosa planta" e criando, assim, um pensamento hegemônico de trabalho, vida e prosperidade em torno da produção da juta que deu sustentação argumentativa e psicológica para que o juteiro, já endividado e sob pressão, cuidasse de todo modo para que sua dívida fosse honrada. Para tanto, o sistema financeiro do aviamento fez a sua parte, pois foi eficaz e eficiente no sentido de conter qualquer afrontamento e forçar ao máximo a exploração do trabalho do juteiro, ou melhor, efetivar a todo custo a superexploração do trabalho desse trabalhador rural.

Assim, sob a proteção estatal e em benefício da cadeia produtiva do café, o patronato regional logo consolidou em toda a sua extensão a cadeia produtiva da juta, do cultivo da fibra à sacaria manufaturada. "O baixo preço da mão-de-obra e as facilidades fiscais concedidas pela lei Almino Afonso, em 1960, concorreram para que, [...], modernas usinas de fiação e tecelagem de juta fossem fundadas em Belém, Manaus e Santarém" (VALVERDE, 1967, p.243).

Nesses dois momentos distintos, foram cruciais os aspectos culturais em voga na Amazônia, especialmente o *habitus* do trabalhador rural do Amazonas e Pará internalizado desde a mais tenra infância. Some-se a isso as relações de poder impositivas, neutralizantes, predatórias, marcadas por violência psicológica, ilusão e consentimento, tecidas pelo patronato regional para a obtenção da mais-valia absoluta. Somente assim teremos um quadro aproximado do que foi a relação de trabalho patológica vivenciada pelo juteiro da Amazônia durante meio século, marcada por miséria, sofrimento e morte.

> Esta imagem da ronda macabra [dos lobos, com seus uivos ameaçadores,] ilustra como o poder se vale da ilusão, da impotência dos corpos e da fragilidade [advinda] do medo da morte para se instalar definitivamente. O tirano capta esta angustia projetada e abocanha suas vítimas que, exauridas, se entregam docemente à voraz sensualidade das garras que as conduzirão para o grande abrigo das suas entranhas. Percebe a terrível sensação de estranhamento que um homem sente pelo outro, de ser tocado pelo desconhecido, que o amedronta e o atrai e, no exato instante do calafrio, [o tirano] acalenta

> e acaricia suas vítimas propiciatórias [e as devora] (CARVALHO, 1997, p. 32).

A esses aspectos psicológicos da relação patológica de trabalho vivenciada por milhares de homens, mulheres e adolescentes, cenário que nos remete à Síndrome de Estocolmo, devemos acrescentar o estoicismo, ou seja, a demonstração inequívoca de resignação diante das deploráveis condições de trabalho da juta amalgamada à capacidade de enfrentar e superar obstáculos aparentemente intransponíveis. Em seguida, adicionar a resiliência, termo relativamente novo no dicionário que traduz a capacidade do juteiro de resistir à opressão física e psicológica e retornar à sua estrutura original assim que possível.

Como veremos em seguida nesta subseção, especialmente no relato de um casal de juteiros, seria ilusório ignorar que, nessa relação patológica de trabalho marcada pelo medo, não houvesse, por parte dos juteiros, uma "doce" entrega às garras do patronato regional representada nesta tese pelo prazer que eles próprios admitem ter tido ao executar o trabalho canhestro do cultivo da juta. Paradoxalmente, "se o trabalho pode ser patogênico, pode ser também fonte de prazer e contribuir de maneira original para a luta pela conquista e pela defesa da saúde" (DEJOURS, 1989, p.98).

Imbricada às nossas considerações de caráter econômico, sociológico e antropológico, a relação psicológica paradoxal de prazer e sofrimento no trabalho é parte indissociável deste estudo sobre as agruras dos juteiros. Estas considerações de caráter interdisciplinar possibilitaram viabilizar a elaboração de um quadro teórico capaz de dar conta da pergunta inicial: Como eles conseguiram superar as imensas dificuldades existentes e produzir juta em escala industrial? Para dar uma resposta satisfatória a essa pergunta crucial e elaborar um juízo de valor que possa resistir a críticas substanciadas, precisamos considerar as trajetórias de luta, suor e sofrimento relatadas por mais alguns dos interlocutores com os quais dialogamos em nossa pesquisa de campo.

Os trabalhadores da juta até aqui referenciados nesta subseção são os juteiros, trabalhadores rurais que se envolveram no esforço extenuante de cultivo da planta e de sua transformação em fibra nas várzeas dos rios amazônicos. Embora também muito importante do ponto de vista da economia regional no período estudado, excluímos desta tese o operário fabril, que labutou diuturnamente nas fábricas de fiação e tecelagem de juta em Belém, Castanhal, Santarém, Parintins e Manaus.

As duas tipologias de trabalhadores, juteiro e operário fabril das fábricas de fiação e tecelagem de juta, foram alvos de estudos visuais e de representações imagéticas, especialmente por artistas plásticos e fotógrafos. Em sua extensa obra pictórica, o artista plástico amazonense Moacir Andrade (1927-2016) dedicou um espaço significativo aos trabalhadores rurais da Amazônia, contexto em que a lida diária do juteiro na várzea dos grandes rios foi plasmada e eternizada visualmente.

Embora distintas entre si, as duas tipologias ou categorias de trabalhadores foram marcadas por condições insalubres de trabalho, sempre extenuantes e comprometedoras da saúde e do bem-estar, mas, como explicitado, o foco deste estudo recai sobre o juteiro, trabalhador rural que se tornou o ícone máximo do período econômico da juta na Amazônia. Executado tanto por homens como por mulheres, o trabalho nos jutais da Amazônia é marcado por muito sacrifício, dispêndio de força física e predisposição dos juteiros e juteiras em colocar a própria vida em risco de acidentes constantes e variados.

Ao longo do período econômico da juta, cerca de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras se sujeitaram a condições explícitas de insalubridade e periculosidade laborais. Um desses trabalhadores foi o juteiro Antônio de Souza Barros, filho do também juteiro Germano de Souza Barros. Antônio Barros nasceu em setembro de 1933 no Paraná do Limão, em Parintins, e trabalhou no cultivo e beneficiamento da juta nas comunidades Repartimento e Paraná do Macaco, neste mesmo município. Com a juteira Maria da Conceição Pinto Vasconcelos, que nasceu em abril de 1944, em Parintins, Antônio Barros constituiu uma numerosa família que ainda tem como referência identitária e afetiva a cultura da juta. Atualmente, ambos estão aposentados, vivendo entre sua propriedade rural e a cidade de Parintins, onde moram alguns de seus filhos.

Antônio Barros começou a trabalhar na plantação de juta por volta de 1945, quando contava com apenas 12 anos de idade, e ficou até 1960, somando cerca de 15 anos ininterruptos de trabalho rural cansativo e enfadonho. Atualmente, o antigo juteiro ganha a vida com a renda da criação de gado de sua fazenda e a parca aposentadoria rural. Como muitos trabalhadores da juta entrevistados durante o trabalho de campo em Parintins, Antônio Barros relembra com certo entusiasmo o tempo em que se dedicava a cuidar de uma plantação da fibra, com cerca de cinco hectares, no Paraná do Macaco, distante poucos quilômetros da sede municipal. Foi sob o inclemente sol equatorial que

ele se tornou um homem de fibra, derrubando a floresta no cabo de machado para fazer roça de mandioca, singrando a remo os rios e igarapés para pescar e, de terçado em punho e com água barrenta pela cintura, cortando as hastes da fibra da juta na várzea parintinense.

Antônio Barros conta que o trabalho da juta envolvia toda a sua família: pai, mãe, irmãos e irmãs, praticamente sem exceção de idade, pois, desde muito nova, a criança aprendia a ajudar os adultos de alguma forma, nem que seja levando uma bilha de água para o roçado. A dura realidade imposta pelo sistema capitalista fez com que o trabalho infantil fosse estimulado pelos próprios pais, que dele dependiam para atingir a meta de produção de juta necessária para pagar os compromissos assumidos perante o aviador (financiador) da produção e, quem sabe, tirar algum saldo.

Em uma monografia premiada pelo Ministério da Agricultura intitulada *Cultura e beneficiamento da juta*, publicada em 1945, Braga (1945) abordou de maneira explícita a exploração do trabalho infantil nos jutais, dando-lhe um caráter positivo ou, pelo menos, aceitável do ponto de vista ético. Candidamente, o autor faz uma lista contendo seis itens referentes às condições necessárias para a implantação da cultura da juta: "O sucesso de uma exploração agrícola depende de uns tantos requisitos, sem os quais não se poderá esperar lucros do capital empregado e do trabalho despendido. [...] f) Dispor a região de mão de obra barata, tanto de homens quanto de mulheres e crianças" (BRAGA, 1945, p.13).

Braga didaticamente assevera que a mão de obra familiar a serviço da produção agrícola da fibra da juta precisa ser, necessariamente, "barata", o mais barata possível, sem custos adicionais de insalubridade e periculosidade, garantias trabalhistas ou o que mais venha a ser considerado direito do trabalhador rural assalariado e devidamente amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A preocupação para baratear a mão de obra é recorrente, dela não se fazendo a mínima cerimônia, ou mesmo interesse em ocultá-la, sendo que Braga recomenda formalmente o emprego da mão de obra infantil e feminina para os trabalhos de desfibramento e lavagem, por ele considerados como sendo operações de "extrema simplicidade". Totalmente sem noção do que está recomendando, o autor deixa transparecer que para o desfibramento e lavagem não há necessidade de emprego de força física de homens adultos afeitos à lida

rude dos jutais: “Para esses trabalhos [desfibramento e lavagem] é melhor aproveitar a mão de obra mais barata do local – mulheres e crianças” (BRAGA, 1945, p. 29).

Como posto na primeira subseção desta tese, o juteiro vive uma situação anômala que mascara sua relação de trabalho com os representantes do sistema capitalista, este sempre muito engenhoso em formatar processos de exploração do trabalho nas mais variadas atividades geradoras de lucro ao redor do planeta. Desde a perspectiva da gestão empresarial, o juteiro é considerado como produtor rural, independente e autônomo, único responsável por sua relação com o mercado, mas na verdade apresenta praticamente todas as características de trabalhador rural sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, inserido em um sistema brutal de exploração de mão de obra que não poupa nem mesmo sua mulher e seus filhos.

Em 1977, exatos 32 anos após a despropositada publicação de Braga, os promotores da cadeia produtiva da juta na Amazônia, reunidos numa associação classista denominada Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram), aliviaram o discurso capitalista de opressão ao juteiro e começaram a sinalizar uma possível melhoria em suas condições de trabalho:

> Esta linha básica de atuação [do Ifibram] resume-se em evidenciar, testar e demonstrar um sistema de produção para Juta e Malva, que assegure duas coisas aparentemente contraditórias, ou seja, estabilizar os custos de matéria prima e aumentar a quantidade e qualidade das fibras para a indústria de aniagem, ao mesmo tempo que aumente a renda do produtor [juteiro] e melhore suas condições de trabalho com estas duas culturas. O atual sistema de produção, ao longo de 30 anos [referindo-se ao período de 1947 a 1977], já demonstrou ser incapaz de alcançar estes dois objetivos, que somente serão viáveis, através de uma significativa modificação tecnológica nestas culturas (IFIBRAM, 1977, p. 1).

Desde uma perspectiva historiográfica datada da segunda década do século XXI, pode-se afirmar que, depois dessa admissão pública de incompetência gerencial e descaso explícito com a saúde e o bem-estar dos juteiros, tudo continuou como dantes no quartel de Abrantes, pois nada de concreto foi realizado em favor dos desafortunados agricultores das várzeas amazônicas. Em relação às condições de trabalho extremamente insalubres, rudes e perigosas vivenciadas por milhares de trabalhadores rurais da Amazônia, de nada adiantou a *mea maxima culpa* admitida publicamente e devidamente registrada para a posteridade pelos 27 líderes empresariais reunidos em

fevereiro de 1977, em Belém, cada um representando uma indústria de fiação e tecelagem de juta instalada no País.

Seguindo a máxima "farinha pouca, meu pirão primeiro", o patronato regional passou a importar juta da Índia e Paquistão para forçar a diminuição do preço do quilo do produto pago ao juteiro da Amazônia, aviltando ainda mais as já precárias relações de trabalho vividas pelos trabalhadores rurais. A ação seguinte do Ifibram foi exatamente no sentido oposto ao discurso redentorista, promovendo amplo "arrocho salarial" (leia-se: diminuição do preço pago por quilo de juta), pois o País já estava entrando num ambiente conjuntural extremamente adverso devido à crise mundial do petróleo posta em curso a partir de 1973 e que teve recrudescimento em 1979.

Em seguida às duas crises do petróleo da década de 1970, veio o colapso da economia nacional na década de 1980, considerada pelos economistas como "a década perdida", pois o País submergiu numa profunda recessão e as atividades industriais em processo de obsolescência, como a fiação e tecelagem de juta, entraram em franco declínio. Na década de 1980, houve uma significativa depreciação do preço real do quilo da juta pago ao juteiro, algo em torno de 30% a menos que o valor originalmente pago na década de 1950, fato atribuído oficialmente ao desaquecimento da economia nacional.

O "arrocho salarial" promovido pelo patronato teve como consequência direta o acirramento da competição entre iguais, isto é, entre os próprios juteiros, especialmente a partir do momento em que a cadeia produtiva da juta instalada na Amazônia entrou em decadência, por volta de 1980, tendo sucumbido definitivamente na década de 1990. As boas intenções propaladas pelo Ifibram em relação à melhoria das condições de trabalho do juteiro permaneceram no campo hipotético das boas intenções. Na sequência do processo de obsolescência do uso da sacaria de juta, coube à instituição classista gerenciar uma degringolada geral da competitividade do produto frente ao baixíssimo preço apresentado pela sacaria de polipropileno, na proporção de três ou quatro por um, e às novas técnicas de cabotagem adotadas pelos armadores, que intensificaram o transporte a granel.

No âmbito do modo de vida dos trabalhadores rurais autônomos da Amazônia, formadores de grupos sociais heterogêneos desde uma perspectiva da produção econômica, normalmente não há uma preocupação explícita e premente de gerar uma

produção excedente que possa ser considerada como mercadoria do ponto de vista da economia capitalista. Diante das investidas dos agentes capitalistas, objetivando o aliciamento, tais grupos se sujeitaram aos caprichos do mercado, recebendo uma ínfima parte de suas benesses e uma carga extorsiva de obrigações, relações de trabalho impositivas e de poder cerceadoras quase sempre mediadas pelo sistema financeiro de aviamento.

Ressalte-se que, *a priori*, o trabalho agrícola e extrativista tradicionalmente desenvolvido no contexto amazônico por homens, mulheres e crianças tem como objetivo principal satisfazer as necessidades familiares básicas. Tal característica da dinâmica laboral regional não passou despercebida aos agentes e empresários capitalistas da cadeia produtiva de fibras, que dela se valem para baratear os custos da produção da fibra da juta e da malva na região. Assim, para o custo ser o mais baixo possível, é indispensável a contribuição da mão de obra feminina e, por menor que seja, da infantil. Essa "contribuição extra" entra como fator positivo na elaboração dos custos de produção do empresário capitalista, mas não retorna como valor adicional a ser pago ao juteiro pelo trabalho de sua mulher e filhos.

No contexto da divisão sexual do trabalho rural amazônico, as atividades agrícolas e extrativistas tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres, muito embora dificultosas e consideradas pesadas, são vistas, não exatamente como um trabalho produtivo, mas como uma espécie de "ajuda" ou como complemento ao orçamento familiar, este quase sempre presidido e controlado pela figura masculina. Tanto é que, na Amazônia rural, as atividades geradoras de renda e de alimentos para o consumo da família e a própria organização do trabalho são atividades consideradas como tipicamente masculinas, nas quais se utiliza o braço feminino e infantil como "complemento".

Para dar conta das exigências de rentabilidade, quantidade e qualidade impostas pelos agentes do capital, os juteiros recorrem ao sistema tradicional do ajuri comunal, promovido quando há necessidade de braços extras para as tarefas do jutal. Este secular sistema de trabalho comunal é caracterizado, sobretudo, pela disciplina e tenacidade de seus membros, que tudo enfrentam para garantir a sobrevivência do grupo, além de uma boa dose de alegria e contentamento pelo simples fato de se estar em contato com outras pessoas, vizinhos, parentes e amigos.

Tais ajuntamentos para o trabalho comunal, os ajuris, são exemplos do desenvolvimento de uma cultura organizacional complexa, baseada principalmente no sistema secular do compadrio, empreendedora sobretudo, focada no desempenho, produtividade e rentabilidade que informalmente reproduzem *pari passu* os conceitos e estratégias adotados pelo sistema cooperativista. "A força do homem isolado é mínima, mas a união dessas forças tão mínimas gera uma força total que é maior que a soma de todas as forças parciais, de modo que a mera união das forças pode diminuir o tempo e alargar o âmbito de suas atividades" (CARLI, G. R., apud MARX, 1996, p.446).

O assalariamento e a contratação de mão de obra sazonal para a execução de tarefas específicas, como o corte, lavagem e secagem da juta, são recursos estratégicos utilizados pelo juteiro que se constituem, no mais das vezes, em exceções à regra, observados com mais ou menos intensidade ao longo do período econômico da juta. O que prevalecia nos jutais e ainda prevalece nos malvais é o ajuri comunal concomitantemente ao trabalho familiar, envolvendo praticamente todos os membros da família, sem distinção de sexo ou mesmo faixa etária. As relações de trabalho impostas pela cadeia produtiva da juta em pequenas propriedades rurais ao longo da calha dos grandes rios amazônicos é um exemplo típico de relação assimétrica prevalecente em praticamente toda a agricultura de base familiar da Amazônia e de outras regiões do País. Tais relações de trabalho não fogem à regra da submissão total ou parcial ao capital mercantil, financeiro ou usurário, caracterizadas, sobretudo, pela superexploração predatória da mão de obra rural.

As técnicas de cultivo e beneficiamento da juta foram repassadas a Antônio Barros pelo pai, que por volta de 1938 começou a cultivar a juta, sendo o velho Germano Barros um dos primeiros trabalhadores rurais a quem os funcionários japoneses da Companhia Industrial Amazonense repassaram as técnicas de cultivo da fibra. Desde então, as técnicas de cultivo da juta, embora relativamente simples, trabalhosas e repetitivas, passaram a ser mais um saber familiar dos Barros.

Como atividade agrícola da várzea amazônica, homens, mulheres e até mesmo crianças trabalham durante boa parte do tempo em um ambiente predominantemente aquático, potencialmente inóspito, frequentemente com água pela cintura, situação que os tornam alvos fáceis de animais agressivos, como o pirarucu-boia e a traíra-boia, mas especialmente de arraias, que de vez em quando ferravam um trabalhador. Antônio

Barros, por exemplo, levou três “cipoadas” de arraia quando trabalhava na juta: “A ferrada dói muito na hora, inflama e custa a sarar. Eu esquentava o ferimento com mel de abelha e, quando a dor parava um pouquinho, eu ia logo pro jutal, pois não podia tá me resguardando muito senão a juta apodrecia e a gente ficava prejudicado” (Entrevista, 2016). Como todo trabalhador rural da Amazônia, o juteiro é assim mesmo, pois enquanto está sentindo muita dor fica um pouco quieto, mas quando ela alivia volta logo pra lida, sem pestanejar.

Oito das dez fases do processo produtivo da juta apresentam rotinas de trabalho extremamente desgastantes e mesmo perigosas, com potencial para deixar o juteiro paralisado numa rede devido ao reumatismo, o principal problema de saúde entre tantos, todos advindos das condições de trabalho degradantes, insalubres e perigosas a que estão submetidos. Em relação à insalubridade e periculosidade no âmbito laboral, a pior fase do processo produtivo é o desfibramento, quando é necessário que o agricultor permaneça imerso na água barrenta por horas a fio para fazer a separação da envira (casca) do caule da planta, que, depois de limpo, expõe as fibras da juta. A fase de desfibramento é mais conhecida nos jutais como lavagem da juta.

Nessa fase do processo produtivo é que surge a febre, a dor de cabeça forte devido ao sol inclemente e, principalmente, o reumatismo. Nessas horas, a atitude de comprometimento com os valores ancestrais de sua comunidade, de sua gente, seu *habitus*, se faz presente para honrar a dívida com o patrão. Estoicamente, com água pela cintura, o corpo doente do trabalhador anfíbio, vergado sobre os feixes de juta, fica todo engelhado, sem ter, no entanto, o direito de deitar na rede e recuperar as forças para o dia seguinte, pois é um fato que o sistema capitalista execra o corpo que não trabalha.

Após o desmantelamento da Companhia Industrial Amazonense em 1942, nem mesmo os 23 trabalhadores japoneses remanescentes e seus descendentes se livraram do trabalho exaustivo, insalubre e perigoso da juta. Um deles foi Tadashi Inomata, um enfermeiro que ao longo do tempo se transmutou em trabalhador rural e, logo em seguida, em empresário produtor de juta em escala comercial. Ele chegou à Vila Amazônia em 1939, com 16 anos, e morreu na sede municipal de Parintins aos 86 anos. Tadashi casou-se com a senhora paraense Maria Sena Inomata, com quem teve seis filhas e cinco filhos, entre eles o comerciante José Elizeu Sena Inomata, nascido em

1959, em Óbidos, no Pará, numa localidade chamada de Paraná de Baixo, onde a família passou a cultivar juta.

Elizeu Inomata também cortou juta quando criança, com seus irmãos Evail, Wilson e Juscelino, em Óbidos, no Pará. Depois a família se mudou para o Paraná do Comprido, em Urucará, já no Amazonas. Como todo imigrante japonês vindo durante a presença imperial nipônica na Amazônia (1930-1942), Tadashi Inomata teve direito a registro do seu nome no monumento dedicado aos funcionários da CIA erigido em Parintins, localizado ao lado do Bumbódromo. Além desse honroso registro, o imigrante foi agraciado com uma distinção especial, dada pela Prefeitura Municipal de Parintins, nomear o Centro Educacional Tadashi Inomata, localizado no bairro de Jacareacanga, localizado próximo ao campus da Universidade Federal do Amazonas. Elizeu Inomata relata:

> Durante sua curta permanência na Vila Amazônia, meu pai Tadashi, que também era enfermeiro, cuidava dos seus patrícios, geralmente acometidos de doenças como malária, tuberculose e febre amarela. Meu pai contava a história do imigrante japonês Takato Oishi, koutakussei da primeira turma [vinda em 1931], que, mesmo com febre alta, passou o dia todo lavando juta na beira do rio. Levado às pressas para o hospital da Vila Amazônia, o doutor Yoshio Toda diagnosticou pneumonia, vindo Oishi a falecer logo em seguida. Foi enterrado no cemitério da Vila Amazônia, na ala especial reservada aos imigrantes japoneses (Entrevista, 2016).

Aliciado para produzir juta nas várzeas dos rios e paranás amazônicos, o juteiro foi o último a saber o que realmente o aguardava na lida dos jutais e, quando percebeu, já estava todo endividado, mas de certa forma alegre por ver de vez em quando a cor do dinheiro. “Foi merecido, porque, como diz o velho ditado, todo castigo para juteiro é pouco, para ele ser mais cauteloso, não ser maria vai com as outras, tomar tento do que está fazendo quando oferecerem dinheiro emprestado” (Adamor Ferreira, entrevista, 2016).

O *modus operandi* da produção da juta ainda em voga na Amazônia nesta segunda década do século XXI é secular e arcaico, aperfeiçoado pelos empresários coloniais ingleses provavelmente ainda na década de 1830, na Índia, sem ter, no Amazonas ou no Pará, nenhum *up grade* em qualquer uma das fases do processo produtivo. Desde a introdução da juta na região, em 1934, não foi criado nenhum artefato tecnológico que, na prática, pudesse minimizar significativamente o dispêndio excessivo de força física humana e, assim, aumentar a produtividade da atividade e

amenizar as agruras sofridas pelo juteiro amazônico. Com seu processo produtivo geneticamente arcaico, anacrônico e desde sempre prejudicial à saúde do trabalhador rural, a cultura da juta e da malva nas áreas de várzeas era, é e ainda continuará sendo por um bom tempo um dos fatores do atraso no desenvolvimento regional, uma pedra de tropeço colocada pelos empresários capitalistas da Companhia Industrial Amazonense no caminho dos trabalhadores rurais da Amazônia.

No início da década de 1980, ainda no período econômico da juta (1937-1987) cerca de 40 juteiros do município de Manacapuru emitiram opinião a respeito das condições de trabalho arcaicas da cultura da juta e da malva: "Em todas as entrevistas realizadas [supõe-se que sem nenhuma exceção] na pesquisa de campo, os produtores [juteiros] se referiam ao trabalho da juta como extremamente difícil e perigoso para a saúde" (PINTO, 2010, p. 179).

Essa situação era a regra em todas as áreas de cultivo de juta na Amazônia, pois, para o juteiro Manoel Cardoso, que trabalhou na vila do Mocambo, em Parintins: "Olha, essa lida na roça da juta era muito dificultosa, muito, muito cansativa, muito preocupável [sic]" (Entrevista, 2016). Permitida e até mesmo recomendada, estimulada e promovida pelas elites empresariais e políticas regionais, a pedra de tropeço capitalista continuou sendo um engodo falacioso que tem potencial para assegurar eternamente o desenvolvimento do subdesenvolvimento das áreas de várzea nas quais está inserida e naquelas que por ventura venha a se instalar.

Além da indefectível canoa a remo, transporte coringa da área de várzea, o agricultor da juta trabalha com poucos instrumentos: um terçado, uma enxada e, quando muito, uma máquina tico-tico, usada para enterrar a semente no solo, ou mesmo uma garrafa, que permite a semeadura a lanço. Projetada para fazer o desfibramento, a separação mecânica entre a casca e a fibra propriamente dita, a propalada máquina desfibradora ou descorticadora, advento tecnológico de "última geração" das lides agrícolas, quando encontrada em algum jutal, é apenas um acessório largado ao tempo, cuja utilidade é prontamente encontrada por alguma galinha em busca de um bom lugar para fazer o ninho.

Ao longo de todo o processo produtivo, o juteiro depende muito dos humores do clima: o sol abrasador reduz, de fato, sua disposição física, a chuva fina e intermitente é um convite para se contrair febres e resfriados e as chuvas torrenciais podem destruir

plantações inteiras. Antônio Barros recorda: “Às vezes, o rio subia rápido demais e pegava todo mundo de surpresa, levando de roldão a plantação cultivada com tanto sacrifício”. Quando o velho agricultor se reporta às calamidades sofridas, a imagem que nos vem à mente é aquela descrita por Tocantins (1952), sintetizada no título da sua obra, pois, na Amazônia, o rio comanda a vida, sim, oferecendo ao trabalhador rural tudo de bom que pode oferecer, mas, também, exigindo seu tributo em forma de sacrifício, suor e todo tipo imaginável de sofrimento.

Apesar de predominantemente masculino, o trabalho agrícola de cultivo e beneficiamento da fibra nas várzeas amazônicas teve intensa participação feminina. Filha do casal de juteiros Américo Tavares de Vasconcelos e Augusta Pinto Vasconcelos, a juteira Conceição Vasconcelos faz parte da primeira geração de trabalhadores rurais amazônicos a lidar desde a mais tenra idade com a cultura da juta. Além da juta, seus pais plantavam milho, melancia e jerimum e criavam carneiros, porcos e um pouco de gado, apenas para “manter” o leite das crianças.

Animada, a juteira conta que:

> A minha mãe Augusta trabalhava ao lado do meu pai na roça de mandioca. Pegava pesado no machado para derrubar a floresta e, também, encoivarar, queimar e limpar o terreno para fazer roça. Tudo que meu pai fazia ela também fazia: roçava, pescava, caçava, montava cavalo, tirava leite de vaca... A única coisa que não herdei da minha mãe foi pescar. Lembro que naquele tempo, quando meu pai ia enfardar a juta, a luz era um farol, tipo lamparina, coberto de vidro, pra o fogo não pegar na juta. Havia muita juta para enfardar e assim esvaziar o barracão para a outra remessa. Meu pai embarcava mil, dois mil, três mil quilos de juta por safra. Pagava as contas e ainda tirava saldo. Éramos quatro irmãs e três homens. Das quatro, somente a caçula, a Perpétua, não trabalhou na juta. A Maria do Carmo, Teodócia [sic] e eu trabalhamos muito na juta, no pesado mesmo. Algumas mulheres bebiam cachaça pra trabalhar na juta, outras, não, mas só uma das minhas cunhadas bebia, mas bebia bem pouquinho pra trabalhar (Conceição Vasconcelos, entrevista, 2016).

Escutando a conversa, Antônio Barros atalha: “Tinha mulher que trabalhava mais que homem, mesmo”, abaixa a cabeça e continua ouvindo sua mulher recordar o passado vivido na lida da juta, numa atitude de respeito e concordância. Mas esse costume das antigas juteiras de Parintins de trabalhar duro no jutal e na roça não era exclusivo da família de Augusta e Américo Vasconcelos. As vizinhas juteiras também não faziam feio. Conceição Vasconcelos lista as suas amigas juteiras mais próximas: Luiza Reis Vilaça, e o marido Sandoval Vilaça; Tertulina Reis e Apolônio Reis;

Raimunda Reis e José Reis; Maria Ribeiro e Pedro Vasconcelos; e Antônia Ribeiro, que moravam e trabalhavam no Paraná Saracura. O que se tem como certo é que as trabalhadoras da juta foram parte integrante e indissociável dessa cadeia produtiva, atividade com o qual elas se identificavam e eram reconhecidas pela comunidade onde estavam inseridas, sem, no entanto deixar de lado ou se descuidar dos afazeres domésticos.

As quatro cunhadas de Conceição Vasconcelos, Alzira, Ana, Maria e Maria do Carmo Reis, também trabalhavam diuturnamente na safra da juta, na lida com roça de mandioca e cuidando de vacas e bezerros no curral. Contribuição de muitos artistas plásticos ao longo da história, entre eles Roland Stevenson (1934-2016), a imagem artisticamente plasmada da mulher amazonense como amazona, montada em seu cavalo baio a pleno galope, é, sim, verdadeira, mas, em muito sobrepujada por sua constância e perícia em "cavalgar" a montaria, como também é denominada a canoa na Amazônia.

Mas, nem mesmo as mulheres estavam livres do perigo representado pelo ataque de animais peçonhentos, uma realidade cruel, real e constante na vida do trabalhador rural amazônico. Durante sua profícua trajetória de dedicação, suor e sacrifício como trabalhadora da juta, Conceição Vasconcelos foi picada nada menos do que sete vezes por uma espécie de víbora por ela identificada como sendo surucucu-de-fogo, que seria outro nome da letal surucucu-pico-de-jaca (*Lachesis muta muta*), cuja picada tem um efeito muitíssimo doloroso. No entanto:

> Em humanos, os acidentes botrópicos [causados na Amazônia pela jararaca da espécie *Bothrops atrox*] são mais frequentes do que os crotálicos [causados por cascavéis]; acidentes determinados pela picada de *Lachesis muta* (surucutinga, surucucu-de-fogo, surucucu-pico-de-jaca) e os causados por serpentes do gênero *Micrurus* (corais-verdadeiras), são bem menos comuns (Borges 1999, Barraviera & Pereira 1994) (TOKARNIA; PEIXOTO, 2006, p.57).

Segundo Pires (2004, p.3), a surucucu é uma espécie com duas subespécies, *Lachesis muta muta* e *Lachesis muta noctivaga*, tendo indistintamente como habitat a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica. Como a identificação correta de animais peçonhentos é realmente difícil para o leigo no assunto, às vezes até mesmo por especialistas, não podemos afirmar com certeza qual espécie de surucucu atacou por sete vezes a juteira de Parintins. Dos ofídios peçonhentos que ocorrem na Amazônia, a

surucucu é o que alcança maior comprimento e espessura de corpo. De acordo com Cunha e Nascimento (1975, pp.27, 28,29):

> Apesar de baixa frequência, a "surucucu" é o ofídio peçonhento mais temido pelos habitantes da Amazônia, não apenas pelo seu veneno violento como pelo seu porte que muitas vezes alcança e ultrapassa 2 m, consequentemente um volume maior de peçonha a injetar na vítima. [...] A disposição dos tubérculos das escamas, ora mais ora menos pronunciados, deu motivo a que o povo da Amazônia ligasse estas protuberâncias com as da conhecida fruta chamada "jaca", daí o nome de "surucucu pico de jaca" para este ofídio.

Para desfazer qualquer mal-entendido ou possível insinuação, a juteira enfatiza que as sete picadas não são conta de mentiroso, não. "É verdade", garante o marido, e o pesquisador diligentemente registra. Talvez a resposta para o enigma da sobrevivência da juteira resida em uma particularidade da biologia ofídica em geral, a chamada picada seca, quando a víbora pica, mas não injeta o veneno:

> Mesmo em pacientes humanos está comprovado que, muitas vezes, o ofídio não inocula veneno quando pica; 12% (Rezende *et al*. 1998) a 42% (Silveira & Nishioka 1995) das picadas de Crotalus são "secas". De acordo com esses últimos autores, em 30% dos botes, as jararacas também não injetam veneno algum. Ainda deve ser levado em conta que diferentes amostras do veneno de serpentes da mesma espécie podem ter diferentes graus de toxidez em função de variações geográficas ou sazonais, idade, condições de saúde, captividade [sic], coletas de veneno, entre outras (Christensen 1968) (TOKARNIA; PEIXOTO, 2006, p.65).

Informações sobre picadas de cobras venenosas, inclusive com desfechos fatais, são recorrentes nos relatos dos antigos juteiros de Parintins. Manoel Cardoso conta que, no Mocambo, por volta de 1970, a juta era cultivada nas áreas do Borralho, das Onças e da Boca do Lago, locais onde aconteceram muito acidentes ofídicos:

> Uma vez eu fui ver a porra do carieiro lá no jutal, da formiga-carieiro, e uma surucucu *tchaque*, só botou uma presinha aqui, no meu pé, mas isso inchou, que olha... Quase eu morro, escapei de morrer, graças a Deus não morri. Fiquei com a barriga inchada. Foi medonha essa onda. Fora os outros que morreram lá na minha área, mordidos por surucucu, trabalhando na juta, cortando juta. Morreram diversos por mordida de cobra. Surucucu ainda dá bem lá no Mocambo. Morde gado, morde cachorro. Essa que bate o rabinho é a caninana [outro nome da cascavel], não tem muito prá lá, no Mocambo. A surucucu matou diversos juteiros cortando juta, na varja (Entrevista, 2016).

Para se proteger contra o ataque das cobras venenosas, os antigos juteiros de Parintins faziam um "cepo" de couro de peixe-boi pra proteger os pés e os tornozelos, uma espécie de bota antiquada que causava muito incômodo. Antônio Barros recorda

que somente veio aparecer bota industrializada no jutal muito tempo depois, por volta da década de 1980, quando a juticultura começou a declinar.

Com um leve sorriso de satisfação estampado no rosto, Conceição Vasconcelos continuou sua narrativa:

> O trabalho na juta era tipo uma diversão, pois não tinha alternativa senão trabalhar com alegria. Só era ruim mesmo quando chovia muito e ficava tudo barrento. Quando a gente fazia um puxirum, um monte de gente ia para o nosso jutal cortar juta, afogar, lavar. Nesses dias a mulherada ia pra cozinha fazer a comida. Era tipo uma cooperativa, pois cada dia da semana era feito um puxirum no jutal de uma família. Às vezes meu pai dizia: Hoje é o puxirum do fulano, e todo mundo se ajudava. Era ralado trabalhar sozinho, por isso a gente trabalhava junto. Tinha dia que a gente fazia aporfio [competição] para ver quem lavava mais juta. Quando me casei, continuei a fazer de tudo, o trabalho da roça e do jutal, mas só não gostava de pescar. Eu capinava, fazia melancial, tirava leite, prendia gado a pé e a cavalo, embarcava gado... Cheguei a pegar várias quedas de cavalo nessa brincadeira. A gente trabalhava em dois setores, na várzea e na terra firme. De vez em quando eu aproveitava a luz do luar para capinar o melancial por causa da quentura do dia e porque eu não tinha tempo durante o dia, pois trabalhava direto no jutal. Com isso, criamos cinco filhos, quatro homens e uma mulher. A juta era uma coisa boa, mas muito prejudicial à saúde. Hoje estou sentindo as consequências de ter trabalhado horas e horas com água pela cintura na beira do rio (Entrevista, 2016).

Na década de 1970, Conceição Vasconcelos foi morar em Parintins e trabalhou dois anos e seis meses na Companhia Fabril de Juta de Parintins (Fabriljuta), localizada no bairro de São José, local onde também trabalhava o juteiro Adamor Ferreira, na ocasião um dos administradores da fábrica de fiação e tecelagem de juta. Com profundo sentimento em suas palavras, a juteira recorda o tempo em que tomava conta de duas máquinas de fiação:

> Quando meu filho Reinaldo completou um ano e seis meses, comecei a trabalhar na Fabriljuta. Primeiro a gente fazia a limpeza da fibra da juta. Em seguida, a juta ia pros passadores e depois pra fiação. Os fios iam pras bobinas, se transformavam em tecidos de juta. No setor de sacaria tinha as costureiras, para fazer os sacos de juta. Com o passar do tempo, eu engravidei de novo. Fui operada de cesariana da minha filha e, assim que deu, eu voltei pro trabalho na fábrica. Estava com cinco meses de operada, fui trocar uma balança muito pesada, o ponto da cirurgia rompeu e eu tive de voltar pro hospital. Devido a esse problema, a Fabriljuta deu minhas contas (Entrevista, 2016).

Conceição Vasconcelos, uma amazona que caiu do cavalo; tirou leite de vaca; desfibrou juta com água pela cintura; foi picada sete vezes por cobra surucucu; plantou

melancial ao luar; operou máquina de fiação na Fabriljuta; e criou cinco filhos: a trajetória de luta, suor e sofrimento de uma juteira operária sobrevivendo no tempo não redimido do capital na Amazônia. Além de exemplificar como a mulher no contexto rural e urbano amazônico lida com o meio ambiente, o trabalho e as questões de gênero, esta descrição sucinta de uma Juteira Operária Mãe de Família condensa os principais aspectos das sociologias rural, do trabalho e da família. Revela, também, a impossibilidade de se dissociar as estruturas familiares das estruturas produtivas nas várzeas amazônicas, ao mesmo tempo em que expõe e ressalta o protagonismo da mulher no contexto econômico rural e urbano regional.

Conceição Vasconcelos viveu os momentos mais marcantes do período econômico da juta, praticamente desde sua expansão pelas várzeas amazônicas, por volta de 1940, até seu ocaso, na década de 1980. Seu relato em relação às agruras vividas na lida juta encontra ressonância na fala de inúmeros outros juteiros e juteiras com os quais travamos contato. Homens e mulheres que labutaram intensamente nos jutais, na pesca e na criação de gado e assim construíram trajetórias de luta, suor e sofrimento significativas para a história social da Amazônia no século XX.

Quando se analisa criticamente essas trajetórias de vida repletas de dificuldades, embora com lances de superação e às vezes eivadas de esperança, têm-se a tendência a concluir que o destino dessas pessoas sob a pressão exercida pelos representantes regionais do sistema capitalista é trágico, cruel, simplesmente desumano. Ao ver o juteiro curvado sob o peso da fibra de juta molhada, passos lentos num esforço hercúleo para transportar a juta lavada para os varais, é inevitável perceber a similaridade desta situação com a de Sísifo, o operário dos deuses, milenar mito grego abordado na década de 1930 por Albert Camus (1989).

Mas, ele próprio, o juteiro, às vezes não se apercebe ou parece não querer lembrar com exatidão o quanto sofreu, sendo a dor e o sofrimento de outrora sobrepujados por uma lembrança paradoxalmente amena dos dias de labor incessante da juta, de quão boa, produtiva e pacífica era a vida na várzea, quando todos eram jovens e fortes, bem dispostos para o trabalho rude e pesado. À mostra sob o escaldante sol equatorial, a musculatura era enrijecida ano após ano, safra após safra, no cabo de um terçado, cortando juta rente ao chão, empilhando os feixes para seu afogamento e maceração, transportando nas costas, de um lado para o outro, os fardos de juta com

mais de 50 quilos, num vai e vem incessante e sem descanso. O definhamento do corpo, os acidentes de percurso, as doenças associadas ao trabalho insalubre e perigoso parecem não fazer parte do passado, das lembranças dos dias juvenis.

Às vezes, a representação que os próprios juteiros fazem sobre o período econômico da juta torna-se um verdadeiro empecilho para a elaboração de um juízo de valor condizente com a realidade empiricamente observada nos diversos malvais que tivemos a oportunidade conhecer ao longo da pesquisa de campo nas áreas de cultivo de fibras nos municípios de Manacapuru, Iranduba e Careiro da Várzea. Sim, nossos pouquíssimos interlocutores de Parintins são sobreviventes de um tempo de opressão capitalista do qual muitos não escaparam vivos devido às condições subumanas a que foram submetidos, é verdade. Para muitos juteiros, o fio da vida foi encurtado pelos deuses do Destino subservientes aos caprichos do Capital. Para uns poucos, a vida longa tornou-se um fardo pesado e sem sentido, uma sequência aparentemente infinita de sofrimento, desânimo, vista cansada, dores pelo corpo e muito reumatismo.

Nesta subseção, já consideramos os aspectos econômicos, sociológicos e antropológicos que resultaram no erguimento da cadeia produtiva da juta em toda a sua extensão, de Monte Alegre, no Pará, a Fonte Boa, no Amazonas, o que nos permitiu elaborar uma relativamente extensa argumentação descritiva e analítica embasada tanto na experiência de campo quanto na literatura acadêmica e não acadêmica. Sem nos causar surpresa, de nossa experiência de campo emergiu o fator prazer como estando presente nas rotinas de trabalho do cultivo da fibra nas várzeas da Amazônia.

De fato, ao longo da pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores industriais da Mineração Taboca, em 2007 e 2008, passamos a entender o fator prazer no trabalho insalubre e perigoso no âmbito disciplinar da psicopatologia do trabalho, quadro teórico proposto por Dejour (1992) sobre os mecanismos de defesa psicológica elaborados intuitivamente pelo trabalhador. Sensação agradável aparentemente paradoxal à primeira vista, deslocada do contexto adverso dos jutais, contraditória até, o prazer no trabalho não se mostrou ausente nos relatos dos juteiros de Parintins e nem nos relatos dos trabalhadores industriais da Mineração Taboca, idiossincrasias quase sempre presentes nas relações de trabalho conflituosas.

Especificamente em relação aos aspectos psicológicos presentes na relação de trabalho dos juteiros, a análise superficial aponta para o estoicismo e a resiliência como

fatores primários da constituição psicológica dessa categoria de trabalhadores rurais, desse grupo homogêneo desde o ponto de vista econômico. Estas duas características do juteiro explicam, em parte, a superação do sofrimento experimentado nos jutais e a manutenção de sua saúde mental, idiossincrasias materializadas nos gráficos anuais de produção da juta.

Uma parte significativa dos 50 mil trabalhadores da juta na Amazônia não chegou ao tempo presente para contar seus dramas trágicos, especialmente aqueles que foram diretamente afetados pelas condições de trabalho prejudiciais à saúde nos jutais, às quais não resistiram, tornando-se vítimas fatais anônimas e esquecidas pela história social da Amazônia. Não podemos sequer dimensionar a quantidade aproximada de vidas ceifadas precocemente em decorrência direta das condições subumanas a que foram submetidos milhares de pessoas ao longo de meio século.

Alienado e iludido pelo sistema capitalista de produção de bens e serviços, sonhando ser possível livrar-se de sua dívida e, quem sabe, tornar-se rico, o juteiro continuou sua faina sisifídica e sem sentido. O labor incessante do juteiro somente se tornaria trágico se ele tomasse consciência de seu destino desumano, assim como o herói do mito grego. Operário dos deuses, Sísifo foi condenado por eles a empurrar, eternamente, uma pedra morro acima. Quando a pedra estava lá no alto, ela era solta e rolava de volta ao sopé do morro. Supomos que, mesmo que ele se revoltasse, nada podia fazer diante de forças opressoras imensamente superiores, poderosas, divinas.

O desventurado Sísifo somente passaria a conhecer realmente toda a extensão da sua desgraça quando, livre de sua carga pétrea, descesse do morro e refletisse sobre seu destino absurdo. Em seus desígnios, os deuses chegaram à conclusão de que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança, ao qual condenaram Sísifo por sua ousadia de querer enganá-los. Trabalho, trabalho e mais trabalho... Mas, teria ou não Sisífo ideia de que sua punição representava o vazio da alma humana diante da própria vida, da trajetória sinuosa dos seres humanos rumo à morte, rumo ao "esplendoroso" nada? Supomos que a situação do herói grego somente passaria a ser realmente trágica quando ele, finalmente, se tornasse consciente da inutilidade de seu esforço e percebesse sua impotência diante das forças colossais que o mantinham sob seu poder.

Onde estaria, de fato, a punição de Sísifo se, a cada passo que desse em direção ao cimo do monte, a esperança de ser bem-sucedido o sustentasse? Onde estaria, de fato, a pena do juteiro se, a cada haste de juta cortada, a cada quilo de fibra vendido, o sustentasse a esperança de ser bem-sucedido, de até mesmo enriquecer? A verdadeira punição de Sísifo e do juteiro talvez não tenha sido sequer contemplada por nenhum dos dois.

A verdadeira punição de Sísifo e do juteiro é o reconhecimento do absurdo da existência humana vivida em trabalho inútil e repetitivo e do absurdo da própria vida, cujo fio inelutavelmente vai se encurtando a cada dia que passa. Mas, o absurdo dos absurdos seria o sol teimar em aparecer na linha oriental do horizonte mesmo após nosso próprio ocaso, momento eterno no qual a própria filosofia perde seu sentido e sua essência, quando não existe mais nenhum motivo para se lutar, amar e muito menos filosofar. A luta pela sobrevivência nos jutais amazônicos foi permeada por toda sorte de absurdos, entre eles o absurdo da dívida gosmenta, operacionalizada pelo sistema financeiro de aviamento, parte fulcral dos fundamentos econômico da produção da juta, tema da próxima subseção.

3.2 – Os fundamentos econômicos da produção de juta

Ao longo de 50 anos, os trabalhadores da juta e os operários das fábricas de fiação e tecelagem contribuíram, efetivamente, para a diminuição dos custos da exportação do café brasileiro. Esse "apadrinhamento" da cadeia produtiva do café localizada no Sudeste do País pelos trabalhadores da Amazônia jamais foi reconhecido ou sequer cogitado em nenhum estudo acadêmico interdisciplinar ou mesmo estritamente econômico. Para o reconhecimento desse fato, é necessária a perspectiva dialética thompsoniana disponibilizada pela história vista de baixo. Somente assim é possível se entender os mecanismos dessa interdependência econômica real, não fictícia, protagonizada por um segmento da classe trabalhadora rural amazônica.

Em sentido oposto, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), proposta intelectual oriunda da disciplina Economia Política, identifica naqueles países ou empresas que sofrem a ação empreendedora, neste nosso caso os juteiros, a situação ou estado de dependência em relação à empresa ou ao país empreendedor, neste caso o patronato da cadeia produtiva da juta. Sim, à primeira vista, tal dependência do juteiro em relação ao patronato existia, sendo marcada pelo artificialismo imposto por uma conjuntura laboral que somente beneficiava os empresários da juta, em detrimento explícito à classe trabalhadora rural.

Contrariando a lógica capitalista, desde a perspectiva thompsoniana podemos afirmar que foi a própria cadeia da juta que se beneficiou e era dependente do protagonismo heróico dos juteiros no sentido de que eles disponibilizaram seu trabalho a um custo reduzidíssimo, obtido numa relação mascarada de trabalho resultante de uma série de dispositivos impositivos direcionados e gerenciados pelo patronato regional. Classificamos como sendo uma relação de trabalho mascarada devido ao fato de que o juteiro não é um empregado formal, devidamente assalariado, do patronato regional da juta, pois é considerado, do ponto de vista da gestão empresarial, um "produtor rural". Como analisado anteriormente, o que o juteiro realmente "vende" para os empresários da cadeia produtiva de fibras é a sua força de trabalho, ela própria uma "mercadoria" embutida e disfarçada no produto juta (PINTO, 2010, p.149; IANNI, 1999, p.42; SILVAN, 2012, p. 64).

Como já explicitado, consideramos que essa dinâmica mercadológica escamoteia uma estratégia do sistema capitalista desenvolvida para mascarar uma relação de trabalho que poderia ser legítima, como, por exemplo, de assalariamento com carteira assinada perante uma empresa devidamente estabelecida, disposta a cumprir os direcionamentos legais estabelecidos na CLT. Assim, o Ministério do Trabalho não se atém a fiscalizar as condições de trabalho impostas aos juteiros e malveiros simplesmente porque não existe, tecnicamente, uma relação formal ou mesmo informal de trabalho que deva ser protegida e mediada. Trata-se, efetivamente, de uma operação mercantil de compra e venda de produtos primários a ser fiscalizada tão somente pela Secretaria de Fazenda estadual.

Em todas as ocasiões e circunstâncias, o juteiro, herói da classe trabalhadora rural da Amazônia, passa despercebido nas análises propagandísticas midiáticas sutil ou abertamente promovidas pelo patronato da cadeia produtiva da juta, porque, como bem sabemos, na base da pirâmide capitalista não há espaço para heróis, mas somente para perdedores, náufragos e degredados sem qualquer visibilidade. Na elaboração desta tese, no entanto, procuramos passar para o leitor a imagem do trabalhador rural amazônico, paraense e amazonense, como ele realmente é, sem qualquer ranço preconceituoso, inclusive daquele usualmente internalizado pela classe média urbana regional.

De fato, ao longo de meio século de existência, inúmeras foram as nossas oportunidades de interagir com os trabalhadores de origem rural em pé de igualdade e aqui passamos a descrevê-los como os conhecemos desde sempre em nossas próprias atividades profissionais e nas nossas relações de amizade. Alertamos que a descrição a seguir é apenas e tão somente uma generalização, sendo a multiplicidade de características idiossincráticas apresentadas pelos indivíduos um fenômeno comum a toda e qualquer comunidade, em qualquer lugar do planeta.

Sem subterfúgios e indo direto ao ponto, no mais das vezes o trabalhador oriundo das matas e várzeas amazônicas é, antes de tudo, um forte à maneira euclidiana, resistente às intempéries da vida, demonstrando ser arguto, destemido, com apurado senso de responsabilidade e de liberdade pessoal, além de ter sua personalidade marcada por uma simplicidade quase franciscana. Geralmente calado e circunspecto fora de sua zona de conforto, o trabalhador rural amazônico está sempre predisposto para o

trabalho, enfrentado em qualquer situação e sob qualquer circunstância com coragem, determinação e estoicismo.

Devido às características climáticas da Amazônia, como temperatura e umidade do ar quase sempre elevadas, o trabalhador das várzeas e das matas procura evitar o ritmo frenético em seu trabalho braçal e dosa sua força muscular milimetricamente para obter o máximo de rendimento físico, evitando, assim, o desgaste precoce e o superaquecimento corporal. No trabalho, seja no jutal ou na roça, caçando ou pescando, o juteiro alegremente interage com os elementos do meio ambiente que lhe dá sustentação e lhe permite concretizar seu desejo de contribuir para o bem estar da comunidade e assim exercer a cidadania e exercitar a solidariedade. A faceta solidária da personalidade do juteiro está bem evidente no relato de Zeferino Braga, que, quando pegava um peixe-boi, ficava com um pouco da carne para consumo de sua família, vendia uma parte e a outra parte distribuía gratuitamente para os vizinhos.

Ressaltamos que o trabalho no ambiente da várzea e da mata, além do enrijecimento da musculatura, do caráter e da personalidade, envolve, também, a construção da própria identidade e de realização profissional, uma vez que a pessoa passa a ser reconhecida perante os demais como sendo o agente que exerce essa ou aquela profissão. Além de ser genuína fonte de prazer e de realização pessoal, Dejours (2001, p.23) considera que o "[...] trabalho oferece não apenas a oportunidade de transformação de si mesmo, mas também a de realização no campo social".

A cultura amazônica na qual o juteiro está inserido valoriza o ser e não o ter, o apego aos valores familiares, a religiosidade, o sentimento de pertencimento à comunidade e ao grupo e o evidente prazer na vida comunal rural, sem, no entanto, direcioná-lo a se distanciar da sociedade de consumo capitalista envolvente. O trabalhador rural amazônico tem a solidariedade por princípio, característica tornada visível no ajuri, o sistema de trabalho comunitário baseado na ajuda mútua que é a própria negação do individualismo presente na sociedade de consumo capitalista e seu modo de vida sedentário que condena a musculatura esquelética ao definhamento precoce. O aspecto solidário evidenciado no ajuri, na soma das forças para a produção dos meios de vida, é uma característica universal das comunidades tradicionais, não sendo, portanto, uma característica exclusivamente amazônica.

Significando puxirum, mutirão ou reunião, o termo ajuri, salvo melhor juízo, é de origem regional, provavelmente rionegrina, e está presente no nome do heroi Ajuricaba dos Manaus, o líder da Confederação do Rio Negro, movimento belicoso de resistência nativista do século XVIII, pois Ajuricaba significa "reunião de cabas" em nheengatu, a antiga língua franca da Amazônia, de origem tupi. Atualmente, ambos os termos, ajuri e puxirum, são amplamente usados na região, significando trabalho comunitário eventual envolvendo ajuda mútua, geralmente com viés afetivo e familiar e sem remuneração monetária específica.

Direcionando e azeitando as relações comunitárias e pessoais, o ajuri ou puxirum torna visível a filosofia de vida solidária referenciada no *habitus* amazônico e no conhecimento empírico secular que capacita o trabalhador rural a sobreviver nas condições ambientais regionais às vezes muitíssimo adversas. "Os indivíduos 'vestem' os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge..." (BOURDIEU, 1983, p. 75). Instintivamente, o sistema capitalista se apercebe dessas características intrínsecas às comunidades amazônicas e formula engenhosas armadilhas para tirar dos trabalhadores rurais o máximo de proveito, entre eles o trabalho, viabilizado pelo sistema de ajuri, a um custo reduzidíssimo, como no caso da juta da Amazônia.

O custo do trabalho do juteiro reduzido ao extremo, por sua vez, está alicerçado na obtenção relativamente fácil da proteína animal encontrada nos saborosos peixes da Amazônia, centenas de espécies, fato que, de certa forma, contraria a análise superficial encontrada no mapa da fome brasileira elaborado por Castro (1984), divulgado ainda na década de 1930. Ao lado de terras férteis disponíveis para a produção de frutas, verduras e farinha de mandioca, a fartura de peixes como jaraqui, sardinha e pacu possibilitou ao juteiro o enfrentamento de suas condições de trabalho deletérias e de retorno econômico miserável sem que desse trabalho canhestro adviesse seu real sustento e o de sua família.

Desde a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, o fator ausente nas análises econômicas acadêmicas e institucionais propagandeadas pela mídia é a disponibilidade de uma alimentação relativamente farta e barata para os trabalhadores do comércio de produtos importados e do Polo Industrial de Manaus (PIM), representada pela farinha de mandioca (carboidrato) e pelo jaraqui (proteína animal). Na apresentação de um livro de Loureiro (2014, p.14), o geógrafo Aziz Ab'Saber não

deixou passar despercebido este fato crucial na dinâmica regional: “Peixe e farinha: o binômio alimentar básico que garantiu a sobrevivência de milhões de habitantes de todas as beiras de rios e baixos vales de igarapés da Amazônia”.

Na década de 1980, a realidade empiricamente observada no âmbito de uma indústria do PIM, a Gradiente da Amazônia, aponta para a farinha de mandioca e o nutritivo jaraqui como fatores indispensáveis do processo de redução dos custos operacionais, pois os operários e as operárias fabris, ao contrário dos juteiros, dependiam da alimentação oferecida no refeitório da empresa para a sua sobrevivência física. Ao longo do tempo, o jaraqui, abundante nos lagos e rios da região, passou a ser substituído, nos refeitórios das indústrias do PIM, pelo frango “industrial” proveniente das granjas cooperativadas do estado de Santa Catarina.

O baixo custo do jaraqui e da farinha de mandioca pode ou deve ser considerado como fator de análise indispensável do processo de consolidação do modelo capitalista Zona Franca imposto à cidade de Manaus pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), instituição também conhecida como Unido, do inglês United Nations Industrial Development Organization. Sem o jaraqui, o nutritivo, saboroso e abundante alimento da classe trabalhadora amazonense, somos levados a reconhecer e a registrar que seria praticamente impossível a implantação e consolidação da cadeia produtiva da juta e, de certo modo, também das empresas do Polo Industrial de Manaus.

O contexto laboral inóspito dos jutais, amalgamado a condições de trabalho marcadamente insalubres e perigosas, foi vivenciado por cerca de 50 mil juteiros em meio a lutas, muito suor e sofrimento. É pertinente afirmar e reafirmar que as condições de extrema precariedade laboral causaram danos físicos irreparáveis à saúde desses trabalhadores, ocasionalmente resultando em morte, o que acontecia geralmente algum tempo depois de contrair uma doença letal advinda de sua atuação profissional, como a tuberculose, por exemplo.

Reiteramos que o trabalho do juteiro, muito embora penoso e potencialmente gerador de doenças e sequelas, era, no mais das vezes, um dos poucos que remuneravam com dinheiro ou artigos de primeira necessidade nos anos 1950 e 1960 na Amazônia. Nesse período conturbado da história regional, marcado por generalizada estagnação econômica no Amazonas e Pará, a situação era crítica do ponto de vista do patronato e,

de certo modo, também do ponto de vista dos próprios trabalhadores rurais. Em 1957, por exemplo, os bondes que circulavam em Manaus foram desativados, entre outros motivos, por falta de recursos financeiros para se manter a rede elétrica em funcionamento. Havia uma falta generalizada de itens de primeira necessidade, como café, açúcar, óleo comestível, etc.

Reiteramos, também, que o juteiro estava preso à sua cultura ancestral, com seu *habitus* marcado por um aspecto explicitamente patriarcal, laços simbólicos comunais e por um forte sentimento de lealdade pessoal, solidariedade e compadrio, além de apego e afeição à família imediata e àquela estendida por laços de consanguinidade, comprometimento e afetividade. Estas características culturais podem e devem ser inseridas em um escopo religioso de ordem moral judaico-cristã permeado pelo *habitus* indígena secular derivado de práticas e costumes animistas vivenciados nas antigas comunidades amazônicas. Acrescente-se à cultura ancestral do juteiro o dever simbólico de honra pessoal, de hombridade e macheza, características latentes nos antigos trabalhadores amazônicos, a ser respeitado em qualquer circunstância, potencialmente adversa ou não, com determinação e estoicismo.

> O *habitus* é a mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significante de um agente singular sejam, no entanto, "sensatas", "razoáveis" e objetivamente orquestradas. A parte das práticas que permanece obscura aos olhos de seus próprios produtores e o aspecto pelo qual elas são objetivamente ajustadas às outras práticas e as estruturas; o próprio produto desse ajustamento está no princípio da produção dessas estruturas (BOURDIEU, 1983, p. 73).

Assim, as relações de poder tecidas sutilmente pelo patronato tendo como fio condutor da trama a cultura ancestral foram decisivas para aprisionar o juteiro na dívida gosmenta disponibilizada ardilosamente pelo sistema financeiro de aviamento. As redes de interesses econômicos impositivas foram assentadas, principalmente, na autoridade do "[...] Estado forte sobre o espaço e sobre as populações amazônicas" (SILVA, 2004, p. 275), sem, no entanto, prescindir das regras sociais demarcadas e ciosamente defendidas por toda a comunidade na qual o juteiro estava inserido. O sistema capitalista está sempre atento a esses detalhes, por isso não dorme no ponto, não tem dia santo e nem feriado.

Weber (2000) afirma que o poder de coação social está associado ao Estado como detentor do monopólio do uso legítimo da violência física, da força física, para

prender, julgar e condenar, fato que não exclui outros agentes sociais detentores de algum tipo de poder, que, às vezes, usurpam as atribuições estatais, sem, no entanto, sofrer represálias por tal usurpação. Neste aspecto, a cadeia produtiva da juta se mostrou francamente dependente da força policialesca imediata de seus agentes e, em sua retaguarda, atuando num horizonte mais expandido, da própria força policial do Estado, do qual muitos membros do patronato fizeram parte direta ou indiretamente como agentes políticos executivos e legislativos. "Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física" (WEBER, 2000, p.56).

De certo modo, o jutal é um exíguo espaço geográfico em que se adotou o modelo empresarial de enclave, no qual o poder disciplinar exercido pelo patronato regional era uma realidade incontestável. Com unidades pontuais em um amplo espaço geográfico, distantes uns dos outros, os jutais tendiam ao isolamento de seus membros, facultando ao patronato a inserção subliminar do poder disciplinar por intermédio de seus agentes locais, representados preponderantemente pelo regatão. Ao analisar a sociogênese do regatão, Barbosa (1980, p.80) elabora um paralelo entre ele e outro desbravador dos sertões no período colonial, o bandeirante de São Paulo:

> [...] diferentemente do bandeirante que desapareceu com a emergência de novas forças econômicas e sociais, o regatão permaneceu incólume na sua essência, adaptando-se às novas condições econômicas e sociais que surgiram. Enquanto os bandeirantes, pela audácia e apoio governamental, tornaram-se personagens históricos e fundadores de estirpes que formariam mais tarde uma classe privilegiada, os regatões, que saíram do "seio do povo", nele permaneceram como arraia-miúda, lutando pela sobrevivência com suas armas e a seu modo. Para a história, são muito mais exploradores contumazes que propriamente desbravadores, mas sua capacidade de sobrevivência é incontestável, embora sua ação seja discutível.

Também referenciado como patrão ou aviador, o regatão era o elemento da cadeia produtiva da juta que, ao mesmo tempo em que fornecia alguns produtos básicos manufaturados e industrializados, exercia o poder disciplinar em nome do patronato. Assim, para ter acesso a bens materiais cujos valores eram inicialmente expressos em papel-moeda, os juteiros aceitaram a subordinação implícita aos ditames do capital que os empregou no cultivo da juta, tendo em vista uma remuneração monetária ou creditícia por sua "obediência".

Foucault (1992, p.45) descreve esse tipo de inserção do poder disciplinar, difuso e gosmento, como fazendo parte da superestrutura operacional sempre presente no modelo capitalista de produção de bens e serviços, ação mormente referenciada por este autor como sendo a microfísica do poder. Esse tipo de relação de poder, difuso, discreto e penetrante, era parte integrante das relações de trabalho no âmbito da Mineração Taboca, empresa caracterizada pelo amplo exercício do poder disciplinar.

Casta paramilitar da empresa mineradora, os guardas patrimoniais exerciam a função de polícia, encarcerando literalmente os trabalhadores que perturbavam a ordem disciplinar vigente na *company town* (SILVAN, 2014, p.83). Ação similar de poder coercitivo explicitado pelo uso da força policialesca foi protagonizada pelos empresários japoneses que encarceravam os juteiros na "saia-preta", a cadeia "pública" localizada na Colônia Modelo de Andirá, uma das propriedades rurais da CIA (RODRIGUES; *et alli*, 2015, p.8).

Excetuando-se a desonrosa ação policialesca perpetrada pelos empresários japoneses da CIA, creditamos a inexistência de uma casta paramilitar no âmbito da produção da juta exatamente à cultura ancestral, com sua tendência à normatização das ações e atitudes dos membros das comunidades rurais envolvidos no cultivo da fibra. Assim, o poder repressor e disciplinar do Estado e dos agentes imediatos do capital usurário se limitou a ações pontuais no âmbito das relações de poder autoritárias, no mais das vezes ancoradas em ameaças verbais e constrangimentos públicos. Neste particular, identificamos três razões weberianas para o acatamento das ordens patronais por parte do juteiro: seu interesse por produtos industrializados, o *habitus* ou costume e uma tendência explícita, atávica, até mesmo afetiva, de obediência e submissão ao patronato regional.

> O poder, isto é, a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, pode assentar em diferentes motivos de acatamento: pode ser condicionado apenas pela situação de interesses, portanto, por considerações teleológico-racionais das vantagens e desvantagens por parte de quem obedece. Ou, além disso, mediante o simples "costume", pela habituação monótona à acção tornada familiar; ou pode ser justificado pela tendência puramente afectiva, simplesmente pessoal do governado (WEBER, 2005, p.3.)

Analisando meio século de produção ininterrupta de juta, constatamos ou somos levados a crer que a violência explícita que imperava em outros sistemas produtivos arcaicos amazônicos praticamente inexistiu no contexto das relações de trabalho

impostas aos trabalhadores da juta. Depois de contraída a dívida gosmenta, havia, sim, pressão e repressão, cerceamento e imposição por parte dos regatões para que o juteiro se submetesse ao poder disciplinar e passasse a executar um trabalho danoso para a sua própria saúde, assim como, de certo modo, atualmente os empresários japoneses lidam com os trabalhadores brasileiros "exilados" no Japão. O trabalho extremamente perigoso e deletério executado pelos antigos juteiros encontra similaridade no trabalho enfadonho executado pelos descendentes dos empresários e funcionários japoneses da CIA que atualmente trabalham no Japão.

Ao longo do tempo, a situação se inverteu, pois os próprios empresários e funcionários da CIA presenciaram seus filhos e netos brasileiros emigrar para o Japão em busca, exatamente, do trabalho *kitanai* (sujo), *kiken* (perigoso) e *kitsui* (pesado) que eles haviam aliciado e obrigado os juteiros a executar. "Com o passar do tempo, os próprios brasileiros erradicados [sic] no Japão, acrescentaram outros dois Ks: Kibishii (severo) e Kirai (detestável), tornando-se, a partir de então, 5Ks" (OCADA, 2006, pp. 25, 26).

Os antigos juteiros e os empresários japoneses da CIA, agora com seus patrimônios genéticos entrelaçados, estão representados nas fábricas japonesas da atualidade por centenas de trabalhadores emigrantes paraenses e amazonenses, que executam o trabalho mais danoso, repetitivo e infeliz dessas plantas industriais. O motivo da ida deles para o Japão é o mesmo dos antigos juteiros em relação à cadeia produtiva da juta, ver a cor do dinheiro, neste caso, do iene japonês. Mais uma vez, o suposto sucesso suplanta as condições de trabalho enfadonhas e deletérias: "O trabalho exaustivo, as saudades, as violências sofridas são pouco relatados. Fica entretanto a imagem do sucesso transmitido por aquele que partiu àqueles que estão no Brasil" (ROSSINI, 2003, p.11).

Estas observações historiográficas sintéticas e reveladoras sobre aspectos sociológicos, antropológicos, econômicos e psicológicos que se deram no contexto do cultivo da fibra nos levam à seguinte indagação: Como os juteiros superaram as dificuldades impostas tanto pelo meio ambiente quanto pelo patronato regional a ponto de produzir juta em escala industrial?

Para dar conta dessa pergunta, que é uma das questões fulcrais deste estudo sobre as agruras dos juteiros de Parintins, inicialmente temos que delimitar o espaço de

nossa reflexão entre duas balizas eminentemente econômicas, que não deixam de ser, também, políticas, ambas reveladoras de nossa perspectiva analítica e de visão de mundo centradas, em parte, na teoria crítica da sociedade capitalista. Em primeiro lugar, temos que pensar o Estado como agente indutor das transformações econômicas e sociais regionais e como agente mediador das relações entre o patronato e os trabalhadores, com sua tendência explícita de tornar as políticas públicas benéficas ao patronato em detrimento da classe trabalhadora. Em segundo lugar, pensar o capitalismo brasileiro como parte integrante e indissociável do esquema centro-periferia preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), com sua tendência à acomodação no bojo da economia mundializada, transnacional, imposta pela globalização do capital industrial e financeiro, e sua subordinação explícita aos ditames da Onudi em relação especialmente à questão da divisão internacional do trabalho.

No meio dessas duas balizas está, em parte, a origem e o motivo da existência de todas as lutas sociais, não somente a dos juteiros, mas as lutas de praticamente toda a classe trabalhadora brasileira, subalternizada e explorada em todos os sentidos. Loureiro credita a raiz das lutas e dos problemas sociais vividos pelas classes subalternizadas da Amazônia exatamente à ascendência dada pelo Estado ao capital, seja ele nacional ou transnacional, em face aos demais fatores e atores que compõem a temática desenvolvimento regional. Para a autora:

> À medida que favorece o capital e os grupos dominantes, o Estado põe e repõe no interior da sociedade o conflito. E se impregna cada vez mais do caráter de ilegitimidade que o tem caracterizado, quando transforma a simples tarefa de ordenar o espaço e repor a ordem social, numa prática de favorecimento, excludência e gestação de conflitos (LOUREIRO, 2014, p.166).

Amplamente estudados por economistas e cientistas sociais latino-americanos, os fatores Estado indutor e capitalismo periférico devem ser situados e analisados no contexto econômico da América Latina nas décadas de 1930 a 1990. Nesse período houve uma retração gradual do poder de decisão do Estado em relação ao direcionamento de suas próprias economias e a emergência, especialmente a partir da década de 1950, de novos mecanismos de controle dos territórios nacionais por parte, não mais dos Estados nacionais imperialistas, mas por parte de empresas transnacionais atuando como trustes, cartéis e holdings.

Um relatório do Committee of Experts on Restrictive Business Practices, vinculado à Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), instituição multilateral com sede em Paris, listou a existência, em 1974, de 588 cartéis (MIROW, 1978, p.15), atuando como conglomerados monopolistas em praticamente todos os segmentos da economia mundial. O termo cartel é entendido aqui como sendo um grupo econômico com número restrito de membros composto por corporações transnacionais atuando fora dos limites do mercado considerado livre de restrições monopolistas em detrimento explícito aos fundamentos da própria economia liberal e às leis nacionais e internacionais antitrustes.

A magnitude do poder econômico, financeiro e político açambarcado pelas corporações transnacionais, especialmente desde a década de 1950, talvez transcenda em muito a imaginação de qualquer analista do cenário socioeconômico brasileiro que se detenha a averiguar as causas da dependência e do subdesenvolvimento do País. Assumindo integralmente as funções de Estado em relação à economia mundial, as corporações transnacionais monopolistas passaram a colocar em prática um amplo programa de transferência de capital financeiro e tecnológico para os países periféricos com o intuito de obter, em contrapartida, os insumos e lucros necessários para o seu próprio locupletamento e desenvolvimento econômico e social.

Planejada inicialmente como porto franco ainda na década de 1950 e implementada em 1967, a própria Zona Franca de Manaus é um exemplo acabado de transferência de capital financeiro e tecnológico no sentido centro-periferia num primeiro momento e de transferência de lucro no sentido inverso *ad aeternum*. Salazar (2004) advoga que as inversões das empresas multinacionais em países periféricos resultem em vantagens para ambas as partes, mas, também, em distorções econômicas para o país hospedeiro do capital. Em pelo menos duas páginas de seu livro *Amazônia - Globalização e Sustentabilidade*, o autor lista uma série de vantagens para a empresa multinacional:

> Ao se deslocar de seu país de origem as filiais incorporam novas fatias do mercado mundial que se somam ao mercado original. Amortizam mais rapidamente seus investimentos efetuados em tecnologia e abrem espaço para transferir tecnologias ultrapassadas e equipamento obsoletos depreciados e reciclar seus estoques financeiros ociosos. Liberta-se também da pressão concorrencial existente no mercado original, onde por força de leis antitrust prevalece um regime de relativa competição, enquanto no novo

> mercado ela passa a desfrutar de uma posição oligopolista. [...] Para o Estado hospedeiro, as vantagens também são óbvias, **pelo menos num primeiro momento** [grifo nosso] (SALAZAR, 2004, pp. 98, 99).

Agindo como potências rapinantes, as corporações transnacionais passaram a realizar o grosso do trabalho anteriormente atribuído aos Estados nacionais dos países centrais, inclusive aquele de divisão espacial do planeta em "territórios" exclusivos desses ou daqueles cartéis. Agindo como camponeses diligentes e cuidadosos, as corporações transnacionais passaram a irrigar suas hortas e pomares com o sangue, suor e lágrimas de milhões de trabalhadores urbanos e rurais de todo o planeta.

Os resultados reluzentes desse sistema macabro de irrigação fertilizadora podem ser vistos e admirados especialmente nas capitais dos países centrais, com suas estruturas urbanas e arquitetônicas que impressionam, maravilham e embevecem os visitantes dos países periféricos, os responsáveis, em parte, por tal prosperidade material. Mas os objetivos e o *modus operandi* da burguesia capitalista mundial não são expostos de maneira fácil, gratuita, pois, difusa e subliminarmente, o vigoroso sistema, agora totalmente globalizado, alcança as mentes e os corações dos jovens em todo o planeta, aliciando-os e cooptando-os para a submissão total e irrestrita aos seus desígnios, sejam eles quais forem.

Santos (2006, p.337) adverte que, para se entender o sentido economicista da divisão espacial do planeta desde o pós-guerra, se requer, necessariamente, o conceito de "desterritorialização":

> Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. O mundo se dá, sobretudo, como norma, ensejando a espacialização, em diversos pontos, de seus vetores técnicos, informacionais, econômicos, sociais, políticos e culturais. São ações "desterritorializadas", no sentido de teleagidas, separando, geograficamente, a causa eficiente [representada pelo capital financeiro e tecnológico sediado nos países centrais] e o efeito final [bens, insumos e lucros provenientes dos países periféricos]. [...] o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior.

No pós-guerra, tendo como fulcro o desenvolvimento, os economistas latino-americanos se debruçaram sobre os objetivos, os métodos e os processos de produção capitalistas adotados pelas economias avançadas em suas relações com a América Latina. A partir da década de 1960, eles começaram a colocar à disposição da comunidade científica as linhas-mestras teóricas para o aprofundamento do estudo do

então relativamente novo cenário macroeconômico regional. Atualmente, estas considerações teóricas devem ser, necessariamente, complementadas ou colocadas em confronto com as linhas-mestras empíricas representadas por inúmeros estudos existentes sobre a atuação das corporações transnacionais em escala global.

Na década de 1970, Mirow empreendeu um formidável estudo sobre as articulações, golpes e trapaças das corporações transnacionais atuantes no Brasil, realizado mesmo a despeito do profundo entrelaçamento delas com o governo ditatorial da época. Com o incentivo do jornalista Ênio Silveira, o estudo foi lançado pela Editora Civilização Brasileira em dois volumes, o primeiro intitulado *A Ditadura dos Cartéis - Anatomia de um Subdesenvolvimento* (1978), e o segundo, *A Ditadura dos Cartéis – Condenados ao Subdesenvolvimento* (1978a). Ambos compõem uma radiografia, ou melhor, uma representação "tridimensional" de um momento único da história brasileira, o período que vai de 1950 a 1970, quando a economia nacional passou definitivamente à dependência das decisões externas tomadas nos gabinetes das corporações transnacionais localizadas nos países centrais. Para o autor:

> O esforço deste livro representa mais uma contribuição para o estudo das causas que levaram algumas poucas corporações, às quais se atribui extraordinária capacidade tecnológica e administrativa, a dominar a economia mundial capitalista. Pesquisas realizadas demonstram que extensa rede de contratos restritivos, monopolizando tecnologia e mercados em escala mundial, determinam o desenvolvimento de uns países e o subdesenvolvimento de outros (MIROW, 1978, p.9).

É consenso entre os economistas latino-americanos que o Estado nacional na América Latina, desde o pós-guerra (1945), perdeu significativa autonomia operacional diante das investidas estratégicas e táticas das empresas e corporações multinacionais sediadas nos países centrais, evidenciando-se, assim, a efetivação do processo de desterritorialização em curso apontado por Santos (2006, p.337). No Brasil, alguns anos antes, o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas tinha adotado "[...] uma estratégia de desenvolvimento que visava ampliar a participação do capital de origem nacional na economia brasileira, fortalecendo assim a soberania nacional, e que permaneceu, ainda que com controvérsias e novas orientações, até 1964" (BENAION, 2006, p. 239).

O período de ingerência abrangente nos assuntos macroeconômicos nacionais brasileiros por parte das empresas e corporações transnacionais teve início a partir da década de 1950, ocasião em que o País recebeu a incumbência de ser um megaprodutor

de *commodities* agropecuárias e minerais. Por volta de 1968, a Amazônia era parte integrante do esforço exportador do Brasil, já tendo no manganês do Amapá uma de suas primeiras *commodities* exploradas em escala industrial e sendo o discurso oficial explicitamente alvissareiro:

> Mais recentemente o setor de exportações amazônicas ao mercado internacional alcançou forte impulso com a instalação da grande indústria de mineração do manganês no Amapá. Para o futuro, as relações comerciais da região com o mundo tendem a crescer, marcando sua presença no volume e no valor da balança brasileira de exportações. Para isso concorrerão as medidas que vêm sendo tomadas pela SUDAM no sentido da exploração racional dos recursos florestais e minerais da Amazônia, a expansão do parque industrial e o estabelecimento da agropecuária, de acôrdo com os princípios da moderna tecnologia de produção em massa (SUDAM, 1968, p.57).

O início do período de ingerência abrangente coincidiu com o término da fase de ouro de aquisição, no exterior, de bens de capital, mormente máquinas e equipamentos, por parte da ainda relativamente autônoma burguesia industrial brasileira, sediada especialmente no estado de São Paulo. Em um momento histórico de beligerância entre as potências dominantes, que vai de 1930 a 1950, o objetivo primário da aquisição de máquinas e equipamento por empresas brasileiras era a substituição da importação dos produtos industrializados provenientes dos países centrais, o que de fato se deu por alguns anos de forma autônoma e sem interferência direta das grandes corporações transnacionais.

Mas não demorou muito tempo para o segmento paulista da burguesia industrial nacional se transformar, sem nenhum prurido, em uma coesa equipe de apoio ao capital transnacional, os *Brazilians white help* das grandes empresas norte-americanas, europeias e, posteriormente, japonesas, profissionais de alto nível que logo se espalharam por praticamente todo o País. Assim, a partir da década de 1950, formou-se no Brasil a formidável parceria que deu título ao livro do sociólogo Peter Brandt Evans, professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley: *A tríplice aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro,* lançado em 1982 pela Editora Zahar.

Em simbiose com as corporações transnacionais e empresas nacionais privadas e estatais e operando exclusivamente dentro das balizas Estado indutor e capitalismo periférico, a partir da década 1950 o Estado brasileiro estimulou, protegeu e garantiu por longos anos o "desenvolvimento do subdesenvolvimento" do Brasil e,

especialmente, da Amazônia. Este oximoro é uma oportuna construção frasal de André Gunder Frank, um dos principais formuladores da Teoria Marxista da Dependência, paradoxal ou providencialmente egresso da Universidade de Chicago, o centro pensante do capitalismo liberal mundial.

Desde a perspectiva da burguesia liberal dos países centrais, fica evidente que os países da América Latina são considerados dependentes dos "benefícios" proporcionados pela atuação das corporações transnacionais. Presente também em outros autores, esta retórica permeia especialmente o discurso de Pierre Uri, autor do livro *Desenvolvimento sem Dependência* (1976) e conselheiro de estudos do Atlantic Institute for International Affairs. Tal retórica é especialmente elucidativa do grau de comprometimento do seu autor com os interesses da burguesia dos países centrais se analisada a partir da perspectiva thompsoniana da história vista de baixo:

> Foi na América Latina que surgiu o conceito de *dependência*. Os países industrializados são acusados de todos os defeitos possíveis. Se extraem matérias-primas, proporcionando assim, em sua opinião, os meios de que o país necessita para pagar suas importações, são acusados de exploração, quando não de simples pilhagem. Se desenvolvem a indústria local, são acusados de impor seus produtos e estilos de vida, de destruir os costumes e tradições locais, de aumentar as diferenças sociais entre as classes privilegiadas, que compartilham do padrão de vida do mundo industrializado, e a massa da população de baixo poder aquisitivo (URI, 1976, p. 18).

Em seu texto chapa-branca, Uri ignora formalmente a Teoria Marxista da Dependência e seus formuladores, preferindo tratar as evidências de sua existência como sendo um "sentimento". Ignorando solenemente a essência nociva da atuação das corporações multinacionais nos países periféricos e subestimando a capacidade analítica dos pensadores latino-americanos, Uri se arvora em paladino do capitalismo liberal libertador e, em seguida, registra sua receita para a superação das mazelas dos países periféricos, de olho logicamente naqueles da América Latina.

Segundo Pochmann, a condição de dependência dos países periféricos se reflete negativamente na questão social, sobretudo em relação à proteção social e trabalhista, itens que tiveram significativo avanço nos países centrais durante o século XX. Mas, em artigo intitulado *Proteção social na periferia do capitalismo: Considerações sobre o Brasil*, o autor sugere que:

> Para países como o Brasil, que não pertence ao centro do capitalismo mundial, a análise a respeito da proteção social requer considerar

> inicialmente a condição de pertencimento à periferia econômica, **prisioneira do subdesenvolvimento** [grifo nosso]. Mesmo tendo avançado consideravelmente no processo de industrialização durante o século XX, por exemplo, o Brasil não foi capaz de abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como a disparidade na produtividade setorial e regional e a permanência de grande parte da população prisioneira de condições precárias de vida e trabalho (POCHMANN, 2004, p.7).

A visão realista da realidade brasileira apresentada por Pochmann está dentro do figurino de economia periférica elaborado por Carcanholo (2005, p.2):

> Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência frente a choques externos (vulnerabilidade externa), e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracterizaria o subdesenvolvimento dessas economias. [Em nota de rodapé o economista explica:] A nomenclatura para essa situação varia de acordo com as circunstâncias/conjunturas político-econômicas de cada momento. As economias nessa situação já foram chamadas de subdesenvolvidas, em vias de desenvolvimento, periféricas, "mercados emergentes", dentre outros neologismos.

Resumindo a lição de Carcanholo a respeito das características da economia periférica, temos: 1) Fragilidade financeira; 2) Vulnerabilidade externa e; 3) Alta concentração de renda e riqueza. No Brasil, este cenário foi se formatando especialmente a partir do Governo de Juscelino K. de Oliveira (1956-1961), com sua tendência à emissão de dinheiro sem lastro e ao desperdício de recursos públicos concomitantemente a uma larga política protecionista dos interesses das corporações transnacionais.

Corroborando a nota de rodapé de Carcanholo, é exatamente no âmbito da economia periférica que Ianni (1999, p.107) situa os: "[...] países em desenvolvimento, subdesenvolvidos, periféricos ou classificados na última década do século XX como mercados emergentes". Uri (1976, p.173) se reporta ainda aos termos Terceiro Mundo e País Menos Desenvolvido, registrando que: "Um dos primeiros projetos que foram desenvolvidos pela CEPAL incluía a sugestão de que cada país se classificasse espontaneamente como 'mais adiantado', 'moderadamente adiantado' ou 'subdesenvolvido'". Parece não importar exatamente a terminologia a ser usada, pois as condições da classe que vive do trabalho nos países periféricos são, no mais das vezes, precárias em praticamente todos os sentidos da vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Em sua luta inglória pelo desenvolvimento econômico e social, o Brasil alcançou índices de produção e produtividade semelhantes ou até mesmo superiores àqueles alcançados pelos países centrais, demonstrando, assim, ter viabilidade técnica e gerencial em diversos segmentos econômicos, especialmente aqueles produtores de *commodities* agropecuárias e minerais. Nas décadas de 1970 e 1980, o País implantou um parque industrial relativamente diversificado, estruturado em técnicas gerenciais avançadas, mas, de alguma forma, atrelado aos imperativos da economia globalizada, já sem a autonomia necessária para direcionar seus esforços para satisfazer, majoritária e preferencialmente, as necessidades do seu próprio mercado interno, assim como bem fazem as economias desenvolvidas.

A condição de periferia do capitalismo mundial imposta ao Brasil deve ser analisada a partir de um processo de gestão territorial que se deu ao longo dos últimos 500 anos, envolvendo as nações mercantilistas posteriormente transformadas em capitalistas com suas relações econômicas, sociais e culturais estruturando o entrelaçamento entre a metrópole e a colônia e, depois, entre o centro e a periferia. Sem esta simplificação do curso histórico, necessária e indispensável, fica difícil compreender a simplicidade dos mecanismos-mestres que determinaram a inserção do País na condição de explícita subalternidade ao centro capitalista. Sinteticamente: "O problema central das ciências sociais é o da dinâmica da história" (IANNI, 1976, p.85).

É consenso entre os economistas que a disciplina economia é de uma simplicidade atroz, característica que a torna compreensível até mesmo aos próprios economistas, permitindo que eles entendam sua dinâmica e particularidades. Brincadeira à parte, é necessário buscar as raízes do entrelaçamento entre as metrópoles europeias e as colônias africanas, asiáticas e americanas que culminou no desenvolvimento desigual entre as nações ditas centrais e aquelas periféricas para se começar a compreender o atual estado da arte da economia mundial.

Da macroeconomia para a microeconomia, os pressupostos que direcionam o controle econômico das nações e impõem a subalternidade a milhões de trabalhadores urbanos e rurais são praticamente os mesmos, pois o subdesenvolvimento que caracteriza a periferia mundial é resultado, em parte, da intromissão, expansão e acumulação capitalista. Sintetizando, os pressupostos sórdidos do sistema capitalista

são: “A guerra (ou a proteção, seguindo o exemplo da máfia), a repressão, a espoliação, a exploração, a usura, a corrupção, a propaganda” (CURY, 1999, p. 20).

Estes são os sete mecanismos de controle econômico e instrumentos de pressão e coação social do capital, disseminados em escala planetária e amplamente utilizados pelas corporações transnacionais sediadas em países centrais, como o Japão, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e, mais recentemente, a China. Estes cinco países, ao lado de um número restrito e definido de países desenvolvidos, são players globais, que entram em campo de batalha portando armas de altíssima letalidade, a serem acionadas por centenas de pelotões de executivos seniores das corporações transnacionais.

Da macroeconomia mundial para a microeconomia na qual os juteiros de Parintins estavam inseridos, os sete pressupostos capitalistas listados por Cury (1999) nos dão uma explicação sintética consistente de como e por qual razão os trabalhadores rurais amazônicos se submeteram a condições de trabalho análogas àquelas vividas pelos trabalhadores escravizados provenientes da África durante o período colonial. Invertendo o sentido, da microeconomia da juta para a macroeconomia mundial, os sete pressupostos sórdidos também são instrumentos explicativos da razão de milhões de trabalhadores urbanos e rurais se submeterem a condições aviltantes de trabalho para obter um retorno financeiro ínfimo em relação ao tempo despendido e à força física empregada que caracterizam a superexploração da mão de obra nos países periféricos.

Corbucci (2003, p.161), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), credita exatamente à globalização do capital industrial e financeiro a sempre renovada condição periférica do Brasil:

> Ainda que, ao longo de sua história, tenham ocorrido breves surtos de desenvolvimento mais autônomos, não se verificou qualquer mudança radical na sua posição na hierarquia do mercado mundial, no que se refere à polaridade Centro-Periferia, estabelecida desde que o moderno capitalismo ocidental avançou pelo Atlântico.

Ao logo dos últimos 500 anos, o direcionamento externo da economia nacional fez o País viver os períodos econômicos do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração (ouro e diamantes), borracha e café e, atualmente, agropecuária e mineração (ferro, alumínio, nióbio, etc.), todos voltados para abastecer o mercado dos países centrais mercantilistas e, posteriormente, capitalistas. Ao longo dos últimos 50 anos, o direcionamento externo da economia nacional pelas corporações transnacionais monopolistas fez do Brasil um

megaexportador de *commodities* de baixo ou médio valor agregado (SILVAN, 2012), com poucas e honrosas exceções, como a do setor de produção de aeronaves.

Assim, a cada contrato assimétrico e restritivo assinado entre as empresas periféricas brasileiras e as corporações transnacionais monopolistas, a vitória na luta pelo desenvolvimento econômico e social pleno foi sendo postergada a um futuro cada vez mais incerto, cada vez mais longe. No âmbito microeconômico regional, o resultado dessa ação nefasta por parte do capital monopolista nacional e internacional foi a intensificação da luta dos trabalhadores rurais pela sobrevivência, sempre marcada por suor, sofrimento e falta de reconhecimento, fato que passamos a considerar como sendo um quadro de superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia, a ser analisado na próxima subseção.

3.3 – A superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia

Preponderantemente, o conceito de superexploração do trabalho encontra-se na disciplina economia política e, efetivamente, sua divulgação na América Latina deriva, em parte, da obra do sociólogo e cientista político brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997), considerado um dos principais pensadores sociais latino-americanos do século XX. Ao lado do casal Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos e do economista alemão André Gunder Frank, Marini elaborou a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que procura compreender o modo de integração dos países periféricos ao sistema capitalista mundial.

Na prática, o conceito de superexploração do trabalho é a "fase superior" da exploração do trabalho pelo sistema capitalista. No contexto da economia capitalista, a exploração do trabalho foi apontada por Marx n'*O Capital – Crítica da Economia Política* (1989; 1996) publicado em 1867, na Alemanha. Em diferentes gradações, tanto os países centrais quanto os periféricos apresentam a exploração da sua força de trabalho, seja rural ou urbana, fenômeno econômico que se acentua nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Para Ianni (1999, p. 137):

> Fica evidente que a utilização da força de trabalho realiza-se em condições de superexploração; salários ínfimos, longas jornadas de trabalho "legitimadas" pelo instituto das horas extras, aceleração do ritmo de trabalho pela emulação do grupo de trabalho e pela manipulação da velocidade das máquinas e equipamentos produtivos, ausência ou escassez de proteção ao trabalhador em ambientes de trabalho, insegurança social.

Em última análise, a Teoria Marxista da Dependência de Marini é caudatária, também, de um conjunto de estudos disponibilizados por diversos autores, percebendo-se, entre eles, segundo Salazar (2004), o economista francês François Perroux (1903-1987), com sua teoria dos polos de desenvolvimento, e o economista alemão Albert Hirschman (1915-2012), com a teoria dos efeitos de encadeamento econômico. Para Salazar (2004, p.160):

> Essa teoria [da dependência] não deixa de ser uma variante da teoria polar do desenvolvimento regional [de Perroux], aplicada em nível supranacional, considerando o espaço econômico dos países ricos como uma área central concentradora de recursos que são extraídos das áreas periféricas, isto é, dos países mais pobres e subdesenvolvidos. Estabelece que o desenvolvimento capitalista é em si mesmo contraditório, resultando de um lado em concentração e expansão do capital e do outro em empobrecimento e dependência.

Assim como muitos outros pensadores da sua época, Marini elencou e esmiuçou as principais características dos países subdesenvolvidos, elaborando sua própria visão crítica da situação analisada e propondo uma ação efetiva para a superação das mazelas sociais vividas pela América Latina. Tendo em mente o constructo intelectual direcionado à economia elaborado por Marx, Marini opôs-se às principais correntes de pensamento da economia e das ciências sociais em voga naquele período, especialmente a da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Esta instituição vinculada à ONU identificava uma oposição entre um Brasil feudal e agrário e um Brasil moderno e industrial, que deveria ser superada por uma aliança entre Estado e burguesia nacional industrial na forma de uma revolução nacionalista e capitalista.

Marini entendia o funcionamento das economias subdesenvolvidas a partir de uma relação de interdependência entre países centrais (da América do Norte, da Europa Ocidental e o Japão) e países periféricos (da América Latina, África, Ásia e Oceania), imposta a estes por uma série de conjunções históricas, sociais e econômicas. Entre essas conjunções, o autor destacou a condição majoritariamente agroexportadora dos países periféricos e as consequências negativas da divisão internacional do trabalho imposta pela Onudi.

Sob a batuta de instituições governamentais e organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), esta relação de interdependência se dá, especialmente, por intermédio das grandes, médias e pequenas empresas transnacionais. Para Ianni (1999, p.106): "[...] as corporações transnacionais desempenham um papel básico, que pode ser decisivo na criação, institucionalização e dinamização dos sistemas econômicos regionais".

Em explícita subalternidade às corporações transnacionais, a burguesia dos países periféricos, inclusive a do Brasil, veio a participar de maneira caudatária do processo econômico promovido pelo capital transnacional sediado nos países centrais. A tarefa da burguesia nacional latino-americana, capitaneada no Brasil pela poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi canalizar o grosso do butim para as corporações transnacionais, sendo permitido a ela própria ficar apenas com as migalhas e o que sobrava das remessas dos lucros para o exterior. Para Marini (1991, p. 21):

> La industrialización latinoamericana corresponde así a una nueva división internacional del trabajo, en cuyo marco se transfieren a los países dependientes etapas inferiores de la producción industrial (obsérvese que la siderurgia, que correspondía a un signo distintivo de la economía industrial clásica, se ha generalizado al punto de que países como Brasil ya exportan acero), reservándose a los centros imperialistas las etapas más avanzadas (como la producción de computadoras y la industria electrónica pesada en general, la explotación de nuevas fuentes de energía, como la de origen nuclear, etc.) y el monopolio de la tecnología correspondiente.

Esta situação de subordinação explícita ao capital monopolista transnacional era, e continua sendo, desfavorável ao patronato nacional dos países da América Latina, pois esta situação anômala se reflete diretamente na partilha dos lucros, que são majoritariamente direcionados aos detentores dos investimentos sediados nos países centrais. Na condição de explícita dependência, a burguesia dos países periféricos tornou-se sócia minoritária do capital transnacional, obrigada a dividir com este a mais-valia gerada internamente.

Para compensar a diminuição na participação dos lucros, a partir especialmente da década de 1950, o patronato nacional latino-americano passou a utilizar mecanismos extraordinários de exploração da força de trabalho, visando a ampliar a taxa de mais-valia advinda exatamente da superexploração da mão de obra em seus próprios países e, consequentemente, aumentar a taxa de lucro. Neste contexto, não podemos esquecer que: "A taxa de mais-valia revela o *grau de exploração da força de trabalho*, ao passo que a taxa de lucro indica o *grau de valorização do capital*" (MARX, 1996, p.45).

A situação anômala vivida pela América Latina resultou no aprofundamento da interdependência econômica centro-periferia e no desenvolvimento ou agravamento do subdesenvolvimento regional, apesar da crescente ampliação do parque industrial brasileiro e latino-americano que se verificou na segunda metade do século XX. Em outras palavras, ao compensar a diminuição na participação nos lucros por intermédio da utilização de mecanismos extraordinários de exploração da força do trabalho, a burguesia nacional passou efetivamente a realimentar a dependência e a manutenção do subdesenvolvimento.

Para Marx, este tipo de ação nefasta por parte do patronato acarreta resultados extremamente adversos para o trabalhador, entre eles a superexploração de sua força de trabalho, analisada especialmente no Capítulo VII de *O Capital* (1996), sob o título *A taxa de mais-valia* e o subtítulo *O grau de exploração da força de trabalho*. "Acelerar

la acumulación mediante un desarrollo superior de la capacidad productiva del trabajo y acelerarla a través de una mayor explotación del trabajador, son dos procedimientos totalmente distintos" (MARX apud MARINI, 1991, p.2).

Ao lado de Enzo Faletto, da Universidade do Chile, a dupla uspiana Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira defendia que era possível um tipo de desenvolvimento interno associado ao centro capitalista. Em franca oposição, Marini e seus colegas observavam, desde a perspectiva marxista, que a superação do subdesenvolvimento era estruturalmente impossível dentro do capitalismo predador dos recursos naturais e humanos atuante na periferia. A parceria produtiva e harmoniosa entre o gato e o rato era algo possível na visão "weberiana" de Cardoso e Faletto (1967, p.7), exposta no texto *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, escrito a quatro mãos para:

> Esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizam Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania.

Em escala reduzida e com injunções próprias da periferia da periferia, foi essa condição de dependência em relação aos pólos hegemônicos que caracterizou o período econômico da juta na Amazônia (1937-1987). Mas a ação interventiva do poder central sobre a região já vinha sendo observada desde o período colonial, intensificando-se no período econômico da borracha (1870-1920), disfarçada sob o manto de legítimos interesses regionais. Desde então, já sob as insígnias do capitalismo, houve de fato a ampliação da escala e intensificação do grau de exploração da força de trabalho regional e a total subordinação da Amazônia aos interesses do Estado nacional.

Nesse ínterim, a burguesia regional a serviço dos interesses dominantes inventou "[...] na 'vocação extrativista' a justificativa da ação predatória sobre as terras e as populações amazônicas; tais interesses serviram ao Estado nacional para implantar o terror, a dizimação, o alheamento físico e cultural dos habitantes da Amazônia" (SILVA, 2004, p.275). A situação extremamente adversa resultante dessa "ação predatória" promovida pelo Estado se estende desde o período colonial até praticamente os nossos dias.

No cenário laboral francamente adverso dos jutais, o sistema de aviamento, que já havia demonstrado cabalmente sua eficácia e eficiência no período econômico da borracha, facultou às classes dominantes regionais a obtenção de mais-valia absoluta advinda do cultivo da juta em condições de trabalho opressoras análogas àquelas presentes no sistema escravocrata do período colonial brasileiro. Em um texto datado da década de 1970, a superexploração do trabalhador amazônico para a extração da mais-valia absoluta é ressaltada por Cardoso e Müller (2008, p.5):

> Na Amazônia – talvez mais do que em qualquer outra região do país – o conceito de superexploração do trabalho e a extração da mais-valia absoluta constituem parte integrante da expansão do grande capital [...]. Exploração e progresso, semisservidão e grande capitalismo, violência e crescimento econômico não se separam como água e óleo, senão que se fundem para permitir o devassamento da fronteira, a utilização da mão de obra local ou migrante, com baixo nível de tecnologia e pouca utilização de máquinas, o protecionismo estatal, a coerção privada sobre a mão de obra etc.

No período da juta, o patronato regional sediado em Manaus e Belém promoveu ampla, envolvente e constante propaganda institucional louvando "a preciosa planta", criando, assim, um pensamento hegemônico de trabalho, vida e prosperidade em torno da produção da juta que deu sustentação argumentativa e psicológica para que o juteiro, já endividado e sob pressão, cuidasse de todo modo para que sua dívida fosse honrada.

Após trabalhar o tempo necessário e suficiente para honrar sua dívida, tempo materializado em uma quantidade xis de fibra, o juteiro tinha de, concomitantemente, enfrentar uma jornada adicional e mesmo superior àquela inicial para produzir uma quantidade de juta que pudesse ser convertida em taxa de lucro para o financiador da produção. Para Marx (1996, p.331): "[...] o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada".

O sistema financeiro do aviamento fez a sua parte, pois também foi eficaz e eficiente no sentido de conter qualquer afrontamento que pudesse estorvar os resultados positivos e de forçar ao máximo a exploração do trabalho do juteiro, ou, em outras palavras, efetivar a superexploração do trabalho rural. Para efetivar a superexploração do trabalho rural, foram cruciais os aspectos culturais em voga na Amazônia, especialmente o *habitus* do trabalhador rural do Amazonas e Pará internalizado desde a

mais tenra infância. Essa característica essencialmente cultural, que não deixa de ser, também, psicológica, está intimamente vinculada ao modo de ser e de pensar dos descendentes das antigas nações amazônicas. Para Silva (2004, p.275):

> *A reinvenção da indianidade como condição genérica da maioria indígena e mestiça era a reafirmação da subalternidade, da discriminação racial, da dominação política sustentada pelo trabalho compulsório ou pouco pago* [itálico da autora], geradores da laboriosidade da indústria extrativa e da legalidade da ordem regional.

Some-se ao *habitus* as relações de poder assimétricas, impositivas e neutralizantes, marcadas por violência simbólica, ilusão e consentimento, tecidas pelo patronato regional para a obtenção da mais-valia absoluta, e teremos um quadro aproximado do que foi a relação de trabalho patológica vivenciada pelo juteiro da Amazônia durante meio século. Naquele tempo, as relações de poder assimétricas tiveram como resultado visível a miséria, a opressão e o sofrimento de milhares de seres humanos enfronhados no cultivo da juta na lama macia das várzeas amazônicas.

É exatamente no âmbito das relações de trabalho opressivas que se encontra a mais clara evidência da força impositiva do capitalismo mundial sobre os países de economia letárgica da América Latina, subservientes e caudatários das locomotivas capitalistas sediadas nos países centrais. Para Marx: "[...] o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a **maior exploração** [grifo nosso] possível da força de trabalho pelo capitalista" (1996, p.447). Em outras palavras, a consecução do objetivo passa, necessariamente, pela superexploração da força de trabalho pelo patronato capitalista.

A partir de Marx, Marini elaborou dois conceitos que reportamos como fundamentais para o entendimento da realidade latino-americana evidenciada no período de 1950 a meados da década de 1990 e que continuam válidos em pleno século XXI, apesar da mudança substancial do cenário econômico e social da América Latina. Tal mudança substancial deve ser creditada ao avanço tecnológico liderado pelos próprios países centrais e não à melhoria das relações de trabalho entre capitalistas e trabalhadores. Os dois conceitos de Marini são a "superexploração", que é a remuneração da força de trabalho a um preço inferior ao seu valor real, e o "subimperialismo", que é a expansão do capital nacional para as áreas periféricas dentro de suas próprias fronteiras, implícito no conceito de periferia da periferia.

Especialmente, estes dois conceitos dão conta da realidade latino-americana vivida a partir da expansão da economia norte-americana havida após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até a década de 1990, quando a economia mundial, já alicerçada preponderantemente no capital financeiro, tornou-se realmente globalizada. A partir 1964, a Amazônia tornou-se área privilegiada de expansão do capital nacional a serviço, principalmente, do capital transnacional oriundo dos países centrais, com financiamentos generosos e incentivos fiscais em larga escala disponibilizados pelo Governo Federal para que se efetivasse a implantação dos Grandes Projetos de desenvolvimento regional.

Neste estudo, nos detemos especialmente no conceito de superexploração direcionado à força de trabalho existente na periferia capitalista, com foco no trabalho rural, em detrimento ao subimperialismo, do qual deriva a noção operacional "periferia da periferia". Reiteramos que, especialmente a partir de 1964, a Amazônia tornou-se uma área preferencial de expansão do capital nacional a serviço do capital transnacional oriundo dos países centrais.

Dentro do cenário histórico que possibilitou a elaboração de algumas teorias do desenvolvimento e a partir do quadro teórico elaborado na obra *Dialética da Dependência* é que Marini explica e valida os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo na América Latina, que também são aplicáveis a outras regiões do planeta. Ambos derivativos da obra seminal de Marx, especialmente o conceito de exploração do trabalho para a obtenção da mais-valia capitalista nos faz ver que a dicotomia proletariado versus burguesia também traz consigo a idéia de dependência ou interdependência entre essas duas categorias analíticas, situação análoga às categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento. Em outras palavras, desde a perspectiva analítica oriunda da dicotomia proletariado versus burguesia, fica claro ou subentendido que o desenvolvimento das economias centrais acarreta, resulta ou traz consigo necessariamente um "subproduto", o subdesenvolvimento das economias periféricas.

Tanto quanto a cultura e a educação, constata-se que a economia está imbricada de tal modo com as questões sociais que é impensável querer entender a vida social desvinculada da dinâmica econômica apresentada pela sociedade que se tem como objeto de estudo. Este é o cenário macro em que as observações de Marini fazem sentido e dão sequência histórica às considerações teóricas e descrições empíricas de

Marx em relação especificamente à exploração ou superexploração do trabalho no contexto da economia capitalista periférica.

Em considerações assentadas em espanhol e datadas de 1973, o autor considera que:

> Lo que importa señalar es que, para incrementar la masa de valor producida, el capitalista debe necesariamente echar mano de una mayor explotación del trabajo, ya a través del aumento de su intensidad, ya mediante la prolongación de la jornada de trabajo, ya finalmente combinando los dos procedimientos. En rigor, sólo el primero —el aumento de la intensidad del trabajo — contrarresta realmente las desventajas resultantes de una menor productividad del trabajo, ya que permite la creación de más valor en el mismo tiempo de trabajo. En los hechos, todos concurren a aumentar la masa de valor realizada y, por ende, la cantidad de dinero obtenida a través del intercambio. Esto es lo que explica, en este plano del análisis, que la oferta mundial de materias primas y alimentos aumente a medida que se acentúa el margen entre sus precios de mercado y el valor real de la producción (MARINI, 1991, p.9).

Seguindo o diapasão argumentativo de Marini, somos levados a rever o conceito de superexploração do trabalho em sua integralidade e, se possível, adequá-lo à realidade das relações de trabalho rurais vividas na Amazônia durante o século XX, com atenção especial àquelas impostas pelo patronato regional aos trabalhadores da juta paraenses e amazonenses. Para Marini, o conceito de superexploração do trabalho abrange uma infinidade de situações vividas pelos trabalhadores urbanos e rurais da América Latina desde a implantação da *Pax Americana* nessa região do planeta, a partir especialmente do início da década de 1940, no âmbito de seu esforço cívico-militar para superar as potências do Eixo do Mal. Durante a segunda metade do século XX, a característica mais saliente da *Pax Americana* não foi a presença militar ostensiva ou mesmo discreta, mas, exatamente, sua hegemonia econômica, financeira e industrial, da qual deriva, em parte, a "harmonia" existente entre o capital e o trabalho apresentada desde então pelos países da América Latina.

Como o conceito de superexploração do trabalho em relação ao juteiro não dá conta da complexidade das relações de trabalho abusivas, marcadas pela penosidade, insalubridade e periculosidade, e da intensidade do trabalho por ele executado, somos levados a adjetivar, especificar e ressignificar a conceituação de Marini, propondo o termo "Superexploração Predatória do Trabalho Rural na Amazônia".

No contexto amazônico das relações de trabalho do qual emerge a superexploração do trabalho rural em grau superlativo, a metáfora biologizante "predatória" nos remete ao fato de que, no mundo animal, a presa é imobilizada, sacrificada e ingerida, simplesmente deixando de existir. De modo figurado é o que acontece com o juteiro ao ser imobilizado pela dívida gosmenta disponibilizada pelo sistema financeiro de aviamento e, logo em seguida, ser sacrificado e ingerido pela cadeia produtiva da juta, síntese hiperbólica biologizante da ação do moinho de gastar gente visualizado por Ribeiro (2006). Porém, o juteiro não morre fisicamente, pelo menos não de imediato ou nem todos eles, mas a maioria permanece viva o "suficiente" para plantar juta, pois o imperativo falacioso é categórico: "Plante juta ou morra!".

Didaticamente, o que se tem como premissa nas considerações de Marini é uma gradação da exploração da força de trabalho promovida no contexto da economia capitalista: nos países centrais ocorre a exploração "simples" da força de trabalho, mas, nos países periféricos, este fenômeno de natureza econômica se dá de modo superlativo, a superexploração da força produtiva. Nos dois casos, existe, de fato, uma boa dose de generalização e simplificação analítica encontrada na obra *Dialética da Dependência*, em que se evidencia o estudo realizado preferencialmente a partir do contexto urbano, majoritariamente industrial, das relações de trabalho, em detrimento daquelas encontradas no meio rural em sua múltipla diversidade:

> Vimos que el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirla al nivel de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el plano de la producción interna. El aumento de la intensidad del trabajo aparece, en esta perspectiva, como un aumento de plusvalía, logrado a través de una mayor explotación del trabajador y no del incremento de su capacidad productiva. Lo mismo se podría decir de la prolongación de la jornada de trabajo, es decir, del aumento de la plusvalía absoluta en su forma clásica; a diferencia del primero, se trata aquí de aumentar simplemente el tiempo de trabajo excedente, que es aquél en que el obrero sigue produciendo después de haber creado un valor equivalente al de los medios de subsistencia para su propio consumo (MARINI, 1991, pp.9 e 10).

No contexto da produção agrícola familiar brasileira, a penosidade, insalubridade e periculosidade apresentadas por alguns de seus segmentos, especialmente na Amazônia, está diretamente relacionada à relativa autonomia dos trabalhadores rurais, que agem de acordo com uma lógica própria direcionada à

produção de matérias-primas. Partindo-se dessa premissa, as condições penosas, insalubres e perigosas em que ocorre a superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia são condições gerais do processo produtivo rural na região, não sendo, portanto, exclusivas desta ou daquela atividade produtiva, todas inseridas no âmbito do conceito "neocolonialismo interno" (TOCANTINS, 1982, p. 150) ou periferia da periferia.

Podemos afirmar que as atividades produtivas caracterizadas pela penosidade, insalubridade e periculosidade não contribuem, simplesmente pelo fato de apresentarem tais características, para o desenvolvimento, expansão ou aperfeiçoamento do modo de produção do sistema capitalista, especialmente no que tange ao trabalho em si e às relações de trabalho. Mesmo atualmente, em muitos segmentos rurais produtivos regionais vinculados a empresas nacionais e corporações transnacionais, tais características adversas são partes integrantes e indissociáveis de seus processos produtivos, caracterizando tal relação trabalhista atípica como sendo superexploração predatória do trabalho rural.

Acrescente-se a isso o fato de que nenhum dos períodos econômicos regionais pretéritos, dentro da vigência do capitalismo na Amazônia, favoreceu a formação de uma classe operária, muito menos o surgimento de um possível "campesinato". Embora tenhamos observado ao longo da história o surgimento de diversas categorias de trabalhadores rurais, entre elas a de seringueiro, balateiro e juteiro, de fato nunca houve a transição da categoria trabalhador rural à classe trabalhadora socialmente estruturada e identificada como tal no esquema piramidal do sistema capitalista. Sufocado pela superexploração predatória de sua mão-de-obra, o trabalhador rural da Amazônia pugnou tão somente por sua sobrevivência física, quase sempre postergando a luta por seus direitos trabalhistas e sociais a um futuro que nunca chegou.

A relação trabalhista atípica caracterizada pela superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia tende a ser uma abordagem ampla, que não é apenas da juticultura, mas do trabalho executado pelos trabalhadores rurais dedicados a determinadas atividades de base rural e, especialmente, a determinados segmentos da agricultura familiar na região. Atualmente, nessa abordagem expandida, podemos incluir inúmeros segmentos produtivos, como os catadores de caranguejo dos mangais

litorâneos de Bragança, no Pará, os remanescentes dos catadores de peixes ornamentais de Barcelos e os malveiros de Manacapuru, no Amazonas.

A rigor, as condições insalubres e de sofrimento e perigo não podem ser atribuídas diretamente aos agentes do capital nem tampouco ao Estado, pois os trabalhadores rurais da Amazônia dedicados a atividades de base rural e agricultura familiar, na maioria dos casos, apresentam relativa autonomia na hora de escolher em qual segmento rural irão atuar. Essa autonomia relativa é característica da agricultura familiar em todo o País, uma modalidade produtiva que se orienta por lógica própria e está vinculada aos modos de vida de determinadas comunidades rurais, cujos membros muitas das vezes são filhos e netos de agricultores familiares que atavicamente assumem o trabalho de seus pais e avós.

Entre as características mais destacadas do trabalho rural em que se dá a superexploração predatória, presente em boa parte das atividades rurais de base familiar na Amazônia, está aquela que envolve o trabalho análogo ao de escravo, como, atualmente, o das carvoarias vinculadas às indústrias produtoras de ferro gusa no Pará. Outra característica é a falta de perspectiva de surgimento de um processo de acumulação capitalista entre alguns setores de trabalhadores, fato que poderia propiciar a emergência de uma classe média rural, como aconteceu, sobretudo, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

A falta de perspectiva de um processo de acumulação capitalista entre certas categorias de trabalhadores acarreta a emergência de um fenômeno tipicamente capitalista, a diferenciação das classes sociais como resultado direto da função exercida pelo trabalhador. Assim, paralelamente ao juteiro, na juticultura ocorreu a ampla atuação mercantil do aviador da juta, figura francamente questionável, mas, segundo alguns juteiros, necessária, pois do contrário eles precisariam se deslocar até a cidade para “vender” a produção, acarretando custo adicional ao seu produto.

No período econômico da juta, o aviador ou marreteiro seria um mal necessário dessa cadeia produtiva, pois construía relações sociais de compadrio e atuava na obtenção de capital usurário direta ou indiretamente das fontes de crédito, negociando, inclusive, prorrogação de prazos para pagamento das dívidas contraídas pelos juteiros. Como membro ativo da comunidade em que o juteiro estava inserido, o aviador também

atuava levando e trazendo informações e recados pessoais da sede municipal para os jutais e vice-versa.

Não se pode considerar o sistema de produção da juta como um sistema socialmente atrasado sem entendermos, em sua totalidade, o conjunto dos processos de produção agrícola e extrativa regional que ocorreram durante o século XX. Ao darmos destaque para a carga de sofrimento, insalubridade e penúria vivenciada pelos trabalhadores da juta com o intuito de embasarmos nossa abordagem sobre a superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia, não perdemos de vista o fato de que, na região, o trabalho na agricultura e no extrativismo sempre foi penoso, insalubre e perigoso, como de resto em boa parte do País.

Mesmo atualmente, as condições de trabalho da cadeia produtiva de fibras são objetivamente desumanas, degradantes, fato que se deve, em parte, ao atraso relativo da Amazônia em comparação, especialmente, com as regiões Sul e Sudeste. Tendo-se em mente a relação de causa e efeito, identificamos no processo de espoliação da força de trabalho do trabalhador livre pelos mecanismos de sujeição por dívida (WEBER, 1982, p. 217) dessa cadeia produtiva o principal motivo do desenvolvimento do subdesenvolvimento regional. Em parte, creditamos a essa cadeia produtiva o relativo atraso econômico regional porque, em seus 30 anos de plena atividade (1950-1970), ela envolveu praticamente a metade da mão de obra familiar disponível nas mesorregiões Baixo Amazonas e Centro Amazonense, algo em torno de 50 mil trabalhadores e seus familiares. Tão recente quanto no ano de 2017, ainda identificamos em muitos municípios da Amazônia episódios de franca espoliação por dívida em curso.

De modo especial, Marx apresenta a questão social do mundo do trabalho em dois momentos, n'*O Capital* e no *Grundrisse*, nos quais analisa a exploração que sofre o trabalhador no modo capitalista de exploração colonialista e a composição orgânica do capital. "A direção do capitalista [...] é [...] uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração [o trabalhador]" (MARX, 1996, p. 447).

No âmbito da exploração colonial e da composição orgânica do capital, identifica-se que o trabalho rural na Amazônia apresenta em alguns de seus segmentos formas explícitas de superexploração predatória e está ligado à mais-valia absoluta obtida pelo prolongamento da jornada de trabalho (MARX, 1996, pp. 431, 432). A

mais-valia relativa, entretanto, tem como principal característica, além da redução do tempo de trabalho (MARX, 1996, p.432), a utilização de mecanização e tecnologia e aperfeiçoamento do modo de produção.

Em determinadas explorações dos recursos da natureza não existe composição orgânica do capital. Ou seja, não existem aperfeiçoamentos técnicos daquele tipo de exploração, seja pela mecanização ou pela organização do trabalho. É o que aconteceu e que ainda acontece, por exemplo, com a produção de juta e de malva, realizada pelos trabalhadores rurais da Amazônia, que não repousa em nenhum tipo de aperfeiçoamento técnico, pois continua totalmente baseada no trabalho braçal.

Na Amazônia, a indústria extrativa ou extrativista apresenta o caso clássico da borracha (1870-1920) e, de certo modo, também, o caso da cadeia produtiva da juta. Embora também fazendo parte do setor agrícola, a juta está muito próxima do sistema extrativista dadas as características de seu processo produtivo, que inclui o aviamento, o mesmo sistema de financiamento do extrativismo da borracha. No âmbito do período econômico da juta (1937-1987), a economia amazônica estava umbilicalmente ligada à indústria extrativa, com suas características descritas por Marx (1996, p. 236), que, por sua vez, estava ligada essencialmente à geração de mais-valia absoluta, caracterizada principalmente por longas e extenuantes jornadas de trabalho devido a condições técnicas e sociais anacrônicas do processo de trabalho.

Decorrente "[...] da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho" (MARX, 1996, p. 432), a mais-valia relativa é caracterizada pelo uso de inovação tecnológica e de aperfeiçoamento do processo produtivo, realidade muito longe dos jutais. "Quando os ofícios se aperfeiçoam, isso não significa outra coisa que a descoberta de novos caminhos para que se possa fabricar um produto com menos pessoas ou (o que é o mesmo) em menos tempo que antes" (GALIANI apud MARX, 1996, p. 431).

Na Amazônia, o extrativismo da borracha estava ancorado na mais-valia absoluta, dependente da superexploração predatória do trabalho braçal do seringueiro, mas nas *plantations* de seringueiras do Sudeste Asiático, temos a mais-valia relativa, pois os seringais foram implantados de maneira racional, o que facilita e otimiza sobremodo o processo produtivo. A diferenciação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa é essencial para se entender a natureza econômica da superexploração do

trabalhador, pois essa superexploração não se dá apenas e tão somente por indiferença, ganância ou mesmo por uma suposta maldade por parte dos agentes do capital, mas, também, por causa do atraso tecnológico do processo produtivo desse ou daquele segmento econômico.

O patronato capitalista regional que se envolveu com a produção de borracha representava um setor econômico anacrônico do ponto de vista tecnológico. De certo modo, foi esse mesmo patronato capitalista que, posteriormente, viabilizou a implantação da cadeia produtiva da juta na Amazônia, também baseada na mais-valia absoluta, caracterizada pela extração máxima de lucro proveniente do trabalho braçal decorrente de longas jornadas de trabalho, envolvendo, inclusive, a mão de obra da mulher e dos filhos a partir de cerca de oito anos de idade.

O cultivo da juta se dá nas áreas de várzea, onde os sedimentos minerais e orgânicos depositados durante as cheias dos rios fertilizam o solo e o torna apto a receber a semente. O terreno, no entanto, requer a limpeza necessária para a semeadura, caracterizando deste modo um procedimento da agricultura no cultivo dessa planta. Assim, nesta tese, consideramos a juticultura, concomitantemente, como sendo agricultura e indústria extrativa, pois, de certo modo, o solo de várzea "[...] não é aqui produto de trabalho prévio, mas presenteado gratuitamente pela Natureza (MARX, 1996, p.236).

Reiteramos que o processo produtivo da juta, seja ele considerado como fazendo parte da indústria extrativa ou mesmo da agricultura propriamente dita, apresenta uma dinâmica de trabalho que se enquadra no escopo teórico da mais-valia absoluta. É necessário frisar que essas considerações teóricas, expostas de maneira didática por Marx, nos fazem compreender como se dá a superexploração predatória do trabalho rural na cadeia produtiva da juta, que tem como uma de suas consequências diretas a negação do acesso das populações rurais à cidadania plena. No caso da mais-valia absoluta, com o crescimento do segmento produtivo, a situação de quem está na base do processo produtivo piora porque a demanda das indústrias por matéria-prima também aumenta e, como não se utiliza tecnologia para ampliar a produção, o empresário opta, quase sempre, por intensificar ao máximo a exploração predatória do trabalho braçal.

Partindo desse quadro teórico, tem-se o cultivo da juta como exemplo perfeito de mais-valia absoluta e de superexploração predatória do trabalho de todos os membros da

família e a consequente deterioração das condições da saúde física. O processo produtivo da juta poderia muito bem não ser assim, caso houvesse aperfeiçoamento tecnológico envolvendo, por exemplo, a mecanização do cultivo dessa fibra. No período econômico da juta, estava em curso em outras regiões do País o desenvolvimento tecnológico direcionado à produção agropecuária familiar, com técnicos capacitados a orientar essas atividades para satisfazer os interesses dos agentes do capital. O máximo de "inovação tecnológica" existente na lida dos jutais é um rudimentar instrumento de trabalho chamado tico-tico, destinado tão somente a enterrar regular e espaçadamente a semente da juta, em substituição à semeadura feita a lanço.

Registre-se que nunca houve cultura mecanizada da juta nas várzeas amazônicas, nem tampouco aplicação de tecnologia ou aperfeiçoamento do processo de gestão de qualquer tipo nos próprios jutais ou algo que pudesse efetivar a transformação da mais-valia absoluta em mais-valia relativa. Durante o período econômico da juta, o que fez o Instituto Agronômico do Norte (IAN), predecessor da atual Embrapa Oriental, foi simplesmente cuidar para que o processo de produção das sementes de juta satisfizesse a demanda existente nos jutais.

É necessário entender que o processo produtivo da juta propriamente dito parou no tempo, exatamente em 1837, e no espaço, exatamente na Índia, não por razões estritamente econômicas ou tecnológicas, mas talvez por razões que podem ser entendidas somente no âmbito de elaboração das políticas industriais nacionais brasileiras e indianas. Também é necessário entender que, no caso da cadeia produtiva da juta, não houve interesse da burguesia industrial dominante em favorecer ou permitir o surgimento de uma classe média rural, de um mercado consumidor nas áreas de cultivo da juta, assim como aconteceu com os plantadores de fumo do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX.

Por volta da década de 1990, presenciou-se um generalizado cinismo da burguesia industrial dominante ao lamentar o fracasso da cadeia produtiva da juta, creditando tal fato ao trabalhador rural, que supostamente não teria levado a sério seu trabalho análogo ao de escravo, frustrando, assim as expectativas de locupletamento das elites regionais. Na verdade, foram as elites dominantes regionais que implantaram na região o modelo arcaico de cultivo da juta e submeteram as famílias dos agricultores a essa vida penosa, que, do ponto de vista econômico e social, piorava a cada ano.

Em seus estudos, os analistas econômicos e sociais acadêmicos deixam transparecer que, na Amazônia, o produto juta, como tantos outros produtos agrícolas e extrativistas, surgiu, teve seus períodos de alta e baixa, e simplesmente desapareceu sem deixar nenhum tipo de passivo, seja ele econômico ou social. São incapazes de dimensionar as consequências desastrosas da cadeia produtiva da juta em meio século de atuação na Amazônia. Parte do atraso econômico e social das áreas produtoras de juta no Amazonas e Pará, registrado até mesmo na atualidade, pode e deve ser creditado à cadeia produtiva da juta em meio século de superexploração predatória da mão de obra do trabalhador rural.

Ao longo de quatro anos ininterruptos de estudos sobre as relações e condições de trabalho vividas pelos juteiros de Parintins, constatamos que a mão de obra barata amazonense e paraense era uma vantagem altamente competitiva e estava diretamente relacionada, tanto na Índia e Paquistão quanto na Amazônia, ao "[...] baixo nível de vida [...]" (IKEGAMI, 2009, p.42) apresentado pelos trabalhadores ligados à produção rural.

A partir dessa constatação, somos obrigados a convergir com Ferreira Filho no sentido de que, com a consolidação da cadeia produtiva da juta na década de 1960, os amazônidas asseguraram por muitos e muitos anos o subdesenvolvimento regional, sem dar praticamente nenhuma chance para a elevação da qualidade de vida de suas populações rurais a partir daquela década. No estágio atingido pela cadeia produtiva da juta referente exatamente ao ano de 1961: "[...] os plantadores de juta se subordinam a níveis de vida extremamente baixos, porque, embora auferindo lucros monetários compensadores, habitam e vivem em condições somente comparáveis às dos párias indianos ou dos felás, do antigo Egito" (FERREIRA FILHO, 1961, p. 195).

A retórica incongruente da classe dominante fica evidente nesta fração do discurso do empresário amazonense, pois, para ele, os juteiros sequer sabiam administrar corretamente os "lucros monetários compensadores" pagos pelo patronato, "fato" que tornava sua miserável vida comparável à dos antigos agricultores egípcios e dos trabalhadores da classe social mais baixa do sistema de castas indiano. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto vai ao âmago dessa questão essencialmente preconceituosa:

> O trabalho de cultivo e beneficiamento primário da juta é estigmatizado, sendo os trabalhadores rurais desse segmento econômico frequentemente humilhados e desprezados tanto pela

> burguesia regional quanto pela classe média urbana da própria Amazônia. Erroneamente, o trabalhador da juta é acusado de ser o principal responsável pelo seu próprio sofrimento, como se ele não tivesse coragem de largar o trabalho prejudicial e insalubre da juta e procurar um trabalho decente e de melhor remuneração. É necessário colocar o sofrimento desses trabalhadores rurais em termos psicanalíticos para se entender a dinâmica psicossocial da vida do trabalhador da juta simplesmente por ele fazer parte de uma categoria profissional desprezada e estigmatizada (Entrevista, 2017).

Os "lucros compensadores" mencionados por Ferreira Filho devem ser entendidos exatamente do mesmo modo que passamos a entender a frase "ciclo de prosperidade da juta", alardeada por Samuel Benchimol, ou seja, como uma piada de mau gosto e sem graça engendrada, repetida e reiterada pela elite patronal regional. Fica subentendido na retórica de Ferreira Filho que, por menores que fossem tais "lucros monetários compensadores", os patrões naturalmente gostariam mesmo é de não pagar nada ao juteiro e receber de graça o produto do seu "trabalho árduo e metódico".

Natural em qualquer segmento de mercado, a preocupação com a redução dos custos de produção da juta estava imbricada com a possibilidade de extinção dessa cadeia produtiva de fibras, pois, no final década de 1960, a concorrência da fibra sintética já estava sendo apresentada como uma possibilidade real e imediata, mas a tendência das instituições responsáveis pela promoção da juta era ignorar esse fato. De olho na fibra sintética em expansão no mercado internacional, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) enviou ao Japão um emissário para conhecer o processo produtivo das fibras artificiais que começavam a ser usadas na indústria de embalagens. "Como resultado de suas observações o emissário da SUDAM chegou à conclusão de que não existe ameaça da matéria prima sintética à fibra de juta. Sugeriu, contudo, a necessidade de racionalização do plantio da juta [... e] redução do custo da produção" (SUDAM, 1968, p.34). Uma década depois, a cadeia produtiva da juta entrava em franco declínio devido, entre outros fatores, à ameaça "inexistente".

Atualmente, quando analisamos o subdesenvolvimento econômico e social do Amazonas e Pará, estamos nos debruçando sobre o atraso provocado por essa cadeia produtiva anacrônica que, de modo incisivo, represou as forças produtivas locais sem dar nenhuma chance à elevação da qualidade de vida das pessoas envolvidas em seu processo produtivo e muito menos à acumulação de algum capital, por menor que fosse.

Durante o período econômico da juta, verificou-se a total ausência de proteção trabalhista institucional do Estado no processo de cultivo da fibra. Na verdade, essa proteção foi informalmente transferida do Estado e assumida pelo próprio juteiro, entendido por todos os segmentos burocráticos como produtor rural autônomo e não como trabalhador rural. Implicitamente, a ausência de proteção ao juteiro tampouco cabia ao industrial capitalista, que alegremente "comprava" a produção de fibras sem nenhum custo adicional relativo aos encargos sociais e ainda esperava ser louvado publicamente por essa ação "benfazeja". Assim, o juteiro ficava com o encargo de cuidar da própria saúde e zelar para que nada de mal sobreviesse a ele próprio e ao jutal.

Atualmente, o que se tem como certo é que o processo de exploração desses trabalhadores em grande medida faz parte da lógica produtiva da agricultura familiar, pois neste caso, a "iniciativa" de autoexploração, que parte do próprio juteiro, inviabilizaria qualquer tipo de proteção social. Para piorar a situação desse trabalhador rural, as perdas da safra de juta eram arcadas por ele próprio, pois não havia nenhum tipo de seguro em caso de uma súbita enchente do rio destruir completamente o jutal. Assim, as perdas com a produção da safra não dizia respeito aos agentes do capital e, sim, exclusivamente, ao juteiro.

É consenso que os agentes do capital têm obrigação trabalhista exclusiva com os trabalhadores contratados diretamente por eles, com carteira assinada, mas não com os trabalhadores rurais, como os juteiros, castanheiros e piaçabeiros, que estariam orientados por uma lógica própria, de autoexploração, de autopenalização, inclusive colocando a família inteira para trabalhar e, assim, cumprir as metas de produtividade. Segundo a lógica perversa do capital, quem toma essa "iniciativa" na cadeia produtiva da juta é o próprio juteiro, não é o marreteiro, prenseiro e nem o industrial sediado em Belém ou Manaus. É evidente que o industrial da juta quer que o juteiro tenha a iniciativa de se autopenalizar, e para tanto utiliza de subterfúgios como o sistema coercitivo do aviamento antecedido pelo canto mavioso da sereia capitalista.

Durante o período econômico da juta, quando os agentes do capital queriam abaixar o preço do quilo pago ao juteiro, eles utilizavam o artifício da importação da juta indiana, como fizeram várias vezes, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Esta ação nefasta, que caracteriza um capitalismo predatório, desrespeitava as próprias leis do mercado e criava uma situação extra-econômica de uso do poder dos agentes

capitalistas junto ao Estado para empreender importações com o objetivo de reduzir o preço da juta pago aos juteiros. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto ressalta que:

> Quando os industriais começaram a trazer juta da Índia para as tecelagens da Amazônia, para baixar o preço do produto pago ao agricultor regional, a Associação Comercial do Amazonas estava informada dessa manobra desleal e nada fazia para reverter esse quadro. A burguesia regional ligada à cadeia produtiva da juta sabia que a baixa do preço do quilo do produto pago ao agricultor iria arrebentar com a vida dessas pessoas. Esse é o fato que mais me revoltou ao estudar os aspectos econômicos da cadeia produtiva da juta no início da década de 1980, ao desvendar os aspectos sórdidos dessas relações mercantis. É nesse sentido que eu digo que o sofrimento do trabalhador da juta foi produzido de um modo calculado e perverso (Entrevista, 2017).

Durante o tempo em que durou a fase mais produtiva de fibras na Amazônia, de 1950 a 1970, o cultivo da juta estava totalmente submetido ao sistema financeiro de aviamento, de controle artificial dos preços da fibra e de um rebaixamento calculado dos meios de subsistência dos juteiros, desde sempre muito precários. Apesar dessas relações de trabalho anacrônicas, o trabalhador rural amazônico deu uma contribuição vital para a manutenção e, mesmo, expansão da economia capitalista regional. Contribuição que está representada exclusivamente por valores monetários significativos que as safras de juta proporcionavam anualmente, permitindo o surgimento de um setor fabril constituído por empresas tipicamente capitalistas, com numerosos trabalhadores devidamente assalariados e registrados.

Caracterizada por relações de trabalho anacrônicas, essa situação estrutural desvantajosa para a classe trabalhadora ainda ocorre na Amazônia da atualidade, que é predatoriamente explorada por empresas capitalistas de vários segmentos econômicos, entre elas as indústrias produtoras de ferro gusa, que se beneficiam diretamente do trabalho análogo ao de escravo existente nas carvoarias paraenses. Especificamente em relação ao modo de produção capitalista, até que ponto as relações de trabalho anacrônicas da cadeia produtiva da juta foram importantes para seu desenvolvimento na Amazônia? Na verdade, não podemos aceitar esse papel e considerá-lo fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista na região.

Ao analisarmos as relações de trabalho que se deram no contexto da Mineração Taboca, também constatamos que essas relações assimétricas, tipicamente capitalistas, não promoveram transformações fundamentais em direção a um possível

desenvolvimento do seu modo de produção visando a beneficiar o trabalhador industrial. Ainda em plena atividade, a Mineração Taboca é uma mineradora industrial com empregados assalariados diretos e terceirizados, devidamente registrados, que, na década de 1980, utilizava, inclusive, métodos de gestão coercitivos embasados na truculência de sua guarda patrimonial.

Na Amazônia, a intensificação do modo de produção tipicamente capitalista, com aumento exponencial das relações de trabalho baseadas exclusivamente no assalariamento, ocorreu especialmente a partir da criação do Polo Industrial de Manaus (PIM) em 1967. A partir da década de 1980, houve, em Manaus, uma tentativa de estruturação de uma classe operária por intermédio da ação protagonizada pelos sindicatos locais ligados aos movimentos sociais eclesiais e às centrais sindicais nacionais. De fato, essa estruturação ainda se faz necessária, tendo-se em vista que o PIM opera com uma massa de trabalhadores descartáveis que não estão aptos a fazer valer sua vontade e impor suas demandas trabalhistas nas decisões sindicais. Mas não devemos nos esquecer que Manaus já tinha tido, no início do século XX, uma classe operária de certo modo vigorosa, representada por milhares de trabalhadores urbanos de fábricas, estaleiros, padarias, gráficas, portos, etc., que, com o declínio da economia da borracha, foi aos poucos sendo diluída.

Especialmente em suas áreas de várzea, a Amazônia ainda se caracteriza por apresentar relações tradicionais de trabalho, tanto nas diferentes formas de extrativismo quanto da pequena agricultura voltada para a produção de alimentos e de matérias-primas destinadas à indústria, como é o caso da borracha silvestre ainda extraída das matas do Acre e da malva cultivada nas várzeas amazonenses. No entanto, para Marx, o que interessa é o modo de produção capitalista, as formas de organização da produção e quais são as forças econômicas e sociais que estão envolvidas nesse processo, o que, por fim, revela os diferentes níveis de exploração da mão de obra urbana e rural.

Um aspecto importante a ser considerado é que, no âmbito da produção agrícola familiar no Brasil, verificou-se ao longo da segunda metade do século XX um relativo desenvolvimento econômico e social, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Econômico porque a agricultura familiar nessas duas regiões, em geral, incorporou significativos avanços tecnológicos, especialmente nas áreas agronômicas, de mecanização e de informatização, que resultou em aumento da capacidade produtiva e

permitiu a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Na Amazônia do século passado, especialmente em suas áreas de várzea, verificou-se a franca estagnação das forças produtivas, o anacronismo persistente em alguns setores, como na cadeia produtiva de fibras, ou o crescimento tão somente vegetativo, como na pecuária tradicional extensiva.

Do ponto de vista social, em vários setores da agricultura familiar brasileira durante a segunda metade do século XX, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, ocorreu uma melhoria dos níveis de renda, com a tendência de fortalecimento de uma classe média rural, mudanças significativas em seus padrões de consumo e de estilo de vida, que passaram a ser equivalentes aos do meio urbano. No caso da cadeia produtiva da juta em particular, ocorreu, de fato, um processo de estagnação econômica e dos padrões de consumo, já bastante limitados entre os juteiros. Em certos municípios, o que se verificou com o passar do tempo foi o empobrecimento das famílias envolvidas com o seu cultivo, devido, principalmente, ao adoecimento e envelhecimento dos seus membros.

Para se dimensionar a extensão do atraso econômico e social provocado pela juta, podemos fazer uma comparação superficial, tendo como foco a agricultura familiar, entre as áreas produtoras de juta do Amazonas e Pará e as áreas produtoras de fumo do Rio Grande do Sul durante a década de 1980, e veremos a estagnação econômica das primeiras áreas e o desenvolvimento das segundas. No âmbito do processo histórico regional, é coerente supor que a cadeia produtiva da juta seja a principal responsável pela condição econômica e social desvantajosa que a agricultura familiar das áreas de várzea da Amazônia ocupa no cenário nacional da atualidade. Tendo-se como referência as áreas de várzeas do Amazonas e Pará, a agricultura familiar regional se apresenta como a mais atrasada e penalizada, a que detém os piores índices socioeconômicos do Brasil, ficando os produtores familiares regionais em franca desvantagem comparativa em relação, por exemplo, aos produtores familiares de frango de Santa Catarina, de fumo do Rio Grande do Sul, de algodão da região Nordeste, etc.

A agricultura familiar no Brasil apresenta duas tendências que, às vezes, podem estar presentes concomitantemente, mas, em geral, uma predomina sobre a outra de modo evidente. Trata-se da produção tradicional, muito difundida no Norte e no Nordeste do País, e da produção moderna, que incorpora avanços tanto técnicos quanto

da própria organização da produção, presente de modo preponderante no Sul e no Sudeste brasileiro. O caso da avicultura de alta produtividade de Santa Catarina é exemplar por seu avanço técnico fomentado pelos agentes do capital, envolvendo granjas estruturadas no modo de vida da produção familiar cooperativada, que, basicamente, não são caracterizadas pela superexploração dos seus trabalhadores.

A agricultura familiar no Brasil tem se destacado por seu crescente papel na produção de alimentos e de produtos primários agroindustriais, ao mesmo tempo em que, contrariamente ao preconceito de que ela resiste à inovação tecnológica e à modernização, tem incorporado todos os avanços da agricultura em termos gerais e se apresentado como o setor que mais emprega trabalhadores no País. A grande agricultura, o agronegócio, ao contrário, ao incorporar avanços técnicos, apresenta duas tendências de consequências negativas, ou seja, avançam sobre áreas de agricultura familiar resultando em seu esvaziamento humano e sobre áreas desabitadas que passam a ser caracterizadas pela monocultura mecanizada altamente prejudicial à biodiversidade existente no meio ambiente.

O desenho desse quadro da agricultura familiar no Brasil é necessário para a compreensão do cenário econômico e social adverso apresentado atualmente pelas antigas áreas de cultivo da juta, caracterizadas pela baixa produção agrícola, que se tornam, assim, presas fáceis para o colonialismo interno, ou subimperialismo, e para a manutenção da condição de periferia da periferia ostentada pela Amazônia.

Em explícito contraste com Rondônia e Mato Grosso, os estados do Amazonas e Pará apresentam, proporcionalmente, os menores níveis de produção regional de alimentos e, em termos absolutos, a maior concentração de empreendimentos mineradores de larga escala da Amazônia. Também, de forma crescente, apresentam acentuada concentração de pólos industriais vinculados aos processos produtivos das empresas mineradoras, todos caracterizados pela especialização produtiva e uso intensivo de capital e de tecnologia de ponta de seus segmentos.

A cadeia produtiva da juta, no entanto, que oficialmente não estava vinculada diretamente ao capital industrial e, sim, ao capital mercantil usurário, não tinha nenhum tipo de conexão com o desenvolvimento tecnológico nem tampouco com possíveis avanços no modo de produção capitalista que pudesse abrandar a lida fatigante do trabalhador da juta lá longe, nos jutais. Assim como o extrator de borracha, o juteiro não

tinha nenhum tipo de vinculação com a tecnologia. A extensão agrícola da juta promovida pelo IAN, focada exclusivamente na produção de sementes, não foi responsável por nenhum avanço técnico.

Como dito anteriormente, uma das características da juticultura durante meio século de atuação na Amazônia foi a estagnação das forças produtivas, comparativamente a outros setores da agricultura familiar no País, capaz de criar uma classe média rural, num processo de enriquecimento geracional e de acumulação capitalista. Atualmente, a estagnação das forças produtivas também ocorre com os catadores de caranguejo em Bragança, no Pará, e os trabalhadores dedicados à extração da fibra de piaçaba em Barcelos, no Amazonas.

Embora essas formas de trabalho rural na Amazônia sejam realmente penosas, insalubres e perigosas, não podemos cair no maniqueísmo e dizer que os agentes do capital "estão tirando o sangue do trabalhador". É necessário ter o cuidado de se verificar a lógica do agente do capital e a lógica do trabalhador rural e daí se elaborar um juízo de valor condizente com a situação analisada. Dito de forma simples e direta, o agente do capital não está nem aí para as desgraças que sua atividade predadora provoca, pois se puder explorar ao máximo o trabalhador da juta, explora mesmo, como de fato aconteceu.

Por sua vez, o juteiro não estava totalmente indefeso, supostamente vítima passiva do *laissez-faire* à maneira da ortodoxia fabiana (THOMPSON, 2001) e à mercê das forças impessoais do capital. A reação se deu na década de 1970, em pleno apogeu da juta, quando começou o êxodo rural da população das mesorregiões do Baixo Amazonas e Centro Amazonense em direção às capitais do dois estados, especialmente Manaus, com seu sedutor apelo emitido pelas indústrias do PIM.

A migração de milhares de trabalhadores rurais, especialmente jovens, inviabilizou de vez a pretensão dos industriais da juta de manter o juteiro indefinidamente aprisionado no vilipendioso sistema financeiro do aviamento e, também, comprometeu significativamente a manutenção do antigo sistema simbólico amazônico, temas a serem abordados na próxima seção.

SEÇÃO IV – O AVIAMENTO E A MITOPOÉTICA DOS JUTEIROS

4.1 - O vilipendioso sistema financeiro de aviamento

Prevalecente nos 50 anos do período econômico da borracha (1870-1920), o sistema mercantil de gestão do financiamento da produção extrativista ou agrícola denominado de aviamento foi a parte central das relações de trabalho impositivas do período econômico da juta (1937-1987), capaz de aprisionar tanto o seringueiro como o juteiro "[...] na malha gosmenta da dívida insolúvel [...]" (SILVAN, 1979, p.25). De uma maneira sucinta e generalizada, podemos apresentar a dinâmica imposta pelo sistema financeiro de aviamento por intermédio do relato do juteiro Espiridião Pessoa, com 87 anos completados em dezembro de 2015. Plantando três hectares de juta na Costa do Itaboraí, no terreno da família, em parceira com seu irmão adotivo Justino Nicolino de Sousa, Espiridião Pessoa ainda se recorda muito bem o que é ser "cliente" do sistema de aviamento ou mesmo do banco:

> Oito meses por ano, a gente trabalhava sem parar, para poder dar conta da dívida. Tinha dias que era necessário a gente trabalhar até as nove horas da noite, quando era preciso estender a juta no varal. O juteiro entregava a juta pelo preço que os aviadores queriam comprar. Depois apareceu o Banco do Brasil para fazer empréstimos [diretamente] pra gente. Aí a gente começou a se livrar um pouquinho dos aviadores. Mas, o trabalho da juta é um serviço muito bruto, às vezes a gente passava sem almoçar, sem jantar, para dar conta do compromisso com o banco, trabalhando forçado para pagar o banco. O japonês [patrão aviador] Tadashi Inomata dava dois contos [pelo quilo da juta], o banco dava dois contos e meio, melhorava um pouquinho. O banco dava dinheiro, já o aviador queria vender a mercadoria. Assim, eu procurava a venda melhor da juta e pagava o banco (Entrevista, 2016).

Com o tempo, o aviamento se transformou no perfeito instrumento operacional de uma maquiavélica máquina de gastar gente que se tornou sucedâneo do sistema econômico mercantilista colonial de produção agrícola e extrativista baseado na exploração intensiva do braço do trabalhador indígena e, também, do trabalhador africano escravizado. "Com a extinção da escravatura [em 1888], e como a região [amazônica] se tornasse extraordinariamente próspera em conseqüência do monopólio

da borracha bruta [notadamente a partir de 1870], as **dívidas financeiras substituíram a escravatura legal** [grifo nosso]" (WAGLEY, 1988, p.282).

O aviamento voltado para o financiamento da produção extrativista de borracha e, posteriormente, da safra agrícola de juta, foi um sistema mercantil de gestão creditícia atípico que, de certa forma, segundo Wagley, substituiu o sistema colonial escravocrata, a escravatura legal. Tal substituição se deu a contento e com evidentes vantagens operacionais e econômicas para o patronato regional. Em relação especificamente à juta, o sistema mercantil de aviamento envolveu casas bancárias legalmente constituídas, sediadas ou com representações em Manaus; Belém; Parintins; Santarém; Óbidos; Itacoatiara; e Manacapuru, e casas aviadoras atuantes na intermediação dos valores monetários para comerciantes citadinos e empresários de prensas de juta, as chamadas juteiras, localizadas nos municípios produtores e nessas duas capitais.

A argumentação crítica que apresentamos nesta subseção em relação aos mandos e desmandos do sistema mercantil de crédito chamado aviamento encontra correspondência na crítica ao sistema de crédito materializado numa tarjeta de plástico magnetizado popularmente denominado de cartão de crédito ao portador. Fetiche da sociedade de consumo capitalista do século XXI, o cartão de crédito da atualidade não apresenta nenhuma diferença substancial do sistema de aviamento em relação à rentabilidade direcionada aos seus gestores. Tanto o aviamento, utilizando-se de artimanhas com elevado poder de persuasão, quanto o cartão de crédito administrado por grandes conglomerados financeiros internacionais são arapucas para os incautos e desavisados, ambos os sistemas operando com altíssimo nível de rentabilidade advindos de embuste, o primeiro, e de juros "legais" extorsivos, o segundo.

Em sua complexidade, as redes econômicas e sociais e interconexões do sistema de crédito opressor do aviamento eram extensas e invasivas, sobrepujando em muitos aspectos o sistema oficial de crédito de custeio da produção agrícola, com o qual em alguns momentos estava amalgamado e em outros lhe fazia sombra. Em todo caso, não se pode ignorar o poder psicológico do crédito financeiro disponibilizado pelo aviamento a atrair e cooptar os trabalhadores rurais, tanto quanto na atualidade os cartões de crédito exercem um fascínio dominante sobre seus usuários.

Dependentes da dopamina que lhes massageiam quimicamente o ego na hora exata da compra das mercadorias, quer sejam supérfluas ou estritamente necessárias

para a sua sobrevivência, os usuários do cartão de crédito são, geralmente, vítimas perdulárias, felizes e voluntárias da sua opressão. As pessoas não se importam em pagar algo em torno de 5% de comissão sobre o valor da compra efetuada e elevadas taxas de juros pelos financiamentos. Em ambos os casos, aviamento e cartão de crédito, não podemos ignorar o poder psicológico exercido em sua plenitude pelo crédito financeiro, por mais contraproducente, extorsivo e iníquo que seja e assim se apresente, sem nenhum disfarce.

O aviamento não era exclusividade das casas bancárias e das casas aviadoras, pois as próprias indústrias de fiação e tecelagem de juta, por intermédio de comerciantes e proprietários de juteiras localizados nas sedes municipais, também atuavam diretamente nesse sistema mercantil abusivo. Por si só, era muitíssimo lucrativo devido ao superfaturamento das mercadorias, que tinham seus preços duplicados ou mesmo triplicados ao chegar às mãos dos juteiros. O aviamento era um sistema de gestão creditícia em cascata, sem lastro hipotecário em propriedades rurais como é usual, mas com a garantia imobiliária ou respaldo financeiro do comerciante citadino e do empresário das prensas afiançando o "crédito" ao trabalhador rural.

O crédito disponibilizado ao juteiro era correspondente tão somente a dois salários mínimos (CODEAMA, 1975, p.5). Representado em valores de 2017 na casa de R$ 2 mil, era destinado exclusivamente à operacionalização da produção agrícola das fibras, valor no qual estavam incluídos produtos de primeira necessidade, remédios, instrumentos agrícolas e, em alguns casos, as sementes de juta. Tendo-se como base uma safra média de dois mil quilos de juta, correspondente a dois ou três hectares de área plantada, uma família de agricultores de nove pessoas, digamos pai, mãe, um filho com mais de oito anos e seis com menos de oito anos (NODA, 1985, pp.64,65), tinha como remuneração por seus esforços intensivos no jutal durante sete ou oito meses o valor de tão somente R$ 2 mil.

Conjugando-se remuneração extorsiva, trabalho deletério e perigoso e trabalho infantil, três aspectos historicamente documentados por Noda em Parintins, Manacapuru e Itacoatiara na década de 1980, temos um cenário deplorável que destrói por completo o sentido positivo do termo agricultura familiar em relação à malsã cadeia produtiva da juta, tornando-se ética e socialmente insustentável qualquer tentativa de defendê-la. Longe de ressaltar o aspecto social extremamente adverso constatado na pesquisa de

campo de sua dissertação, indiretamente Noda (1985, p.65) culpa as crianças e seus pais pela baixa produtividade dos jutais: "Esse fato [a limitação da força de trabalho familiar para a expansão da produção agrícola], foi apontado ao lado do custo de mão-de-obra, como responsável pelo pequeno tamanho das áreas cultivadas".

Nesse momento da nossa pesquisa, constatamos uma dura realidade da vida. Em suas teses e dissertações, a tendência dos filhos e netos dos antigos juteiros que tiveram a oportunidade de ingressar numa universidade é ignorar por completo as agruras vividas por seus pais e avós, que se sujeitaram aos ditames do capital para criá-los e educá-los. Passam então a defender os interesses escusos do capital como se deles próprios fossem.

Commodity agrícola utilizada exclusivamente como insumo industrial, a juta tem seu preço fixado no mercado internacional, sujeito à lei da oferta e da procura pelos mercados produtores e consumidores, oscilando em função de fatores externos à Amazônia e, mesmo, ao País. Por volta de 1982, analisando a situação crítica do juteiro em face ao baixo valor pago pelo produto, Pinto credita tal fato ao acirramento da concorrência provocado pelo aumento da produção mundial, especialmente da Índia e de Bangladesh. Para o autor:

> Quanto aos pequenos produtores [juteiros], responsáveis pelo suprimento da matéria-prima, têm o preço de sua mercadoria – a juta – regulada por instrumentos completamente alheios ao mercado regional, onde as mercadorias de origem industrial sofrem aumentos significativos em seus preços. Esse desequilíbrio se traduz concretamente em **pauperização dos produtores familiares, às vezes à níveis extremos** [grifo nosso]. Vendendo a juta a preços sempre mais baixos e adquirindo mercadorias [industrializadas] a preços superiores aos do mercado, o pequeno produtor vê, como saídas, aumentar a produção de juta, para isso tendo de intensificar o trabalho de todos os braços disponíveis na família, ou complementar [a parca renda advinda de] a produção de juta com trabalhos acessórios [como extrair e vender produtos extrativistas florestais], trabalho realizado fora de sua unidade de produção [o jutal]. Esta segunda alternativa [é contraproducente, pois] redunda em diminuição da produção (PINTO, 1982, p.63).

A cada ano que passa, o crédito correspondente a R$ 2 mil servia e continua servindo tão somente para "ajudar" a manter o trabalhador rural e sua família "suficientemente" vivos enquanto eles plantam, colhem e enfardam a fibra, situação laboral extremamente adversa que se arrastou praticamente incólume desde 1987. Utilizado em sua forma nominal, o verbo ajudar vem a ser o mais apropriado no sentido

de que o crédito repassado pelo regatão, no mais das vezes apenas produtos de primeira necessidade superfaturados, nunca em dinheiro vivo, era tão somente um complemento na dinâmica econômica familiar do juteiro a ser utilizado exclusivamente no período de produção da fibra.

Durante todo o ano, o juteiro e sua família se desdobravam em atividades produtivas que pudessem, de fato, assegurar a sobrevivência física do grupo familiar ao longo de todo o ano. No cômputo geral, a "ajuda" acabava invariavelmente atrapalhando o trabalhador rural, que se via na obrigação de enfrentar uma jornada prejudicial à sua própria saúde e a de seus familiares para quitar uma dívida cujo crédito original não correspondia minimamente ao esforço despendido na lavoura da juta. Como o preço pago pela juta ao juteiro é o mais mínimo possível e preço dos itens de primeira necessidade que ele compra do patrão aviador é sempre triplicado: "Assim, resulta em diminuto o 'saldo' dos fregueses [juteiros], o que os leva a refazer seu compromisso com o patrão [aviador] para o próximo plantio" (ALMEIDA, 1974, p.19).

Constatado por intermédio das entrevistas levadas a cabo com inúmeros juteiros, o fato da "ajuda" atrapalhar está sendo continuamente reapresentado neste estudo como forma de fixação de um argumento que é diametralmente oposto àquele apresentado na maioria dos estudos acadêmicos sobre a cadeia produtiva da juta. A repetição exaustiva dessa argumentação simples e direta não pode ser caracterizada como tautologia. É, sim, um reforço frasal argumentativo apto a fazer contraponto a um direcionamento intelectual hegemônico na própria Academia de Ciências, que acriticamente absorveu e reproduz a noção errônea de que a cultura da juta trouxe vida e prosperidade para os trabalhadores rurais da Amazônia. É uma forma de deixar claro nosso posicionamento em relação a um assunto que, sendo essencialmente polêmico, passou a ser apresentado como simples acidente de percurso do trabalho da base agrícola dessa cadeia produtiva.

No sistema de aviamento, a troca de mercadorias (de produtos de primeira necessidade pelo produto borracha, castanha-da-amazônia ou juta) desempenhava o papel central da relação creditícia, sendo tal sistema de gestão do financiamento da produção referenciado nos valores monetários vigentes na época. Para Reis (1967, p.37):

> As relações mercantis [de aviamento] não se baseiam na circulação do dinheiro amoedado, mas, fundamentalmente, nas bases de troca de mercadorias, o que não significa, porém, que o dinheiro amoedado seja ignorado. É que ocorre a circunstância de que a produção, pelo

> seu caráter de produção obtida no seu estado de natureza, se processa através de financiamentos aos seringalistas, exploradores de castanhais, plantadores de juta, financiamentos que constam de mercadorias, necessárias ao abastecimento do seringal, do castanhal, do jutal. Essas mercadorias são ora gêneros alimentícios, ora são instrumentos de trabalho.

Diferentemente do escambo amplamente praticado em todo o País no período colonial (1535-1808), Engrácio (1981, p.55) afirma que:

> No sistema econômico tradicional da Amazônia [o aviamento], as transações não seriam propriamente o escambo, já que este supõe a inexistência de um conceito desenvolvido da moeda e esse conceito sempre existiu na economia amazônica. Elas [as transações de troca de mercadorias] seriam mais uma acomodação do sistema mercantil [possivelmente referindo-se o autor ao mercantilismo] à economia capitalista dos nossos dias, acomodação permitida pelas peculiaridades do mundo amazônico e de sua economia baseada no extrativismo florestal primitivo.

No sistema de gestão creditícia envolvendo a produção da juta como mercadoria simples, o regatão era o agente intermediário promotor dos interesses do comerciante citadino e do empresário proprietário da juteira ou prensa, empresa especializada na compra, enfardamento e posterior envio da juta para a indústria de fiação e tecelagem da fibra. Assim, o regatão obtinha seu capital para a aquisição de gêneros de primeira necessidade tanto de empresários proprietários das juteiras quanto de comerciantes proprietários de empórios localizados nas sedes municipais, estes mais interessados em fornecimento direto das mercadorias e não de dinheiro vivo.

No aviamento, o juteiro exercia a função de freguês ou aviado e o regatão a função de patrão ou aviador. A principal função do regatão, comerciante geralmente membro da própria comunidade do juteiro, era fornecer ou aviar insumos, gêneros de primeira necessidade e produtos industrializados para o trabalhador rural como forma de adiantamento para que ele pudesse empreender o cultivo da juta. O regatão atuava autonomamente, com capital e barco próprios, ou subordinado a um comerciante citadino, que passava a ser referenciado como patrão. Com o tempo, surgiu a figura do marreteiro, com seu barco dotado de motor a explosão singrando os rios a vender mercadorias para os juteiros e a comprar sua safra, furando o bloqueio comercial imposto pelos patrões e regatões. Conforme Almeida (1974, p.14), os marreteiros passaram a vender mais barato e a comprar a juta por um preço melhor do que aquele oferecido pelos patrões.

Empresa de capital comercial ou industrial localizada na sede dos municípios produtores, a firma juteira ou prensa, quando não era autônoma, estava subordinada diretamente às fábricas de fiação e tecelagem ou às casas aviadoras. Intimamente ligadas às cadeias produtivas de produtos extrativistas, como couros silvestres, castanha e borracha, e de produtos agrícolas, como a juta e o cacau, as casas aviadoras estavam sediadas em Manaus, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins, Belém, Óbidos e Santarém.

De um modo geral:

> A economia da juta acomodou-se ao sistema de trocas [de mercadorias] vigente na economia regional [o aviamento], absorvendo, a figura do aviador e adicionando a do prensador [proprietário da firma juteira], um comprador atacadista de fibra que compra o produto para beneficiá-lo, financiando o produto [juta] com mercadorias. Os prensadores muitas vezes são representantes das fábricas de tecelagem de juta, tendo então maior capacidade econômica e maior poder financeiro. As prensas começaram a comprar a juta a dinheiro [por volta de 1945] e a adiantar dinheiro ao produtor [juteiro], como financiamento [da produção de juta]. A economia da juta inaugurou também o crédito bancário ao produtor [juteiro], diretamente [talvez operacionalizado como forma de propaganda institucional governamental, não como prática sistemática a ser generalizada], ou através de operações vinculadas à entrega da fibra em coobrigação com o comprador [prensador] (ENGRÁCIO, 1981, p.57).

A fase de implantação da cultura da juta no Amazonas, que vai de 1937 a 1942, esteve sob o controle absoluto da CIA, não havendo nenhum relato oral de nossos interlocutores referindo-se a financiamento da produção dessa empresa para nenhum trabalhador rural brasileiro. Acreditamos que, durante esse período, a empresa de capital japonês instalada na Vila Amazônia tão somente contratava trabalhadores rurais brasileiros em regime de terceirização, como diaristas, para cultivar seus incipientes jutais em Parintins. Desde 1942, acreditamos que os promotores japoneses da nascente cadeia produtiva da juta, surgida sob o monopólio da poderosa CIA, passaram a disponibilizar seus próprios recursos para expandir essa atividade agrícola. Assim, foi possível aos funcionários japoneses, a face ainda visível da extinta CIA, contratar trabalhadores rurais brasileiros em Parintins para expandir o cultivo da juta:

> Estos [os trabalhadores brasileiros] no tenían en ese momento [de 1937 a 1942], la alternativa de producir independientemente ya que no conocían el sistema de cultivo en sus fases de producción e beneficio; lo aprendieron en la media en que trabajaban para el productor [funcionário] japonés [da CIA]. Se genera así, un flujo de financiación que partiendo de la Compañía Industrial [Amazonense] es, en parte,

> absorbido por los japoneses y, en parte – vía estos productores [funcionários da CIA] – llega hasta los trabajadores brasileños, al cual se contrapone un reflujo de producción cuya concentración y exportación se hace por la compañía (JUNQUEIRA, 1972, p.78).

Neste sentido, o relato do empresário Elizeu Inomata, filho do também empresário Tadashi Inomata, produtor de juta em escala comercial, é esclarecedor:

> Na época que meu pai e muitos outros [empresários] japoneses plantavam juta [por volta das décadas de 1940 e 1950], quando a juta era a principal economia do município, [nessa época] tinha os regatões que financiavam a juta, tanto os regatões como o Banco do Brasil e Banco da Amazônia. Tinha as pessoas que trabalhavam como diaristas. Se você não tivesse pessoas para trabalhar, tanto para cortar como para lavar, você perdia a safra de juta. Depois de cortar a juta, tinha que colocar a juta no baixo [na água], com uns 50 centímetros [de profundidade] para afogar a juta [que ficava submersa sob a pressão de algum peso]. Depois de sete dias tinha que tirar a juta para lavar, tirar a fibra. A dificuldade que tinha era se enchesse muito o rio, tinha de tirar essa juta com três metros de profundidade, no mergulho, pra trazer para cima da terra. [Quando alguém mergulhava para tirar a juta submersa] ... tinha cobra, tinha poraquê, tinha tudo ali. Era necessário fazer isso. Então tinha que passar por todas essas dificuldades. [A juta molhada ia secar no varal], depois tirava a juta do sol, enfardava e fazia as entregas. Tinha muita gente na época [para ser contratada como diarista], então fazia puxirum, e dava 50, 60 pessoas para cortar juta. Então era mais fácil produzir juta (Entrevista, 2016).

Em algum momento na década de 1940, os jovens funcionários da CIA que permaneceram na Amazônia, alguns com capital próprio presenteado por seus parentes ricos do Japão, começaram a repassar dinheiro vivo ou mercadorias para que os trabalhadores rurais parintinenses cultivassem seus próprios jutais, iniciando, assim, de fato e de direito, o sistema de aviamento da juta.

Na fase de expansão da cadeia produtiva da juta, que começou logo após a derrocada e desmantelamento da CIA em 1942, houve de fato, por um período, o financiamento da produção envolvendo dinheiro vivo, como ressalta Engrácio (1981, p.87), o que sobremaneira aguçou a curiosidade e a cobiça dos trabalhadores rurais amazônico, ávidos em ver a cor do dinheiro nacional em suas próprias mãos. Mas, nessa mesma década de 1940: “A juticultura [...] passa a constituir fator de fortalecimento e expansão dessas relações [de aviamento], quando comerciantes ligados ao extrativismo, passam a atuar nas zonas de juta e aí encontram campo promissor para o capital usurário e comercial” (PINTO, 1982, p.138).

Em meados da década de 1940, os mecanismos oficiais de financiamento de custeio da produção de juta com dinheiro vivo, que facultavam crédito direto do Banco do Brasil para o produtor rural, de fato atraíram os olhares cobiçosos dos trabalhadores rurais amazônicos, por menores que fossem os valores monetários disponibilizados. Por volta de 1950, a juta passou a fazer parte do sistema brasileiro de produção rural incluído no sistema geral de crédito agrícola. Em sua rede nacional de financiamento agrícola, o Banco do Brasil passou a financiar preponderantemente o intermediário e não diretamente o juteiro, porque não tinha como oferecer garantias ao banco, não sendo ele o proprietário legal da terra onde trabalhava, pois era considerado tecnicamente como posseiro. Ao longo dos anos, a juticultura recebeu o mesmo tipo de financiamento, pelo Banco do Brasil, dedicado aos produtores de fumo, uva, etc., existindo algumas diferenças na dinâmica operacional creditadas ao fato de não haver propriedade legal da terra por parte dos juteiros.

Avançando alguns anos, agora transmutados em juteiros, os trabalhadores rurais de Parintins sonharam com a possibilidade de acesso a dinheiro vivo por intermédio da Coopjuta, cooperativa de produtores rurais fundada em 1954. Mas, na década de 1970, a Coopjuta foi impedida de obter recursos do Banco do Brasil, Banco do Estado do Amazonas (BEA) e Basa, todos com agências em Parintins, os quais passaram a repassar diretamente, sem intermediários, os valores monetários para os agricultores (MAURY, 1978, pp. 225 a 228). Aparentemente positivo, este procedimento bancário, segundo o presidente da Coopjuta, José Gama, escamoteava uma ação que, na realidade, era prejudicial aos interesses dos juteiros, mas benéfica para os comerciantes. Conforme Gama (Apud MAURY, 1978, pp. 226):

> Os bancos sempre recusaram aceitar o cadastro para financiamento através da Cooperativa, passando a financiar diretamente, deixando o agricultor a ter que vender os próprios produtos para os comerciantes locais e assim o agricultor nunca consegue capitalizar a própria parcela para sair do círculo vicioso dos financiamentos a cada ano, que o mantém num nível de dependência econômica. Evidentemente deve-se supor uma espécie de trust entre os Banqueiros e os comerciantes da região.

Como constatado em seu estudo doutoral realizado no início da década de 1970, Junqueira afirma que a participação dos juteiros em cooperativas das quais obtinham crédito de custeio agrícola, não significou uma elevação substancial do preço que recebiam por seu produto. No início dessa década, o contexto econômico analisado pelo

pesquisador foi o da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru, com mais de mil juteiros associados, que nesse período processava em torno de mil toneladas de juta. Como agente de comercialização, a principal atribuição dessa cooperativa era, ao lado dos comerciantes aviadores, abastecer as indústrias de fiação e tecelagem com juta da melhor qualidade e ao menor preço possível.

A atuação de instituições governamentais também não melhorou a renda do juteiro, o que, segundo Junqueira (1972, pp. 191, 192), era o motivo da família do trabalhador rural permanecer no mais baixo nível de subsistência:

> En ese trabajo de tesis, al analizar el sistema de apoyo hacia el jute, se procuró demonstrar que políticas como crédito, cooperativismo y precios de sustentación cuantitativamente han alcanzado parte muy pequeña del número total de productores. […] Por su naturaleza, no son políticas aptas para cambiar la estructura económica del yute, sino más bien, buscan impedir la salida progresiva de la mano de obra o a proporcionar su retorno a la producción.

A verdade é que, para obter algum dinheiro vivo para pagar depois, o juteiro fazia de tudo, não se importando, inclusive, em ser: "[...] desestimulado [...] pelos preços baixos que a juta vem conseguindo dentro da política dos preços mínimos [...]. São, basicamente, esses mecanismos [de atração e endividamento] que acionam [de fato] o sistema ao nível dos pequenos produtores" (PINTO, 1982, pp.63, 64).

A partir de meados da década de 1940, tendo no aliciamento e na coerção física e psicológica seus instrumentos metodológicos, os comerciantes citadinos e as casas aviadoras representativas do patronato regional passaram a se utilizar do aviamento como um sistema velado de agiotagem, no mais das vezes sem a necessária utilização de dinheiro vivo. Com ou sem dinheiro vivo nas mãos do trabalhador rural, o aviamento era e é um dos sistemas mais arcaicos de relação de trabalho que persiste em sobreviver ainda em nossos dias em alguns rincões da Amazônia.

Em sua essência, o aviamento é, sim, uma relação de trabalho, impositiva, sobretudo, e não propriamente uma relação mercantil creditícia legítima, que prescinda dos fatores aliciamento e coerção física e psicológica para sua plena consecução. "Todas as tentativas no sentido de criar cooperativas e de conceder crédito oficial às populações da Amazônia chocam-se quase sempre com esse sistema de relações [impositivas do aviamento], já que as cooperativas eliminariam o comerciante [dito regatão ou aviador]" (WAGLEY, 1988, p. 115).

Utilizados de modo simultâneo, aliciamento e coerção foram os instrumentos metodológicos empregados pelo patronato para enganar, ludibriar e surrupiar o trabalhador rural da Amazônia, sem os quais não haveria viabilidade econômica para a inteira cadeia produtiva da juta, nem mesmo para a sua antecessora, a cadeia produtiva da borracha. Para ser bem sucedido nesse mister, o patronato da juta se valeu do sistema mercantil de aviamento de produtos extrativistas existente na Amazônia desde meados do século XIX, com sua extensa capilaridade e seus métodos impositivos, extorsivos e espoliadores. Estes métodos foram capazes de capturar o modo de vida dos trabalhadores rurais e lhes impor a "servidão em conseqüência de dívidas [... ou] a sujeição por dívidas" (WEBER, 1982, p. 217).

O patronato da juta também se beneficiou da infraestrutura capitalista já montada pelo patronato regional, do qual é parte intrínseca, para viabilizar a extração, beneficiamento e exportação da borracha, período econômico que vai de 1870 a 1920. Em relação à infraestrutura existente, destacam-se os sistemas portuário e de navegação fluvial, além dos sistemas burocrático e fiscal, ambos então consolidados em todo o vale amazônico, com seus lugares-tenentes capazes de gerir a contento qualquer cadeia produtiva disseminada em quaisquer pontos da ampla malha hidrográfica regional.

O caráter estritamente fiscal dos dois sistemas econômicos patronais de superexploração dos trabalhadores rurais fica evidente quando se observa que nem a borracha nem a juta tinham serventia aparente no âmbito de suas unidades produtoras. A borracha ainda servia para se fazer uma bolota maciça para as peladas de várzea e uma bota artesanal rústica, confortável até, mas a juta não servia para nada, nem mesmo como insumo de corda a ser produzida no jutal. Tampouco era utilizada para se confeccionar uma simples rede de dormir, uma esteira ou um entrelaçado de fios que pudesse servir como tapete. No máximo, podia ser usada como estopa para calafetar as juntas do cavername dos barcos regionais de itaúba. Praticamente, toda fibra produzida no jutal era imediatamente embarcada para as prensas de juta localizadas nas sedes municipais, até mesmo aquela francamente abaixo do padrão de qualidade exigido.

Da totalidade dos juteiros entrevistados, nenhum se reportou a nenhuma serventia prática da fibra da juta, nem mesmo, quando em decomposição, como adubo para a horta, assim como fazia na década de 1970 um antigo diretor da Brasiljuta, o economista Jorge Aõn, no quintal de sua casa localizada na rua Monsenhor Coutinho,

no Centro de Manaus. Corretíssimo do ponto de vista estritamente ambiental, esse apelo mercadológico está sendo utilizado atualmente pelo patronato regional para o soerguimento da cadeia produtiva de fibras naturais na Amazônia. Depois de várias vezes reutilizado como embalagem para o transporte de café do Brasil para a Europa, o saco de aniagem de juta, quando não pode ser mais consertado e reaproveitado, passa a ser utilizado nos países de destino do café como matéria orgânica para a agricultura, especialmente aquela que segue padrões ambientalmente corretos.

Entre os aspectos psicológicos do aliciamento promovido pelo patronato regional destaca-se o canto da sereia capitalista, com promessas vãs de enriquecimento lícito e a curto prazo, amplamente divulgado pelos programas de rádio voltados para o interior da Amazônia e reproduzido ao pé do ouvido nas comunidades rurais do Amazonas e Pará. O canto da sereia capitalista tinha como alvos da cobiça patronal a mão de obra barata dos trabalhadores rurais de todos os quadrantes da Amazônia e adjacências, que livremente poderiam aderir ao projeto de "soerguimento do vale amazônico" e assim supostamente se locupletar e prosperar materialmente.

A coerção física e psicológica implícita era uma realidade presente em todos os jutais, prontamente explicitada nas situações de quebra de contrato de trabalho por parte do juteiro. Não raro, a coerção física tornava-se fato, como ficamos sabendo nessa transcrição de um relato oral: "Ele [o juteiro] não entregou a juta no dia certo na fábrica; eles vieram buscar uma geladeira aqui" (NODA, 1985, p.83). Entre as medidas coercitivas cabíveis em caso de quebra de contrato de trabalho, encontrava-se o uso da força pelo Estado por intermédio da ação "legítima" das polícias militares e civis alocadas nos municípios produtores, atuação institucional amplamente respaldada pelos governos dos estados do Pará e do Amazonas.

Devido à sua proximidade do jutal e mobilidade advinda de seu barco motor (motorizado), a pressão psicológica era plenamente exercida pelo regatão aviador da produção durante quase todo o processo de cultivo, corte, maceração, lavagem e secagem da fibra. Também os bancos estatais faziam pressão psicológica sobre os juteiros devedores, utilizando para tanto as emissoras de rádio. Em Santarém, por volta de 1974: "O fato de ouvir pelo rádio a chamada de seu nome para o pagamento, [...], 'envergonha' o juteiro; o rádio é o meio de comunicação mais rápido da cidade para a

Várzea, todos na Várzea sintonizam seus rádios para ouvir as mensagens" (ALMEIDA, 1974, p.16).

Quase dez anos depois, a estratégia bancária de constrangimento público por intermédio do rádio continuava a mesma em Santarém. Gentil (1983, p.94) considera que:

> Os juteiros já estão conscientizados de que o crédito bancário não lhes traz a tranquilidade que gostariam de ter, pois nos casos de perda pelas enchentes, eles têm que ressarcir o banco, além do montante emprestado ser pequeno e seus juros elevados. Preferem então "dar duro" sozinhos ou receber empréstimos de particulares, pois com estes, apesar dos juros altos também, não ouvirão o chamado do banco pelo rádio e não ficarão tão compromissados, o que os deixa moralmente em má situação.

Instituições patronais decisivas para a manutenção dos dois períodos econômicos, tanto o da borracha como o da juta, a Associação Comercial do Pará (ACP) e a Associação Comercial do Amazonas (ACA) exerceram de 1940 a 1970 o papel de *think tank* voltado primordialmente para a elaboração do planejamento estratégico da inteira cadeia produtiva da juta. Esta função foi encampada pelo Instituto de Fomento às Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram) a partir de sua criação em outubro de 1974, em Belém. Em 1970, a produção regional anual de fibras superava 70 mil toneladas e auferia lucros milionários aos acionistas e empresários capitalistas proprietários das 27 indústrias de fiação e tecelagem de juta existentes naquela época no Brasil.

Fundadas em Manaus em 1871 e em Belém em 1873, ainda na fase inicial do *vaudeville* da borracha, as centenárias instituições paraense e amazonense ACP e ACA tiveram um papel relevante na formatação do sistema de aviamento da cadeia produtiva da borracha e, posteriormente, na sua adaptação para a cadeia produtiva da juta. Como instituição voltada para o comércio, a ACA foi muito ativa na mediação entre o patronato da cadeia produtiva de fibras e os governos federal e estaduais, com inúmeras intervenções, algumas de caráter pragmático, entre elas os pedidos de "[...] favores no embarque de juta e waicima [uaicima, malva]" (ACA, 2010, p. 123).

Talvez sem muita diferenciação da situação vivida no Pará, mas em relação especificamente ao Amazonas, para Ferreira (2007, p.90):

> Os atores do Sistema de Aviamento, notadamente os representantes das Casas Exportadoras, Casas Aviadoras e Seringalistas, articulam-se, no plano econômico, por meio da Associação Comercial do Amazonas e, no plano político, pela Assembleia Legislativa

> Provincial, enquanto grupos de interesse distintos, com foco de atuação num único objetivo: a manutenção econômica da borracha.

Estudado por inúmeros pesquisadores acadêmicos, o termo aviamento como utilizado regionalmente está intimamente ligado ao próprio verbo aviar, que tem o sentido básico de aprontar, executar ou aviar uma receita, sentido este desde há muito dicionarizado, o que, de fato, inviabiliza sua suposta origem amazônica. Ao contrário do que afirma Aramburu, aviamento não seria exatamente um "[...] termo cunhado na Amazônia [...]" (1994, p. 82), um vocábulo de origem genuinamente regional. Etimologicamente, o termo aviamento seria uma possibilidade semântica do verbo aviar que passou a ter como referência espacial preferencialmente a Amazônia e como referência temporal o período econômico da borracha. Mas, na realidade, extrapolou em muito este último limite, envolvendo o período econômico da juta (1937-1987) e, metamorfoseado em carnê de pagamento ou cartão de crédito de lojas comerciais, estendendo-se praticamente até nossos dias.

A gênese do sistema mercantil de aviamento talvez possa ser localizada em 1884 e 1888, os anos da "libertação" dos homens escravizados na província do Amazonas e no Império do Brasil respectivamente, ocasiões em que os senhores escravagistas regionais provavelmente se viram às voltas com o problema da falta de mão de obra para tocar seus empreendimentos. Como já era praxe, o patronato optou por financiar e comprar os produtos agrícolas e extrativistas de trabalhadores rurais autônomos, sobre os quais o látego não mais seria usado de forma literal. Certamente o aperfeiçoamento do sistema se deu com a expansão do extrativismo da borracha, especialmente a partir de 1870, década marcada pela vinda de milhares de migrantes depauperados por uma estiagem de intensidade atípica havida na região Nordeste.

Com massiva utilização na Amazônia durante os períodos econômicos da borracha e da juta, o aviamento refere-se a um tipo específico de transação comercial em que o aviador (fornecedor do crédito) requer do aviado (devedor) o pagamento da dívida em forma de fornecimento de produtos advindos do seu trabalho em uma data específica, predeterminada. O aviamento é um sistema de dependência econômica, social e, também, psicológica, que tem início no sistema informal de financiamento disponibilizado pelos empresários das prensas de juta ou empresários das chamadas casas aviadoras, ambos estabelecidos nas principais cidades amazônicas, que para tanto se utilizam preferencialmente dos serviços "ambulantes" dos regatões.

Para melhor entendimento, McGrath (1999, p.59) assim descreve o sistema mercantil de aviamento na Amazônia:

> Dentro do contexto do sistema de aviamento, aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo especificado. O fornecedor da mercadoria é o aviador, a pessoa que está recebendo a mercadoria é o aviado. Como é implícito nessas relações, existem dois componentes no sistema de aviamento: de um lado, o sistema comercial, com transações baseadas principalmente no escambo [como já vimos, o termo correto seria troca de mercadorias baseada em referenciais monetários nacionais] e crédito, raramente envolvendo dinheiro em moeda; do outro, a rede comercial, baseada neste tipo de relação, com produtores individuais ligados a casas aviadoras específicas através de uma rede de intermediários [os regatões].

Nesse sistema mercantil de agiotagem velada, o principal serviço prestado pelo regatão, geralmente o proprietário de um barco a motor, consistia em aviar (financiar) a safra de juta para o juteiro, o que envolvia a distribuição de sementes e o transporte de produtos de primeira necessidade, mas quase nunca dinheiro vivo como frisa McGrath. Derivado do verbo regatear, no sentido de negociar um preço mais baixo pela mercadoria, o termo regatão, como usado na Amazônia, refere-se tanto ao barco em si quanto ao seu proprietário, que é, no mais das vezes, um comerciante que avia (adianta ou fornece) mercadorias, geralmente produtos de primeira necessidade e bufarinhas (miudezas), aos seus fregueses instalados à beira dos caminhos fluviais.

Bufarinheiro dos rios, lagos e igarapés amazônicos, o regatão não prescinde de seu batelão, que é ao mesmo tempo casa e comércio ambulante, onde vive e trabalha, transporte fluvial que foi antecedido em tempos pretéritos pela singela montaria de origem tecnológica indígena. Conforme Pereira (1966, pp. 32, 33):

> Na Amazônia, a "montaria" teve e tem função antropogeográfica muitíssimo importante. E à sua missão histórica ligam-se não apenas o colonizador, o missionário e o bandeirante, porém, ainda, e mais recentemente [por volta de 1940], o "regatão", tipo social e econômico curiosíssimo, surgido da adaptação da inteligência de especulação comercial a um meio físico, regido por variações sazonarias, a que sem dúvida obedecem a atividade econômica e os "gêneros de vida" típicos da região amazônica.

Durante os 50 anos do período econômico da borracha (1870-1920), quem levava o sal e os demais produtos de primeira necessidade para o seringueiro era o regatão, mascate que percorria os caminhos fluviais da região para atender seus fregueses e deles receber os produtos extraídos da floresta, como a sorva, a castanha e a

pela (pelota ou bolota) de borracha, que era o principal produto comercializável naquele período. O regatão: "É o traficante que conduz sua mercadoria no barco em que vive e no qual singra cada rio, cada igarapé onde haja alguma coisa para trocar por aguardente, sal, fósforos, panos, anzóis, agulhas, linhas de coser, munição e outros artigos dessa ordem" (RIBEIRO, 2006, p. 298). Durante o período econômico da juta, esse sistema tradicional de troca de mercadorias permaneceu praticamente inalterado, somente com adaptações pontuais para dar conta das atividades típicas da dinâmica agrícola.

Em parte, a juta substituiu a borracha como principal produto comercializável do sistema de aviamento (PINTO, 1982, p.138), com a característica de que se trata de um produto obtido a partir de uma cultura agrícola, diferentemente dos outros, provenientes quase todos do sistema extrativista florestal. Sem nos ater a uma distinção óbvia entre extrativismo e agricultura, em determinados aspectos, a juta também pode ser considerada como produto da indústria extrativista, sendo ambos os termos (indústria extrativista e cultura agrícola) levados em considerações neste estudo doutoral. Por volta da década de 1940, para o bem ou para o mal, a cadeia produtiva da juta atuou como fator de reorganização das relações sociais e econômicas na Amazônia, de certa forma esgarçadas desde a *débâcle* da borracha a partir de 1920.

De modo geral, com a introdução do cultivo da juta em 1937, a economia do interior amazônico foi alvo de significativas transformações. Para Engrácio (1981, p. 57):

> A atividade extrativa deixou de ser a única, tendo o seu lugar e importância disputados pela economia agrícola de exportação representada pela cultura da juta. Esta, como atividade mais sistemática e [relativamente] menos iníqua que o extrativismo primitivo, atraiu toda a mão-de-obra marginal empregada no extrativismo, enfraquecendo-o e acelerando sua desagregação.

No final da safra de juta, o regatão efetuava o recolhimento e o transporte das fibras, devidamente limpas e secas, para as juteiras, que tinham prensas de juta localizadas nas cidades de Santarém, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, etc., onde eram enfardadas e enviadas para as fábricas de fiação e tecelagem, localizadas nas regiões Norte (Amazonas e Pará), Nordeste, Sudeste e Sul. No mais das vezes, o juteiro só veria a cor do dinheiro em caso de haver saldo quando ele repassasse o produto (juta) e acertasse as contas com o aviador, comerciante às vezes disposto a encontrar um meio de levar vantagem sobre seus fregueses.

Talvez muito mais do que no aviamento da borracha, no da juta as relações pessoais se sobressaíam, num crescendo em que, por fim, todos os envolvidos na produção agrícola e no comércio da fibra estavam, de alguma forma, unidos por laços de parentesco, amizade e compadrio e, para se incluir um termo caro a Ribeiro (2006, p. 73), de "cunhadismo". A impessoalidade do sistema capitalista, com regras fixas a serem cumpridas, precisou ser relativizada no sistema mercantil do aviamento da juta, pois as engrenagens eram lubrificadas por relações idiossincráticas personalíssimas e de dependência econômica praticamente entre iguais, os juteiros e os regatões, tema a ser abordado na próxima subseção.

4.2 – Aspectos psicológicos do sistema de aviamento

Na Amazônia, o aviamento é um sistema apoiado na dependência psicológica, pois está baseado em relações de produção e de poder permeadas, paradoxalmente, por relações de amizade, confiança e compadrio entre o regatão (aviador) e o freguês (aviado), seja ele seringueiro, balateiro, piaçabeiro, castanheiro ou juteiro. Assim, nas últimas décadas do século XX, em determinadas áreas rurais amazônicas, era verdadeiro concluir que: "No campo das relações sociais de produção, reafirmam-se os procedimentos de dominação paternalistas, como por exemplo o aviamento" (CASTRO, 1999, p.32). Corroborada por esta análise acadêmica datada e localizada, nossa constatação a respeito dos aspectos psicológicos essencialmente paternalistas do aviamento é resultado da interpretação dos relatos orais dos interlocutores desta pesquisa, realizada na segunda década do século XXI. Depreende-se desses relatos que, tanto o regatão quanto o freguês, ambos estavam no mesmo barco furado da cadeia produtiva da juta, passíveis de sofrer perdas e danos em sua rotina, o primeiro com um pouquinho mais de sorte na vida do que o segundo, é verdade.

Tal particularidade da realidade empiricamente observada foi objeto de análise em maio de 1911 pelo governador amazonense Antônio Bittencourt em relação especificamente ao ouro negro, como a borracha era conhecida na época, devido ao seu alto valor e à cor escura de suas pelas (pelotas ou bolotas). Para Bittencourt (Apud FERREIRA, 2007, p.230),

> O ouro negro, que tão extraordinariamente proventos podia trazer [ao patronato regional] pelas applicações múltiplas que a indústria moderna lhe dá, não reparte pelo productor [seringueiro] e aviador [regatão] os benefícios compensadores dos esforços empregados na sua acquisição, porque, não ousa, um [o seringueiro], estipular o valor de seu trabalho [termo corretíssimo do ponto de vista das relações trabalhistas], nem pode o outro [o regatão] exigir a compensação exacta dos riscos a que expôz o capital empregado [...].

O sistema de aviamento envolve, preponderantemente, um aspecto simbólico, de pacto entre iguais, pois estava pretensamente baseado em relações mercantis genuínas. Essa particularidade, ser uma relação mercantil genuína, era especialmente destacada no discurso dos promotores da dominação da cadeia produtiva da juta, talvez mais do que no discurso da cadeia produtiva da borracha. Muito explorado pelos patrões, o aspecto

psicológico no âmbito do aliciamento promovido pelo sistema de aviamento é evidenciado pelo fato de que o aviado, como qualquer freguês em qualquer canto do mundo, estava sujeito ou propenso à pavulagem, vaidade, futilidade, gabolice, e ao desejo de ostentação dos meios de vida que estão no cerne do ser social.

Em sua dissertação de mestrado sobre as comunidades da etnia ticuna do Amazonas, elaborada ainda na década de 1970, o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2015, p.69) deu destaque para os aspectos psicológicos de sedução e fetiche existentes nas relações mercantis do sistema de aviamento:

> Em certo níveis da relação [mercantil de aviamento] tal manipulação [a elevação do preço da mercadoria] pode ser feita através da burla do seringueiro [ou juteiro], da persuasão (atribuição de qualidade maravilhosas e propagandeamento dos produtos) ou mesmo de falta de outras alternativas de consumo; em outros níveis [hierárquicos], tratando-se [diretamente] com o patrão seringalista, é possível [em um processo de aliciamento] forçar a aquisição de produtos suntuários [produtos suntuosos ou luxuosos] caracterizando-os enquanto símbolo de status. Esse último ponto se explica pois, na sociedade amazonense da época áurea da borracha, o prestígio e a riqueza de um homem se media através do volume das dívidas por ele contratadas e pelos altos padrões e consumo.

No contexto específico das relações de produção agrícola da juta em Parintins, praticamente todos os envolvidos eram membros de uma mesma comunidade ou pertenciam a comunidades com modos de vida similares localizadas em outros municípios amazônicos, partilhando de um mesmo *habitus* secular de origem indígena, nordestina e lusitana. Para Bourdieu (1983, p. 65):

> Habitus é um: sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...].

Nas ciências biológicas, a categoria comunidade indica a existência de simbiose ou vida em comum de indivíduos de espécies diferentes que compartilham o mesmo *habitat*, mas que vivem e se reproduzem ocupando nichos ecológicos diferenciados, o que evita a competição entre os mesmos. Conservando sua essência derivada da biologia, nas Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas o termo comunidade passou a identificar um grupo social composto por indivíduos com interesses coletivos e, também, próprios, sejam eles econômicos, político ou ideológicos, que quase sempre se sobrepõem e se amalgamam. Os indivíduos desses grupos procuram trabalhar de

forma harmoniosa para a sobrevivência em comum em um determinado espaço geográfico, econômico e social, sendo que necessariamente atuam em rede organizada e regrada, com espaços e atribuições hierarquicamente delimitados e ciosamente defendidos.

Em sua obra *Comunidade e Sociedade*, publicada originalmente em 1887 em alemão (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), Tönnies (1947) faz uma distinção ou oposição entre essas duas categorias sociais de análise, sendo que a sociedade é caracterizada pelo uso de uma forma escrita para estabelecer seus contratos entre iguais. A sociedade se vale de leis que regulam a relação entre as pessoas, baseadas sempre no contrato, excluindo de forma explícita o acordo tácito entre seus membros, sendo o maior e mais abrangente de todos os contratos a Constituição nacional e seus inúmeros derivativos.

Se a sociedade é essencialmente contratual, formal, já na comunidade os acordos são feitos à base da palavra empenhada, alguns firmados de maneira atávica, obrigações e deveres que passam de pai para filho numa relação pré-dada. Composta essencialmente por elementos atrelados a redes sociais e de parentesco, a comunidade envolve a possibilidade de perpetuação do nome familiar e de continuação dos modos de vida e do próprio *habitus* de seus componentes. Assim como uma comunidade biológica composta por organismos de uma mesma espécie ou de espécies diferentes, a de pessoas constantemente se modifica e, por alianças matrimoniais, se amplia em direção aos segmentos adjacentes, compostos por membros de outras comunidades, transmitindo, assim, seu material genético indefinidamente e fortalecendo os laços comunitários.

Exemplo de constituição de comunidade composta por redes sociais e de parentesco é dado por Adamor Ferreira, que tinha entre seus parentes e amigos os promotores e agricultores da cultura da fibra nos municípios de Faro, no Pará, e de Nhamundá, no Amazonas. Mais do que pelo desejo de lucro fácil, as relações de aviamento vivenciadas por Ferreira, como freguês ou aviador, foram marcadas por sentimentos de honra e hombridade, de demonstrações inequívocas de capacidade de trabalho individual e de desprendimento familiar em prol da consecução do objetivo proposto e, sempre que possível, de rigoroso cumprimento da palavra empenhada.

É desse arcabouço ético que saíram milhares de toneladas de juta, que fizeram a festa do patronato regional e deram competitividade e sequência à exportação de café,

cacau e de outros produtos agrícolas brasileiros. Muito mais que o determinismo do meio ambiente, com suas várzeas fertilíssimas e seu clima propício a essa cultura agrícola, sem o arcabouço ético e a nobreza de caráter do trabalhador rural amazonense e paraense não haveria juta nas margens dos rios e igarapés da Amazônia.

Ferreira foi um juteiro que com o tempo se tornou aviador de outros juteiros e, depois, operário fabril e burocrata da Fabriljuta, a indústria de fiação e tecelagem de juta de Parintins. As relações de amizade e compadrio formadas durante o período econômico da juta permanecem praticamente inalteradas para esse antigo juteiro, que as preza e as cultiva. Em todos os municípios em que a cultura da juta prosperou, o aviamento constituiu-se num modelo de sociabilidade que em muito extrapolava os limites rígidos das práticas comerciais e bancárias atualmente naturalizadas em um contexto urbano ideologicamente liberal capitalista.

Para Aramburu (1994, p. 83):

> O grande enigma que a maioria dos autores encontrava no aviamento era a formação de uma moralidade especial, aquela que liga o patrão ao freguês mediante poderosos laços de fidelidade e deveres morais mútuos. A fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldade. A relação entre o comerciante e o freguês é uma relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo (doenças, carestias etc.) em troca de uma relação comercial monopolista.

Neste recorte textual, Aramburu faz referência à figura do patrão, identificando-o como sendo, também, comerciante, ou seja, regatão ou aviador. No típico organograma da empresa seringalista do período econômico da borracha, que tem, neste aspecto, correlação direta com o período investigado da juta, temos, por ordem crescente de importância socioeconômica, inversamente proporcional ao número de seus participantes:

- Seringueiro: trabalhador rural "autônomo", também referenciado como freguês e aviado, compondo a base da pirâmide social amazônica;

- Regatão: proprietário do barco regatão, onde geralmente passava a maior parte de seu tempo, também referenciado como aviador e comerciante. Quando conseguia amealhar

algumas posses, que podia ser um latifúndio do tipo seringal ou castanhal, passava a ser dignificado com o título de patrão;

- Seringalista: proprietário do seringal, também referenciado como patrão. Quando bem sucedido na atividade, passava a ser dignificado com o título de coronel da Guarda Nacional, instituição militar incorporada ao Exército Brasileiro em 1922, para a qual contribuía com recursos financeiros. Caso fosse apenas remediado, passava a ser referenciado de forma pejorativa como coronel de barranco.

- Capitalista: proprietário de casa aviadora, localizada nas principais cidades amazônicas, ligado diretamente ao capital comercial e industrial internacional por intermédio de empréstimos realizados junto às casas bancárias oficiais, que eram utilizados para o financiamento da produção de seringa (FERREIRA, 2007). O transporte fluvial das pelas de borracha entre os seringais e as cidades como Manaus e Belém era efetuado por meio de embarcações com motor movido a lenha, de fabricação europeia ou norte-americana, chamadas gaiolas ou vaticanos, que eram reabastecidas ao longo do trajeto nos portos de lenha.

Segundo Aramburu, um elemento essencial da relação de fidelidade e reciprocidade entre seringueiros e regatões era o envolvimento de seus membros nas campanhas eleitorais. No mais das vezes, os regatões e seus fregueses formavam um sólido sistema de apoio político eleitoral aos próprios regatões ou a quem eles indicassem para concorrer a algum cargo público, sistema comumente referenciado como voto de cabresto, numa referência explícita ao direcionamento imposto pelo tropeiro ao animal de carga. Aramburu avalia que a compreensão dessa relação de mútua fidelidade entre regatões e fregueses requer uma etnografia detalhada para se conhecer os efeitos e sentidos dessa relação comercial singular vivenciada por seringueiros e juteiros.

Mas, apesar de haver um acordo tácito entre regatões e juteiros, baseado em padrões éticos, a coerção simbólica típica das relações de poder assimétricas era uma realidade vivida nos jutais da Amazônia e estava relacionada diretamente à questão do retorno do investimento realizado no aviamento da juta. No entanto, parece haver uma diferença básica importante entre os juteiros e os antigos seringueiros no tocante à pressão exercida pelos regatões patrões, aparentemente mais intensa no seringais do que nos jutais. É pertinente salientar que, nos jutais, não havia “[...] perseguições e mortes

por fugas, os maus-tratos corporais, o constrangimento físico" assim como Loureiro (2014, p.41) denuncia que havia nos seringais.

No antigo seringal, relações de trabalho e de poder opressivas, imputadas pelo uso da coerção psicológica, da força física e da violência explícita, estavam no cerne das relações mercantis assentadas no livro de contabilidade dos barracões. De acordo com Teixeira (2009, p. 137):

> Predominava [nos seringais], sim, uma relação de outra natureza, em que a exploração, para ser levada a cabo, dependia estreitamente de **mecanismos de coerção extra-econômica** [grifo nosso]. A dívida, como foi demonstrado, nada mais representava do que um instrumento de controle da liberdade do produtor, embora, como ingrediente ideológico, pudesse com a sua supressão inspirar a conquista dessa mesma liberdade. Assim, na inspiração produzida pelo discurso mercantil, a dívida podia ser tanto contraída como resgatada. Desta maneira, o que mantinha o seringueiro sujeito ao patrão não era especialmente o resultado das relações econômicas produzidas pelo capital mercantil e industrial – mediados aqui pelo aviamento -, mas os vínculos de sujeição extra-econômica [violência explícita] aos quais se encontrava submetido.

As expressões sangue, suor e lágrimas repetidas de maneira enfática por Adamor Ferreira nos levam a refletir sobre a dinâmica psicológica que rege as relações de trabalho e de poder capitalistas em sua totalidade, mas com foco na cadeia produtiva da juta, especialmente sobre o mecanismo de coerção e sujeição extra-econômica. Esse tipo de sujeição imposto por relações de trabalho baseadas no aviamento mostrou-se ao longo do tempo sempre muito invasivo, no sentido de penetração nos mais longínquos rincões do planeta, e opressor, no sentido de reter para o patronato os bônus e benesses ao mesmo tempo em que socializa os prejuízos e sacrifícios do processo produtivo, seja ele qual for. "A gente saía de madrugada, de cara limpa, para cortar juta, mas era preciso levar uma garrafa de cachaça para suportar o frio, encarar a surucucu, o carapanã, todo tipo de coisa ruim. Mas no jutal ninguém extrapolava, ninguém bebia além da conta" (Adamor Ferreira, entrevista, 2016).

Neste contexto explicitamente adverso ao trabalhador, Le Goff sinaliza que a missão do pesquisador é justamente trabalhar para que a memória coletiva sirva, de alguma forma, para libertação e não para perenizar a servidão humana. Para o autor: "Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória

social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica" (LE GOFF, 1990, p. 477).

Engendrada nas entranhas obscuras do sistema capitalista de produção de bens e serviços, a racionalidade pragmática instituída pelo mercado flui livremente nas ondas da globalização, atingindo em cheio os trabalhadores em todos os países que adotam tal sistema. Na Amazônia o cenário não é diferente, pois:

> A atual situação econômica e social da região não foge à lógica capitalista de exacerbação do individualismo e ao conceito darwinista de evolução da humanidade que, embora permitindo certos tipos de engodo social, excluem de maneira incisiva a possibilidade de elevação da qualidade de vida de todos a partir da noção de solidariedade humana em escala planetária (SILVAN, 2014, p. 181).

Descrita por Ribeiro (2006) como sendo a ação de um moinho de gastar gente, a perversa racionalidade capitalista, supostamente baseada em um imperativo categórico, o da sobrevivência física do trabalhador rural, nos impele a refletir sobre a validade da inserção da Amazônia em um sistema de produção de bens e serviços que tem muito pouco a oferecer, a não ser miséria, sofrimento e morte. A racionalidade capitalista do sistema de aviamento da juta está, sim, assentada em dois pilares muito bem identificados, o aliciamento creditício mavioso no primeiro momento e, logo em seguida, a coerção física e psicológica a perder de vista. Com letras garrafais, a lógica capitalista perversa era apresentada aos pauperizados trabalhadores rurais da Amazônia da seguinte maneira: "Adquira agora os produtos que estamos lhe oferecendo, não deixe para depois, e pague suavemente ao longo de toda a sua vida". O lastro real dessa operação financeira aparentemente arriscada era simples: "Quem tem com o que me pague (neste caso com a força de trabalho), não me deve nada".

Desde a perspectiva marxista, o imperativo categórico acionado pela racionalidade capitalista, supostamento benéfico para o inteiro conjunto de trabalhadores rurais amazônicos, entra em rota de colisão com a liberdade de escolha individual, ontológica, inalienável da pessoa do trabalhador livre. Se o imperativo categórico "Plante juta ou morra!" apresentado pelos agentes do capital fosse baseado em uma premissa verdadeira desde a perspectiva kantiana, fatalmente neutralizaria a capacidade de luta e de reação antagônica do trabalhador rural da Amazônia diante das forças espoliadoras da classe patronal regional. Tal neutralização não aconteceu, pois a escolha de muitos foi contrária à ação requerida, frontalmente contra os interesses

hegemônicos do capital, foi registrada pelos próprios observadores capitalistas. Por algum motivo, cerca de 50 mil trabalhadores rurais optaram por dizer não aos agentes capitalistas da cadeia produtiva da juta e ... continuaram vivos!

Camargo (1948, p.90) avalia em 100 mil homens o "estoque" de mão de obra rural disponível na região durante a década de 1940, mas cerca da metade desses trabalhadores, por um motivo ou outro, optou por não se deixar iludir, passando ao largo do canto da sereia capitalista da juta. Os 50 mil restantes trabalharam de modo seletivo e alternado, e não diuturnamente no cultivo da juta. Evitou-se, assim, o acirramento da concorrência entre iguais, o que beneficiaria os detentores do mercado de compra de juta denominado tecnicamente na área econômica de "oligopsônico" (PINTO, 2010, p. 176), oligarcas ávidos em baixar cada vez mais o preço da juta pago ao juteiro.

Atribuir a um imperativo categórico o motivo de cerca de 50 mil trabalhadores rurais da Amazônia terem aderido à cadeia produtiva da juta é, no mínimo, uma falácia. Oculta ou coloca de lado todo o processo de convencimento maquiavélico orquestrado pelo patronato regional para iludir e ludibriar o juteiro, naturalizando uma intervenção desnaturada do ponto de vista ético que foi extremamente prejudicial ao próprio processo de desenvolvimento regional, pois, entre outros entraves, manteve no mais baixo nível o poder de compra da população rural.

Tendo em mente o mantra acadêmico da causa e consequência, é válido conjecturar que, causadas pela cadeia produtiva da juta e operacionalizadas pelo sistema de aviamento, são inúmeras e extensas as consequências nefastas nos aspectos sociológicos, educacionais, econômicos, habitacionais e políticos, com prejuízos que ainda reverberam na região na atualidade. Como exemplo das consequências diretas do sistema aviltante de aviamento, citamos a obstrução da expansão e diversificação dos mercados consumidores interioranos paraense e amazonense, pois a massa de trabalhadores rurais, além da "renda" ser a mais mínima possível, não tinha sequer o poder de escolha na hora da compra das mercadorias.

Como motivo alienante, o imperativo categórico da sobrevivência ocultaria o fato de que o juteiro não dependia objetivamente da juta para sobreviver e manter sua família. Pelo contrário, analisando friamente a questão, era o patronato da cadeia produtiva da juta que dependia primordial e exclusivamente do juteiro para se manter de pé. Como motivo alienante, o imperativo categórico também amiúda a capacidade

intelectual do trabalhador rural, considerando-o como vítima passiva do *laissez-faire*, e coloca o patronato da juta como redentor ou salvador da situação de penúria em que ele, o trabalhador rural, se encontrava antes do aparecimento de tal cadeia produtiva anacrônica.

Para além de simples argumento abjeto por ser objetivamente alienante, o imperativo categórico apresentado minaria o correto entendimento sobre o inteiro processo de coerção física e psicológica, ou coerção extra-econômica (TEIXEIRA, 2009, p. 137), exercida a partir do endividamento do juteiro diante do regatão, fator primordial da captura do modo de vida dos trabalhadores rurais amazônicos. A partir do endividamento, temos a servidão consentida a aprisionar o juteiro ao jutal, *modus operandi* análogo à situação vivida pelos seringueiros embrenhados nos centros produtores de látex, que por sua vez são os substitutos históricos dos trabalhadores africanos escravizados desde o início do período colonial (WAGLEY, 1988, p.282).

Mesmo sob o jugo de empresários capitalistas, há de se convir que existam várias opções para o trabalhador rural aproveitar racionalmente a várzea e outros ambientes naturais passíveis de exploração sem agressão ao meio ambiente e com rentabilidade superior àquela apresentada pelo cultivo da juta. Para Silva (2013, p.151): "A forma ideal de utilização do espaço amazônico seria a combinação do sistema agroflorestal, agropastoril e silvopastoril, obedecendo às limitações do mercado [...]".

Como pesquisa acadêmica, com foco na dinâmica laboral dos juteiros de Parintins, não nos cabe aqui apontar esta ou aquela alternativa para a cadeia produtiva da juta e nem delinear um processo de substituição gradativa de suas atividades canhestras por qualquer outra. Se o fazemos, é tão somente como exemplificação ou, no melhor sentido, como simples conjectura resultante de nossas observações superficiais de realidades amazônicas diversas analisadas ao longo de nossa trajetória profissional como jornalista.

Atualmente em expansão em toda a Amazônia, a cadeia produtiva do açaí talvez seja um exemplo válido de fixação do trabalhador em área rural de terra firme e de geração de renda para as famílias, sem os atropelos de uma atividade varzeana insalubre e perigosa como o processo produtivo da juta. Nossa experiência como cultivador de algumas touceiras dessa espécie amazônica aponta tão somente para um fator que coloca em risco a vida do trabalhador rural, o momento de colher os cachos de açaí

utilizando-se o instrumento chamado peconha, feito de corda ou com as fibras da própria palmeira. A colheita às vezes é realizada em uma altura de mais de 15 metros, dificuldade que talvez possa ser sanada eficientemente com o uso adequado de equipamento de proteção individual a ser adaptado daquele usado pelos colhedores da cadeia produtiva de cocos, palmeira que tem o tronco mais grosso que o do açaí.

Recuando um pouco no tempo, no início da década de 1970, uma experiência bem-sucedida de agricultura tropical em escala comercial foi realizada nas proximidades da cidade de Manaus, sendo registradas as inversões financeiras em calagem, adubação química e orgânica e tratos culturais adequados ao latossolo vermelho-amarelo predominante na Amazônia. "Graças à técnica empregada, [o empresário Cosme Ferreira Filho] teve êxito em todas as experiências com guaranazeiros, pimenteiras, tomateiros, goiabeiras e cítricos, concentrando-se nos últimos, que têm produção durante o ano inteiro [...]" (BATISTA, 1971, p. 295).

Atualmente multiplicadas por mil, tais experiências de controle das principais variáveis apresentadas pela agricultura tropical na Amazônia demonstram viabilidade técnica e econômica, além de oferecer alternativas viáveis à agricultura mercantil e de subsistência ainda praticada nas várzeas amazônicas, especialmente àquelas atividades que são potencialmente prejudiciais à saúde do trabalhador rural como a juticultura. São muitas as possibilidades apresentadas pela agricultura tecnológica, racional, nos trópicos, especialmente aquelas voltadas para o consórcio de espécies nativas e exógenas em sistemas agroflorestais integrados à criação animal, preferencialmente desenvolvidas no âmbito da agricultura cooperativada de base familiar. Mas, como já explicitado, por ser mesmo esta uma tese doutoral focada no trabalho e nas condições de trabalho dos juteiros, não nos cabe aqui aprofundar estas particularidades agronômicas, ambientais e econômicas.

No entanto, cabe destacar mais algumas inferências em relação à interdependência existente entre o meio ambiente regional e a agricultura tropical, resultadas de modestíssima, mas diuturna atuação e reflexão nessas duas searas contíguas, amadurecidas ao longo de quase meio século. É patente que a várzea seja apenas e tão somente uma possibilidade a ser utilizada em conexão com uma visão abrangente de desenvolvimento regional. Portanto, nossa atenção se volta quase que exclusivamente para a terra firme, ambiente mais propício para as atividades rentáveis e

com potencial para elevar a qualidade de vida do trabalhador rural amazônico, ainda que pese suas implicações estritamente ambientais. Para a terra firme, existem, sim, inúmeras possibilidades de expansão econômica, entre elas culturas perenes, como a copaíba e a andiroba, e as de ciclo relativamente curto como o açaí e o guaraná, para citar somente quatro espécies endógenas, com as quais nossos antepassados já lidavam há séculos.

Desde 2011, quando iniciamos nossa prospecção de informações para a elaboração de um projeto de tese sobre a vida dos juteiros, constatamos que o gosto amargo da lida nos jutais ainda está na boca de todos aqueles que dele provaram como se mel fosse. Atualmente, alguns têm consciência que foram ludibriados por uma ilusão passageira que deixou marcas profundas e tormentosas no corpo e na alma de duas gerações de trabalhadores rurais da Amazônia. Avaliam de maneira tardia que a lida nos jutais não valeu a pena, pois o retorno financeiro pelo seu trabalho é considerado francamente inferior ao lucro proporcionado ao patronato da cadeia produtiva da juta, isso sem mencionar as doenças e acidentes advindos desse mesmo trabalho, riscos laborais que fizeram muitas vítimas, algumas inclusive fatais, entre os juteiros.

No âmbito das discussões trabalhistas rurais inseridas na sociologia rural, o risco a que o trabalhador está submetido pode ser exterior, e na maioria das vezes inerente ao trabalho, independente, portanto, da vontade do trabalhador, como a queda de uma árvore sobre algum mateiro. Frequentemente o risco é coletivo, situação que pode causar lesões em vários trabalhadores, como o caso de acidentes envolvendo um barco de transporte de trabalhadores rurais. Ou mesmo personalizado, numa situação em que um juteiro é picado por uma cobra surucucu e acaba falecendo.

A maioria das agruras enfrentadas pelos juteiros em seu local de trabalho, o jutal, resulta de condições de trabalho adversas que podem ou devem ser analisadas desde a perspectiva das relações formais de trabalho da atualidade. No entanto, boa parte dessas situações adversas já estavam devidamente elencadas nas leis trabalhistas relativas ao trabalho rural na década de 1970, como as expostas de maneira didática no texto *Questões Agrárias – legislação trabalhista rural*, produzido pela Contag (1975).

Para elaborarmos um quadro analítico condizente com as condições de trabalho extremamente insalubres, perigosas e desgastantes vividas pelo juteiro em sua lida diária, recorremos ao arcabouço teórico apresentado pela psicodinâmica do trabalho,

direcionamentos elucidativos e oportunos propostos por Dejours (1992). O autor chama a atenção para o fato de que mesmo "[...] as más condições de trabalho são, no conjunto, menos temíveis do que uma organização de trabalho rígida e imutável. O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada" (DEJOURS, 1992, p.49).

Situações adversas similares às que existiam no jutal, onde podiam ser identificados os três tipos básicos de riscos a que os trabalhadores podem ser submetidos, foram alvo do interesse de Dejours. Ele realizou estudos no âmbito da psicodinâmica do trabalho procurando as causas do equilíbrio emocional demonstrado por trabalhadores expostos a condições de trabalho extremamente desgastantes do ponto de vista emocional e físico, que não excluíam risco de morte e incapacitação total ou parcial para o trabalho.

Dejours tem se ocupado, principalmente, de estudos relacionados à metapsicologia do corpo, resultando daí direcionamentos práticos incorporados em sua clínica do trabalho. Nessa pesquisa sobre as condições de trabalho adversas vivenciadas pelos juteiros de Parintins, nos interessam os estudos em psicodinâmica do trabalho porque eles têm apontado para a construção de estratégias coletivas para se lidar com o sofrimento psíquico decorrente de condições de trabalho adversas em diversas áreas do mundo do trabalho. No ambiente rural da Amazônia, o próprio conceito de morte foi relativizado diante das múltiplas situações de perigo a que o trabalhador rural estava exposto. Para Castro (1994, p. 53):

> Assim como o sentido da vida se perde em si mesmo, a morte adquire, através do homem amazônida, nessas florestas insondáveis, um conceito não metafísico. A visão contínua dos perigos materializou a idéia que ele [o trabalhador rural] faz do fim da existência. Indiferente, tropeça a todo instante com a morte como se topasse num torrão da própria sepultura.

Em outras palavras, nosso interesse pelos estudos da psicodinâmica do trabalho é porque versam sobre mecanismos que apontam para a superação psicológica de condições de trabalho extremamente adversas, como as vivenciadas pelos antigos juteiros de Parintins. Não que estejamos interessados em encontrar um meio eficaz de escamotear ou mesmo atenuar os efeitos deletérios do processo de produção de juta, mas, efetivamente, entender como se deu o processo de superação psicológica levado a

cabo pelos próprios juteiros para minimizar ou mesmo ignorar, de maneira estoica, tais efeitos deletérios e continuar a produzir juta para o patronato regional.

Além de reumatismo crônico, os juteiros sofriam com os problemas de saúde decorrentes de condições ergonômicas inadequadas, com fortes e frequentes lombalgias devido à postura incorreta durante a lavagem da juta em águas barrentas e extremamente fétidas em decorrência do apodrecimento das hastes submersas. Com água pela cintura ou acocorados na proa de uma canoa, essa fase do processo produtivo era executada por horas a fio sem o devido cuidado com a pressão do peso do corpo acrescido pelo peso da juta molhada exercida sobre a coluna vertebral. Dia após dia, o esforço repetitivo em posição inadequada causava sérios problemas de saúde ao juteiro, principalmente em suas articulações e musculatura.

Atualmente, os distúrbios de saúde ou doenças relacionados ao trabalho dividem-se em duas categorias: doença profissional e doença do trabalho ou relacionada ao trabalho. Segundo Settimi, coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo:

> As afecções músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho, que no Brasil tornaram-se conhecidas como Lesões por Esforços Repetitivos (LER), representam o principal grupo de agravos à saúde, entre as doenças ocupacionais em nosso país. Tratam-se de afecções de importância crescente em vários países do mundo, com dimensões epidêmicas em diversas categorias profissionais, apresentando-se sob diferentes formas clínicas, de difícil manejo por parte de equipes de saúde e de instituições previdenciárias (CEREST-SP, 2000, p.7).

De acordo com a concepção que norteia a classificação dos distúrbios de saúde relacionados ao trabalho, os problemas de saúde advindos das atividades dos juteiros, principalmente a de corte e lavagem da juta, se enquadrariam tanto nas doenças profissionais como naquelas doenças inerentes às próprias atividades laborais. Em um estudo acadêmico isento de possíveis pressões advindas do patronato da cadeia produtiva de fibras, talvez fosse possível identificar os fatores de risco do trabalho que comprovassem o nexo causal entre as atividades desenvolvidas pelo malveiro, atual substituto do juteiro, e as principais patologias por ele apresentadas.

Quer fosse doença profissional ou doença inerente à atividade laboral, era intensa a dor advinda de tais posturas incorretas que, ao se somar ao reumatismo reinante nos jutais, fazia do trabalhador da juta um afogado em sofrimento físico e

mental. Mas, estoicamente, ele sorria diante dessas agruras, como ainda hoje sorri quando relembra tais dificuldades impostas pela cadeia produtiva da juta. “Era o jeito, né?”, desculpa-se Arino Silva de Carvalho (Entrevista, 2016).

Essa situação de aparente pouco caso com a própria saúde física não era exclusiva do juteiro, pois até mesmo o trabalhador intelectual que não sabe se posicionar de modo correto diante da tela de um computador sofre com lombalgias e diversos tipos de tensão muscular perfeitamente evitáveis. É necessário ter um cuidado contínuo com a coluna vertebral, em qualquer profissão, adicionando-se à rotina laboral a possibilidade do trabalhador aliviar a pressão exercida pelo peso do corpo sobre a musculatura em rápidas sessões de alongamento.

Esses procedimentos de natureza física podem até evitar uma série de transtornos relacionados à saúde, mas não podem evitar que o sistema capitalista moa o corpo do trabalhador em intermináveis sessões de trabalho abusivo, cuja principal característica na Amazônia, como constatamos ao longo deste estudo, é a superexploração predatória em busca da mais-valia absoluta. Os aspectos psicológicos do sistema de aviamento nos remetem diretamente aos aspectos simbólicos presentes na mitopoética dos juteiros, tema a ser abordado na próxima subseção.

4.3 – Os trabalhadores da juta e os seres encantados

Em conversas informais com os antigos trabalhadores e trabalhadoras da juta, senhores e senhoras na casa dos 60, 70 e 80 anos, constatamos que era marcante em suas vidas o apego às tradições religiosas vinculadas à Igreja Católica, em que as festas e dias santificados se tornavam acontecimentos importantes e aguardados com ansiedade por toda a comunidade. Outra marca essencial da religiosidade do juteiro era, e continua sendo, sua predisposição em interagir com os seres sobrenaturais supostamente presentes em meio à natureza amazônica, aos quais devia, invariavelmente, respeito e temor. Acrescente-se a isso sua predisposição, quando adoentado, a recorrer ao poder curativo do pajé ou xamã e a uma infinidade de receitas e simpatias relacionadas à farmacopeia popular de origem indígena, africana e europeia.

Estas duas manifestações de crenças religiosas, derivadas, sobretudo, do catolicismo ibérico e da cosmogonia indígena tupi-guarani, eram e ainda são partes integrantes e indissociáveis do sistema simbólico metafísico dos juteiros, compartilhadas com praticamente todos os demais trabalhadores rurais da Amazônia. Pontualmente, alguns desses trabalhadores acrescentam a esse sistema metafísico as crenças e tradições simbólicas derivadas da cosmogonia de origem africana, que também fazem parte da sociogênese e do processo civilizatório regional.

De um lado, uma lista infindável de homens e mulheres que, após a morte, a Igreja Católica Apostólica Romana achou por bem elevar ao *status* de santos e santas e lhes conferiu ou a eles atribui poderes sobrenaturais e decisivos sobre a vida dos devotos católicos. Costume derivado de tradições romanas ancestrais, anteriores mesmo ao advento da cristandade, tais entidades místicas, metafísicas, sacralizadas por um poder temporal, institucional, se tornam, às vezes, os guardiões protetores de determinada comunidade, vila ou cidade, os chamados padroeiros, dignos de reverência e exaltação nas festas populares que marcam seus dias especiais.

Do outro lado, uma lista comparativamente pequena de seres encantados amazônicos, que aqui podemos nomear os principais: Curupira, Boto, Bota (boto-fêmea), Cobra Grande (Boiaçu, Boiúna, Boitatá), Iara, Anhangá, Matinta Perêra, Mapinguari e o quase desconhecido Bicho-folharal. De acordo com Galvão (1955, p. 5): "[...] além desses, cuja caracterização é bastante definida, existem muitos outros

sobrenaturais a que o caboclo denomina genericamente de ‘bichos visagentos’, em geral associados a um acidente natural, o rio, o igarapé, ou um trecho da mata”.

O sistema simbólico dos povos amazônicos é fundado na crença de uma dimensão existencial metafísica na qual transitam tanto os seres encantados malfazejos de origem tupi-guarani, dos quais as pessoas procuram se afastar ou pelo menos evitar, quanto os santos padroeiros protetores do catolicismo romano, dos quais buscam as benesses no plano físico, material, imediato, e, se possível, a bem-aventurança eterna de uma vida celestial. Galvão acredita que essas duas formas de religiosidade coexistem na Amazônia separadamente, sem haver o sincretismo religioso que caracteriza tal aproximação em outras regiões da América do Sul. Essas duas categorias ou tipologias de seres sobrenaturais, santos padroeiros católicos e seres encantados amazônicos (ou simplesmente santos e visagens, para Galvão), podem ser apresentadas da seguinte forma:

> Embora se possa estabelecer uma homologia entre santos católicos e “encantados” da pajelança, é necessário, aqui, enfatizar suas diferenças e aprofundar um pouco a caracterização destas últimas entidades. Enquanto os santos se caracterizam por suas numerosas estampas e imagens (ou “semelhanças” deixadas por Deus na terra, segundo os informantes), os “encantados” não são representados de nenhuma forma, sendo também, normalmente, invisíveis a nossos olhos. Não obstante, assim como se acredita que os santos se manifestam às vezes diante das pessoas, em aparições a devotos privilegiados, o mesmo se diz que fazem os “encantados”, só que de forma bem mais frequente e de modo bastante variado. Essa crença, em parte, é responsável pela variedade de denominações que recebem. Distinguem-se, entre eles, os “encantados” “do fundo” e “da mata”, conforme o lugar onde habitam: o fundo dos rios ou a floresta (MAUÉS, 1994, p. 75).

Atualmente, podemos considerar que os antigos juteiros da Vila Amazônia sejam repositórios fidedignos de parte da história comunal do município de Parintins, sobretudo em seus aspectos mitológico, cultural, econômico, social e político. São, também, mantenedores ativos de uma extensa tradição cultural que ao longo de suas vidas vem sofrendo metamorfoses e adaptações ao mundo moderno, este marcado por um sempre crescente desencanto em relação aos seres sobrenaturais. Como forma de alcançar o objetivo pretendido neste estudo sobre os juteiros de Parintins, deixamos de nos referenciar no universo simbólico e nas manifestações religiosas de matriz africana, que deram significativa contribuição para a construção do inteiro sistema simbólico dos povos amazônicos.

Mediadas pela Igreja Católica, as atividades de cunho religioso institucional eram encaradas pelos juteiros como fontes de prazer e de renovação espiritual, imprescindíveis para a formação identitária e coesão da comunidade em que esses agentes sociais estavam inseridos e para a elaboração de seus modos de pensar, agir e interpretar o mundo. Concomitantemente, um dado significativo a ser destacado neste estudo está referenciado na relação de respeito e de temor reverencial que o juteiro estabelecia e mantinha com os seres encantados presentes nos rios, lagos e florestas, mesmo a despeito das possíveis consequências prejudiciais e imprevisíveis de tal relacionamento atípico.

O respeito e o temor aos guardiões da floresta e aos habitantes do fundo das águas, concomitantemente ao pedido de proteção aos santos católicos, faziam parte de um comportamento generalizado nas comunidades rurais e compunham os ritos diários que deviam ser observados por todos. Para Galvão (1955, prefácio):

> Tanto na coleta do material etnográfico como na sua elaboração, procuramos fugir de uma tendência que muito tem prejudicado a abordagem do assunto. A maioria dos estudos e ensaios sobre a vida religiosa dos caboclos da Amazônia é orientada por um interesse aparentemente folclórico, e neles se dá excessiva atenção à sobrevivência de velhas crenças, aos aspectos exóticos de algumas práticas ou rituais, e as teorias que procuram explicar a origem dessas manifestações culturais.

A literatura acadêmica sobre a Amazônia apresenta um vasto repositório de relatos sobre tais manifestações culturais que interrogam, fascinam e, sobretudo, clamam por uma análise aprofundada do que poderiam ser, em essência, tais fenômenos. Para Nascimento (2016, p.170), especificamente em relação aos Sateré-Mawé: “São tantas as manifestações sobrenaturais tornadas naturais nesse imenso cosmos de sentido denominado de mito pelo povo Mawé, que não nos é possível fazer essa viagem dos sonhos senão pelos caminhos da mitopoética”. Para a análise a que nos propomos, além de levarmos em conta os aspectos estéticos do mito (LOUREIRO, c.1994, p.66), nos apoiamos na perspectiva filosófica hermenêutica baseada, principalmente, na obra de Gadamer (1999; 2002) em consonância com a de Ricoeur (1990).

Conceitualmente, os seres encantados são considerados como parte integrante do imaginário cultural amazônico de caráter místico, mítico e religioso, e estão, segundo Galvão, diretamente relacionados à cosmogonia de origem tupi-guarani. Em *Santos e*

Visagens, o autor apresentou um estudo sobre o catolicismo popular praticado na Amazônia, que é caracterizado por ser uma religião centrada no culto aos padroeiros católicos e por conviver sem muitos atropelos com as práticas espirituais do animismo tupi-guarani, principalmente a pajelança (xamanismo) e a crença nos encantados.

Levando-se em conta o direcionamento de Galvão, consideramos a religiosidade manifestada por três juteiros, que passamos a apresentar como narradores, como sendo um tipo específico, amazônico, de catolicismo popular que mantém relações estreitas com o xamanismo amazônico originado nas antigas crenças tupi-guarani, bem como de influências africanas. Há 60 anos, na Gurupá-Itá de 1948, assim como na Parintins de 2018, as: "Crenças não católicas são degradadas e consideradas como 'superstições' das classes economicamente inferiores" (GALVÃO, 1955, p. 11).

Analisaremos a narrativa mitopoética dos três juteiros com base em um caso, ou melhor, em uma experiência ou "onimbó-é" (PEREIRA, 2007, p.24) relativamente recente e duas experiências antigas, envolvendo dois relatos sobre botos que se transformam em gente e um de roubo de sombra por bichos do fundo. Pretendemos interpretar as narrativas elaboradas pelos três antigos juteiros e investigar a intersecções existentes entre mitopoética e tecnociência em um contexto atual, em que as determinações culturais da modernidade estão cada vez mais arraigadas.

Os três narradores são Paulo Miranda, Orlando Nepomuceno da Costa e Arino de Carvalho, todos antigos trabalhadores da zona rural de Parintins que representam o pensamento mítico e religioso que permanece presente e vivo no imaginário simbólico das populações amazônicas. Os três juteiros são caudatários das antigas tradições indígenas de registro da história baseadas exclusivamente na oralidade. Entre os povos amazônicos ancestrais dos quais os três juteiros certamente são caudatários e devedores, damos destaque neste contexto para os Cauaiua, ou simplesmente Caua (caba, vespa), de origem tupi, que passaram para a história regional com o nome de Parintintin, apelido este dado por seus inimigos Mundurucu (PEREIRA, 2007, p. 17).

Os três juteiros são pessoas sérias, inteligentes, acostumadas a reconhecer que suas histórias ou experiências vividas são, aparentemente, absurdas, mas, mesmo assim, continuam a contá-las a quem quer que seja, independentemente do fato do interlocutor acreditar ou não no que eles estão narrando. "Nessa 'experiência' há sempre um elemento psicológico admirável – a lição a ser aproveitada pela tribo, na vida material,

na vida espiritual e na vida moral" (PEREIRA, 2007, p.24). Em relação às experiências vividas, é mesmo uma questão de acreditar, de crença, no sobrenatural que faz com que os juteiros Miranda, Costa e Carvalho tenham disposição para se expor de maneira tão sincera, desarmada, ao narrar os fatos ocorridos.

Mas, ao lado da sinceridade e sobriedade que marcam a narrativa dos três juteiros, existe o componente jocoso, capcioso, que objetiva tornar visível a ingenuidade e lerdeza de raciocínio daqueles que ousam duvidar daquilo que eles estão narrando. Nesses momentos lúdicos, o que impera é a narrativa hiperbólica, eivada de superlativos, mas exposta no mesmo tom sério e comprometido com a "verdade verdadeira" que caracteriza o relato sobre as experiências vividas com os seres sobrenaturais. Exemplo do realismo fantástico que aflora nessas ocasiões é caso do casco de jabuti gigante que servia de canoa para a inteira família de um dos três juteiros da Vila Amazônia aqui referenciados como fontes. "Era só botar o motor de rabeta no casco do bicho e a gente ia embora...".

O juteiro Paulo dos Santos Miranda e sua esposa Leonilda Vieira Miranda moram na Vila Amazônia, em um sítio perto das lajes do Rio Amazonas, um pedral localizado a poucos metros da margem. Ele se considera um bom católico, inclusive sua esposa participa das atividades comunais relacionadas ao culto dos santos padroeiros em sua própria casa, sem, no entanto, deixar de acreditar nas manifestações sobrenaturais que fazem parte do imaginário amazônico. Paulo Miranda conta que já foi espantado por um Matinta Perêra que, atraído pelo cigarro que fumava na ocasião, soltou um assovio terrível. Em relação à Cobra Grande, durante suas andanças pela várzea viu diversas, inclusive duas de tamanho gigante, que constantemente iam brincar no Rio Amazonas, próximo à sua casa.

Também, ouviu música que vem do fundo do rio, afirmando que muita gente também ouviu tal música desde a ribanceira da Vila Amazônia. "Daquele saxofone bom mesmo, a música surgia das pedras da correnteza", referindo-se Miranda às lajes parcialmente submersas localizadas próximas à sua casa. A explicação que o velho agricultor parintinense dá para tal fato inusitado é que se trata de encante, pois nas lajes existem seres encantados que gostam de música, talvez os mesmos que um dia roubaram sua sombra:

> Quando tinha nove meses, minha mãe me levou para passear na beira do Rio Amazonas. Naquela ocasião, um encantado se engraçou da minha sombra. Ele me assustou e roubou a minha sombra. Desde então, eu passei a chorar muito e parei de mamar. Fiquei mal mesmo. Minha mãe, Eloisa dos Santos Miranda, disse para o meu pai: "Raimundo, o Paulo vai morrer. Vai chamar o meu pai para fazer o batizado dele antes que ele morra". Meu avô chegou, me olhou e falou: "Loca, eu não vou batizar o Paulo porque vou tentar salvar a vida dele. Vou chamar o pajé Antônio Gonçalves para curar o menino". Quando chegou, o pajé disse pra minha mãe: "Loca, arruma a mesa com uma toalha branca e põe nela dois ovos de galinha, para eu ver onde está a sombra do menino". Com sua sabedoria, o pajé descobriu que a minha sombra estava numa localidade chamada Caxuiri, defronte a Juriti, no Pará. Aí então ele pediu aos espíritos para que trouxessem a minha sombra de volta. Logo em seguida, as pessoas que estavam ali passaram a ouvir choro de criança no ar e não sabiam de onde vinha. O pajé Antônio Gonçalves disse então para minha mãe: "Loca, dá o peito pro menino". E eu voltei a mamar e fiquei bom. Foi um bicho encantado que levou a minha sombra para o fundo do rio, meu amigo, e eu quase morri por causa disso (Entrevista, 2014).

O juteiro Orlando Nepomuceno da Costa comenta entristecido que muitas pessoas não acreditam mais no poder da oração. Conta que, às vezes no mato, quando caçava, chegou a ver muita visagem, sentia a presença de algo sobrenatural, mas não tinha medo porque estava acompanhado com seu pau de fogo, sua espingarda. Em relação ao boto, com sua capacidade de "ingerar-se", ou seja, transformar-se em ser humano, Orlando Costa relata uma experiência vivida por uma parenta:

> O boto se ingera [sic], de bicho, vira homem. Esse homem, quando se agrada de uma mulher, se serve dela. Vou lhe contar um caso verídico que aconteceu por volta de 2010, em uma colônia de terra firme chamada de Murituba, para onde conduzo o gado no inverno. Uma prima minha, chamada Amarilda [o nome foi trocado], mulher madura, de 20 e poucos anos, quase morreu devido à perseguição de um boto. O bicho se ingerava em um homem branco, alto, de roupa branca. Para fugir da perseguição, ela se mudou para outro local, porque o boto não a deixava em paz. Mesmo assim, o boto descobriu o paradeiro dela. Quando o boto se servia da minha parenta, dava uma dormideira nela e ela não se lembrava de nada o que tinha acontecido. Com o tempo ela ficou muito pálida. Um dia o marido topou com um homem saindo da casa deles, mas o boto já tinha feito o serviço. O marido atirou no homem vestido de branco, acertou em cheio, mas, mesmo assim, ele correu e caiu n'água. Três dias depois um boto apareceu morto, de bubuia, no rio. Foi assim que a minha parenta se livrou da perseguição (Entrevista, 2014).

Os botos das águas fluviais da Amazônia são o boto-amana (*Inia geoffrensis*) e o boto-tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), que são, respectivamente, o boto de cor avermelhada-rosácea, o maior, e o de cor cinza, o menor dos dois. Com respiração pulmonada, eles

apresentam características comportamentais típicas dos mamíferos superiores, destacando-se a reprodução sexuada para a qual dedicam uma corte prolongada.

As duas espécies de boto da Amazônia apresentam genitálias semelhantes aos humanos, tanto na fêmea como no macho. A explicação mítica que os trabalhadores rurais dão para o fato é que esta aparência anatômica resulta do namoro entre uma mulher e um tapir (anta-macho), animal conhecido por ter um membro avantajado que é, guardadas as proporções, semelhante ao do homem, união da qual teria surgido o boto da Amazônia.

De semblante sempre sério e respeitável, o juteiro Arino de Carvalho, embora seja tradicionalista e afeito às regras e direcionamentos da cultura local, deixa transparecer certa tendência à incredulidade em relação ao misticismo de viés animista predominante em seu círculo de amizade e parentela. Reverberando a retórica dos antigos líderes católicos, Carvalho, com convicção, afirma que nunca pegou panema, dizendo que este estado de espírito adverso, que alquebra o corpo e esgota a energia dinâmica do ser humano, é resultado de medo infundado e da superstição animista a que as pessoas estão submetidas. O juteiro está se referindo à:

> [...] crença na panema ou panemice, uma força mágica, não materializada, que à maneira do mana dos polinésios é capaz de infectar criaturas humanas animais ou objetos. Panema é, porém um mana negativo. Não empresta força ou poder extraordinário; ao contrário, incapacita o objeto de sua ação. O conceito de panema passou ao linguajar popular da Amazônia com o significado de má sorte, desgraça, infelicidade. [...] uma incapacidade de ação, cujas as causas podem ser reconhecidas, evitadas e para as quais existem processos apropriados (GALVÃO, 1979, p.81).

Arino de Carvalho é devoto de Santa Rita e se pega com ela porque "a santa faz milagres", mas também rende devoção e reverência a todos os santos do sistema católico de adoração. Muito ligado à Igreja Católica, Arino de Carvalho era amigo de Arcângelo Cerqua, bispo italiano fundador da prelazia de Parintins. Sem muita convicção, o juteiro relata a história atual de um agricultor da comunidade de Mato Grosso, que, invertendo o sentido da crença tradicional, se transforma em boto: "O Antônio Mota [nome fictício] mergulha na água e lá na frente ele boia já como boto".

Mas, em relação à própria experiência com seres sobrenaturais, vivida em sua mocidade, Carvalho a tem como um fato real, sem apresentar qualquer sombra de

dúvida quanto à sua ocorrência, referindo-se a tal experiência sobrenatural, para a qual não conseguiu elaborar nenhuma explicação plausível, como sendo uma "visão":

> O que eu conto a respeito do boto é uma visão que tive, há muitos anos, quando pescava peixe-boi na beira do Rio Amazonas. Eu estava andando de canoa, quando me aproximei de um grande canaranal que havia na beira do rio. Eu vi um movimento como se fosse de homens que estivessem andando no meio da canarana. Isso se deu por volta de uma hora da madrugada. Aquele pessoal vinha andando, se aproximando de mim, cada vez mais próximos, a uns dez metros, no meio da canarana. Eu peguei a lanterna e foquei. Quando foquei, aquele pessoal correu e caiu na água, próximo de mim. Em menos de um minuto, todo mundo boiou, a uns 20 metros longe de mim. Era um bando de botos. Bom, isso eu conto porque eu vi (Entrevista, 2014).

Os três relatos refletem uma gama infindável de situações vividas pelo trabalhador rural amazônico em sua lida diária, seja na pescaria, caçada ou quando ele entra na mata para dela extrair seu sustento, e que se tornaram tema de inúmeros livros de autores amazônicos, entre eles Moacir Andrade (1985) e Apolonildo Britto (2007). Generalizando, esse tipo de relato apresentado pelos três juteiros são alvos constantes de depreciação, sarcasmo e ironia. Via de regra, são considerados "folclóricos" por escritores regionais e até mesmo por autores acadêmicos, pois é flagrante certo preconceito urbano em relação aos modos de vida e crenças dos trabalhadores rurais. Em relação aos textos científicos que tratam dessas experiências transcendentais, nota-se que o discurso acadêmico, quando deixa de ser descritivo para ser analítico, quase sempre é emitido desde uma posição pretensamente superior, pois o objeto de análise é uma ação "magicamente motivada" (WEBER, 2004, p. 279) a ser vista com cautela.

O discurso acadêmico quase sempre deixa transparecer a ideia de que o outro, o trabalhador rural amazônico, é incapaz de pensar corretamente desde o ponto de vista da cientificidade predominante no meio acadêmico, cientificidade que é, também, baseada em aspectos econômicos e práticos. Neste sentido, Pelto (1979, pp.90,91) considera que na sociedade ocidental, a disciplina Economia elaborou "[...] a hipótese do 'homem econômico' como a base da análise de importantes processos sociais, e muitos teóricos chegaram a considerar o 'homem econômico' como o modêlo de julgamento da racionalidade humana".

Os modos de pensar dos antigos juteiros e dos trabalhadores rurais amazônicos da atualidade, para os quais os seres sobrenaturais da floresta e das águas transitam livremente, assemelham-se àqueles estudados por Claude Lévi-Strauss, referenciados

em inúmeros trabalhos etnográficos realizados por Franz Boas durante o início do século XX. Neste contexto, é necessário esclarecer que:

> O pensamento selvagem é lógico no mesmo sentido e da mesma maneira que o nosso, mas da forma como somente o nosso é quando aplicado ao conhecimento de um universo em que reconhece simultaneamente propriedades físicas e propriedades semânticas. Uma vez dissipado esse mal-entendido, não é menos verdade que, ao contrário da opinião de Lévy-Bruhl, esse pensamento opera pelas vias do entendimento e não da afetividade; com o auxílio de distinções e de oposições, não por confusão e participação (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 296).

Mas outro tipo de lógica, esta perversa, preconceituosa e persistente, ainda se manifesta na atualidade, a de se atribuir aos trabalhadores rurais amazônicos algum tipo de limitação intelectual por causa do apego a seus costumes e tradições. Mas não devemos esquecer que a antropologia social não julga e tampouco elabora juízo de valor a respeito das sociedades estudadas e, portanto, não existe sociedade inferior ou superior do ponto de vista do pesquisador. A discriminação ainda presente no contexto social urbano é sustentada, em parte, pelo fato que muitos trabalhadores rurais atribuem aos encantados do fundo dos rios e das matas a causa de algumas de suas doenças e deficiências físicas. Quando uma criança nasce com alguma deficiência física, malformação dos pés, por exemplo, logo surge a explicação: durante a gravidez, a mãe desejou e comeu pés de jabuti, daí a criança ter nascido com os membros inferiores deficientes, parecidos com os do animal.

Parte do sistema simbólico do trabalhador rural amazônico que diz respeito às doenças e à morte é atribuído aos antigos costumes, crenças e práticas animistas de seus ancestrais indígenas, assim como nos revela Uggé (1996, p. 18):

> A doença e a morte, conforme a mentalidade indígena, podem ser originadas por malefícios, feitiços e outras causas que fogem ao controle das pessoas. A morte (mamim) para os Maué, segundo as mitologias tribais, é provocada por feitiços representados por bichos e seres maléficos do mato. Simbolizada como um enigma fatal, a morte, que é inevitável, leva o espírito do defunto, em uma nova existência, para lugares (mangú) não bem definidos onde fica vagando, sem consolo, a procura de algo.

Talvez a lógica preconceituosa encontrada no contexto urbano em relação a essas crenças e práticas ancestrais, mormente engendrada pelo senso comum, que, às vezes, resvala o ambiente acadêmico, tenha raízes profundas na história da civilização ocidental e esteja relacionada diretamente ao estranhamento que os europeus tiveram

durante a conquista empresarial militar da costa atlântica brasileira e, posteriormente, da Amazônia.

Como teoria filosófica, a hermenêutica está relacionada diretamente ao ato de interpretar um texto escrito, a partir da linguagem, tendo o próprio tempo como categoria de interpretação e utilizando como instrumentos para a elaboração das análises provas, evidências e pistas, além da investigação aprofundada de uma determinada situação. A hermenêutica é caudatária de uma longa tradição escolástica, a exegese, que está intimamente relacionada à cultura religiosa judaico-cristã e envolve a interpretação dos antigos textos bíblicos.

A tradição milenar perpetuada por exegetas nos claustros da Igreja Católica tem raízes profundas na filosofia grega referenciada em Aristóteles e guarda similaridades com a também milenar tradição talmúdica de interpretação da Torá. Autor que disponibiliza parte do referencial teórico para a nossa interpretação dos relatos dos juteiros, Ricoeur (1990, p. 17) assim se expressa a respeito dessa teoria filosófica: "Adotarei a seguinte definição de trabalho: a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos".

Como interpretação crítica, a hermenêutica pode ser considerada como sendo a arte, técnica ou mesmo método de se extrair mensagens implícitas inseridas nos textos literários, jurídicos e religiosos, e mesmo naqueles derivados dos relatos orais, como os dos três juteiros aqui em destaque. Essas mensagens implícitas são extraídas do texto a partir de um código interpretativo internalizado pelo leitor e que está intimamente relacionado às tradições interpretativas das quais ele é caudatário.

Tendo-se como referência um determinado texto, dá-se início ao processo hermenêutico a partir de ideias que ainda não estão desenvolvidas, baseadas mesmo no senso comum, juízos formados *a priori* e opiniões, expressões que Gadamer chama de "preconceito" (o conceito ou conhecimento prévio que se tem de terminado assunto) e que servem de base legítima para avançarmos no entendimento do assunto pretendido. Em um contexto eminentemente hermenêutico, Popper (1962) se reporta à ideia de falseamento, visões incompletas, parciais, para se dar início ao processo de desvendamento ou interpretação textual.

Neste texto analítico ensaístico, cujo objetivo é interpretar criticamente a relação existente entre seres humanos e seres encantados a partir dos relatos dos juteiros, com a pretensão mesma dela extrair sua essência, sua "verdade" epistemológica, procuramos, também, nos balizar na perspectiva estruturalista para dar conta dessa tarefa. O que a análise estrutural "busca, por meio do estudo do 'pensamento dos selvagens', é esclarecer aquela parte de 'pensamento em estado selvagem' que cada um de nós conserva como um resíduo anterior à grande domesticação racional" (DESCOLA, 2009, p. 154).

Preocupado em descomplicar a hermenêutica, Nunes (2007) ressalta que nós, seres humanos, "somos um diálogo", sendo, no mínimo, necessárias duas pessoas para haver uma interlocução, troca de ideias, o que nos remete a outro aspecto primordial dessa teoria filosófica, o pluralismo. Por mais que se queira, e por melhor que sejam elaboradas, as visões que privilegiam uma única explicação são sempre limitadas, sem a necessária profundidade para satisfazer os princípios da hermenêutica filosófica. Em síntese, é necessária, sempre, uma visão pluralista, interdisciplinar, para se ter uma ideia aproximada do objeto a ser analisado.

É necessário, também, colocar em xeque o conhecimento acadêmico existente e se fazer perguntas, muitas perguntas, muitos questionamentos a respeito do assunto em pauta e, principalmente, fruir os aspectos estéticos das narrativas mitológicas. Para Loureiro (c.1994, p.66): "Mítico e poético são produtos de um imaginário estetizante e, no entanto, apresentam-se como verdades aparentes ou formas de verdades, legitimadas pelo livre jogo entre a imaginação e o entendimento [...]".

O que nos induziu a elaborar esta análise de caráter sociológico e antropológico foi um questionamento: Como, na segunda década do século XXI, formas de pensar francamente anacrônicas do ponto de vista social urbano cientificista ainda sobrevivem e se conservam praticamente intactas num cenário mundial cada vez mais desencantado pela ciência e pela tecnologia?

A resposta imediata a este questionamento vem da própria ciência, por intermédio da antropologia e da sociologia, com um discurso estruturalista pronto e acabado, ligado diretamente ao controle do meio ambiente, à coesão social e à produção dos meios de sobrevivência das sociedades ditas primitivas, das quais as atuais comunidades amazônicas são caudatárias. Em síntese, este é, presumivelmente, o

objetivo do surgimento, desenvolvimento e continuação da existência de tais manifestações culturais.

Em nosso próprio questionamento está implícito um conceito seminal em sociologia, a racionalização de todos os modos de vida, e o consequente desencantamento do mundo pela expansão paulatina e inexorável da ciência tecnicista, tese defendida com rigor por Weber (2004) por volta do início do século XX. Naquele contexto histórico, Weber estava se referindo ao eminente e "necessário" desaparecimento do mito e da magia para que eles pudessem dar lugar a formas racionalizadas de se ver o mundo, um processo que deveria ser promovido, inclusive, pelas próprias instituições eclesiásticas da civilização ocidental.

Em outras palavras, a questão da intelectualização e da racionalização em Weber remete para o fato de que a tecnociência propõe um mundo onde não há espaço para manifestações de poderes ocultos e imprevisíveis e que tudo em nossa volta pode ser perfeitamente compreendido pelas leis científicas. "Diferentemente do selvagem, para o qual tais poderes existem, já não temos de recorrer a meios mágicos para controlar ou invocar os espíritos. Isso consegue-se graças aos meios técnicos e ao cálculo. Tal é, essencialmente, o significado da intelectualização" (WEBER, 2005, p.13).

Para além do direcionamento weberiano, a realidade vivida pelas comunidades rurais amazônicas suscita novos questionamentos. Neste estudo, disciplinarmente considera-se a relação entre seres humanos e seres encantados como sendo parte de um processo cultural macro, que envolve meio ambiente, sociedade e economia. Neste contexto eminentemente acadêmico surge a pergunta: Como diferentes e numerosos agentes se articulam, em temporalidades distintas e, às vezes, simultâneas, para apresentar relatos dessa relação de forma tão semelhante, coerentes entre si e despidos de qualquer pretensão aparente ou objetivo imediato?

A natureza mesma dos contatos com seres encantados deixa margem para a dúvida em relação à veracidade de tais acontecimentos. Tais contatos podem ser individuais ou coletivos e se dão quase sempre em ambientes isolados, longe das máquinas fotográficas e das filmadoras, muitas das vezes na calada da noite, de madrugada, quando mais se precisa de um gole de cachaça para tomar coragem ou da fumaçazinha alucinógena do dirijo para se manter energizado, com ou sem alteração do estado de consciência.

As evidências materiais que tais contatos deixam são nulas, inexistentes, ou de dificílima identificação. A materialidade das provas é zero. Durante a caçada na floresta densa, o que o caçador tem como prova de sua onimbó-é com os seres encantados é quase sempre um susto, uma vertigem, uma palidez que logo desaparece para dar lugar à realidade de uma atividade para a qual é necessária muita coragem para enfrentar não só o animal selvagem que lhe servirá de alimento, mas, também, o protetor sobrenatural desse animal, que espreita o caçador a cada momento.

O grito horripilante da Matinta Perêra se perde nas profundezas da selva. Os sulcos na areia macia da várzea deixados pelos sapatos do Boto Sedutor são confundidos com muitos outros, deixados pelos rapazes que também acabaram de sair da mesma festa. Sinuosos, os rastros da Cobra Grande são deixados no capim alto da várzea, que rapidamente se recompõe, ou nas areias macias da praia, sujeitos às águas revoltosas dos rios, e logo desaparecem.

Para um investigador forense tal situação é dramática, pois sem provas materiais ou sequer evidências não há como incriminar o suspeito, afirmar que de fato houve o fato e tampouco como se deu o fato. Mas fica a versão do fato consumado contada de boca em boca, que logo se transforma em conto, todos sabem, todos contam. Por metamorfose, o conto, quando atinge a máxima amplitude do domínio público, consolida-se como narrativa epistemologicamente verdadeira e daí se transforma em mito.

Os relatos dos três juteiros da Vila Amazônia são inconsistentes do ponto de vista da técnica de investigação forense, mas, talvez, do ponto de vista da hermenêutica crítica se possa encontrar evidências de veracidade no próprio discurso. Ou, pelo menos, razões suficientes para se colocar em suspenso o veredicto de fraude coletiva e generalizada, juízo que vem ocorrendo desde quando os primeiros viajantes europeus passaram a registrar tais contatos. A pergunta anterior torna-se recorrente, mas pode ser expressa de outra forma: Como imaginar uma conexão entre tantas pessoas, em locais distantes entre si, ao longo dos séculos, capaz de produzir relatos de contatos que se mostram, em determinadas circunstâncias, praticamente idênticos?

Numa direção oposta àquela proposta por Weber, o que talvez esteja agora acontecendo, de fato, é o paulatino retorno às origens ancestrais, um reencantamento do mundo, no qual a racionalidade passa a coexistir pacificamente com a magia e as forças

míticas da natureza amazônica podem circular livremente no mundo da tecnociência. Atualmente, de certa forma e em alguns contextos, o mito já está sendo apresentado como um sonho crível, a ser sonhado e vivido por toda a coletividade. No cenário utópico da atualidade, convergimos com a assertiva profética de Lévi-Strauss (1989, p. 298), de que ainda é permanecer fiel à força inspiradora "do pensamento selvagem reconhecer que o espírito científico em sua forma mais moderna contribuiu para legitimar seus princípios e restabelecê-los em seus direitos, por um encontro que somente aquele [o pensamento selvagem] soube prever".

Mas voltemos aos botos. O cenário é idílico, a cena, inusitada: O trabalhador rural Antônio Mota mergulha nas águas calmas do lago de sua comunidade e, logo em seguida, um boto-amana brincalhão surge para deleite de uma pequena plateia, sôfrega por entretenimento. Alucinação coletiva? Excesso de bebida alcoólica? Uso abusivo do dirijo? Tradição secular em relatar mentiras para os visitantes? Falta do que fazer?

Talvez o estudo do inconsciente coletivo proposto pela psicologia analítica de Jung, conceito empírico que pode ser equiparado ao de instinto, seja inadequado para se analisar criticamente a relação entre seres humanos e seres encantados, principalmente por não corresponder ao princípio da causalidade, tão caro à mente científica cartesiana. Talvez a sabedoria popular do próprio trabalhador rural amazônico tenha uma explicação epistemológica mais adequada e consistente do que a antropologia e a sociologia para tal tipo de fenômeno de cunho metafísico, sempre tão prenhe de realismo fantástico, capaz de preencher páginas e mais páginas da literatura tão ao gosto de Gabriel García Márquez.

NOTAS CONCLUSIVAS

Trinta anos se passaram desde o fim da cadeia produtiva da juta por volta de 1987 e mesmo agora, ressuscitada como cadeia produtiva de fibras da Amazônia, sua realidade cruel continua a mesma de antes, quando, conforme erroneamente assinalado por Benchimol (2009, p.473), essa "[...] importante cultura, cujo ciclo trouxe vida e prosperidade" estava no auge de sua hegemonia econômica e fiscal. Emprestando a fraseologia pitoresca do título de um livro de Benchimol (1977), torcemos imensamente para que o seguinte vaticínio não se torne realidade: O "pouco antes" de sofrimento e dor da juta se estenderá indefinidamente no "além depois" de dor e sofrimento da malva.

Torcemos mais ainda para que algo de realmente bom e decisivo aconteça e possa transmutar para melhor a realidade cruel das áreas agrícolas voltadas para o cultivo de fibras na atualidade. Mas tal realidade adversa, aflitiva, ainda presente nas várzeas amazonenses, ao que tudo indica se estenderá indefinidamente, num futuro a perder de vista e enquanto houver necessidade dessas matérias-primas. Ao que tudo indica, o patronato regional a serviço do capital globalizado não baixará a guarda e continuará sugando 90% do sangue do malveiro, deixando apenas algumas parcas gotas para serem sugadas, não pelos vampiros da metáfora de Marx, mas pelas sanguessugas dos rios, figurativas ou não.

Nosso prognóstico se baseia num fato advindo da realidade empiricamente observada: a nova geração de agricultores, considerados como tais a partir de dez ou 12 anos de idade, fica fora dos bancos escolares durante o período de cultivo da malva e, portanto, não terá como se diferenciar para melhor de seus pais e avós. Mas o atual quadro educacional, por mais cruel que seja, ainda representa um avanço em relação ao quadro dos antigos juteiros, cujos filhos, praticamente, não tinham acesso à escola nem mesmo no período da entressafra da juta, pois a partir de oito anos eram considerados aptos ao trabalho agrícola (NODA, 1985, pp. 65, 70).

Após detida análise acadêmica interdisciplinar, chegamos à conclusão que a cadeia produtiva da juta no período em foco (1937-1987), com sua imensa capacidade de absorver mão de obra sem qualificação profissional, efetivamente não contribuiu para o desenvolvimento regional nem tampouco para a elevação da qualidade de vida dos juteiros. Muito pelo contrário, tornou-se um entrave ao desenvolvimento econômico

e social regional por restringir a ampliação do mercado consumidor de boa parte do meio rural dos estados do Amazonas e Pará. Também, ficou patente em nossos estudos que a sucedânea da cadeia produtiva da juta, a da malva, atualmente, não oferece perspectivas de superar os entraves e características estruturais seculares que fazem do cultivo de fibras uma atividade que permite pura e simplesmente a sobrevivência de seus trabalhadores, mas não a elevação da qualidade de vida ou mesmo o acúmulo de algum capital, por menor que seja.

O cultivo da juta e da malva nos moldes atuais é uma atividade típica da "periferia da periferia" capitalista, que absorve em larga escala mão de obra não qualificada e acaba se transformando em mais um "moinho de gastar gente", para utilizar uma frase de Darcy Ribeiro (1997). Atualmente, precisamos nos perguntar quanto custa aos cofres do estado do Amazonas incentivar o cultivo da malva nos municípios de Manacapuru, Iranduba e adjacências, atividade agrícola voltada para satisfazer os interesses de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, principais produtores brasileiros de café que ainda utilizam sacaria de fibra natural para acomodar o produto destinado à exportação.

Ao longo da pesquisa documental e bibliográfica, ficou claro que a principal decisão em relação à implantação da cadeia produtiva da juta na região foi tomada pelo Governo Federal por injunção do patronato paulista do café no sentido de ter a Amazônia como produtora dos sacos de aniagem em substituição da importação deste insumo produzido na Índia e no Paquistão. A arqueologia da arquitetura do poder na Amazônia durante o período da juta revela que o Estado brasileiro foi o principal indutor dos fatores causais das transformações econômicas e sociais que se deram no âmbito regional, inclusive promovendo a implantação e consolidação da cadeia produtiva da juta para conter a evasão de divisas.

A historiografia acrítica credita única e erroneamente a decisão de implantar a cadeia produtiva da juta à iniciativa do general primeiro-ministro Giichi Tanaka por intermédio da Companhia Industrial Amazonas S.A. (CIA), megaempresa agroindustrial japonesa introdutora da juta no Amazonas. No entanto, a produção de fibras de malva na Amazônia começou em 1935, no Pará, à revelia das pretensões de Tanaka, oficialmente dois anos antes da CIA ter produzido o primeiro carregamento de juta, em

1937, para ser processado em uma fábrica de aniagem que já estava em plena atividade em Belém desde o final do século XIX.

Para a historiografia regional, a cadeia produtiva de juta na Amazônia seria exclusivamente mais um resultado positivo do espírito empreendedor dos empresários japoneses da CIA, sob a liderança do empolado deputado imperial Tsukasa Uyetsuka, e da pretensamente superior capacidade nipônica de superar obstáculos de todos os tipos, inclusive o evidente amadorismo deles mesmos em relação à gestão empresarial. O entendimento que consideramos correto a respeito da implantação da cadeia produtiva de fibras, que inclui a malva e a juta, é a convergência dos interesses da burguesia paulista vinculada à produção de café com os interesses do patronato regional, que disponibilizou as facilidades operacionais oferecidas pela Amazônia, como ambiente natural propício e mão de obra relativamente abundante e de custo reduzido. Aos dois principais atrativos, podemos acrescentar o sistema gerencial de recursos humanos e financeiros aperfeiçoado ao longo do período econômico da borracha, que tinha no aviamento um instrumento de aliciamento e coerção eficaz e eficiente.

Constatamos que os empresários japoneses da CIA entraram de gaiatos na história da cadeia produtiva de fibras da Amazônia, sem terem sido formalmente convidados ou ao menos atraídos pelos governos estaduais para contribuir com trabalho honesto visando ao desenvolvimento regional. Infiltrados à sorrelfa na região a mando de Tanaka e acobertados pelos governadores amazonense e paraense ainda na década de 1920, os agentes da equipe amazônica do general primeiro-ministro, liderados no Amazonas por Tsukasa Uyetsuka, desde então passaram a ditar na região os rumos da historiografia ufanista e distorcida em voga no Japão fascista do imperador Hiroíto.

Constatamos também que a cadeia produtiva da juta e seu respectivo período econômico (1937-1987) passam praticamente despercebidos da maioria dos nossos interlocutores, principalmente daqueles que fazem parte do nosso círculo acadêmico e profissional. Observamos o relativo desconhecimento das condições de trabalho deletérias e perigosas e da importância fiscal do período econômico da juta no pensamento social da Amazônia da atualidade e a regular ausência desse período econômico nas teses e dissertações regionais. Aprovados e validados pela Academia de Ciências na Amazônia, esses estudos quase sempre apresentam contextualizações falhas e inconsistentes, que poderiam ou deveriam incluir ou ao menos dar alguma atenção

para a abrangência econômica e fiscal exercida pela cadeia produtiva da juta em seu período de vigência de meio século.

Ao trabalhar a memória e problematizar as agruras dos juteiros ao longo de quatro anos ininterruptos, também nos ocorreu que seria oportuno a nós, agentes sociais e atores da Academia de Ciências que tivemos acesso a informações "privilegiadas" acerca do período econômico da juta, assumirmos definitivamente em nosso discurso a perda de um suposto passado de "prosperidade" em relação à sua cadeia produtiva. Ao longo da tese, procuramos deixar claro que o cultivo da juta não é uma atividade socialmente justa nem sequer economicamente viável para a Amazônia e expomos didaticamente quem se beneficiou dessa atividade insalubre e perigosa. É, sim, uma atividade canhestra e anacrônica que encontra certas similaridades operacionais nas condições de trabalho insano vividas por milhares de trabalhadores fabris nos teares ingleses dos séculos XVIII e XIX, condições estas descritas por Thompson.

Deveríamos, ainda, nos deter no rastro de sofrimento e dor deixado por essa atividade deletéria e desmistificar sua aura popular enigmática resultante de um processo midiático eficiente e eficaz levado a efeito por jornalistas e assessores de Comunicação oriundos de diversas áreas do conhecimento desde 1938. Não podemos esquecer o que "[...] uma campanha publicitária bem dirigida pode [...]" (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 279) ocasionar de proveitoso para seus promotores e de prejudicial para aqueles que são o público-alvo, as vítimas em potencial.

O rastro de dor e sofrimento deixado pela cadeia produtiva da juta, composto por evidências, indícios, relatos orais, teses e dissertações, além de publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários, vem tomando vulto e se disseminando mais e mais a cada dia que passa. Essa disseminação exponencial do conhecimento existente sobre o tema é devido, principalmente, ao desenvolvimento tecnológico sintetizado na operacionalização e popularização da rede mundial de computadores, a World Wide Web (WWW).

Com a internet, novas informações estão sendo disponibilizadas diuturnamente, nos fazendo crer que a análise acadêmica das agruras dos juteiros, da penetração e abrangência da propaganda oriunda do patronato regional e da audácia, prepotência e arrogância dos militares fascistas japoneses não seria tão oportuna como neste ano específico de 2017. Nos apercebemos que o cenário historiográfico para o correto

entendimento do período econômico da juta somente agora, 30 anos depois de seu melancólico desfecho em 1987, ficou pronto e se colocou à disposição dos pesquisadores sérios e diligentes, aptos a compreendê-lo em praticamente toda a sua inteireza.

Nossa pretensão mesma é que este estudo crítico sobre o cultivo da juta na Amazônia possa estabelecer um marco divisório no pensamento social regional em relação ao tema abordado, desvinculando-o das narrativas acríticas em voga e superando o imperativo categórico "Plante juta ou morra!" imposto a todos os juteiros pelo paradigma econômico capitalista daquele período. Que nosso estudo crítico possa ser incorporado ao estado da arte como sendo sério, escrupuloso e diligente, baseado em consenso acadêmico interdisciplinar, a partir do qual poderá haver, sim, um resultado prático, plausível e palpável. Afirmamos antecipada e peremptoriamente não ser nossa intenção explícita ou mesmo implícita pretender um possível, necessário e bem-vindo desmantelamento das condições adversas vivenciadas, atualmente, pelos malveiros nas várzeas amazonenses.

Às vezes, alguns de nossos colegas jornalistas veiculam reportagens críticas e contundentes que se desdobram em ramificações marcadas pela imprevisibilidade e que, por seu viés polêmico, são rapidamente disseminadas e atingem um público leitor amplo e diversificado. Diferentemente de algumas reportagens críticas do jornalismo, profissão militante em que a polêmica é sempre bem-vinda e, realmente, permite uma difusão mais acelerada do conteúdo veiculado, as análises acadêmicas críticas aqui apresentadas não são ou não devem ser interpretadas como provocações, retaliações ou invectivas de qualquer ordem a quem quer que seja.

Pelo fato de reconhecermos que "[...] os pressupostos culturais das ciências são muito claros" (SANTOS, 2007, p. 23), fica ainda mais claro que a ingerência do nosso próprio viés cultural nas análises acadêmicas críticas sobre as agruras dos juteiros e temas afins abre um leque de possibilidades infinitas de leituras e interpretações da tese apresentada, inclusive a de alguém tomá-la como agravo. Antecipamo-nos a possíveis cenários adversos advindos da socialização desta tese afirmando que a polêmica fácil e gratuita está longe de ser nossa intenção particular e muito mais longe ainda do nosso principal interesse, o de promover o progresso da Ciência. A elaboração, publicação e a consequente publicidade de trabalhos acadêmicos é ação usual do fazer científico, sendo

que a máxima *publish or perish* deve ser seguida à risca pelos agentes e atores do campo intelectual acadêmico.

No entanto, no contexto disciplinar da gestão empresarial, socialização das informações ou discrição deve ser uma decisão a ser tomada no âmbito do planejamento estratégico, nunca *a posteriori* de qualquer ação que pretenda solucionar ou contornar uma situação gerencial de crise. Neste sentido, Chandler (1998) sugere que a estratégia, seja ela qual for, inclusive aquela conjuntural, deva preceder, sempre, a ação, ou seja, adequar a composição da estrutura física ou o gerenciamento da empresa ao seu planejamento estratégico estrutural. Nunca o contrário, pois, como dito anteriormente, a ordem dos fatores altera substancialmente o resultado.

Salientamos que não temos percepção distorcida da realidade do contexto de nossas análises que nos permita querer interferir no comportamento dos agentes e atores sociais, políticos e econômicos capazes de direcionar o curso dos acontecimentos e determinar o desfecho de qualquer processo histórico. Ao reconhecer os limites de nossa própria atuação no campo intelectual acadêmico, reconhecemos também que os eventos econômicos, políticos e sociais tomam o rumo que bem entendem sem que para tanto nos perguntem para onde devam ir. Esses eventos também não nos pedem sequer sugestão de como chegar ao destino estratégico programado e planejado em consonância com as diretrizes impostas pelas forças impessoais e apátridas do capital globalizado.

Talvez o propósito factível e desejado deste estudo seja tão somente tentar mudar o entendimento superficial, incongruente e inadequado que nossos pares da Academia de Ciências têm a respeito de acontecimentos pretéritos relacionados à cadeia produtiva da juta. Se este propósito for alcançado, nossos pares e o público em geral tomarão conhecimento de aspectos, dimensões e perspectivas cruciais para um entendimento um tanto mais aprofundado do estado da arte, especialmente em seus vieses antropológico, sociológico, econômico e historiográfico.

Assim, nossos pares e o público leitor poderão ficar sabendo que nem todos os intelectuais acadêmicos da Amazônia se quedaram embevecidos e maravilhados diante do canto midiático mavioso e enigmático da sereia capitalista em seu afã de implantar, expandir e manter a cadeia produtiva da juta na região. Também ficarão sabendo que, desde a década de 1930, a história da cadeia produtiva da juta na Amazônia foi sendo

assentada e difundida em termos outros que não exatamente aqueles baseados na realidade dos fatos, passando olimpicamente ao largo das asperezas impostas à vida de milhares de trabalhadoras e trabalhadores rurais, pais e avós de boa parte da população paraense e amazonense da atualidade.

De fato, as agruras impostas a cerca de 50 mil juteiros e juteiras paraenses e amazonenses ao longo de 50 anos fazem parte de uma realidade não tão pretérita que praticamente passa despercebida até mesmo por seus atuais descendentes. Pior, tal realidade passa despercebida até mesmo por intelectuais acadêmicos oriundos da Amazônia que, por obrigação, deveriam ter uma ideia um pouco mais aproximada do que foi, realmente, o sofrimento, o desprezo e a falta de reconhecimento vivenciados por esse grupo social homogêneo do ponto de vista econômico. Sem uma associação classista de defesa de seus direitos como trabalhadores rurais e sem o anteparo de dispositivos legais voltados para a proteção de sua atividade, os antigos juteiros se viram enredados na trama cruel e avassaladora da expansão capitalista na região. Para Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto:

> A maioria das pessoas, entre elas os analistas econômicos e sociais acadêmicos, tem a impressão que, na Amazônia, o produto juta, como tantos outros produtos agrícolas e extrativistas, apareceu, teve seu período de alta e baixa, e simplesmente desapareceu. São incapazes de dimensionar as consequências nefastas dessa atividade no campo político e social. Parte do subdesenvolvimento das áreas produtoras de juta no Amazonas e Pará, até mesmo na atualidade, se deve à cadeia produtiva da juta em meio século de exploração ou superexploração da mão de obra do trabalhador rural. Quando se fala do atual atraso econômico e social do Amazonas e Pará estamos falando exatamente do atraso provocado por essa cadeia produtiva anacrônica e desumana (Entrevista, 2017).

Com braço forte e semblante altivo, o juteiro emergiu de tal cenário desfavorável de tensões e conflitos como o sobrevivente de uma luta diuturna, silente, travada em um ambiente laboral inóspito e francamente prejudicial à saúde. Ao longo da pesquisa doutoral, pudemos constatar que, mesmo sob condições de trabalho extremamente adversas vivenciadas no cultivo e beneficiamento primário da juta, que tiveram impacto negativo na saúde física e na qualidade de vida, esse segmento de trabalhadores rurais da Amazônia conseguiu atingir níveis ótimos de produtividade agrícola.

Deve-se reconhecer que o juteiro estava preso à sua cultura ancestral, com seu *habitus* marcado por um aspecto explicitamente patriarcal, laços simbólicos comunais e

por um forte sentimento de lealdade pessoal e de compadrio, além de apego e afeição à família imediata e àquela estendida por laços de consanguinidade, comprometimento e afetividade. Tal *habitus* possibilitou a implantação de redes de interesses econômicos impositivas por parte do patronato, que foram assentadas, principalmente, na autoridade do Estado, sem, no entanto, prescindir das regras sociais demarcadas e ciosamente defendidas por toda a comunidade na qual o juteiro estava inserido.

Como já sinalizado, as relações de poder tecidas sutilmente pelo patronato, tendo como fio condutor da trama a cultura ancestral, foram decisivas para aprisionar o juteiro na dívida gosmenta disponibilizada pelo sistema de aviamento (SILVAN, 1979, p.25). Em parte, estas observações sobre a cultura ancestral respondem a indagação fulcral: Como os juteiros conseguiram superar as dificuldades e produzir juta? De maneira estoica, resiliente e determinada, sem dúvida.

Neste estudo, uma temática secundária escapou do nosso controle, aquela que passamos a denominar de "presença imperial nipônica na Amazônia", período que vai de 1930 a 1942, desenvolvida preliminarmente na subseção "O protagonismo nipônico no Amazonas". No projeto de tese, a intenção era situar os processos históricos que concorreram para a implantação da atividade econômica da juta no Amazonas, especialmente aqueles referentes à Companhia Industrial Amazonense, empresa capitalista japonesa responsável pela introdução do cultivo dessa fibra no Amazonas. Na previsão inicial, apenas uma subseção, a pretexto de contextualização das condições de trabalho vividas pelos juteiros de Parintins, seria suficiente para expor de maneira cabal tal presença incômoda e enigmática.

Mas o aprofundamento dessa temática expôs claramente a ação de uma empresa capitalista açambarcando toda a Amazônia, fato do qual não poderíamos nos afastar sob pena de sermos acusados de omissão por nossos pares acadêmicos e, principalmente, por nossa própria consciência profissional. Tampouco poderíamos tratar a temática superficialmente, sem a prudência exigida pelo método dialético e muito menos deixar de apresentar uma sólida base de argumentação e de refutação dos fatos, ideias e conceitos errôneos e equivocados expostos pelos autores acadêmicos e não acadêmicos com os quais passamos a dialogar. Por tratar-se este de um estudo doutoral, com foco em tema único, decidimos postergar a exposição pública do aprofundamento desta temática para um momento posterior à defesa desta tese.

Nossa dedicação ao conhecimento, a ser obtido por intermédio de pesquisa séria e metódica, nos levou a dados, relatos e informações que geraram evidências. A análise dialética dessas evidências nos permitiu a elaboração da tese principal sobre as agruras dos juteiros e de uma abordagem profunda de meia dúzia de temas relacionados, entre eles a presença imperial nipônica na Amazônia. "A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta" (THOMPSON, 1981, p.38).

Todos os dados obtidos durante a pesquisa foram submetidos a um crivo analítico crítico, que nos obriga, na medida do possível, a pensar como nossos pares acadêmicos pensam e a tentar prever a reação dos nossos interlocutores e dos autores com os quais dialogamos. Seguimos o direcionamento sintético do articulista Djalma Batista inserido em uma de suas análises no Jornal do Commercio de 1978: "Ciência é isto: a capacidade de prever" (BATISTA; BATISTA; PINTO, 2016, p. 192). Nessa conjuntura dialética hegeliana em que se busca a unidade no contraditório, nos obrigamos ao exercício mental de confrontação com os estudos e conceitos analisados criticamente e, quando possível, a realizar ampla discussão com nossos pares acadêmicos para daí obtermos uma antítese e, por fim, num processo intelectual eminentemente solitário envolvendo raciocínio lógico, chegarmos a uma síntese.

Em relação especificamente à presença imperial nipônica, analisada na primeira subseção, decidimos nos permitir a possibilidade do erro de percepção fenomenológica e de análise crítica dialética de uma realidade pretérita que mescla razão e emoção a todo o momento. No entanto, não nos permitimos a possibilidade de omitir ou mascarar fatos que fazem parte da história regional e de expor nossa linha de raciocínio crítica ancorada nas teorias historiográfica, sociológica e antropológica.

Tampouco nos deixamos enganar pela propaganda em tom positivo do passado sombrio disseminada pela comunidade nipo-brasileira da Amazônia, colocado por seus divulgadores como sendo explicitamente luminoso, alegre e alvissareiro. A nossa interpretação dessa realidade pretérita é francamente sombria, diametralmente oposta àquela hegemônica em vigor, mas é essa a nossa interpretação e neste final de tese a expomos de maneira conclusiva, direta e livre de qualquer estorvo. Afinal, segundo a lógica dos historiadores, nada muda mais depressa do que o passado.

O que importa assinalar neste fechamento de tese é que a presença imperial japonesa na região (1930-1942) legou, de fato, uma atividade econômica prejudicial aos interesses regionais, a canhestra cultura da juta nas várzeas dos rios amazônicos, com sua tendência à superexploração predatória do trabalho rural e à "coisificação" dos trabalhadores rurais da Amazônia. Estas duas injunções econômica e sociológica, de fato, tendem a anular a percepção que se tem a respeito da subjetividade dos juteiros e, de maneira explícita, subtraem seus direitos e anseios em relação à própria felicidade. Por fim, a superexploração predatória do trabalho rural e a "coisificação" dos trabalhadores rurais solapam a pertinência da manutenção da inteira cadeia produtiva de fibras na Amazônia.

É necessário recordar os direcionamentos dados em sala de aula por Alfredo Wagner Berno de Almeida, para quem as noções elementares do conhecimento disciplinar acadêmico, que as pessoas adquirem praticamente sem se dar conta do que realmente são, devem ser estudadas em profundidade e ressignificadas no contexto do desenvolvimento histórico do pensamento científico. É necessário reconhecer que o problema do conhecimento científico deve ser colocado em termos de obstáculos epistemológicos. Considerações intempestivas e inoportunas, geralmente carregadas de emoção, que migram do senso comum erudito para o senso comum popular e vice-versa, os obstáculos epistemológicos são o grande vilão atuando livre e impunemente no âmbito da Academia de Ciências. Almeida frisa ser necessário considerar que a ciência, por princípio, se opõe à opinião pura e simples, pois a prática científica impede que tenhamos opiniões sobre questões que não sabemos expor com clareza.

Não nos cabe aqui listar ou mesmo tentar explicar as razões da existência dos obstáculos epistemológicos identificados ao longo de nossa pesquisa e muito menos pretender que os leitores desta tese possam, eles mesmos, identificá-los e assim mudar o entendimento que têm a respeito dos mesmos. As pessoas se apegam a tais obstáculos epistemológicos como se fossem filhos diletos, amados, que devem ser protegidos de todo e qualquer perigo que ameace suas desnecessárias existências.

Em sentido inverso, todo conhecimento, teoria ou conceito substancial adquirido ao longo de nossa vida intelectual foi colocado em xeque, contestado, discutido, ficando sob suspeição até prova em contrário, refém de um senso crítico autoritário internalizado há muito tempo e fortalecido em nossas lides profissionais jornalísticas. A

quarentena espartana a que submetemos o conhecimento adquirido pode se estender por anos a fio sem que haja nenhuma modificação substancial no seu entendimento, até que um belo dia uma informação aleatória, fortuita, mas sempre esperada, cruza nosso caminho e desfaz o encantamento. Eureca! O conhecimento adquirido foi absolvido da imputação inicial de falso e será considerado útil e "verdadeiro", apto a constar em nossas considerações intelectuais e a determinar a consecução de nossa prática acadêmica e profissional.

Por apresentarem características autoprobantes e obviedades ululantes insofismáveis, os obstáculos epistemológicos são prontamente agasalhados pelos agentes intelectuais de raciocínio mais ligeiro, que passam a lhes dedicar afeto maternal, garantindo-lhes, inclusive, sua mais ampla disseminação. Consubstanciados em opiniões as mais variadas e expostos a todo o momento por suas orgulhosas mamães adotivas, tais obstáculos epistemológicos passam, eles mesmos, a ser um indicativo seguro do nível de confusão mental e indigência intelectual em que se encontram tais agentes do conhecimento de raciocínio mais rápido.

A esses obstáculos epistemológicos encaramos com respeitosa reserva, submetendo-os sempre ao tratamento preconizado pelo método dialético, que não prescinde do raciocínio lógico, desmantelando-os prontamente assim que possível, estrangulando-os de preferência quando eles ainda se encontram indefesos no bercinho. Violência à parte, no âmbito da Academia de Ciência não há outro método que possa nos colocar no caminho das ideias e dos conceitos considerados universais, na vereda da verdade epistemológica, se é que a procuramos e a ela dedicamos esforços sérios e diligentes. Na "divisão social do trabalho", a nós jornalistas coube "a busca incessante pela verdade dos fatos", responsabilidade internalizada desde há muito tempo e que sempre procuramos cumprir e honrar.

Por mais que estejamos aptos e capacitados a empreender o estudo a que nos propomos, e acreditamos sinceramente nisso, não nos falta a necessária percepção de que, ao longo do texto da tese, haja muitos e muitos pontos em aberto, esperando um entendimento mais acurado, mais preciso. Também, acreditamos que possa haver pontos francamente obscuros e até mesmos passíveis de censura e correção, pelos quais desde já nos penitenciamos e admitimos nossa máxima culpa, nos compromissando a retificá-los e a dar publicidade à retificação. *Faciebam*!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A crise da economia juteira e o avanço da pecuária na região da várzea de Santarém.* Exemplar existente na biblioteca do Inpa, em Manaus. Sem localidade: sem editora, 1974.

_____. *Antropologia dos* archivos *da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. *Conferência inaugural. Apontamentos para uma "Nova descrição": uma abordagem critica sobre a politização da consciência das fronteiras da Amazonia ao Prata.* In: PICOTTI, Dina; ALMEIDA, Alfredo W. B. (Orgs.). De La Pan-Amazonia al Río de la Plata. Manaus, Buenos Aires: UEA, Los Polvorines, 2014.

ANDRADE, Moacir. *Nheengaré ou poranduba dos dabacuris – estórias dos beiradões amazônicos (folclore)*. Manaus: Imprensa Oficial, 1985.

_____. *Pratos, lendas, estórias e supertição de alguns peixes do Amazonas.* Manaus: Edição Governo do Estado, 1988.

ARAÚJO, André Vidal de. *Introdução à Sociologia da Amazônia*. Coleção Poranduba. Manaus: Edua, Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2003.

AKA - ASSOCIAÇÃO KOUTAKU DO AMAZONAS. *A saga dos koutakuseis no Amazonas – uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso.* Manaus: Edição da Associação Koutaku do Amazonas (AKA), 2011.

APANB - ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA. *70 anos da imigração japonesa na Amazônia.* Belém: APANB, 2001.

BASA - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. *Amazônia - perfis industriais*. Belém: Desec-Basa, 1971.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. *O cordel na Amazônia*. Manaus: Edua, 1996.

_____. *O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia*. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). São Paulo: ECA-USP, 1980.

_____. *Jornalismo científico na Amazônia.* In: Somanlu, Revista de Estudos Amazônicos do PPGSCA. Ano 4, número 2. Manaus: Edua, 2004.

BARROS, Antônio da Silva. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em julho de 2016.

BATISTA, Djalma. *Inventário científico da Amazônia*. In: LIMA, Afonso; VALVERDE, Orlando; REIS, Arthur; *et alli*. Problemática da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1971.

_____. *Brancos e índios na formação da Amazônia*. In: ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS. Revista da Academia Amazonense de Letras. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 1974.

_____. *As três Amazônias*. In: SALLES, Waldemar Batista de. O Amazonas – o meio físico e suas riquezas naturais. Manaus: Imprensa Oficial, 1980.

_____. *Amazônia – cultura e sociedade.* Coleção Poranduba. Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas e Edua, 2003.

BATISTA, Djalma; OLIVEIRA, W.; RABELO, V. Dupré; MORAIS, Mário. *Codajás: comunidade amazônica (Estudo médico-social de uma população da hinterlândia amazônica).* In: Revista Brasileira de Geografia, n. 3. Brasília: IBGE, 1960.

BATISTA, Edith Limongi; BATISTA, Marilena Limongi; PINTO, Renan Freitas. *Artigos e Crônicas – Djalma Batista.* Manaus: Edua, 2016.

BENAION, Noval. *A subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil.* Manaus: Edua, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia um pouco Antes e Além Depois.* Manaus: Editora Calderaro, 1977.

_____. *Amazônia: Quadros econômicos da produção.* Instituto Superior de Estudos da Amazônia (Isea). Manaus: Isea, 1989.

_____. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 2009.

BITTENCOURT, Agnello. *Plantas e animais bizarros do Amazonas*. Prefácio de Arthur Cézar Ferreira Reis. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Organizador da coletânea Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRAGA, José Zeferino. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em julho de 2016.

BRAGA, Okiro de Senna. *Cultura e beneficiamento da juta*. Concurso de Monografias do S.D.A. Rio de Janeiro: Serviço de Documento do Ministério da Agricultura, 1945.

BRITTO, Apolonildo. *Lendário Amazônico*. Manaus: Norte Editorial, 2007.

BURKER, Peter. *História como memória social.* In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CMP - CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. *História e memória política do município de Parintins - 1947 a 1963. Volume I.* Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.

_____. *História e memória política do município de Parintins - 1964 a 1976. Volume II*. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

_____. *História e memória política do município de Parintins - 1977 a 1988. Volume III*. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012a.

CAMARGO, Erney Plessmann. *Doenças tropicais*. In: Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA), volume 22, número 64, p. 95-110. Disponível em: http://producao.usp.br/handle/BDPI/11791. São Paulo: IEA-USP, 2008.

CAMARGO, Felisberto Cardoso de. *Sugestões para o Soerguimento Econômico do Vale Amazônico.* Instituto Agronômico do Norte (IAN). Belém: IAN, 1948.

CAMUS, Albert: *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico.* Seminário Internacional: Alternativas Globalização. Organización de las Naciones Unidas para La Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco). Rio de Janeiro: Unesco, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARDOSO, Manoel. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em junho de 2016.

CARVALHO, Arino Silva de. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em junho de 2016.

CARVALHO, Edgard de Assis. *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Polifônicas idéias: antropologia e universalidade*. São Paulo: Editora Imaginário, 1997.

CASTRO, Edna. *Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia.* Novos Cadernos NAEA volume 2, número 1. Belém: NAEA-UFPA, 1999.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Mavignier. *Amazônia Panteísta (cenas e cenários da grande Hileia).* Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1994.

CHANDLER, Alfred. *Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra.* Tradução do inglês para o português Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Sem cidade: Editora Tahyu, 2005.

CLAVELL, James. *Gai-jin*. Reino Unido: Delacorte, 1993.

CODEAMA - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Anuário estatístico. Seção Juta*. Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan). Manaus: Codeama, 1975.

CIA - COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE. *Instruções para a cultura da juta.* Manaus: Velho Lino, 1941.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questões Agrárias – legislação trabalhista rural*. Brasília: Contag, 1975.

CORBUCCI, Paulo Roberto. *O Brasil e a Globalização: A Renovada Condição Periférica*. Brasília: Universa, 2003.

COSTA, Orlando Nepomuceno da. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em outubro de 2014.

CUNHA, Oswaldo Rodrigues da; NASCIMENTO, Francisco P. do. *Ofídios da Amazônia*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Goeldi, 1975.

CURY, Maurice. *Introdução*. In: PERRAULT, Gilles (org.). O livro negro do capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ÉDITIONS EBOOKS FRANCE. *Japanese−english Dictionary*. Versão PDF disponível em www.ebooksfrance.com. Alemanha: Éditions eBooks France, 2017.

DALLA COSTA, Armando. *História e historiografia empresarial: acesso e utilização de arquivos e fontes*. In: DALLA COSTA, A.; GRAF, M. Estratégias de desenvolvimento urbano e regional (organizadores). Curitiba: Juruá, 2004.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho - Estudo de psicopatologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

_____. *Introdução à psicopatologia do trabalho*. In: HIRATA, Helena (org.). Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social. Revista Sociologia, segundo semestre. São Paulo: USP, 1989.

_____. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DELARIVA, Rosilene Luciana; AGOSTINHO, Angelo Antonio. *Introdução de espécies: uma síntese comentada*. In: Acta Scientiarum 21: p. 255-262. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

DESCOLA, Philippe. *Claude Lévi-strauss, uma apresentação*. Publicado na revista Estudos Avançados 23. Versão em PDF. São Paulo: USP, 2009.

DREA, Edward; *et alli*. *Researching Japanese war crimes records: introductory essays*. Publicado pela National Archives and Records Administration for the Nazi War Crimes and Japanese Imperial Government Records Interagency Working Group. Washington, DC: Library of U.S. Congress, 2006.

ENGRÁCIO, Arthur. *Contos do Mato*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1981.

FERREIRA FILHO, Cosme. *Amazônia em novas dimensões*. Manaus: Conquista, 1961.

FERREIRA, Adamor Costa. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em junho de 2016.

FERREIRA, Aldenor da Silva. *Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia)*. Tese defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas: Unicamp, 2016.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, Economia Exportadora e Representação Política: O Amazonas na República Velha (1889-1914).* Manaus: Edua, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRANK, Andre Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo.* In: Revista Pensamiento Crítico número 7, de agosto de 1967. Havana: Pensamiento Crítico, 1967.

FREI, Henry P. *Japan establishes an international system of its own. 1941 ─ 1945.* Tsukuba Gakuin University. NII. Tsukuba: Eletronic Library Service, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Verdade e Método – Complementos e índice*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

_____. *Panema – uma crença do caboclo amazônico*. Separata da Revista do Museu Paulista. Nova Série, volume V. São Paulo: Museu Paulista, 1951; 1979.

GEA - GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Relatório do exercício de 1936 e primeiro semestre de 1937.* Diretoria Geral da Fazenda Pública. Manaus: Sem editora, 1937.

GENTIL, Janete Marília Lobato. *A juta na agricultura de várzea na área de Santarém – Médio Amazonas.* Dissertação de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: UFPE, 1983.

GONÇALVES, Gláucio Bentes. *Parintins nas minhas lembranças*. Manaus: Editora Aram, 2012.

GRAVE, João; COELHO NETTO, H. M. *Lello Universal. Novo Dicionário Encyclopédico Luso-brasileiro.* Volume II. Porto: Lello & Irmão Editores, c. 1920.

HIRATA, Helena (organizadora). *Divisão capitalista do trabalho*. Tempo Social. Revista Sociologia, segundo semestre. São Paulo: USP, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).* São Paulo:

Companhia das Letras, 1995.

_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octavio. *A Constituição do Proletariado Agrícola no Brasil*. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, número 12. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: USP, 1961.

_____. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.* Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. *A Era do Globalismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XIV Volume. Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

_____. *Almanaque Municipal Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. *Produção agrícola municipal. Região Norte.* Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IFIBRAM - INSTITUTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS NA AMAZÔNIA. *As fibras vegetais da Amazônia e a atuação do Ifibram.* Estudo produzido pelo Ifibram. Belém: Ifibram, 1977.

IKEGAMI, Antão Shinobu. *A fibra e o sonho – a saga da colonização japonesa na Amazônia contada através da jornada do pioneiro Kenji Ikegami*. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 2009.

INOMATA, José Elizeu Sena. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em julho de 2016.

JUNQUEIRA, Marcílio Reis de Avelar. *Desarollo y perspectivas de la estructura economica del jute en Amazonas.* Dissertação. Bogotá: Instituto Interamericano de Ciencias Agricolas de La Organizacion de los Estados Americanos (OEA), 1972.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934). Contornos diplomáticos.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LE GOFF, Jaques. *História e memória.* Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento Selvagem.* Tradução de Tânia Pellegrini. 8ª edição. Campinas: Papirus Editora, 1989.

LIMA, Vivaldo. *A juta como riqueza econômica da Amazônia.* Manaus: Impressão Pública, 1938.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica – Uma Poética do Imaginário*. Belém: Editora Cejup, c. 1994.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento.* São Paulo: Empório do Livro, 2009.

_____. *Amazônia: Estado, homem, natureza.* Belém: Cultural Brasil, 2014.

_____. *História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais.* Belém: Cultural Brasil, 2015.

MARÃO, José Carlos. *A história de um pequeno herói.* In: Revista Realidade, da Editora Abril. Disponível em: <http://japao100.abril.com.br/arquivo/historia-de-um-pequeno-heroi/>. Acessado em agosto de 2016. São Paulo: Editora Abril, 1967.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia.* Ciudad de México: Ediciones Era, 1991.

_____. *Dialética da dependência.* In: Traspadini, Roberta; Stédile, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. *O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. X Congresso Mundial de Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 2000. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, 2001.

MARTIUS, Karl F. P. von. *Flora Brasiliense*. Disponível em: http://florabrasiliensis.cria.org.br/index. Campinas: Edição Cria, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: a economia política: o processo global da produção capitalista.* São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O Capital: crítica da economia política.* Volume I. Segundo Tomo. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

_____. *O Capital: crítica da economia política.* Volume I. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1. Prefácios e Capítulos I a XII. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Medicinas populares e "pajelança cabocla" na Amazônia*. In: ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. S. (organizadores). Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

MAURY, Patrick. *Juticulteurs de Parintins (Coopérativisme et planification).* Tese de doutorado. Université de Paris III, Sorbonne Nouvelle. Paris: Paris III, 1978.

MCGRATH, David. *Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia Tradicional.* In: Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), número 2. Belém: NAEA-UFPA, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (MTPS). *Norma Regulamentadora número 15.* (http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras). Acessado em setembro de 2016.

MIRANDA, Paulo dos Santos. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em julho de 2016.

MIROW, Kurt Rudolf. *A Ditadura dos Cartéis - Anatomia de um Subdesenvolvimento.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A Ditadura dos Cartéis – Condenados ao Subdesenvolvimento.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1978a.

MORIKAWA, Hidemasa. *Zaibatsu: The Rise and Fall of Family Enterprise Groups in Japan.* Foreword by Alfred D. Chandler, Jr. Tóquio: Universidade de Tóquio, 1992.

MORITA, Akio; REINGOLD, Edwin; SHINOMURA, Mitsuko. *Made in Japan, Akio Morita e a Sony.* São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

MOURA, Rômulo; ROSA, Jorge da. *A questão da saúde na Amazônia*. In: BARROS, Fernando (coordenador). C & T no processo de desenvolvimento da Região Amazônica. Brasília: CNPq/CEST; PTU, 1990.

MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia. Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009).* Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará (UFPA). Arquivo em PDF. Belém: UFPA, 2010.

NASCIMENTO, Solange Pereira do. *O Feminino Sateré-Mawé e suas Manifestações Simbólicas na Amazônia.* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Manaus: PPGSCA, 2016.

NAKAMURA, Takafusa. *Desenvolvimento económico do Japão moderno.* Tóquio: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.

NODA, Sandra N. *Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva.* In: WITKOSKI, A. C. (org. *et alli*). A cultura de juta malva na Amazônia: s. de uma n. rac. ambiental? São Paulo: Annablume, 2010.

NUNES, Benedito. *Hermenêutica e Poesia – O Pensamento Poético*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

OCADA, Fábio Kazuo. *A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração dekassegui ao Japão em quatro estações*. Tese. Araraquara: Unesp, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Regime Tutelar e Faccionalismo. Política e religião em uma Reserva Ticuna.* Manaus: UEA Edições, 2015.

OTI, Sakae. *A história da juta na Amazônia.* In: Jornal A Vanguarda, 9 de julho de 1947, Belém, Pará. Transcrito e encadernado por Harald Sioli, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Manaus: Biblioteca do Inpa, 1947.

PACHÊCO, Josuéte Brandão; SAITO, Carlos H. *O ambiente fluvial das microbacias hidrográficas do PA Vila Amazônia, Parintins-Amazonas-Brasil*. In BARTOLI, E.; *et alli*. Parintins: sociedade, territórios & linguagens. Manaus: Edua, 2016.

PELTO, Pertti. *Iniciação ao Estudo da Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Condições Geo-econômicas da Amazônia Brasileira.* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, número 6, p. 35-51. Ano 1969. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/56521/59577, acesso em julho de 2016.

PEREIRA, Nunes. *Moronguêtá – um decameron indígena*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

PESSOA, Espiridião Batista. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em julho de 2016.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. *A economia da Juta em região do médio Amazonas*. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

_____. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*. In: WITKOSKI, Antônio Carlos; *et alli* (organizadores). A cultura de juta malva na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2010.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Manaus, em agosto de 2017.

PINTO, José Maria. *Aspectos Econômicos da juta na Amazônia*. Manaus: Inpa, 1966.

PIRES, Luciane S. *Estudo epidemiológico de acidentes ofídicos na cidade de São José dos Campos (SP) e municípios adjacentes*. São José dos Campos: Univap, 2004.

POCHMANN, Marcio. *Proteção social na periferia do capitalismo: Considerações sobre o Brasil*. In: Revista São Paulo em perspectiva, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). São Paulo: Seade, 2004.

POPPER, Karl. *Conjectures and Refutations - The Growth of Scientific Knowledge*. New York – London: Basic Books, 1962.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo: Martins, 1966.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Amazônia e o mundo atual*. Rio de Janeiro: Sudam, 1967.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; Souza, Basílio; Andrade, Francisco. *Integração social e trabalho na Colônia Modelo de Andirá dos anos 1930, fronteira Amazônia Central, Brasil*. Versão PDF. Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda) Ufam. Parintins: Leda-Ufam, 2015.

ROSSINI, Rosa Ester. *Os dekasseguis do Brasil foram para o Japão e lá estão criando raízes.* Revista GEOUSP: Espaço e Tempo. Departamento de Geografia da FFLCH, da USP. Número 14. São Paulo: USP, 2003.

SÁ, Michele. *A presença dos koutakusseis no Amazonas: Uma análise a partir do paradigma realista das relações internacionais.* In: Homma, A.; *et alli* (orgs.). Imigração japonesa na Amazônia. Manaus: Edua, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editorada Universidade de São Paulo, 2006.

SETTIMI, Maria Maeno; *et alli. Lesões por esforços repetitivos (LER) / Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).* Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da S. de E. da Saúde de S. Paulo (Cerest/SP). São Paulo: Cerest/SP, 2000.

SILVA, Jefferson; *et alli*. *Determinação de épocas de corte em malva.* Comunicado Técnico número 69, de junho de 1992. Embrapa – Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (CPATU). Versão PDF. Belém: Embrapa, 1992.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O Paiz do Amazonas.* Manaus: Editora Valer, 2004.

_____. *Metamorfoses da Amazônia.* 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2013.

SILVAN, Danilo du. *No "Inferno Verde" de Alberto Rangel. (Discurso de posse).* Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Manaus: Editora Miranda, 1979.

SILVAN, Denison. *Amazonas dá exemplo de economia solidária*. In: TORRES, Iraildes Caldas (organizadora). As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil. Manaus: Edua, 2010.

_____. *O desenvolvimento sustentável amazonense e a questão do biocombustível brasileiro: uma reflexão necessária*. In: ALBUQUERQUE, Gerson André; RODRIGUES, Renan Albuquerque (organizadores.). Amazônia: chaves múltiplas para a interpretação da realidade. São Paulo: Scortecci, 2012.

_____. *Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca*. Manaus: Edua, 2014.

SOARES, Laudelino; LIBONATI, Virgílio. *Problemas atuais da juticultura amazônica.* In: Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira, da Embrapa. Brasília: Embrapa,1966.

SORJ, Bila. *Sociologia do trabalho: mutações, encontros e desencontros.* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 15, n. 43. PDF. São Paulo: sem editora, 2000.

SOUZA, João Jorge de. *Parintins – a ilha do folclore (notícias históricas, folclore, crônicas)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1989.

SOUZA, Nilciana Dinely de. *O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM).* Manaus: Ufam, 2013.

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Amazônia – Desenvolvimento e Ocupação.* Ministério do Interior. Belém: Sudam, 1968.

SURET-CANALE, Jean. *As origens do capitalismo (séculos XVI a XIX).* In: PERRAULT, Gilles (org.). O livro negro do capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SURGIK, Ana Carolina. *Estudo jurídico para a várzea amazônica.* In: BENATTI, José; *et alli*. A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Ibama e ProVárzea, 2005.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão humana na selva – o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia.* Manaus: Edua Valer, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Primeiro de três volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998,

_____. *A História Vista de Baixo*. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

THURY, Admar. *Abecedário do juteiro*. Manaus: Ass. Comercial do Amazonas, 1948.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida (Uma interpretação da Amazônia)*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

_____. *Amazônia: natureza, homem e tempo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TOKARNIA, Carlos Hubinger; PEIXOTO, Paulo Vargas. *A importância dos acidentes ofídicos como causa de mortes em bovinos no Brasil*. Revista Pesquisa Veterinária Brasileira – abril-junho. Colégio Brasileiro de Patologia Animal (CBPA). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Rio de Janeiro: CBPA/Embrapa, 2006.

TORRES, Iraildes Caldas. *Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia*. In: Somanlu Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Ano 1, número 1. Manaus: Edua/Capes, 2000.

_____. *As Novas Amazônidas*. Manaus: Edua, 2005.

TRINDADE, Deilson do Carmo. *As benzedeiras de Parintins: práticas, rezas e simpatias.* Manaus: Edua, 2013.

UGGÉ, Henrique. *As bonitas histórias sateré-maué*. Manaus: Imprensa Oficial, 1996.

URI, Pierre. *Desenvolvimento sem Dependência*. Coimbra: Atlântida, 1976.

VALVERDE, Orlando. *A Amazônia brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos.* In: CODIPLAM. *A Amazônia brasileira em foco.* Rio de Janeiro: Codiplam, 1967.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Pinto. Entrevista concedida ao pesquisador Denison Silvan durante pesquisa de campo em Parintins, em julho de 2016.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica – estudo do homem nos trópicos.* 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

_____. *Ciência e Política: duas vocações.* São Paulo: Cultrix, 2000.

_____. *Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. São Paulo, SP: Imprensa Oficial e Editora UnB, 2004.

_____. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC: Editora da USP, 1993.

WILLENSKY, Marcus. *Japanese Fascism Revisited.* Stanford Journal of East Asian Affairs. Volume 5, Number 1. Version PDF. Stanford: Stanford University, 2005.

ANEXOS

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências humanas e Letras - ICHL
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) – Ufam

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o senhor a participar do projeto de pesquisa **"Trabalhadores da juta na Amazônia, trajetórias de luta, suor e sofrimento",** de Denison Silvan, pesquisador e estudante de Pós-Graduação do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA (doutorado), da Universidade Federal do Amazonas, situado na Av. Gal. Rodrigo Octávio, 6200 - ICHL - Setor Norte - Campus da UFAM - CEP 69077-000, e-mail secppgsca@gmail.com , fone: (92) 3305 - 4581, pesquisa orientada pela professora doutora Iraildes Caldas Torres, do PPGSCA, da Ufam, situado na Av. Gal. Rodrigo Octávio, 6200 - ICHL - Setor Norte - Campus da UFAM - CEP 69077-000, fone: (92) 3305 - 4581, e-mail irailde s.caldas@gmail.com.

A pesquisa objetiva analisar o trabalho e as condições de trabalho no processo de cultivo da juta que se deram de 1937 a 1987, destacando a situação laboral inóspita como fator de agravamento à saúde dos trabalhadores da juta, com destaque para os aspectos de sua sociabilidade, suas relações culturais e simbólicas. Objetivo primário da pesquisa é analisar criticamente o trabalho e as condições de trabalho do cultivo da juta no contexto da expansão capitalista na região, pontuando a situação inóspita da Amazônia como fator de agravamento à saúde dos juteiros. Os objetivos secundários da pesquisa são situar os processos históricos que concorreram para a implantação da atividade econômica da juta no Amazonas, especialmente aqueles referentes à Companhia Industrial Amazonense, empresa capitalista japonesa responsável pela introdução da fibra no Amazonas; analisar criticamente os principais aspectos da cadeia produtiva da juta, que envolveu um segmento agrícola e outro industrial, dando especial relevo ao cenário político, social e econômico no qual estes dois segmentos se desenvolveram; e perceber de que forma os juteiros vivenciaram sua sociabilidade em meio às relações equilibradas com o meio ambiente, com os seres sobrenaturais da floresta e com a religiosidade.

Durante a realização da pesquisa, será aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada com a finalidade de ouvir os sujeitos a respeito de suas atividades laborais durante aquele período, suas relações e organizações no trabalho, utilizando-se máquina fotográfica e de vídeo, com áudio, para os registros dos dados de campo.

A pesquisa têm como sujeitos principais os trabalhadores rurais que atuaram no cultivo da juta nas várzeas de Parintins durante o período de 1937 a 1987, bem como pessoas envolvidas de alguma maneira com a cadeia produtiva da juta deste município. Considera-se como amostragem do universo a ser pesquisado 10 (dez) trabalhadores rurais (juteiros); 02 (dois) representantes dos poderes públicos; 02 (duas) lideranças comunitárias; 01 (um) representante dos imigrantes japoneses vinculados à Companhia Industrial Amazonense; 01 (um) representante da indústria de fiação e tecelagem de juta; e 01 (um) representante de instituição de ensino de nível superior regional ligado ao tema.

Sua aceitação nesta pesquisa é em caráter voluntário não tendo, portanto, nenhum custo, nem vantagem financeira na qualidade de informante, ou seja, consiste apenas em ser sujeito participante neste processo de investigação científica. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, ler um livro ou revista, etc. Apesar disso, o (a) senhor (a) tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização em caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Salientamos que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a "transporte" e "alimentação", mas a tudo o que for necessário ao estudo (Item IV. 3. G. da Resolução CNS n° 446 de 2012). Está assegurado o direito a indenizações e cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante (Resolução CNS n° 466 de 2012, IV. 3.h, IV. 4.c e V.7).

Sua participação nesta pesquisa é importante e a princípio trará como contribuição seu conhecimento, seus valores, sua percepção de trabalho na Amazônia com informações que poderão servir de apoio aos governos e outras instituições públicas ou privadas para que possam criar e fomentar projetos de desenvolvimento social e econômico estadual e regional que venha beneficiar a população.

Informo que o (a) senhor (a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Será garantida a liberdade da retirada de sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. Informo que haverá registro visual e sonoro das entrevistas por meio de gravação em vídeo e, também, de sua imagem (fotografia). Informo ainda que pretendemos fazer uso das fotografias em publicações acadêmicas relacionadas a esta pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, consideramos que o (a) senhor (a) nos autoriza formalmente a utilizar as informações repassadas durante a entrevista, indicando inclusive seu nome como fonte, e, também, sua imagem (fotografia) em publicações acadêmicas. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos e após este tempo poderão ser eliminados. Para qualquer outra informação, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com o pesquisador e sua orientadora, professora doutora Iraildes Caldas Torres, pelo telefone institucional (92) 3305-4581, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 4950, Adrianópolis, Manaus, Cep 69.057-070 - fone (92) 3305-1181 ramal 2004 – celular 99171 – 2496, e-mail cep-ufam@gmail.com .

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu,_____,
acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito do que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a exposição deste documento. Por isso, concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser, e afirmo que me foi entregue uma via deste documento e a outra via ficou com o pesquisador.

Data ___/___/___ _____

Assinatura do participante

Data ____/___/___ _____

Assinatura do pesquisador

Impressão dactiloscópica

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências humanas e Letras - ICHL
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) – Ufam

Roteiro de entrevista semiestruturada – Juteiros

Roteiro de entrevista semiestruturada dirigido a 10 (dez) juteiros (trabalhadores rurais) do município de Parintins, que atuaram no segmento agrícola da cadeia produtiva da juta em algum momento no período de 1937 a 1987, para coleta de dados da pesquisa de doutorado intitulada **Trabalhadores da juta na Amazônia, trajetórias de luta, suor e sofrimento**, vinculada a este programa de pós-graduação da Ufam.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Nome:

1.2 – Data do nascimento:

1.3 – Cidade e Estado onde nasceu:

1.4 – Estado civil:

1.5 - Escolaridade:

1.6 – Função ou funções que exercia na cadeia produtiva da juta:

1.7 – Período de atuação profissional na cadeia produtiva da juta:

1.8 – Comunidade e local onde plantava a juta:

1.9 – Profissão atual:

1.10 – Endereço e telefone:

II – SONDAGEM ESPECÍFICA

2.1 - Qual era seu trabalho anterior e qual o motivo que o levou a trabalhar com juta?

2.2 - Qual era sua faixa de renda (estimativa) na produção da fibra da juta?

2.3 - Como era o seu dia-a-dia durante sua atuação como juteiro?

2.4 - Quais as dificuldades enfrentadas em seu local de trabalho?

2.5 - Quantos hectares de juta o senhor plantava?

2.6 - Em que tipo de terreno o senhor plantava a juta?

2.7 - O terreno em que trabalhava era de sua propriedade?

2.8 - Qual era a origem dos recursos empregados na juticultura?

2.9 - Qual era a etapa da produção que exigia maior investimento de capital?

2.10 - Quem comercializava e qual era o destino da sua produção de juta?